



Francisca Ferreira Michelin
Cláudio de Sá Machado Júnior
Ana María Sosa González
Organizadores

**Políticas Públicas do
Patrimônio Cultural**
ensaios, trajetórias e contextos



**Políticas Públicas do
Patrimônio Cultural**
ensaios, trajetórias e contextos

Francisca Ferreira Michelin
Cláudio de Sá Machado Júnior
Ana María Sosa González

Organizadores

Políticas Públicas do Patrimônio Cultural

ensaios, trajetórias e contextos



Pelotas, 2012



Editora e Gráfica Universitária
PREC - UFPel

Diretor

Carlos Gilberto Costa da Silva

Gerente Operacional

João Henrique Bordin

Chefe da Seção Gráfica

Isabel Susan Cochrane

Designer

Gilnei da Paz Tavares

Website

Paulo Jeyson

Administração

Arlindo Cesar Prestes D'Avila e Joaquim de
Figueiredo Passos

Revisão

Anelise Heidrich

Técnico de Artes Gráficas

João Henrique Bordin

Operador de Copiadora

Alexandre Moreira

Livraria Universitária

Administração - Vera Maria dos Santos Reimers

Editora e Gráfica Universitária

R. Lobo da Costa, 447 –
Pelotas, RS – CEP 960 10-150
Fone(fax): (53) 3227.8411 e-mail:
editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição 2012-01-16

ISBN



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor:

Prof. Dr. Antonio Cesar Gonçalves Borges

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Manoel Luiz Brenner de Moraes

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Dr. Luiz Ernani Gonçalves Ávila

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Eliana Póvoas Brito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Dr. Manoel de Souza Maia

Pró-Reitor Administrativo:

Prof. Ms. Élio Paulo Zonta

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Eng. Rogério Daltr Knuth

Pró-Reitor de Recursos Humanos:

Admin. Roberta Trienweiler

Pró-Reitor de Infra-Estrutura Administrativa:

Admin. Renato Brasil Kourrowski

Pró-Reitora de Assistência Estudantil:

Assist. Social Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento

Conselho Editorial

Profa. Dra. Carla Rodrigues

Profa. Dra. Cristina Maria Rosa

Profa. Dra. Flavia Fontana Fernandes

Profa. Dra. Francisca Ferreira Michelin

Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski

Profa. Dra. Vera Lúcia Brobowsky

Prof. Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira

Prof. Dr. José Estevan Gaya

Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas

Prof. Dr. Vitor Hugo Borba Manzke

Prof. Dr. Volmar Geraldo da Silva Nunes

Prof. Dr. William Silva Barros

© Francisca Ferreira Michelin – 2012 – Todos os direitos reservados
© Cláudio de Sá Machado Júnior – 2012 – Todos os direitos reservados
© Ana María Sosa González – 2012 – Todos los derechos reservados

*É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para fins comerciais,
por qualquer meio, sem a autorização prévia, por escrito, dos autores.
Obra protegida pela Lei dos Direitos Autorais.*

Contato organizadores:

fmichelon.ufpel@gmail.com,
cdsmjunior@gmail.com, anasosa-
gonzalez@gmail.com

Revisão:

Francisca Ferreira Michelin,
Cláudio de Sá Machado Júnior e
Ana María Sosa González

Arte da capa:

Cláudio de Sá Machado Júnior

Fotografia da capa:

Monumento em Paris,
França (2/7/2012)
Acervo visual de Cláudio de Sá
Machado Júnior

Editoração eletrônica:

Távola Grupo Design Gráfico
www.tavolagrupo.com.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

P769 Políticas públicas e patrimônio cultural : ensaios, trajetórias e contextos/ orgs. Francisca Ferreira Michelin; Cláudio de Sá Machado Júnior; Ana María Sosa González - Pelotas : Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. 359p. : fots. color. (e-book)

ISBN: 978-85-7192-928-9

1.Políticas públicas. 2.Memória social. 3.Gestão de patrimônio cultural. I.Michelon, Francisca Ferreira. II.Machado Júnior, Cláudio de Sá. III.Título.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a oportunidade nos dada pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP), instância da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com fomento ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNP-DI/CAPES), sem a qual a realização deste trabalho não seria possível. Em especial, agradecemos às professoras doutoras Maria Letícia Mazzucchi Ferreira e Francisca Ferreira Michelin, que têm nos acompanhado, orientado e aconselhado ao longo de toda esta caminhada.

Aos discentes da disciplina de *Políticas Públicas do Patrimônio*, que foi oferecida no primeiro semestre de 2012 no referido programa, que estão representados em sua grande maioria neste livro. Discentes estes que sempre compareceram ao debate quando provocados e que aceitaram o desafio de produzir textos correlacionados entre as discussões acadêmicas realizadas em sala de aula e suas pesquisas de mestrado.

Aos demais colaboradores deste livro e aos professores orientadores do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural que se dispuseram a participar e/ou orientar a produção aqui presente de seus orientandos, contribuindo com a qualidade da publicação.

Por fim, agradecemos às nossas respectivas famílias, onde estão as bases sólidas de nossos valores e de nossa perseverança.

Muito obrigado!

Sumário

AGRADECIMENTOS	1
APRESENTAÇÃO	5
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO: INSTITUIÇÕES, PERSONALIDADES E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA ARQUITETURA NO BRASIL	15
<i>Aline Abreu Migon dos Santos</i> <i>Margarete Regina Freitas Gonçalves</i> <i>Silvana de Fátima Bojanoski</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL E A LEGISLAÇÃO DOS MUSEUS	33
<i>Ana Ramos Rodrigues</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
A GESTÃO DO PATRIMÔNIO PRIVADO DE INTERESSE PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA NO MEMORIAL DA SOCIEDADE DE GINÁSTICA PORTO ALEGRE	46
<i>Luzia Costa Rodeghiero</i>	
O PROGRAMA MONUMENTA EM PELOTAS	68
<i>Laura Gomes Zambrano</i> <i>Fábio Daniel Mendes Caetano</i>	
AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA CIDADE DE PELOTAS	82
<i>Francine Morales Tavares</i>	

OS CINE-TEATROS GUARANY (PELOTAS) E INDEPENDÊNCIA (SANTA MARIA): SINGULARIDADES DOS MODOS DE PROTEÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....	94
<i>Francisca Ferreira Michelin</i> <i>Francine Silveira Tavares</i> <i>Amanda Costa da Silva</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: DIÁLOGO ENTRE CIRCO-TEATRO E PATRIMÔNIO CULTURAL	118
<i>Darlan De Mamann Marchi</i>	
O PATRIMÔNIO PÚBLICO-JURÍDICO E O SEU VALOR HISTÓRICO-CULTURAL: UM OLHAR SOBRE OS (DES)ENTENDIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA COMINTER DO TJ-RS	136
<i>Cláudio de Sá Machado Júnior</i> <i>Ana María Sosa González</i>	
CARTAS — ESCRITAS SENSÍVEIS DE SI COMO BENS CULTURAIS: ACERVOS PESSOAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	161
<i>Cleusa Maria Gomes Graebin</i> <i>Nádia Maria Weber Santos</i>	
O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA IGREJA: ENTRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS E OS “ESCRITOS AUTORREFERENCIAIS”	180
<i>Cristiéle Santos de Souza</i>	
A PATRIMONIALIZAÇÃO DE LUGARES DE SOFRIMENTO: O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE SOBRE O REGIME MILITAR NO BRASIL	196
<i>Ana Paula Ferreira de Brito</i> <i>Maria Letícia Mazzucchi Ferreira</i>	
VELHICE E ASILAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NOS DIÁLOGOS ENTRE SAÚDE E CULTURA – A COMPREENSÃO DA PESSOA IDOSA COMO TESOURO VIVO EM SOCIEDADE	217
<i>Daniele Borges Bezerra</i>	

LÍNGUA DE SINAIS E DIREITO LINGUÍSTICO E CULTURAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS TENSIONAMENTOS DO MOVIMENTO SURDO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	232
<i>Tatiana Bolivar Lebedeff</i>	
<i>Fabiano Souto Rosa</i>	
<i>Francielle Cantarelli Martins</i>	
<i>Madalena Klein</i>	
ARQUEOLOGIA EM CAMPO: USOS E SIGNIFICADOS ATRIBUIDOS À ANTIGA ENFERMARIA MILITAR DE JAGUARÃO-RS	246
<i>Fábio Vergara Cerqueira</i>	
<i>Mariciana Zorzi</i>	
<i>Luciana da Silva Peixoto</i>	
A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA E A PROTEÇÃO LEGAL DE BENS ARQUEOLÓGICOS: UM ESTUDO DE CASO	265
<i>Marcelo Garcia da Rocha</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO E PARA O PATRIMÔNIO E OS CURSOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS NO BRASIL	280
<i>Roberto Heiden</i>	
A ESTRADA REAL: UM PROJETO MEMORIAL MINEIRO	297
<i>Maritsa Sá Freire Costa</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS EN MATERIA CULTURAL EN VENEZUELA: PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN PROCESOS DE DESARROLLO	319
<i>Jenny González Muñoz</i>	
SOBRE OS AUTORES	333
SOBRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL	348

APRESENTAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS DO PATRIMÔNIO

O presente e-book originou-se a partir dos artigos dos alunos do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) realizados para a disciplina Políticas Públicas do Patrimônio, ministrada pelos professores Ana María Sosa González e Cláudio de Sá Machado Júnior, organizadores deste livro, no primeiro semestre de 2012. Portanto, representa o esforço para traduzir em texto parte das discussões realizadas em sala de aula, abordando os processos patrimoniais que vem acontecendo nos últimos anos no Brasil e no mundo. Este e-book também teve sua origem a partir de convites especiais, feitos pela professora Francisca Ferreira Michelin com colaboração dos professores supracitados a pesquisadores que desenvolvem trabalhos referentes ao tema.

A disciplina abordou conteúdos sobre a legislação brasileira e hispano-americana voltadas para a preservação de bens culturais, à luz das políticas públicas do patrimônio desenvolvidas especialmente no Brasil e nos contextos do Mercosul. Trabalhou-se a partir do histórico dessas políticas, problematizando contextos e situações contemporâneas. A partir das discussões e leituras de diversos textos surgiu o diálogo com as pesquisas que os professores da disciplina, pós-graduandos no Programa de Pós-Graduação, desenvolvem, contando também com o apoio dos orientadores e a contribuição de vários docentes do curso.

Refletir sobre as medidas adotadas, ou não, que possam garantir a salvaguarda do patrimônio cultural do extenso e diversificado panorama que constitui a nação brasileira é um exercício, possivelmente infundável, que se manifesta de diversas maneiras: relatos de experiências, revisão de literatura, relatório de ações específicas, análises de casos. A análise das políticas públicas inscreve-se com muita desenvoltura no campo da ciência política, no entanto, mesmo nesse, o Brasil foi contemplado com estudos ocasio-

nais¹ até serem publicadas as obras de Maria Cecília Londres Fonseca² e de Márcia Romeiro Chuva³, ambas citadas nos capítulos deste livro. As referidas, publicadas em um curto espaço de tempo entre uma e outra, marcam o surgimento de um tema para o qual convergem muitas atenções que dedicam esforço em compreender os processos de negociação entre os agentes patrimoniais.

Não raro esses processos se desenvolvem em situações de conflito, por vezes inegociáveis, que revelam o paradoxo da instituição do patrimônio. E tal fato parece estar na raiz da gestão do patrimônio pelos governos. Françoise Choay⁴ situa no contexto da Revolução Francesa, no qual se viam “igrejas incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas, castelos saqueados”, o início da preservação por parte do governo revolucionário. Esse, ao mesmo tempo em que permitiu e/ou promoveu a destruição, instituiu as ações voltadas para a conservação dos monumentos históricos. O que foi destruído e o que foi conservado enuncia os princípios de valor, as técnicas de normalização dos conceitos e a efetividade da ação daquele poder governamental sobre a decisão do que se torna emblema histórico da nação.

Na atualidade, no Brasil e em muitos lugares, o exercício prático dos conceitos aplicados demonstra tanto a fragilidade desses como a sua ocasional vitória. O fato não decorre apenas de um ponto de vista que destaca uma faceta do assunto polifacetado, mas das cada vez mais intensas avaliações que os próprios agentes do patrimônio fazem sobre os processos de patrimonialização. Assim, os discursos oficiais enunciam que a consolidação da cidadania e o desenvolvimento sustentável são os eixos norteadores das polí-

¹ FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, n. 21, junho 2000, p. 212-259.

² FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

³ CHUVA, Márcia Regina Romero. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

⁴ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006, p. 95.

ticas governamentais que se baseiam em um modelo que tem como meta a autonomia cultural.

Falar em patrimônio implica ter presente os princípios básicos da sua construção social, ou seja, compreendê-lo como produto dos significados e valores atribuídos por um grupo a esse bem cultural que, portanto, vem a ser considerado patrimonial pelas qualidades que lhes são outorgadas. Os significados atribuídos nutrem-se de memória, de história e de conflitos. Como profere Llorenç Prats⁵, trata-se “*de la puesta en valor o activación*”. Marca-se, assim, a diferença entre ambos os conceitos: o primeiro termo advindo do ato de valorar que uma sociedade exerce sobre determinado bem cultural e o segundo, oriundo da dependência que os processos de patrimonialização têm ao poder político e à sociedade, quanto à negociação pela qual se confere valor patrimonial a um bem.

Para Prats, essa *activación* tem a ver com os discursos que se embasam na *seleção* e na *ordenação* dos elementos integrantes da sua construção e na sua *interpretação*, que o autor entende ser como “caráter meramente instrumental dentro de um discurso pré-estabelecido”. Nesse processo, os poderes sempre estão ali, definindo o terreno e as regras de jogo. Assim, esses discursos caracterizam-se como a coluna vertebral das ativações patrimoniais na medida em que cumprem o objetivo de alcançar o maior consenso possível diante da sociedade.

Leonardo Castriota⁶ aponta para a questão da discussão dos valores nas sociedades contemporâneas, considerando a dimensão ética tanto na normativa quanto na própria atividade científica. Na dialética lembrar-esquecer, base das políticas de preservação, coloca-se à luz determinados aspectos da história, privilegiando-os enquanto outros são deixados na obscuridade. Assim, são os valores eleitos pelo grupo que decidem o que conservar – ou seja, que bens culturais representarão determinada comunidade e o seu passado. Em tal processo, também decide-se como esses bens serão conservados e que tipo de intervenção sofrerão para chegar às gerações

⁵ PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**. Barcelona, n. 21, p. 19-20, 2005.

⁶ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 93-94.

futuras. Em pensamento consonante, Dominique Poulot expressa que o conceito de patrimônio

[...] depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.⁷

Segundo aponta Maria Cecília Londres Fonseca⁸, uma política de preservação, ou de reconhecimento de um patrimônio, vai além de medidas protetivas. Faz-se necessário “questionar o processo de produção deste universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção”. A salvaguarda desse patrimônio vai além da salvaguarda de resquícios do passado. A proteção do patrimônio cultural consiste em um trabalho de reapropriação, restituição e reabilitação do próprio presente, em prol de um futuro de relações sociais mais justas. Para a autora, as transformações no conceito e na forma de gerenciar o patrimônio, enquanto objeto de políticas públicas, indicam sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade, trazendo conflitos a uma prática tradicionalmente exercida pelo Estado, com o concurso de intelectuais de perfil definido e à margem das pressões sociais.

A memória – particularmente a memória intersubjetiva, ou seja, compartilhada, construída segundo as necessidades e interesses do presente – determina não só a relevância dos referentes como também o conteúdo dos discursos. A história como discurso de caráter oficializante e unificador promove elementos que servi-

⁷ POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI**: do monumento aos valores. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 13.

⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.^a ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2005. Op. cit., p. 35-36.

rão de uso do passado reivindicado na valoração e significação patrimonial presente. Com a ampliação do conceito de patrimônio, que pressupõe uma atribuição de significado a determinados bens, as discussões no campo patrimonial tem sido cada vez mais complexas e aprofundadas. Valores patrimoniais, assim como suas concepções, mudam com o tempo e com as sociedades. Envolvem, também, relações com conceitos de identidade e memória, modernidade e nacionalidade, sendo que na “sua construção apresenta momentos em comum com trajetórias dos conceitos de história, arqueologia, a arte e arquitetura”⁹.

As políticas públicas podem ser enunciadas como o conjunto de ações realizadas pelo Estado para atender as necessidades de toda a sociedade. Assim, são ações que buscam determinados objetivos, sendo desenvolvidas tanto no plano de sua implementação efetiva – aquelas que se materializam em fatos e ações concretas – quanto no nível do discurso através da sua simples formulação, ou seja, no plano das intenções, que revela o interesse da sociedade sobre determinado campo.

As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do Estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se dar a decisão ou a tomada de decisão.¹⁰

Os complexos processos de negociação pela ativação patrimonial envolvem a sociedade e necessitam, como já foi dito, do

⁹ MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**. Pelotas, vol. 11, p. 1, 2005. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf>. Acesso em: 2 de dezembro de 2012.

¹⁰ SANT'ANNA, Márcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: UFBA, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1995, p. 37.

maior consenso possível. Problemas e tensões implícitas a esse processo podem ser percebidos quando há uma ameaça que coloca algum bem patrimonializado em risco. Nestes momentos, o discurso patrimonial reveste-se de um caráter mítico e auto defensivo que através da idealização do passado, minimiza as diferenças da comunidade originária, disfarçando os conflitos internos para se defender de uma agressão externa.

Assim, a participação social na produção e gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população, é carregada de complexos processos e de intervenções. A sociedade, geralmente através de suas instâncias representativas, seleciona o que deve ser patrimonializado, o que deve ser mantido, conservado, ressignificado e, portanto, o que deve ser atribuído de valor a partir dos enunciados discursivos. Estas escolhas são sempre atos políticos que definem o que e como deve ser patrimonializado um bem. Por essa razão, o ato de valorização implica em que algo será priorizado em detrimento de outro, motivo pelo qual sempre há a possibilidade de um conflito, latente ou explícito.

Falar a respeito das políticas públicas vinculadas ao patrimônio material é falar também sobre os processos e instrumentos de preservação patrimonial. A preservação dos considerados “bens culturais” é uma ação da cultura, variável, polêmica e negociada. Diferentes segmentos sociais aplicam determinado valor patrimonial a um bem em momento específico de suas trajetórias.

Cronologicamente, no momento em que surge o Estado-Nação, surge, também, a necessidade de apropriação patrimonial daqueles bens que deveriam ser os signos identificadores da sociedade. No entanto, as lógicas de cada país, assim como os processos de caráter global (industrialização e avanço do capitalismo, por exemplo) agem sobre o processo de patrimonialização e interferem no valor atribuído a bens que outrora foram patrimonializados. A mutabilidade da cultura e os processos de transformação de seu meio são fatores que dinamizam e complexificam o que deve e como deve ser preservado. Da confluência desses fatores, surgem os processos conflituos, nem sempre facilmente ministrados pelos poderes públicos.

A partir da primeira década deste século, um novo panorama se desenhou com a emergência do conceito de patrimônio ima-

terial, reforçado pelas Convenções de 2003 e de 2005¹¹. As questões concernentes ao novo conceito já vinham sendo debatidas no Brasil. Na gestão do Ministério da Cultura dirigida pelo músico Gilberto Gil, buscou-se fortalecer a cultura nacional através de ações que lançaram um olhar para as culturas populares, para a diversidade cultural brasileira e para o patrimônio imaterial. As políticas públicas culturais então desenvolvidas fortaleceram a participação da população nos espaços de decisão. Ocorreram conferências municipais, estaduais e nacionais que tiveram como pauta a formação de colegiados setoriais, a representação de diferentes setores das áreas da cultura e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura.

Diversificaram-se e a ampliaram-se os agentes sociais no campo do debate sobre as políticas culturais. “O mundo globalizado gerou um papel relativamente fraco dos Estados nacionais e um crescimento das agências e dos organismos internacionais”, segundo Lia Calabre¹². Assim, os agentes sociais estão cada vez mais conectados por redes que extrapolam as antigas fronteiras nacionais. Neste aspecto, Eduardo Nivón¹³ ressalta que:

¹¹ O Brasil é signatário da Convenção de 2003 da UNESCO, na que foi instituída a *Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* e também da Convenção de 2005, sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. As ações da UNESCO são também um reflexo da época e das concepções políticas de diferentes momentos, desde Haia, em 14 de Maio de 1954, quando da *Convenção para proteção de bens culturais em caso de conflito armado*, no pós 2.ª Guerra, até as convenções mais recentes que podem ser lidas dentro do preocupante quadro contemporâneo da globalização. Os países ocidentais em maior ou menor medida vem acompanhando essas iniciativas expressadas através de suas leis e aplicação das políticas culturais em novos âmbitos. O Brasil também tem caminhado lado a lado dessas ações, adotando com assombrosa rapidez os instrumentos normativos da UNESCO.

¹² CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 11. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001818.pdf>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2012.

¹³ NIVÓN, Eduardo. As políticas culturais e os novos desafios: o patrimônio imaterial na estruturação das novas políticas culturais. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 60. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001818.pdf>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2012.

[...] a verdadeira prova da profundidade alcançada pelas políticas de interculturalidade radica em como as nações reorganizam suas instituições para dar espaço às expressões e ao diálogo entre culturas. A atenção ao que aconteça nas regiões é de grande importância para avaliar se as políticas de diversidade constituem uma cosmética dos Estados ou se arraigaram nas sociedades. É por isso que as políticas culturais nas cidades assumiram um novo protagonismo na atualidade.

Essas questões podem ser analisadas no Brasil como reflexo do reconhecimento do patrimônio imaterial. O intenso debate sobre esse tema envolve questões relativas à memória e ao patrimônio nas diferentes áreas do âmbito cultural do país. Um exemplo fundamental é a iniciativa governamental sobre os *Pontos de Cultura* que se consolida como forte política pública, especialmente junto ao programa Cultura Viva. Os *Pontos de Cultura*, definidos por Célio Turino¹⁴ como “um conceito de autonomia e protagonismo cultural”, pretende abranger a diversidade cultural do Brasil em um grande esforço de gestão compartilhada, visando “dar voz e visibilidade” a grupos que foram silenciados e esquecidos durante muito tempo. A estratégia é incentivar as organizações culturais da sociedade que, gradativamente, ganham força no reconhecimento institucional ao realizar esta parceria com o Estado.

Toda essa complexidade das relações entre memória e patrimônio, assim como os processos de valoração e ativação patrimonial, tem presente os processos de reivindicação patrimonial. O olhar crítico de Joël Candau contribui para pensar questiona a reivindicação patrimonial, se considerada como “investimento identitário” a ser transmitido e percebe nessa os perigos de afirmação identitária que podem refletir o conflito de uma demanda social em direção ao passado que não é capaz de lidar com o presente cambiante e incerto. Segundo Candau¹⁵, a busca memorial se manifesta na patrimonialização generalizada da sociedade, devendo atender

¹⁴ TURINO, Célio. **Ponto de Cultura**. O Brasil de baixo para cima. 2.ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010, p. 16.

¹⁵ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 159-161.

[...] as representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica conduz, muito facilmente, as tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal” – que é também aquela dos mortos – ou no território nacional.

Para finalizar esta apresentação, considera-se que uma visão crítica de constante questionamento e aprofundamento teórico-prático é a maneira mais adequada para pensar sobre aspectos, conceitos e trajetórias vinculadas às políticas públicas no âmbito da cultura e do patrimônio. E foi nesta linha de pensamento que se trabalhou ao longo da disciplina de *Políticas Públicas do Patrimônio*. O trabalho resultou em dezoito textos que abordam temáticas diversas: o patrimônio documental arquitetônico (Aline Abreu Migon dos Santos, Margarete Regina Freitas Gonçalves e Silvana de Fátima Bojanoski); a legislação dos museus (Ana Ramos Rodrigues e Juliane Conceição Primon Serres); a gestão do patrimônio privado (Luzia Costa Rodeghiero); experiências com o programa Monumenta em Pelotas (Laura Gomes Zambrano e Fábio Daniel Mendes Caetano); o patrimônio edificado e seus incentivos fiscais (Francine Moraes Tavares); a história e proteção de edificações culturais em Pelotas e em Santa Maria (Francisca Ferreira Michelon e Amanda Costa da Silva); as políticas da cultura no circo-teatro (Darlan De Mamann Marchi); discussões epistemológicas na construção de políticas públicas para acervos (Cláudio de Sá Machado Júnior e Ana María Sosa González); especificidades de acervos pessoais, em especial as cartas (Cleusa Maria Gomes Graebin e Nádia Maria Weber Santos); o patrimônio documental eclesiástico (Cristiéle Santos de Souza); as memórias políticas do Regime Militar (Ana Paula Ferreira de Brito e Maria Letícia Mazzucchi Ferreira); as reflexões acerca da velhice e do asilamento (Daniele Borges Bezerra); políticas públicas de LIBRAS (Tatiana Bolivar Lebedeff, Fabiano Souto Rosa, Francielle Cantarelli Martins e Madalena Klein); pesquisas arqueológicas e de observação em enfermaria de Jaguarão (Fábio Vergara Cerqueira, Mariciana Zorzi e Luciana da Silva Peixoto); as políticas públicas e sua relação com os bens arqueológicos (Marcelo Garcia da Rocha); a questão dos cursos de conservação e restauro (Roberto Heiden); a proble-

mática da paisagem cultural mineira (Maritsa Sá Freire Costa); e reflexões sobre políticas públicas na Venezuela (Jenny González Muñoz).

Mesmo que não se pretenda estabelecer uma discussão especificamente conceitual sobre as políticas públicas do patrimônio cultural no Brasil, o contexto acadêmico alimenta a efervescência analítica que traduz os debates sobre as estratégias de preservação do patrimônio. O que esses ensaios buscam pode ser o exercício de reflexão sobre os resultados das interpretações das atuais políticas na prática.

Trabalhar no diálogo contínuo entre os aportes teóricos, as trajetórias históricas dos conceitos e práticas patrimoniais e de políticas públicas poderá dar uma visão de contexto para refletirmos sobre os casos específicos de nossas pesquisas. Desejamos uma boa leitura e inspiração para a abertura de novos debates no campo das políticas públicas do patrimônio.

Prof.^a Dr.^a Francisca Ferreira Michelin

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior

Prof.^a Dr.^a Ana María Sosa González

PPGMP/UFPel – PNPDI/CAPES

Pelotas, dezembro de 2012.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO: INSTITUIÇÕES, PERSONALIDADES E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA ARQUITETURA NO BRASIL

*Aline Abreu Migon dos Santos
Margarete Regina Freitas Gonçalves
Silvana de Fátima Bojanoski*

A preservação do patrimônio cultural visa salvaguardar o que definimos como bens culturais, que são produtos de nossa cultura – do pensamento, do sentimento e da ação do homem. A noção contemporânea de patrimônio vem da consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – materiais ou imateriais – ou seja, dos valores que são atribuídos a esses bens. Sendo assim, a seleção dos bens é um ato intelectual que só se constitui quando "alguém" seleciona como signo cultural. Portanto, o patrimônio surge de uma atribuição de valor, isto é, necessita de um olhar crítico. Se a crescente preocupação com a proteção do patrimônio cultural reflete o grande desejo de valorizar as memórias compartilhadas de certos grupos, essa ação não deve ser entendida como uma nostálgica volta ao passado ou uma recusa em se viver nosso tempo. Daí o conceito de patrimônio cultural estar cada vez mais ligado às necessidades atuais de melhoria da vida nas cidades, dando forma a ações de peso político decisivo. Mais que salvaguarda de resquícios do passado, a proteção do patrimônio cultural é um trabalho de reapropriação, restituição e reabilitação do próprio presente, com vistas a um futuro de relações sociais mais justas. Segundo Maria Cecília Londres (2009, p. 35):

São essas práticas e esses atores que atribuem a determinados bens valor que servirá de base a toda reflexão aqui desenvolvida, pois considero que são esses processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios.

A atribuição de valor aos documentos de arquitetura se inicia no momento em que eles são recolhidos, avaliados e selecionados para custódia em um arquivo permanente ou histórico¹⁶. Embora a arquitetura seja uma operação compartilhada, o valor do monumento, normalmente, é dado a quem o idealizou e concebeu, na maior parte das vezes um arquiteto ou engenheiro. É possível perceber que a importância aos documentos só é dada a partir da avaliação do edifício já construído e da biografia do arquiteto.

A acumulação e a produção em um arquivo especializado de arquitetura ocorrem a partir da realização de rotinas, funções e atividades relacionadas a uma edificação, que são desempenhadas por diversos profissionais, principalmente, arquitetos e engenheiros, que participam da elaboração e execução de um projeto arquitetônico (cf. VIANA, 2011, p. 27).

Podendo ser considerado como ponto central da produção documental, o projeto de arquitetura é composto por informações gráficas, representadas pelos desenhos técnicos através de plantas¹⁷, cortes¹⁸, elevações¹⁹ e perspectivas²⁰, e por informações escritas, memorial descritivo, fotografias, maquetes e especificações

¹⁶ Segundo Shellenberg (2006, p.41), “os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente”.

¹⁷ No Dicionário Visual de Arquitetura de Ching planta é uma “projeção ortográfica do topo ou corte de um objeto ou estrutura sobre um plano horizontal, geralmente desenhada em escala” (CHING, 2006, p. 166).

¹⁸ Projeção ortográfica, normalmente em escala, de um objeto ou estrutura tal como seria visto se cortando inteiramente por um plano, a fim de mostrar sua configuração interna (CHING, 2006, p. 167).

¹⁹ Projeção ortográfica, normalmente em escala, de um objeto ou estrutura sobre um plano vertical paralelo a um de seus lados. Também chamada vista (CHING, 2006, p. 167).

²⁰ Segundo o *Dicionário visual de arquitetura* de Ching (2006, p. 169), perspectiva é “qualquer uma das várias técnicas de representação de objetos tridimensionais e relações espaciais em uma superfície bidimensional tal como estes poderiam se afigurar ao olho”.

técnicas de materiais e sistemas construtivos. Portanto, a ideia e a concepção para a construção de um edifício são representadas pelo arquiteto através dessa documentação.

Segundo Ramón Gutiérrez, a recente consciência sobre o valor documental dos Arquivos de Arquitetura em nosso continente está possibilitando o resgate dos mesmos. De uma forma geral, esses arquivos carecem de uma tutela específica, salvo os que estão guardados em repartições públicas ou escritórios privados, nos quais são necessários conservá-los graças ao próprio caráter operativo dos mesmos. De todo modo, tratar-se-ia nesses casos “simplesmente de uma operação de armazenamento, sem implicação alguma de uma tarefa adequada de acondicionamento e catalogação” (GUTIÉRREZ, 2001, p.29). Portanto, quando são recolhidos por instituições arquivísticas, esses arquivos normalmente chegam incompletos. Vianna (2001, p. 30) cita Nieuwenhuyusen e Peyceré que apontam a dificuldade de se preservar arquivos de arquitetos, pois isso depende de muitos fatores, inclusive os rumos de sua profissão. Já Blanco, também citado em Viana (2001, p.3), acredita que essa dispersão ocorre devido à falta de discussão dos responsáveis pelos arquivos. Cláudio Viana (2001, p. 30) conclui que:

Uma forma de superar a dispersão documental, como a que ocorre com a documentação produzida por arquitetos, que dificulta o trabalho de pesquisadores em uma investigação histórica mais aprofundada, seria a intensa colaboração entre as instituições que possuem a custódia desses acervos, para a produção de um guia interinstitucional de fontes de arquitetura e de um protocolo comum de comunicação entre as suas bases de dados.

Mesmo com toda essa fragilidade, na América Latina já existem vários arquivos de arquitetura que estão abrigados em centros de documentação, universidades e instituições que, em sua maioria, são os principais produtores de pesquisa científica (cf. CASTRIOTA, 2010, p. 1). No Brasil, o patrimônio documental da arquitetura é custodiado por diversas instituições públicas e privadas, tais como: o Arquivo Nacional, o Arquivo Histórico do Exército, a Mapoteca do

Itamarati, a Fundação Oscar Niemeyer, a Biblioteca Nacional, as universidades de Arquitetura e Urbanismo de diversos Estados, a Fundação Oswaldo Cruz, entre outros (cf. GUTIÉRREZ, 2001).

Essa reflexão se dá em virtude de atualmente no Brasil haver maior interesse de pesquisadores em usar como fontes os documentos referentes ao patrimônio arquitetônico. Sendo assim, esses acervos merecem mais estudo e atenção de profissionais e instituições no que se refere a: tratamento de conservação, metodologias de organização, guarda, proteção legal, acesso aos documentos e investimento.

Este texto tem como objetivo relacionar o patrimônio documental da arquitetura com as políticas, discursos e práticas efetivas de preservação do patrimônio cultural no país. Inicialmente serão apresentadas as ações do Estado relativas à proteção do patrimônio cultural. Em seguida, amostragem de algumas estratégias de proteção legal do patrimônio documental da arquitetura, através de um quadro geral da evolução da proteção, pesquisa e difusão da preservação desses documentos no país. Serão analisadas algumas instâncias de ensino superior e órgãos de fomento à pesquisa que têm trabalhado para proteger e incentivar as pesquisas nesses arquivos. Não se pretende esgotar o assunto, mas sim lançar alguns questionamentos e debates sobre o tema.

Políticas públicas de preservação do patrimônio no Brasil

A proteção ao patrimônio cultural brasileiro, antes da criação de uma entidade no âmbito federal, deu-se pontualmente através de ações e leis isoladas, influenciadas mais tarde por experiências internacionais, principalmente portuguesas. Sendo colônia de Portugal, a primeira proteção legal ao acervo de arte antiga e aos monumentos existentes no território brasileiro foi introduzida pelo direito português, de modo pioneiro no cenário jurídico mundial. Essa proteção ocorreu por meio de alvará, em 1721, onde o Rei Dom João V decretou, sobre os monumentos antigos que existiam ou que viriam a ser descobertos durante o reinado, que não se “desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos” sob domínio dos fenícios, gregos, penos,

romanos, godos e árabes. Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987, p. 66), ao citar o alvará ele destaca:

Ainda que em parte esteja arruinado e, da mesma sorte, as estátuas, mármore e cipos em que estiveram esculpidas algumas figuras, ou tiveram letreiros (...), ou lâminas, ou chapas de qualquer metal que contiverem os ditos letreiros ou caracteres; como outrossim medalhas ou moedas que mostrarem ser daqueles tempos até o Reinado do Senhor Dom Sebastião, nem encubram ou ocultem algumas das sobreditas cousas.

Com o advento da República no Brasil em 1889, e as consequentes remodelações urbanas decorrentes dos progressos impulsionados pela Revolução Industrial e pelas reformas sanitárias nas cidades, começaram a surgir leis e decretos estaduais visando à preservação do patrimônio monumental do Brasil. Esses projetos se preocupavam em proteger o patrimônio histórico e artístico cultural das velhas cidades, como Ouro Preto. Mas não surtiram efeito, porque alguns entravam em choque com a Constituição Federal então vigente. Mesmo assim, os estados da Bahia e de Pernambuco, herdeiros dos espólios monumentais mais ricos do país, adotaram algumas medidas legislativas estaduais e criaram órgãos para proteção de seus patrimônios históricos. Essas medidas tiveram dificuldades em garantir a proteção dos bens. Em 1930, um novo projeto de lei apresentado por um deputado baiano (nº 230/1930), visava “organizar a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional” (ANDRADE, 1987, p. 67), o qual sequer foi analisado devido à dissolução do Congresso Nacional em consequência da Revolução de Outubro de 1930.

Foi só em 1933 que o governo provisório expediu dois decretos tratando do patrimônio cultural: o Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, pelo qual foi “erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação vigente” (BRASIL, 1933); e o Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, que aprovou novo regulamento para o Museu Histórico Nacional, criado em 1922, e declarou, no

capítulo VIII, que “os imóveis classificados como monumentos não poderiam ser demolidos, reformados ou transformados, sem a permissão e fiscalização” (BRASIL, 1934b) daquele museu, incumbido, também, por este instrumento, de organizar “um catálogo tanto quanto possível completo de objetos históricos e artísticos existentes no país” (BRASIL, 1934b). Percebe-se aí o surgimento do inventário²¹. Mas estes decretos não tiveram força necessária para surtir efeito na preservação do acervo monumental do Brasil, já que não tinham respaldo jurídico suficiente (cf. ANDRADE, 1987, p. 67).

Com a Constituição de 1934 se iniciou a efetiva proteção legal, em nível federal, do patrimônio histórico e artístico do país, mas ainda de modo insuficiente. No Artigo 10, compete à União e aos estados a proteção das belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de artes. Vale destacar também o Artigo 148:

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934a)

Com esse incentivo, foi então idealizado em 1935 a criação de um serviço técnico especial de monumentos nacionais. Coube ao então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, iniciar os estudos para a elaboração do projeto de lei federal que deveria delinear a ação executiva da proteção e da preservação desse patrimônio no país, assim como a criação do órgão que dela se ocuparia. Convidou o escritor Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, para elaborar um anteprojeto que daria origem ao referido projeto de lei. Embora não tenha sido

²¹ Levantamento sistemático e arrolamento dos bens culturais de certa cultura, visando a conhecê-los e preservá-los.

aprovado, esse anteprojeto não perdeu o valor de documento para contextualizar a história de patrimônio nacional.

Portanto, o ano de 1936, para alguns estudiosos, tornou-se o marco inicial das políticas oficiais de patrimônio cultural no Brasil, com a proposta de se criar uma agência federal de proteção ao patrimônio, no âmbito de uma política cultural e educacional assumida pelo governo federal a partir do ano de 1930, descrita como parte de um amplo projeto de modernização política, econômica e cultural. Dissonante do proposto pelas elites agrárias, esse projeto modernizador do Brasil foi implementado por uma elite de bases urbanas, que veio a dirigir o país sob orientação de uma ideologia nacionalista e autoritária.

O ano de 1937 foi marcado pelo golpe de Estado e pela radicalização do projeto modernizador com a instituição do Estado Novo, um regime político autoritário, que pôs fim as liberdades democráticas elementares. Esse era o panorama político de um projeto modernizador, com o objetivo de criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro, concebido sob uma ideologia nacionalista. Essa preocupação com a identidade nacional brasileira ocorre desde a independência política do país em relação a Portugal, na primeira metade do século XIX.

Ao longo do século XX é possível identificar claramente duas narrativas sobre políticas oficiais de patrimônio cultural do Estado Brasileiro e consequentemente sobre a *identidade nacional*²². A primeira denominada *fase heróica* é associada a Rodrigo Melo Franco de Andrade e ao SPHAN, regulamentado posteriormente pelo

²² Desde o Regime Republicano, as discussões sobre a identidade nacional se centralizavam na ideia de raça. Entre os anos 20 e 30 do século XX essa ideia passa a ser discutida a partir da busca por uma brasilidade, da essência, da alma, por fim da identidade da nação brasileira. Surgiram assim, vários discursos: os intelectuais que se identificavam com o Modernismo, que eram associados ao regime político do Estado Novo que se viam como uma elite cultural e política que tinham a missão de modernizar ou civilizar o Brasil, colocando o no plano das nações europeias mais avançadas; outros propunham valorizar o tradicional e regional na construção de uma imagem nacionalista singular do Brasil, a partir do retorno aos seus mais autênticos valores nacionais. Sendo a arte e a literatura instrumentos de extrema importância para definir a brasilidade nesse contexto.

Decreto-lei nº 25/1937, que ocorreu em 1937, ano em que foi criado o órgão. A segunda, denominada *fase moderna*, é associada a Aloísio Magalhães e ao processo de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural que, sob sua liderança, se desenvolveu desde 1970.

No SPHAN, o discurso e a política de Rodrigo Melo, para o patrimônio histórico e artístico brasileiro, se apoiam no paradigma de história como disciplina acadêmica. Sendo um intelectual, Rodrigo se dedicou a organizar e dirigir o SPHAN, tendo publicado muitos artigos sobre a história da arte e da arquitetura colonial brasileira, tornando o órgão uma instituição dedicada à pesquisa científica sobre os valores de arte e história de nosso país. Essa fase é conhecida como *heroica* devido à dedicação exclusiva de Rodrigo à causa do patrimônio.

Em 1937, foi instituído o Decreto-lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, onde no artigo primeiro é possível perceber o esquecimento de bens culturais não pertencentes às elites ou a história oficial:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (destaque nosso) (BRASIL, 1937)

No período de Rodrigo Melo, a maioria dos monumentos e obras de arte tombadas era considerada como representativa do chamado barroco mineiro brasileiro, usado oficialmente como signo totêmico de expressão estética de identidade nacional brasileira. Portanto, percebe-se uma elevação da arquitetura à condição de marca nacional.

É importante destacar que muitos arquitetos estiveram associados ao IPHAN desde a sua criação. Posteriormente, vieram a se projetar como arquitetos famosos, como por exemplo: Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Carlos Leão, Afonso Reidy. Esses arquitetos se

classificavam como modernistas ou racionalistas e foram seguidores da vanguarda europeia, especialmente de Le Corbusier. Propuseram a atualização da arquitetura brasileira e foram responsáveis pela criação de diversos acervos de grande valor para a arquitetura moderna brasileira²³. Muitos deles atuaram na Divisão de Obras, do Ministério da Educação e Saúde – DO/MES²⁴.

O instrumento jurídico criado para a proteção do patrimônio brasileiro foi o tombamento estabelecido pelo Decreto-lei Federal nº 25. Sendo a primeira norma, jurídica de que se dispõe objetivamente sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, o Decreto faz referência acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade e define patrimônio histórico e artístico da União como “conjunto de bens móveis e imóveis, existentes no País, cuja conservação seja de interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Esse decreto é uma lei federal que determina o sujeito de controle do patrimônio histórico. A institucionalização do tombamento surge para dar ao Estado o direito de atuar no tombamento de bens de particulares.

Na Constituição de 1946 inicia-se a preocupação com a proteção dos documentos históricos. Segundo seu Artigo 175: “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público (BRASIL, 1946)²⁵”.

Entre as chamadas fases *heroica* e a *moderna*, nos anos de 1969 a 1979, o SPHAN esteve a cargo de Renato Soeiro, que foi co-

²³ Considera-se como Arquitetura Moderna Brasileira parte da produção arquitetônica construída no período 1930-1960. Recebe a influência direta do movimento moderno europeu e mais especificamente de Le Corbusier, que esteve no Brasil em 1929.

²⁴ Órgão que tinha a atribuição de elaborar projetos, de construção, de remodelação ou de reforma nas instituições que eram ligadas ao Ministério da Educação e Saúde. A Divisão de Obras teve forte participação na arquitetura moderna, pois era composta por profissionais formados pela Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, na década de 1930.

²⁵ BRASIL, 1946.

laborador de Rodrigo Melo. Este período foi marcado pela criação do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, que tinha como objetivo estudar e propor uma política alternativa de patrimônio cultural, traçando um sistema referencial para a descrição e análise da dinâmica cultura brasileira, tal como é caracterizada na prática das diversas artes, ciências e tecnologias. O centro desenvolveu vários projetos culturais entre 1975 e 1979 que exemplificavam a nova concepção de patrimônio cultural já defendida por Aloísio Magalhães. Quatro áreas eram cobertas por esses projetos: artesanato, levantamento socioculturais, história da tecnologia e da ciência no Brasil e levantamentos de documentação sobre o Brasil.

Em 1970, o Ministério de Educação realizou encontro de secretários de Estados e Municípios para estudar medidas necessárias para proteger o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, resultando na oficialização de um movimento em direção à descentralização: o Compromisso de Brasília²⁶. Esse encontro resultou na recomendação da criação de órgãos estaduais e municipais, sempre articulados com o IPHAN.

Aloísio Magalhães assume a direção do SPHAN em 1979, dando início a *fase moderna*, criando uma nova política para o patrimônio brasileiro. Sendo assim, cria-se uma moderna e nova instituição de patrimônio, buscando realizar as mudanças propostas por Aloísio Magalhães e seus colaboradores na política oficial de cultura em geral, particularmente, de patrimônio: a Fundação Pró-Memória, extinta em 1990. Esta fundação não tinha como objetivo substituir o SPHAN, mas complementá-lo. Embora a transformação do SPHAN em órgão apenas normativo e da Fundação em órgão executivo na preservação do patrimônio cultural, em termos de estrutura burocrática, as duas instituições operavam conjuntamente.

Uma vez que se ampliava o conjunto de objetos e atividades, considerados como patrimônio cultural, era necessário mudar o modo de como lidar com eles. Dessa forma, no discurso de Aloísio

²⁶ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

Magalhães, a tarefa não seria apenas a de identificar, tomba, restaurar e preservar monumentos. Contrária à narrativa de Rodrigo Melo, em que o Brasil se traduz como civilização e tradição, a de Aloísio parece mais próxima dos pressupostos da Antropologia, e estava baseada em uma teoria sistemática da cultura e da sociedade. Substituindo, assim, o patrimônio histórico e artístico de Rodrigo Melo por bens culturais existentes no contexto da vida cotidiana. A noção de cultura brasileira de Aloísio Magalhães enfatiza mais o presente do que o passado. Além disso, o diretor do SPHAN adota na instituição a importância do contato direto dos profissionais do patrimônio cultural com as populações locais. Sendo assim, Aloísio, ainda que reconheça o papel desempenhado pelo SPHAN nos últimos 42 anos, na preservação de monumentos históricos e arquitetônicos, assinala o fato de que a política implementada pelo órgão não mais expressaria a complexidade e a diversidade do patrimônio cultural brasileiro. Seria necessária uma ampliação do conceito de Patrimônio Cultural. Essa ampliação se deu no Artigo 216 da Constituição de 1988, como se pode ver a seguir:

Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Além disso, a Constituição dispõe sobre os mecanismos de preservação a serem utilizados que: “§1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamen-

to e preservação” (Ibid.). Para a proteção do Patrimônio Documental Brasileiro, a Constituição determinou caber à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para sua consulta. Previu que os danos e ameaças ao Patrimônio Cultural seriam punidos na forma da lei.

Paralelamente a esse percurso do SPHAN/IPHAN, o Arquivo Nacional, inicialmente chamado Arquivo Público do Império, desde 1832 foi a instituição responsável pela política de proteção do patrimônio documental do Brasil. A busca por instrumentos legais sobre a guarda, organização e acesso aos documentos da nação, ocorreu juntamente com outras entidades, como bibliotecas, associações de moradores, a Ordem dos Advogados do Brasil etc., ao longo desses anos.

Segundo Cecília Maria Leite Costa (1988, p.64), o Brasil, do ponto de vista da legislação, sempre sofreu um atraso considerável com relação aos outros países da América Latina. Também segundo a autora, até a década de 1970, não existia qualquer medida legislativa específica para arquivos públicos e privados, nem com relação à documentação em geral, nem ao acesso. Até 1980 alguns decretos criaram sistemas voltados para arquivos. Nesse mesmo ano, por iniciativa do Arquivo Nacional e com a aprovação do Ministério da Justiça, criou-se uma comissão responsável pela elaboração de um anteprojeto de lei que dispõe sobre a política de arquivos. Ainda segundo Fonseca (2003, p 179), foi apenas em fins de 1989 que um projeto de lei de arquivos, foi apresentado para a apreciação da Câmara Federal, tendo sido aprovado em 1990 e sancionado como lei em 8 de janeiro de 1991, originando a Lei nº 8.159, conhecida como Lei dos Arquivos.

Essa lei dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e prevê a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)²⁷, que foi instalado em 1994. A lei vem regulamentando a

²⁷O **CONARQ** é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

previsão constitucional sobre gestão documental governamental e as formas para sua preservação e publicidade. A partir desta lei, é considerado dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos. São instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e servem como elementos de prova e informação. Com relação aos arquivos privados, a lei os considera como conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades. Com relação aos arquivos privados, a legislação menciona no seu Artigo 12, que “os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.” (BRASIL, 1991).

Outra questão importante para os arquivos é em relação a penalidades, a Lei 9.605 de 1998, dispôs sobre sanções penais para atividades lesivas ao meio ambiente, considerou crime, contra o patrimônio cultural, a destruição e inutilização ou deterioração de bem especialmente protegido por lei, bem como de arquivos, registros, museus, bibliotecas, dentre outros. (cf. BRASIL, 1998). Um grande destaque que resulta em ganho para democracia do país foi a Lei nº 12.527:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. (BRASIL, 2011)

A preservação do patrimônio documental da arquitetura

O patrimônio arquitetônico foi um dos focos principais do Estado nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, mas com relação à documentação desses monumentos ocorreu certo descaso, que levou à perda e à dispersão da sua ordem original. As iniciativas para a proteção dessa documentação ocorrem em parcelas, desde 1980. A busca dos primeiros programas de pós-graduação criados no Brasil, pela compreensão da arquitetura

ra e do urbanismo, foi uma importante iniciativa, que na década de 1990 teve sua ampliação de forma acelerada, devido a uma tarefa sistemática de pesquisa que expandiu para diversas regiões brasileiras (cf. FERNANDES, 2011).

Portanto, as universidades tiveram e ainda têm um papel fundamental na preservação e na formação de acervos de arquitetura. Vale ressaltar algumas iniciativas, tais como: do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro; do Laboratório de Foto-documentação Sylvio de Vasconcelos, sob a tutela da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais; da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo; entre outras.

Com relação aos arquivos privados e pessoais, do ponto de vista da história, a valorização da história cultural, que se afastou dos modelos analíticos de corte estruturalistas, bem como o desenvolvimento da micro-história, fizeram com que os arquivos pessoais ganhassem importância como fontes de pesquisa. Isso resultou em um recolhimento, por instituições públicas e privadas, de acervos que se encontravam dispersos em mãos das famílias dos arquitetos. Os familiares juntamente com os escritórios de arquitetura, segundo Gutiérrez (2001), foram importantes para a preservação desses documentos, embora sem um tratamento de conservação e arquivístico adequados. É importante destacar que a partir de procedimentos da história oral, através de entrevistas e depoimentos, formam-se novos acervos, criando mais fontes de pesquisa.

Vale destacar o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento), que também foi importante para a preservação dos arquivos privados. O programa foi criado em 1984, no âmbito da Fundação Nacional Pró Memória, com a finalidade de preservar, por meio da assistência técnica a arquivos e atividades censitárias, os acervos privados de valor histórico provenientes de instituições da sociedade civil. Em 1992, foi criado o núcleo brasileiro do DOCOMOMO²⁸. Os objetivos dessa organização

²⁸ DOCOMOMO é uma organização não-governamental, com representação em mais de quarenta países. Foi fundada em 1988, na cidade de Eindhoven na Holanda. É uma

são a documentação e a preservação das criações do Movimento Moderno na arquitetura, urbanismo e manifestações afins²⁹. Ela é de extrema importância para a divulgação e preservação do patrimônio documental da arquitetura moderna brasileira. Desde 1995, ocorrem regularmente a cada dois anos seminários voltados para essa área.

Com esse intercâmbio de informações, entre as diversas instituições, percebeu-se a necessidade de um “órgão” responsável por esses acervos. Em 2003, durante o XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado no Rio de Janeiro, foi encaminhada ao Arquivo Nacional uma proposta de criação da Comissão de Arquivos de Arquitetura e Urbanismo, que resultou, na institucionalização de uma Câmara Técnica³⁰ voltada para esses acervos. Assim, em 2006, o Presidente do Conselho Nacional de Arquivos, através da Portaria n. 80, conforme aprovação do Plenário do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, em sua 30.ª reunião ordinária, realizada em 20 de maio de 2003, cria a Câmara Setorial sobre Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo.

Essa Câmara tem por objetivo realizar estudos, propor diretrizes e normas no que se refere à organização, à guarda, à preservação, à destinação e ao acesso de documentos integrantes de arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo. Integram esta Câmara Setorial: Elizabete Rodrigues Campos Martins, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Maria Fernanda Vieira Martins, da Fundação Oscar Niemeyer; Murilo Marx, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Francisca Helena Barbosa Lima, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Marlice Nazareth Soares de Azevedo, da Escola de

instituição sem fins lucrativos e está sediada atualmente em Barcelona, na *Fundació Mies van der Rohe*, e é um organismo assessor do *World Heritage Center* da UNESCO.

²⁹ Dados encontrados em <<http://www.docomomo.org.br/indexfutura.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

³⁰ As Câmaras Técnicas, constituídas pelo Plenário, são de caráter permanente e visam a elaborar estudos e normas necessárias à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos.

Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense - UFF³¹.

Felizmente, muitas instituições, governamentais ou não, estão investindo e participando na preservação da documentação da arquitetura brasileira. É interessante verificar que grande parte das instituições aqui apresentadas preocupa-se com a preservação, conservação e divulgação dos acervos que custodia, o que de certa forma tenta superar, não completamente, a dispersão dessa documentação ocorrida anteriormente. Assim, percebe-se um maior intercâmbio de informações entre instituições, o que possibilita a recuperação dos documentos de interesse à pesquisa.

Sem dúvida, é um trabalho em que se registram avanços com relação à constituição e preservação de acervos em arquitetura no Brasil, mas é importante estar ciente de que os desafios ainda são muitos. A consciência cultural já é uma realidade coletiva, onde a sociedade e o Estado se alternam na guarda e conservação da sua história.

Referências

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Patrimônio Histórico e Artístico. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.arquivo.nacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 9 jul. 2012.

BRASIL, **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: <<http://migre.me/9U3mv>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

BRASIL, **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Disponível em <<http://migre.me/9U3we>> Acesso em: 6 jul. 2012.

³¹A Câmara Setorial sobre Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo foi criada pela Portaria nº 80, de 13 de junho de 2006, do CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, tem por objetivo realizar estudos, propor diretrizes e normas no que se refere à organização, à guarda, à preservação, à destinação e ao acesso de documentos integrantes de arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo.

BRASIL, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em <<http://migre.me/9U3gb>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

BRASIL, **Portaria nº 80, de 13 de junho de 2006**. Disponível em <<http://migre.me/9U3Bg>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934a**. Disponível em: < <http://migre.me/9U3dK> >. Acesso em: 7 jul. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://migre.me/9QzCa>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 18 de setembro de 1946**. Disponível em: <http://www.jurisciencia.com/download/brasil_constituicao_1946.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122>>. Acesso: 19 set. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 24.735 de 14 de Julho de 1934b**. Disponível em: <Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934b.> Acesso: 19 set. 2012.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <<http://migre.me/9QzEx>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; ANGELO, Carla Viviane S. Thesaurus de Arquitetura e Urbanismo: instrumento para um trabalho em rede. **Anais do 1.º Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro, 2010.

CHING, Francis D.K. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CONARQ. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

COSTA, Cecília Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n 32, 2003, p. 178-188. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2192/1331>>. Acesso em: 9 out. 2012.

COSTA, Cecília Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à Informação nos Arquivos Brasileiros. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 63-73. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2275/1414>> Acesso em: 8 out. 2012.

DOCOMOMO BRASIL. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/indexfutura.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

FERNANDES, Ana. Acervos de arquitetura e de urbanismo no Brasil: Novas possibilidades de pesquisa e de ofício. **Anais do 9.º Seminário DOCOMOMO Brasil**. Brasília, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3.ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GUTIÉRREZ, Ramón. Os arquivos de arquitetura no contexto latino-americano. **Arquitextos**. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://migre.me/a2iX3>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Patrimônio cultural**: a propriedade de bens culturais no estado democrático de direito. Fortaleza: UNIFOR, 2008.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIANA, Claudio Muniz. A organização da informação arquivística em arquivos de Arquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Encontros Bibli**. Rio de Janeiro, v. 16, p. 23-39, 2011.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL E A LEGISLAÇÃO DOS MUSEUS

*Ana Ramos Rodrigues
Juliane Conceição Primon Serres*

A ampliação do conceito de patrimônio na sociedade contemporânea fez com que se modificassem as formas de proteção legal para a preservação do patrimônio cultural. Em tempos de globalização, esta discussão ganha novas dimensões, mas o debate segue sendo atual. A proposta deste texto consiste em apresentar a atuação do Estado nas políticas públicas do patrimônio e seus desdobramentos, levando em consideração o caso dos museus e especificamente o caso do museu público sul-rio-grandense Hipólito José da Costa.

O primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio no Brasil foi a Inspeção de Monumentos Nacionais, criado em 14 de julho de 1934, ligado ao Museu Histórico Nacional (MHN)³². Estava na direção deste órgão Gustavo Barroso, diretor do MHN do período de 1922 a 1959. Segundo Márcia Chuva (2005, p.44), a Inspeção tinha atribuições limitadas, pois não tinha a função de selecionar e definir o que seria patrimônio nacional, mas apenas “exercer a inspeção dos Monumentos Nacionais e do comércio de objetos artísticos históricos”.

Este órgão pode ser considerado a primeira instituição pública de caráter nacional voltada para a proteção do patrimônio nacional brasileiro, sendo inclusive anterior ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Para Mário Chagas (2009, p. 47), a ruptura da Inspeção Nacional de Monumentos, com a criação do novo serviço, ocorreu por embates de poder, por disputa

³² Antes da criação do órgão federal, não podemos desconsiderar a atuação dos Institutos Históricos e Geográficos na proteção do patrimônio, porém a atuação destas entidades era regional. Ver: José Ricardo Oriá Fernandes em <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

de projetos de políticas de memória. A corrente a qual Gustavo Barroso representava foi anulada de forma política pela corrente modernista de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade.

No mesmo ano em que a Inspetoria foi criada, Gustavo Campanema, que então ocupava a pasta do Ministério da Educação e Saúde (MES) de 1934 a 1945, articulou a criação de um novo serviço, convidando Mário de Andrade para elaborar um projeto de organização de um Serviço Nacional para defesa do patrimônio artístico brasileiro. Conforme Fonseca (2009, p. 104), percebendo que o assunto requeria uma atuação abrangente, que compreendesse também as edificações e obras de arte e alcançasse todo o território nacional, o ministro recorreu ao referido intelectual para que elaborasse um anteprojeto sobre o assunto. Para Márcia Chuva (2005, p.45) a criação de dois serviços semelhantes, sem dúvida revela a existência de disputas dentro do próprio Estado para legitimar, definir e proteger o que seria chamado de patrimônio nacional.

Em seu anteprojeto, Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo. Ele tinha a preocupação em valorizar o popular, sendo sua marca registrada tanto o cultural quanto o institucional. Para Mário, os museus eram como agências educativas. Neste sentido, compreendemos, por exemplo, sua proposta de criar um museu didático, de reproduções. Seu anteprojeto, porém, ficou só no papel, e o que prevaleceu foi o Decreto nº 25, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade (FONSECA, 2009, p.99).

Nesta ordem, os intelectuais modernistas representados por Rodrigo, em 1936, assumem a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país. Temos, então, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, com Rodrigo Melo Franco de Andrade na direção de 1936 até 1967.

O papel destes intelectuais, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, esteve pautado no ideário de utilizar o patrimônio a serviço do projeto de construção da nação. Eles atuaram no aparelho do Estado e mediaram a construção de uma identidade nacional com a revalorização do barroco como uma cultura genuinamente

brasileira, no sentido de simbolizar a identidade nacional. O que era considerado, até então, um estilo rebuscado e rude pelos modernistas, passou a ser referência da construção da nação para o grupo vinculado ao SPHAN: passou a ser emblemático. Foi percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuindo uma aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação. Em 30 de novembro de 1937 foi elaborado o citado Decreto-lei nº 25, com função de legitimar a criação do SPHAN e regulamentar o instituto do tombamento, tornando-se a primeira norma jurídica para a política preservacionista.

Neste período da criação do SPHAN, percebe-se que a sociedade brasileira efetivamente não teve voz para identificar o que exatamente lhe seria representativo como patrimônio cultural, sendo a política de valorização de bens móveis e imóveis conduzida por um grupo de intelectuais que legitimou o que deveria ou não ser preservado. A criação deste órgão estava interligada a um projeto maior dentro do governo, que tinha como missão homogeneizar a cultura brasileira, visando construir sob a perspectiva de um projeto mais amplo a identidade cultural brasileira (FONSECA, 2009, p.99-100). José Reginaldo Santos Gonçalves (1996, p. 41) corrobora essa leitura ao afirmar que:

Aqueles intelectuais identificados como o modernismo e associados ao regime político do Estado Novo concebiam a si mesmos como uma elite cultural e política cuja missão era “modernizar” ou “civilizar” o Brasil elevando o país ao plano das nações europeias mais avançadas. No entanto, é importante frisar que tal projeto estava associado ao reconhecimento da necessidade de produzir uma imagem singularizada do Brasil enquanto cultura e como parte da moderna civilização ocidental.

Segundo Fonseca, as políticas de preservação do patrimônio cultural apresentam dois momentos decisivos: o momento fundador, no final da década de 1930 e o momento renovador, na segunda metade da década de 1970 e início de 1980. Somente a partir

dos anos 1970, que o patrimônio brasileiro, seria questionado por se referir produções de uma escolha feita pelas elites.

A fase em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve a frente do SPHAN ficou registrada pela historiografia como sendo o período *heroico*, pela personificação e devoção de Rodrigo frente à “causa” do patrimônio. Neste caso, a “causa” é associada às lutas políticas por sua legitimação. Fonseca (2009, p.116) resume a análise dos critérios de seleção do patrimônio pelo SPHAN na fase *heroica* em quatro pontos: 1) o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos; 2) prevaleceu uma apreciação de caráter estético; 3) a consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes; 4) a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos livros do tomo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições.

A partir da década de 1970, novos desafios e novos interesses se apresentam à política federal de patrimônio, com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em substituição do antigo SPHAN. Sobretudo, no período dos anos finais do regime político autoritário que vigorava no Brasil desde o golpe militar de 1964 e com o período de “abertura política”, este regime militar começa a entrar em crise, contribuindo para definir novos valores da noção de patrimônio.

Aloísio Magalhães assumiu o Instituto e substituiu o termo “patrimônio histórico e artístico” de Rodrigo Melo pela noção de “bens culturais”, trazendo outra percepção de patrimônio, considerando a diversidade cultural brasileira. Na gestão de Aloísio, a preservação teve uma nova orientação política: a descentralização. Também se propiciou a criação de órgãos locais de patrimônio e a elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo caminhos efetivos para a descentralização (FONSECA, 2009, p.143).

Neste contexto, menciona-se a importância do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e também do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O CNRC se estruturou em quatro programas: mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, história da ciência e da tecnologia no Brasil, e levantamento de documentação sobre o Brasil. Conforme Fonseca

(2009, p.149), no Programa História e Ciência da Tecnologia no Brasil, o projeto que ficou mais conhecido foi o do Museu ao Ar Livre, em Orleans, Santa Catarina, na zona de imigração italiana. A instituição foi idealizada na linha dos Eco museus, de modo a preservar não apenas os produtos, mas também a memória do processo de fabricação. Delineavam-se alguns movimentos que mais tarde seriam retomados com o Decreto nº 3.551, de 2000³³.

Posteriormente, o IPHAN funde-se ao Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas e ao CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), desdobrando-se em duas instituições, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Pró-Memória, que passam a operar sob a sigla de SPHAN/Pró-Memória.

Podemos acompanhar nesta multiplicação de órgãos e ampliação de interesses o longo caminho percorrido pelas políticas de preservação do patrimônio no país, marcadas por disputas de interesses e personagens que “marcaram” as instituições. Para Maria Cecília Fonseca e José Reginaldo Gonçalves, Aloísio no IPHAN foi um decisivo para a trajetória das políticas públicas de patrimônio no Brasil. Enquanto que, para Rodrigo Melo, o instrumento do tombamento desempenhava um papel central no processo de apropriação da cultura nacional. Para Aloísio Magalhães isso não era suficiente, mesmo esse instrumento sendo um marco legal de proteção. Magalhães abordava temas relacionados a atividades culturais, tais como práticas artesanais, rituais e celebrações religiosas.

José Reginaldo Santos Gonçalves (1996, p.62), enfatiza como estas duas “figuras carismáticas”, Rodrigo M. F. de Andrade e Aloísio de Magalhães, dedicaram-se a trabalhar pelas políticas públicas de preservação patrimonial brasileira, cada uma a sua maneira e em momentos políticos diferentes. Em suas narrativas, tanto em Rodrigo como em Aloísio verifica-se a intenção de busca por uma identidade nacional.

³³ Este Decreto instituiu o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial que constitui o patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Campo museal no Brasil

Quanto ao campo museal, Aloísio Magalhães criou a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que durante dez anos abrigou os museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (NASCIMENTO JÚNIOR; CHAGAS, 2007, p. 15). Foi dentro deste âmbito que, em 1983, foi instalado o Programa Nacional de Museus. Este programa desenvolveu projetos buscando revitalizar os museus brasileiros. Durante os anos 1990, a FNPM e o SPHAN foram extintos, sendo criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Neste momento, os museus foram deixados de fora desta nova estrutura, sendo incorporados mais tarde ao IBPC, que veio a ser denominado como IPHAN. Para este processo de incorporação da área museológica acontecer, foi preciso uma reestruturação no âmbito do IPHAN.

Em 2003, Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura (MinC), compreendendo a renovação e a importância dos museus na vida cultural e social brasileira. O MinC criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas, vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. Uma das ações desenvolvidas por esta nova Secretaria foi o lançamento da Política Nacional de Museus.

Um dos primeiros desdobramentos desta política foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no IPHAN. Na etapa seguinte foi criado pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, o Sistema Brasileiro de Museus, que se constituiu em um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico. Tinha como proposta o aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no Brasil³⁴.

Apesar de longo e nem sempre linear, o caminho da preservação museológica no país inicia com a criação das primeiras instituições museais ainda no século XIX, mas em termos políticos

³⁴ Disponível em <http://www.museus.gov.br/SBM/sbm_apresentacao.htm>. Acesso em 7 jul. 2012.

tem um nascimento tardio. Estas políticas se estruturam no Brasil somente nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século atual.

Política Nacional de Museus

A realidade da museologia no país tem mudado nos últimos anos. Percebe-se que o governo federal vem desenvolvendo projetos nesta área de forma muito efetiva. Os primeiros desafios e conquistas foram a criação de instrumentos de fomento e financiamento com critérios públicos de seleção de projetos (NASCIMENTO JÚNIOR; CHAGAS, 2007, p. 29). Via Fundo Nacional de Cultura, Mecenas e Editais como os de Modernização de Museus (IPHAN/MinC), Adoção de Entidades Culturais, Preservação de Acervos (BNDES) e Apoio à Cultura-Patrimônio (Petrobras), estes instrumentos foram ações que, através de suas implementações, atingiram todos os museus brasileiros. Anteriormente, estes recursos estavam restritos apenas aos museus federais.

A Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009 criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). A criação deste órgão foi um marco de uma política pública no setor. As ações propostas pelo IBRAM buscaram (e buscam) qualificar e modernizar os espaços museológicos existentes, garantindo o processo de preservação da memória nacional sob a guarda destas instituições. Entretanto, ainda que se tenha uma legislação específica para o campo museal, a realidade brasileira está muito distante da sonhada: muitos museus e espaços de memória sofrem com a degradação e descaso com seus acervos e as políticas públicas tardaram algum tempo em abranger todos os museus.

No Brasil, a promulgação da Lei nº 11.904 de 2009 foi uma esperançosa tentativa de se criar uma política pública coerente para o patrimônio cultural e para os museus. Nesta legislação, do artigo 21 ao artigo 27 ficou instituído a seção “Da preservação, da restauração e da segurança”, onde se detalhou mais especificamente o papel dos museus no processo de conservação e preservação. Especificamente, o artigo 21 define que cada museu garantirá a conservação e a segurança dos acervos e, também, que ditas instituições

são responsáveis pelos programas, normas e procedimentos a serem adotados³⁵.

A criação do IBRAM e o estabelecimento do Estatuto de Museus contribuiu para uma melhor definição de conceito de museus e o estabelecimento de procedimentos para a criação de instituições museológicas, identificando suas funções e atribuições, bem como apresentando diretrizes sobre preservação, conservação, restauração e segurança dos bens culturais. O IBRAM também vem buscando definir parâmetros para a atuação do poder público na promoção de mecanismos de fomento em relação aos museus. Estes parâmetros entrarão em vigor a partir de 2014. Devido a tantas transformações nas políticas para o setor, o Instituto vem realizando encontros por todo Brasil, chamados *Conexões Ibram*³⁶, que pretendem auxiliar o setor museológico no processo de adaptação, entendimento dos dispositivos legais e esclarecimentos sobre os instrumentos que propiciarão a correta aplicação desta legislação.

Alternativas para a preservação

Para discutir um pouco estas questões que apresentamos ao longo do texto, desde o ponto de vista legal, vamos relatar um estudo de caso de um projeto que está pautado justamente pela Política Nacional de Museus. A realização deste projeto só foi possível devido a estas transformações ocorridas no campo museal.

O caso que vamos apresentar refere-se a um projeto de preservação desenvolvido no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa³⁷, localizado em Porto Alegre, sendo este um órgão público

³⁵ Na sua íntegra: “Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos. Parágrafo único: os programas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente”. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009 – Estatuto Brasileiro de Museus.

³⁶ Para maiores informações ver <<http://conexoesibram.museus.gov.br>>. Acesso em: 9 jul. 2012.

³⁷ Este museu foi criado em 10 de setembro de 1974, instalado num prédio construído em 1922 que sediava o jornal do partido republicano rio-grandense, *A Federação*, fundado, por sua vez, em 1.º de janeiro de 1884. O periódico encerrou suas atividades em

vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto em questão mostra que, apesar de um país que pouco aplica recursos financeiros nas áreas da cultura e educação, é possível realizar diversas ações de preservação, buscando financiamento para execução de projetos em entidades públicas e até mesmo privadas com capital aberto.

Apesar de possuir um extenso e importante acervo, composto por periódicos, fotografias, vídeos, filmes, discos, material de propaganda e objetos sobre comunicação, o Museu Hipólito José da Costa conta com poucos recursos financeiros, muitas vezes em função do descaso acumulado pelos governos anteriores. Para melhorar a situação e garantir a preservação de seus acervos, a instituição desenvolveu um grande projeto intitulado *Memória Visual de Porto Alegre: 1880-1960*, financiado pela Caixa Econômica Federal através do Programa de Apoio ao Patrimônio Cultural Brasileiro, sendo realizado em 2005/2006.

O programa com o qual o museu foi contemplado tinha por objetivo patrocinar a recuperação, ampliação, informatização e divulgação de importantes acervos nacionais. O acervo contemplado foi de duas mil imagens e constituiu-se de: Arquivos do Palácio Piratini, Coleção Brasil Telecom e arquivos de documentação privada, sendo imagens impressas, presentes em álbuns e cartões postais, e fotografias em diversos tipos de processos e suportes fotográficos.

Para a execução do projeto foram aplicadas técnicas de organização e conservação de acervos fotográficos. O tratamento técnico do acervo contemplado incluiu também a identificação e contextualização histórica das imagens, a conservação e reprodução fotográfica e possibilitou um sistema de gerenciamento eletrônico de imagens, pensando na preservação e no acesso do público a este acervo. A seleção destas imagens resultou em uma exposição e na criação de um banco de dados, além da publicação da primeira edi-

17 de novembro de 1937, por imposição do Estado Novo, durante o Governo Getúlio Vargas. O Museu Hipólito José da Costa ocupa o prédio desde a sua criação.

ção do livro *Memória Visual de Porto Alegre* (2007) que foi distribuída gratuitamente para bibliotecas.

Este projeto é representativo de como é possível realizar ações de preservação e conservação, através de editais públicos que foram criados dentro do modelo de gestão da Política Nacional de Museus. Caso este acervo não fosse contemplado nessas iniciativas de fomento, certamente estaria dentro das estatísticas de coleções que se encontram em processo de deterioração. Portanto, uma parte da história da comunicação social e, conseqüentemente, da memória social do Rio Grande do Sul e do Brasil correriam o risco de desaparecimento.

Considerações finais

Percebe-se que os museus conquistaram seu espaço no panorama político e cultural do mundo contemporâneo e deixaram de ser apenas locais de guarda. Apesar das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, são diversas as notícias vinculadas na mídia, que mostram o descaso que ocorre em museus, prédios, acervos e sítios arqueológicos. Estes danos ocorrem das formas mais variadas, incêndios, roubos, perdas provenientes de enchentes, vandalismo ou simplesmente omissão dos agentes públicos. Estas precariedades acarretam um prejuízo inestimável não só ao patrimônio histórico, artístico e cultural, mas também uma perda de ordem financeira aos cofres públicos³⁸.

O patrimônio cultural continua sendo ameaçado por falhas nas estratégias de proteção, por problemas de fiscalização e pela forma, sempre morosa, como são decididos os assuntos das instâncias políticas. A democratização do patrimônio implica no fato de que o Estado não deve ser o único agente social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural. É preciso o envolvimento e o

³⁸ O Brasil não é o único país a passar dificuldade em manter seus acervos. Segundo estimativas da UNESCO e do Centro Internacional de Estudo para Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (ICCROM), 60% das coleções em reserva nos museus do mundo encontram-se inacessível ou deterioram-se rapidamente. Informação disponível em <<http://aber.org.br/noticia.php?IdNoticia=2512>>. Acesso em 17 set. 2011.

diálogo de todos os setores da sociedade, visando definir estratégias e diretrizes para as políticas de preservação. Somente após isso poderemos avançar na discussão. A efetiva aplicação de políticas públicas do patrimônio visa contribuir com a preservação dos vestígios da história do Brasil, assim como garante a reflexão sobre a afirmação de nossa identidade.

Segundo Jurema Machado (2009, p.144), o desafio do patrimônio hoje é conviver e se integrar às demais políticas públicas, aproximando-o, refletindo-o e atuando como instrumento do desenvolvimento econômico, social e humano, dos direitos e da cidadania, para a preservação e o desenvolvimento local.

Para Maria Cecília Fonseca (2009, p.75), as transformações no conceito e na forma de gerenciar o patrimônio, enquanto objeto de políticas públicas, indicam sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade, trazendo conflitos a uma prática tradicionalmente exercida pelo Estado, com o concurso de intelectuais de perfil definido e, supostamente, à margem das pressões sociais.

Assim como não se caracteriza apenas “pedra e cal”, como foi durante a década de 1930 no Brasil, o patrimônio cultural abrange hoje o patrimônio material e imaterial, em instâncias sociais diversificadas e complexas. Os museus também sofreram mudanças em sua atuação. A partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em maio de 1972, iniciou-se uma reflexão sobre o papel dos museus na América Latina. Este encontro se constituiu como um marco no processo de renovação da museologia, incorporando as noções de público, coleção e edifício, pelas de população local, patrimônio comunitário e território ou meio ambiente.

Os museus brasileiros estão se movimentando para que a política pública de cultura seja percebida como uma prática social. Em julho de 2012, foi realizada no Rio de Janeiro uma reunião com especialistas indicados pela UNESCO e observadores de cinquenta países, visando discutir o papel dos museus no mundo contemporâneo, como enfrentar ameaças e desafios na proteção de museus e coleções, além do papel social e educativo dos museus. O encontro resultou em um documento com recomendações voltadas para o fortalecimento das políticas públicas e a criação de sistemas de co-

operação entre governos e museus para desenvolver parcerias público-privada para apoiar a preservação de coleções. O relatório final deste encontro foi apresentado na 190.ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO, no mês de outubro do corrente ano³⁹. A UNESCO aprovou a proposta do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC) para a criação de instrumento normativo internacional voltado à Proteção e Promoção do Patrimônio Museológico e Coleções⁴⁰.

Um longo caminho foi percorrido, com algumas vitórias neste fascinante e conflituoso campo museal. No entanto, é preciso trabalhar muito para que possamos dar continuidade às ações da Política Nacional de Museus, que estão dando ainda seus primeiros passos, como podemos constatar por meio das políticas de preservação do importante acervo do Museu Hipólito José da Costa.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museu. Brasília, DF, 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 7 jul. 2012.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

CHUVA, Márcia. Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, vol. 36, p.41-51, 2005.

³⁹ Para maiores informações: <<http://www.museus.gov.br/noticias/especialistas-em-museus-e-colecoes-definem-recomendacoes-para-unesco>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

⁴⁰ O tema foi votado no dia 16 de outubro de 2012, durante a 190.ª Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, em Frankfurt (Alemanha). Para maiores informações: <<http://www.museus.gov.br/destaque/unesco-referenda-proposta-brasileira-para-protecao-ao-patrimonio-musealizado>>. Acesso em 19 out. 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3.^a ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

STUMVOLL, Denise; MENEZES, Naida (Org.).**Memória visual de Porto Alegre 1880-1960:** acesso às imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre: Pallotti. 2007.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do; CHAGAS, Mário de Souza. **Política Nacional de Museus.**Brasília: MinC, 2007.

MACHADO, Jurema. A UNESCO e o Brasil: trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural. In. FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (org). **Patrimônio cultural e ambiental:** questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; FAPESP, Campinas: NE-PAM, 2009, p. 131-144.

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO PRIVADO DE INTERESSE PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA NO MEMORIAL DA SOCIEDADE DE GINÁSTICA PORTO ALEGRE

Luzia Costa Rodeghiero

Quando tratamos da diversidade social e cultural de que se constitui o povo brasileiro, nosso campo de trabalho é tão amplo, assim como a imensa extensão territorial do país. O Brasil recebeu imigrantes de muitas nações, a princípio portugueses e, no século XIX, um elevado contingente de outros europeus, com ênfase para os alemães e italianos, sem contar aqui os demais, vindos de outros países e continentes, porém em menor número ou somente a partir do século XX.

No Sul do Brasil, além dos pioneiros portugueses e dos negros africanos, por aqueles trazidos como força de trabalho escravo, houve um predomínio da colonização pelos alemães, chegados em 1824, e pelos italianos, estabelecidos a partir de 1875. O clima frio da região favoreceu a adaptação dos imigrantes, habituados primeiro ao cultivo da terra e, mais tarde, fundando polos industriais, e de comércio de bens e serviços. Ou seja, a presença desses colonos determinou rumos que viriam a ser seguidos para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Definido o sustento a partir do trabalho, as atividades sociais e culturais ganhavam espaço nos núcleos de imigrantes, com a fundação de clubes e outras agremiações voltadas para congregá-los na nova terra onde haviam se fixado. Nossa abordagem, aqui, será sobre as políticas federais de incentivo à cultura e as ações de salvaguarda e difusão do legado dos alemães, que foram responsáveis por introduzir as sociedades de ginástica, na Região Metropolitana de Porto Alegre e, também, no Interior do Estado. Todas se baseavam nos princípios da ginástica alemã, desde o século XVIII, que buscavam fortalecer o corpo e exercer as práticas culturais. Sobre esse pilar, ergue-se a Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867 – SOGIPA, nascida como Deutscher Turnverein (Sociedade Alemã de Ginástica), que completou 145 anos de história no dia 10

de agosto de 2012, e é uma das instituições mais antigas da cidade e do país.

Analizamos a gestão do patrimônio cultural a partir do trabalho realizado no Memorial da SOGIPA, sobre o qual procuramos elaborar estratégias para preservação e difusão de seu acervo documental, destacando sua função social, na cidade e no país, pela importância da instituição e, também, da etnia germânica na formação do Brasil. Tais ações alinham-se com a gestão atual na área, como defendem vários teóricos, que priorizam a necessidade de criarmos as condições para partilhar o patrimônio, explorando seu potencial para fomentar o desenvolvimento com base na cultura em que foi gerado. Constatamos a viabilidade desse modo de ação, ainda que distintas sejam as realidades de cada instituição ou região. E a SOGIPA, como instituição privada, prevê a preservação e a fruição de seu patrimônio, que é de interesse de toda a sociedade, e integra redes de parceria e cooperação para executar projetos de caráter público.

Situada no Bairro São João, na Zona Norte de Porto Alegre, é um dos principais clubes do Brasil e leva seus atletas a competições mundiais, além de promover eventos destinados a seus sócios e convidados e, também, ao público externo, que marca presença em atividades culturais, sociais e esportivas, ou através das locações de sua ampla estrutura física, no Parque São João. Mas é sobre seu patrimônio histórico e cultural, constituído desde o século XIX, que empreendemos, continuamente, em um período entre 2004 e início de 2012, nossa prática profissional, tendo como referenciais especialistas das áreas da memória social e do patrimônio, da história e, claro, da museologia, conservação e restauro, entre outras, quando objetivamos tratar da preservação dos diversos materiais que compõem o heterogêneo acervo do Memorial SOGIPA e das inúmeras possibilidades para tornar acessíveis as fontes, explorando tópicos de interesse para pesquisa.

Figuras 1 - Primeira Sede própria do Turnerbund (SOGIPA), inaugurada em 1895, na Rua São Raphael, atual Avenida Alberto Bins, no Centro Histórico de Porto Alegre.



Fonte: Acervo Memorial SOGIPA. Fotógrafo: Otto Schönwald.

Figura 2 - Grupo de Bávaros (Die Haberer) na Festa da Cumeeira da Casa Luitpold-Alm, a primeira construção erguida no Parque São João, que foi idealizado para ser uma sede campestre do clube e território marcado pela presença da identidade alemã em Porto Alegre, 27/11/1910.



Fonte: Acervo Memorial SOGIPA. Fotógrafo: Otto Schönwald.

Nas figuras de números 1 a 4, é possível observar um breve panorama de imagens do acervo do Memorial e da Assessoria de Imprensa da SOGIPA, nas quais estão representados antigos espaços do clube, suas manifestações culturais mais genuínas e uma vista geral contemporânea da área privilegiada da instituição.

Figura 3 - Panorama de uma Oktoberfest no Parque São João, com a grande presença do público, que prestigiava uma diversificada programação, como competições, desfiles, comercialização de produtos típicos germânicos. Cerca de 1914;



Fonte: Acervo Memorial SOGIPA e Assessoria de Imprensa da SOGIPA.

Figura 4 - Vista aérea do Parque São João, Sede da SOGIPA, uma área de aproximadamente 10 hectares, com a pista atlética, parque aquático, Centro de Esportes (à direita) e Sede Social, ao centro.

Início da década de 2000.



Fonte: Acervo Memorial SOGIPA e Assessoria de Imprensa da SOGIPA.

Um patrimônio para a sociedade e uma síntese das políticas culturais no Brasil

O Memorial está vinculado à Pasta Cívico-Cultural da SOGIPA e foi criado em 1992 a partir da ação de associados, sensíveis à

importância do conjunto de bens culturais produzido e acumulado pela instituição, aproximadamente, desde 1870/80, já que os primeiros documentos originais datados de sua fundação, em 1867, não sobreviveram à passagem do tempo, às muitas repressões sofridas pelos imigrantes alemães na cidade, durante os dois conflitos mundiais e, ainda, às mudanças de sede do clube.

A SOGIPA, quando ainda se denominava Turnerbund (Aliança de Ginástica), no início da década de 1940, era o clube alemão de maior influência em Porto Alegre. Como já havia uma integração dos imigrantes e descendentes com as demais etnias na cidade, era inevitável a mudança do nome para Sociedade de Ginástica Porto Alegre, seguido do ano de sua fundação, manifestando o apreço à comunidade que acolheu os fundadores e aqueles que seguiram na construção também do desenvolvimento local e regional do Estado. Até aquela época, era o idioma alemão a língua falada e escrita na Sociedade, e cujos documentos que testemunham tal passado integram um imenso patrimônio sob a guarda do Memorial, que ainda se preserva para as gerações.

Ao atuarmos sobre um acervo pertencente a uma instituição privada, parece-nos, em um primeiro momento, que poderemos viabilizar com relativa agilidade as tão necessárias ações de preservação e acesso, até porque, no Brasil, a maioria das instituições culturais públicas submete-se a uma sucessão de governos descomprometidos e despreparados tecnicamente para gerenciar a gama de atividades que abrangem o patrimônio e sua fruição pela sociedade. Na área pública, prevalece a política de favorecer, com um cargo de gestor, aqueles que, muitas vezes não possuindo qualquer formação na área cultural, foram presentes na campanha dos eleitos. Assim, verifica-se a histórica sobreposição dos interesses políticos aos culturais, o que acaba por trazer sérias consequências aos acervos e instituições.

No âmbito privado, a política interna de uma instituição é determinante para o sucesso de qualquer projeto voltado aos acervos memoriais e, obviamente, deve-se aliar à competência dos profissionais que desempenham seu trabalho para proteger e garantir o acesso ao patrimônio. Entretanto, dependendo do perfil e da atividade, o orçamento próprio disponível na instituição para a cultura

é, predominantemente, muito distante da real necessidade tangente às ações de conservação e acessibilidade que, sabe-se, operam com alto custo, se a intenção for efetuar um trabalho adequado e, não somente, o possível.

Em ambos os casos, há que se persistir na construção das políticas para a salvaguarda do patrimônio e seu reconhecimento como relevante fator para desenvolver as comunidades e destacar as instituições comprometidas com a memória cultural. Uma de nossas referências nesse sentido é o sociólogo francês Hughes de Varine, que proferiu uma conferência em Porto Alegre, em 2010, na qual reiterou a aplicação das muitas ferramentas passíveis de promover esse desenvolvimento, criado a partir do patrimônio. O autor enfatiza esses meios como “as condições culturais do desenvolvimento global” (VARINE, 2000, p. 32), baseado, principalmente, numa mediação de diálogos entre culturas, línguas e crenças; no turismo comunitário, nas instituições e nas redes de parceria, de cooperação e de comunicação.

Em uma esfera federal, no Brasil, esse reconhecimento e legitimação oficial do patrimônio tiveram início, em 1937, com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no qual a seleção dos bens que deveriam ser protegidos estava a cargo de intelectuais modernistas e considerados de vanguarda, de maneira diversa da que vigorava na Europa naquele período (FONSECA, 2005, p. 23). Era o governo de Getúlio Vargas, que explorou a via política da cultura para uma construção da identidade brasileira, de um mapeamento da produção cultural do meio urbano e, também, do rural, que buscou investigar as raízes da sociedade periférica, do interior de um país que até então conhecia e valorizava apenas a cultura erudita.

Houve um “fortalecimento de indústrias culturais, como a cinematográfica, a radiofônica, a editorial e a jornalística, além do surgimento das primeiras universidades” (BRANT, 2009, p. 53) e, também, de outras instituições, como museus. Em um país que vivia tantas mudanças, em 1946, o SPHAN passou a chamar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que foi novamente alterado, em 1970, para Instituto do Patrimônio Históric-

co e Artístico Nacional (IPHAN), assim permanecendo até os dias atuais.

Por ainda se deter na produção cultural da elite, essa política começou a ser contestada, a partir do declínio da ditadura militar ao longo da década de 1970, quando novos interesses passaram a ser estabelecidos por outros pensadores, entre industriais e cientistas sociais. A política federal de apoio à cultura, à época, era estratégica como forma de controle, cerceamento e segurança nacional nos “anos de chumbo”, ainda que tenha estimulado a criação de órgãos específicos aos diversos segmentos da área cultural. E remodelou-se o conceito de patrimônio, entre os anos 1980 e 1990, atrelando-o ao desenvolvimento como um todo, de maneira a democratizar a política estatal, numa tentativa de agregar a imensa parcela da sociedade pouco familiarizada com os conceitos de preservação.

Mas, devido à oposição entre grupos do IPHAN e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), as ações de tombamento e registro deram-se apenas sobre o patrimônio edificado, sem que o patrimônio imaterial, da cultura popular, por exemplo, fosse reconhecido publicamente. É relevante esclarecer que os órgãos e instituições criados desde a década de 1930 até o término do governo militar, em 1984, eram vinculados ao Ministério da Educação e Saúde Pública (instituído por Vargas, em 1930) e que recebeu nova denominação, em 1953, para Ministério da Educação e Cultura (MEC). O CNRC, que nasceu em 1975 como um convênio interinstitucional firmado pelo Governo do Distrito Federal, era ligado ao Ministério da Indústria e Comércio, autônomo diante do MEC e com a intenção evidente de separar as áreas da cultura e da educação (BRANT, 2009, p. 60). O grupo de trabalho do Centro possuía formação em várias áreas profissionais, visando à interdisciplinaridade, e por esse perfil, novas parcerias foram instituídas, com outros ministérios e bancos federais (Caixa Econômica e Banco do Brasil).

Mesmo com a economia nacional fragilizada após duas décadas sob o governo militar, foi criado o Ministério da Cultura (MinC), em 1985, como “parte de um arranjo político, e não uma reivindicação da sociedade ou mesmo de setores ligados à cultura” (FONSECA, 2005, p. 137) e que administrou de maneira deficitária suas instituições subordinadas, teve uma sucessão de ministros,

atestando a real incapacidade de gestão de uma área que sempre esteve à margem dos principais programas de governo. Foram muitos anos sob o predomínio de ações sem continuidade e que não atendiam à demanda da sociedade na área cultural.

A estratégia do governo de José Sarney, que sucedeu o militar, para eximir o país do compromisso com o financiamento da cultura foi atribuí-lo ao meio empresarial, através dos benefícios fiscais previstos na primeira lei de incentivo à cultura, a Lei Sarney, existente de 1986 a 1990. As empresas que investissem em projetos culturais poderiam obter o desconto de Imposto de Renda devido, em percentuais diferenciados, dependendo da forma do investimento, efetuado como doação ou patrocínio.

Surgia a migração dos produtores culturais, que antes procuravam realizar seus projetos através do insuficiente subsídio do governo, para as grandes empresas, com elevado imposto a pagar, e a quem caberia eleger os projetos que garantissem maior visibilidade para sua marca, em um mercado de consumo altamente competitivo, onde investir em cultura significa, na ótica capitalista, apresentar uma imagem atrelada a um grande produto cultural. O que ocorreu na sequência do governo Sarney, que pouco pôde realizar no âmbito da área, e durante a maior parte da década de 1990, foi o absoluto descaso para com as políticas culturais, a ponto de ocorrer a destituição do Ministério da Cultura, e da própria Lei Sarney, pelo breve governo de Fernando Collor de Mello, que acabou por criar uma Secretaria de Cultura e por extinguir “órgãos como a Embrafilme, a Funarte, a Fundação do Cinema Brasileiro e a Fundacen” (BRANT, 2009, p. 64).

Ao final de 1991, foi criado o Programa Nacional de Incentivo à Cultura (PRONAC), pela conhecida Lei Rouanet, a Lei Federal de Incentivo à Cultura, abrangendo modalidades diversificadas de incentivos, com base no abatimento de impostos. No ano seguinte, sob o governo de Itamar Franco, o Ministério da Cultura e suas instituições foram reconfigurados em um cenário político que procurava dar continuidade aos incentivos fiscais, como meio para viabilizar projetos patrocinados por grandes grupos empresariais, sendo a função do Estado a de autorizar a captação de recursos, após a aná-

lise técnica e de mérito das ações propostas, seguida da comprovação dos recursos aplicados quando finalizado o prazo de execução.

Com a abertura da economia verificada no governo do sucessor, Fernando Henrique Cardoso, durante dois mandatos entre 1995 e 2002, houve potencial elevação desses recursos, o que tornou perverso o mercado cultural da época, delineado pelo segmento de poder corporativo que já elaborava e promovia suas próprias políticas de patrocínio, concentrando os investimentos em projetos de forte apelo comercial e mérito cultural muitas vezes duvidoso. E na distribuição geográfica dos recursos captados, seguia-se um descompasso com relação às demais regiões do país, com a efetivação de patrocínio fixada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (ainda hoje existente, mas observa-se uma elevação do número de projetos originários de outras regiões), distanciando do financiamento os projetos da área de patrimônio cultural, por exemplo, o que, para muitos empresários ávidos pela visibilidade no mercado e, ainda, por ampla parcela da sociedade, inclusive a que possui nível superior de educação, significa algo sem qualquer valor, que deve ser descartado ou substituído sempre pelo novo, sem o reconhecimento de seu teor de memória.

Quando o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva assume o governo e escolhe para o cargo de Ministro da Cultura, Gilberto Gil, artista de sólida carreira no país e no exterior, além de militante nas causas sociais, a visão sobre a cultura foi expandida: “deixaria de ser mero *commodity* nas mãos de grandes corporações para se transformar em elemento fundador da construção da identidade cultural no Brasil” (BRANT, 2009, p. 68). O prestígio de Gil no Ministério foi uma intenção de fortalecer o órgão (parcialmente obtida) posicionando-o de maneira competente para abarcar a multiplicidade da trama cultural, também considerada como estratégia de desenvolvimento, num país que se consolida como potência no mundo — imagem e realidade essas concretizadas, sobretudo pelas relações multilaterais estabelecidas por Lula em oito anos de governo.

O aperfeiçoamento da estrutura do MinC e de suas instituições vinculadas, bem como a criação de programas de apoio e projetos para oportunizar uma participação de setores da sociedade e a inserção de canais para sua interlocução, que proporcionassem sua

maior presença num planejamento efetivo das políticas para a cultura, foram assuntos que estiveram em pauta, buscaram firmar-se, porém, foram tratados sem a importância devida ou até interrompidos, esbarrando num sistema ineficiente da máquina pública. Os Pontos de Cultura, os editais diversos instituídos para financiar projetos que não se enquadrassem na Lei Rouanet — cujo mecanismo movimentou, no período, um volume de recursos antes nunca visto — são ações diferenciadas, que oportunizaram, sim, a ação do Estado como fomentador da cultura, mas com recursos fracionados em propostas individuais e coletivas, isoladas num imenso território, se as compararmos com a quantidade de excelentes projetos que permanecem na suplência, diante dos recursos insuficientes do orçamento do Ministério.

Acredita-se que as mudanças necessárias para o aperfeiçoamento da Lei Rouanet, iniciadas no governo de Lula, deverão ter continuidade na atual gestão da Presidenta Dilma Roussef, através da Ministra Ana de Hollanda e seus Secretários que, pelo observado até o momento, apresentam-se dispostos ao diálogo com a sociedade e tendem a agregar os segmentos da cultura junto a outras áreas motoras do governo. No campo do patrimônio cultural, o IPHAN propõe a ação contínua do governo anterior para a identificação e registro de bens culturais materiais e imateriais, qualificação técnica de profissionais e realização de convênios. Quanto aos editais de fomento direto, para financiamento de projetos de todas as áreas, observa-se que está havendo uma revisão quanto aos prazos, às temáticas a serem atendidas e aos valores previstos, considerando os cortes no orçamento em geral determinados no início do governo.

Assim, a Lei Rouanet constitui-se, no Brasil, como um dos meios que poderá viabilizar um projeto cultural, sendo utilizada por instituições públicas e privadas, e cujos recursos aplicados são oriundos do abatimento de Imposto de Renda devido pelas empresas e pessoas físicas. Na ótica de que o patrimônio impregna esse caráter público, é pleno o direito de que uma entidade privada usufrua desses recursos para financiar projetos cuja finalidade seja: preservar, difundir e partilhar com a comunidade em geral um percurso da sociedade da qual é parte.

O patrimônio cultural consiste na “herança’ de conceitos, valores e práticas, representados concretamente por palavras, sons, ritmos, gestos, expressões faciais e corporais, rituais, histórias e lendas, tecnologias e práticas, imagens, coisas, artefatos, construções e monumentos” (HORTA, 2000, p. 15). E o acervo ainda existente no Memorial SOGIPA compõe-se como essa herança social e cultural depositária de uma contribuição dos imigrantes alemães que fundaram a Sociedade e auxiliaram a promover sua expansão, cuja continuidade foi dada por seus descendentes e por sócios de outras origens étnicas, nesses 144 anos de muita história.

E por esse sentido do patrimônio, ainda que o acervo da instituição e outras manifestações culturais, como as do Departamento de Bávaros da SOGIPA (fundado em 1903, como a associação independente Die Haberer e muito atuante na preservação do folclore germânico), tenham surgido no cerne de um clube privado, seguramente, preservam, em pleno século XXI, a essência de sua origem, em paralelo com o mundo global de nossa contemporaneidade. Considera-se que esses bens culturais resguardam, nesse longo curso de tempo da instituição, uma memória não somente dela própria, mas da cidade de Porto Alegre, do Estado e do país. E, portanto, esse patrimônio necessita tornar-se disponível à sociedade, para que seja conhecido e perpetuado.

Ações para preservar e disponibilizar o patrimônio cultural

Diante da responsabilidade pela gestão do patrimônio cultural sob a guarda do Memorial SOGIPA, para que se cumprisse a missão de conservar, de maneira preventiva a evitar danos ao acervo causados pela passagem do tempo e, muitas vezes, pelo manuseio e armazenagem inadequados, além de possibilitar o acesso a essas fontes documentais, muitas estratégias precisaram ser traçadas. Numa análise do reduzido orçamento disponível pela Pasta Cívico-Cultural para todos os seus departamentos, constatou-se que, em 2004, era absolutamente inviável realizar qualquer ação dirigida ao acondicionamento indicado pelas normas internacionais de conservação e à informatização dos originais.

A alternativa foi lançar mão, como o fazem outras inúmeras instituições, gestores e produtores culturais, da Lei Federal de Incentivo à Cultura, por meio da elaboração e apresentação do projeto Preservação e disponibilização do acervo histórico-cultural da Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867 – SOGIPA, que veio a ser aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, em dezembro de 2005. E a partir de outubro de 2006, foi concedida a autorização oficial para recorrermos ao patrocínio visando à execução do projeto, e dando início a uma fase posterior, de muita persistência na obtenção de parceiros, o que é um fato predominante nos projetos beneficiados pela Lei Rouanet.

Subdivido em três etapas, o projeto abrange a conservação, a informatização e a difusão do acervo, com especial atenção sobre seu conjunto de originais fotográficos, cuja digitalização foi considerada prioritária por tratarem-se das fontes mais solicitadas para pesquisa. E isso é coerente com o que ocorre em outras instituições, e nos últimos anos, nos quais a fotografia e seus usos passaram a contemplar áreas que, até algum tempo, não se utilizavam das fontes iconográficas como elemento principal ou secundário de abordagem. Mas o fato é que, pela informação que a fotografia concentra como memória visual, verifica-se o crescente interesse por dela falar em muitos trabalhos acadêmicos e, também por parte do associado, quando busca registros a respeito de um familiar que já tenha sido sócio ou frequentou o clube em determinado período, e procura conhecer dados do passado que se façam representar nas fotografias. A comunidade externa à SOGIPA que contata o Memorial também prioriza a informação visual. Desta forma, é primordial o tratamento dedicado às fotografias e negativos flexíveis, por meio de seu inventário, catalogação, acondicionamento e digitalização para compor um banco de dados digital e, ainda, considerando a frágil estrutura da matéria que compõe os suportes e imagens.

Evidente que as fontes textuais do acervo também integram a sistematização prevista com o acondicionamento e a digitalização, que poderá ser concretizada em um segundo momento, pelo grande volume de documentos que integram o acervo. A propósito, em 2011, ocorreram novos aportes de recursos ao projeto, o que permite a realização da sua primeira etapa, a da conservação do acer-

vo, que já possibilitou ações de aperfeiçoamento profissional, como, por exemplo, em julho de 2009, que consistiu em visitas técnicas e qualificação em algumas das principais instituições⁴¹ de São Paulo, responsáveis pela preservação de acervos e referenciais na área no Brasil.

Essa análise de trabalhos de êxito promovidos por outros museus, arquivos e centros culturais foi fundamental para eleger as melhores aplicações a serem empreendidas de acordo com o perfil do acervo do Memorial, suas tipologias diversas e o público consuinte, que abrange desde estudantes dos ensinos fundamental e médio a alunos de graduação e pós-graduação, de universidades regionais, de outros Estados e, também, do exterior⁴². Pesquisadores independentes, de distintas áreas profissionais, também solicitam dados e reproduções de fontes do acervo para muitas finalidades, vinculadas, por exemplo, à Comunicação e ao audiovisual, às Ciências Sociais e Humanas, à Educação Física, à Medicina, entre outras.

De maneira não muito diversa dos demais projetos culturais aprovados para o financiamento pela Lei Rouanet, o do Memorial permaneceu à espera do primeiro investidor por quase dois anos. Inclusive, a Lei prevê que, projetos sem captação de recursos ou que não atinjam o valor de 20% de seu orçamento durante esse período, sejam arquivados e tenham os recursos já captados destinados ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) do MinC, para financiar outras ações do próprio Ministério ou projetos sem perfil comercial. Felizmente, houve a adesão do primeiro patrocinador, a Metalúrgica Jackwal, da cidade de Gravataí, em junho de 2008, e de uma se-

⁴¹ Houve qualificação na Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER) e visitas aos seguintes locais: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Laboratório de Conservação e Restauro do Centro Cultural São Paulo, Núcleo de Conservação e Restauro da Escola SENAI Theobaldo De Nigris, Centro de Documentação e Memória da Estação Pinacoteca, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Cinemateca Brasileira e Centro de Documentação e Referência do Itaú Cultural.

⁴² Na última semana de março de 2011, o historiador alemão Lothar Wieser visitou a SOGIPA, interessado em pesquisar fontes documentais sobre Ferdinand Schlatter, imigrante fundador do Grupo Die Haberer, atual Departamento de Bávaros do clube. O Professor Lothar considera o acervo do Memorial um dos mais importantes do país.

quência de outras empresas e doadores⁴³, estabelecidos em Porto Alegre e na Região Metropolitana, que passaram a contribuir para que seja atingido o montante autorizado pelo MinC com vistas a realizar o projeto na íntegra.

Os patrocínios e doações concedidos efetivaram-se graças ao empenho de membros da Diretoria da SOGIPA e da Fundação SOGIPA de Comunicações — que é instituída do clube e proponente do projeto, além de mantenedora da Faculdade SOGIPA de Educação Física —, através da intermediação junto a outros associados, também empresários ou vinculados às empresas que, sensíveis à importância de contribuir, passaram a apoiar a ação sobre um rico acervo. Aqui, destaca-se um ponto no qual a relação das pessoas com o patrimônio e com a instituição que o possui é considerada a tônica para preservá-lo e possibilitar seu acesso pela comunidade. Predominantemente, entre os investidores do projeto que acolheram a proposta com maior entusiasmo, e também aplicaram valores mais elevados, estão pessoas para quem a SOGIPA é parte de suas vidas e, por sua vez, compõe suas memórias afetivas. Ou, ainda, são pessoas que prezam as amizades constituídas num círculo social e cultural e, assim, procuram atender a uma solicitação para colaborar, sempre que há possibilidade.

Para muitos sócios do clube, que nasceu no século XIX para congregar imigrantes alemães na cidade e na região que haviam escolhido para estabelecer-se, a SOGIPA e seu patrimônio cultural representam parte de suas origens, para aqueles que descendem de antigos associados, ou um espaço de vivências para os que a ela integraram-se por afinidade, pelas relações firmadas ou por conveniência, em termos da estrutura física que reúne para prática esportiva, por exemplo, independentemente da etnia germânica fundadora da Sociedade. Tanto é que, há várias décadas, o clube deixou de ser uma sociedade apenas de alemães, para abrir-se à integração às outras etnias que formam o povo sul-rio-grandense e brasileiro. E

⁴³ As demais empresas que aderiram ao projeto, até dezembro de 2011, são: Puras do Brasil, Lojas Renner, Globoinox, Banco A. J. Renner, Maquimotor, Latina Distribuidora de Petróleo.

mesmo sendo um dos grandes clubes do país, com uma administração empresarial, a união de seus departamentos, desde os mais que centenários até os mais recentes, ainda se sobrepõe e perdura essa caracterização da SOGIPA como um clube e núcleo de sociabilidade, que é plenamente exercida por toda sua trajetória.

Constata-se que essa natureza da instituição contribui, juntamente com as ações elaboradas para a gestão do Memorial, para a proteção e transmissão desse legado de cultura e história às gerações futuras, o que é o real sentido de todo um trabalho voltado ao patrimônio. Conforme afirma Horta (2000, p. 15), “a condição essencial para que o processo cultural e a vida social possam ocorrer reside na existência deste ‘patrimônio’ comum a todos, compartilhado por um grupo”. Desta forma, procurou-se identificar e decodificar os aspectos inerentes ao patrimônio cultural do clube, com base na investigação de temas sobre os quais muito ainda é necessário conhecer. Tal atitude vem ao encontro da premissa contemporânea que enfatiza a importância do conhecimento acerca do bem cultural para garantir sua preservação, ainda mais num país onde as pessoas raramente conferem a devida relevância à cultura, embora os investimentos na indústria cultural e do entretenimento tenham representado aproximadamente 7% do PIB mundial, segundo dados de 2003 (BRANT, 2009, p. 78), e estejam em elevação a cada ano.

Nosso foco de ação alinhou-se com a teoria de Fleury (2009, p. 139) para quem “a aposta reside aqui nos modos de análise das práticas culturais, [...] a decisão de observá-las do ponto de vista mais específico das instituições culturais”. E a SOGIPA, seja no âmbito de seu patrimônio imaterial ou de seu acervo histórico, constituído por relatórios anuais, informativos, documentos avulsos, além de registros visuais, entre muitos outros itens, oferece uma gama de possibilidades para a observação de um grande grupo, fragmentado em três principais segmentos (social, cultural e esportivo), que se subdividem em departamentos.

Dentro desse grupo que se constitui o clube, com gerações de associados que manifestam muito interesse em acessar dados do acervo histórico, encontrou-se um dos focos estratégicos para captar parte do montante de recursos autorizado para a execução do projeto cultural, por meio das doações de uma parcela do Imposto

de Renda devido por pessoas físicas. Para tanto, foi idealizada uma campanha permanente dirigida à adesão de novos doadores, que seguiram o exemplo de integrantes da Diretoria, cuja contribuição é anual. Esse engajamento é uma das possibilidades de elevar os recursos, aliado à questão da memória familiar intrínseca aos sócios, pois, constata-se o êxito de outras instituições da Capital que já promovem campanhas com tal perfil, em projetos de grande porte.

Simultaneamente às doações de pessoas físicas, outras empresas, além das que já contribuíram, foram contatadas para aplicar recursos no projeto, pelo maior volume de impostos a deduzir do valor devido ao Governo Federal, e ainda com a vantagem de retorno em publicidade. Nesse aspecto, retornamos ao tema da política cultural corporativa de muitos grupos que estão habituados a expor uma imagem de mecenas, até mesmo de filantropia, quando aplicam expressivas quantias em determinados projetos. Ora, os valores investidos, sob o benefício da Lei Rouanet são o dinheiro público que, se observarmos de maneira justa, deve ser revertido em ações para a sociedade porque resultam do lucro real obtido pelas empresas. E tanto para o meio empresarial como para o contribuinte pessoa física, deve haver uma grande conscientização quanto à importância do investimento em cultura já que, ao aplicar parte do imposto devido em um ou mais projetos aprovados pelo MinC, o destino dos recursos é conhecido, diferente do que acontece quando o contribuinte opta por declarar e pagar seu imposto diretamente ao governo, sem doar uma parcela⁴⁴ como permite a Lei.

Se a dependência do financiamento por incentivos fiscais é fator essencial para levar a termo projetos voltados à conservação e acesso ao patrimônio documental, outras linhas de ação também contribuem para socializar, nos meios cultural e científico, tópicos de abordagem sobre o acervo, considerados de interesse para a pesquisa e que encontram um espaço profícuo para divulgação em

⁴⁴ A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Nº 8.313/91) permite que pessoas jurídicas destinem a projetos culturais até 4% do Imposto de Renda devido e, para pessoas físicas, o limite é de até 6%. O Artigo 18 estabelece a dedução integral do valor aplicado.

eventos⁴⁵. Na própria SOGIPA, durante uma edição de seu Curso de Atualização Cultural, promovido sempre no primeiro semestre do ano e frequentado por associados, já foi possível realizar uma palestra⁴⁶ sobre um panorama da trajetória do Memorial. Em abril de 2011, participamos do Colóquio “Coleções da imigração alemã e as novas possibilidades da digitalização”⁴⁷, realizado no Instituto Goethe de Porto Alegre e promovido pelo Instituto Ibero-Americano de Berlim e Instituto Martius-Staden, de São Paulo, com a proposta de reunir profissionais, identificar fontes históricas armazenadas em acervos e preparar a fundação de um grupo de trabalho teuto-brasileiro.

⁴⁵ Participamos, em 2006, das Segundas Jornadas sobre Fotografia: la fotografía y sus usos sociales, promovidas pelo Centro Municipal de Fotografia de Montevideo, com a comunicação Preservação e visibilidade para o acervo fotográfico do Memorial da Sociedade de Ginástica Porto Alegre. O evento tem reunido a cada ano nomes de referência mundial na área entre os conferencistas e demais profissionais de diversos países. Em setembro de 2010, no 4.º Seminário Internacional em Memória e Patrimônio (UFPel), apresentei a comunicação *Tradição e patrimônio nas fotografias da Oktoberfest da SOGIPA* e, também, *A fotografia como suporte da memória visual do trabalho: conceitos para um projeto de identificação e localização de acervos no Rio Grande do Sul*, essa em conjunto com a Prof.ª Dr.ª Francisca Ferreira Michelin, da Universidade Federal de Pelotas, e Denise BujesStumvoll, Coordenadora do Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Em 2011, o projeto Preservação e difusão do acervo histórico-cultural da SOGIPA foi apresentado no I Seminário Internacional Memória e Esporte, promovido pelo Centro Pró-Memória Hans Nobiling, do Esporte Clube Pinheiros, São Paulo. No mesmo ano, no V Seminário Estadual de Gestão Profissional no Terceiro Setor Marco Legal e Oportunidades para a Atuação do Terceiro Setor no Âmbito das Políticas Públicas, com promoção da Associação Riograndense de Fundações, em Porto Alegre, integramos a mesa-redonda: *Cases de atuação da sociedade civil nas políticas de cultura, esporte e assistência social / A produção cultural da SOGIPA: ênfase para a memória e o patrimônio* e, ainda, no V Seminário Internacional em Memória e Patrimônio, apresentamos a comunicação *Memórias do tempo em fotografos alemães no Rio Grande do Sul*.

⁴⁶ Intitulada Memorial SOGIPA: estratégias de preservação e acesso ao nosso patrimônio cultural, em maio de 2011.

⁴⁷ Promovido pelo Ministério Federal Alemão da Educação e Pesquisa, no âmbito do Ano Brasil-Alemanha da Ciência, Tecnologia e Inovação 2010/2011. No painel “A emigração ao Brasil em bibliotecas e arquivos: primeiras experiências de digitalização será apresentada a comunicação O trabalho dos fotógrafos alemães no Rio Grande do Sul: memórias em acervos e arquivos, em conjunto com Francisca Michelin e Denise Stumvoll.

As parcerias interinstitucionais configuram-se como outra importante estratégia para produzir estudos técnicos e científicos, obter recursos financeiros e disseminar a cultura da preservação. Neste sentido, a SOGIPA, através do Memorial, firmou um termo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Pelotas, através de seu Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/ Fototeca Memória da UFPel, e o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, de Porto Alegre, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, para desenvolver o projeto de pesquisa *As funções e os sentidos do registro fotográfico sobre o trabalho durante o século XX no Rio Grande do Sul*, com o financiamento do Edital Universal do CNPq. Ao gerar as parcerias com outras instituições atuantes tanto no ensino, na pesquisa e extensão e, também, responsáveis pela guarda e acessibilidade aos acervos não somente fotográficos, mas de outras fontes documentais a respeito das cidades de Pelotas e Porto Alegre, amplia-se a força de trabalho sobre a investigação de bens patrimoniais ainda inacessíveis à consulta pública ou a caminho de serem disponibilizados. O referido projeto objetiva identificar e situar para o pesquisador os acervos que possuem imagens sobre a temática “Trabalho”, no Estado, reunindo as coleções de cada instituição que venha a integrar-se ao projeto por meio da disponibilização na *web*, criando um sistema de busca em uma base comum, o que permitirá a comunicação entre os acervos e agilizará a consulta pelos muitos pesquisadores que demandam estudos nessa área.

O tema do projeto caracteriza-se pela ênfase à função social dos acervos institucionais, desde os pertencentes às três entidades realizadoras, e de outras, considerando a quantia de museus, arquivos e acervos nos quais são encontradas fotografias sobre o trabalho no Rio Grande do Sul, passíveis de compor a rede que se deseja estabelecer, ato esse em sintonia com a época atual das tecnologias digitais. Constatou-se que as imagens dos acervos já conhecidos foram geradas para fins de documentação de obras e serviços realizados pela administração estadual, no caso do Museu Hipólito; de atividades específicas à formação profissional nas diversas unidades que integram a UFPel e, ainda, de uma evolução das práticas espor-

tivas, como a ginástica e outras modalidades na coleção do Memorial SOGIPA.

A cooperação entre as instituições desdobra-se em outras atividades, além do projeto mencionado, como a promoção conjunta ou apoios em oficinas, seminários e ciclos de debates ministrados por profissionais de instituições locais, de outras regiões do país e, também, do exterior, como forma de sedimentar os estudos e a qualificação técnica em preservação de acervos, em memória social e patrimônio cultural, o que procura contribuir para a existência de um núcleo referencial nessas áreas, no Sul do Brasil.

Por uma integração no Cone Sul

Em defesa do desenvolvimento de políticas voltadas à cultura como um todo e ao patrimônio, citamos a Carta Cultural Iberoamericana (2006) que afirma: “a Ibero-América se manifesta como um grande sistema, no qual aparecem elementos únicos e excepcionais, e que é possuidora de um patrimônio cultural comum e diverso que é indispensável promover e proteger”. Essa afirmação do documento propõe diretrizes fundamentais a serem seguidas pelos países, como políticas de Estado. Independentemente das ações governamentais que, nos últimos anos apresentam-se de maneira mais incisiva quanto às intenções de estabelecer relações internacionais significativas em torno do patrimônio, as entidades atuantes para os assuntos com respeito à sua conservação e difusão muito têm cooperado para efetivar uma integração entre profissionais e culturas.

Soma-se a isso o papel exercido pelas instituições sociais e culturais que vêm firmando parcerias colaborativas para efetuar essa desejada e prolifera integração que, sabe-se, é possível de acontecer de fato, com base na difusão e salvaguarda de nossos bens culturais representativos de temas comuns, como, por exemplo, sobre acervos memoriais e grupos sociais, baseados em nossos distintos países, nos quais há uma semelhança em linhas de pensamento. Se a princípio a integração foi proposta com o sentido econômico, resultando no bloco do MERCOSUL, foi indispensável estendê-la ao “valor estratégico que a cultura tem na economia, e sua

distribuição fundamental para o desenvolvimento econômico, social e sustentável da região” (Carta Cultural Iberoamericana).

O espaço geográfico privilegiado da América do Sul e a localização do Estado do Rio Grande do Sul na fronteira com o Uruguai e a Argentina, só favorece essa proximidade em vista da implementação de projetos relativos à exploração desse viés patrimonial existente em cada país. Um exemplo das possibilidades de atuações em conjunto está nas diversas sociedades de ginástica fundadas em nossos países vizinhos. A colonização germânica também presente nessa vizinhança oportunizou uma contribuição à formação cultural e social de nossos povos, muito forte no Chile e na Argentina, também. Assim como as raízes da SOGIPA, os mesmos princípios da ginástica alemã delinearão as que surgiram na Região Metropolitana de Porto Alegre, no interior do Estado e do Brasil e em outros países do continente sul-americano.

Não somente as sociedades de ginástica, mas outras agremiações de origem germânica apresentam um terreno rico em termos da pesquisa histórica sobre o perfil social e cultural das regiões e nações. E além da etnia germânica, as relações dessa com os demais povos nativos do continente e os que descendem de imigrantes de outros diversos países europeus, por exemplo, oportunizam a análise da cultura híbrida que temos e dos traços em comum que podemos observar nesse território. E isso a partir dos testemunhos impressos em tempos decorridos e registrados na matéria preservada em acervos e arquivos, que guardam representações de percursos ou dados informativos de cada grupo de nossas sociedades.

Considerações finais

As atividades realizadas nesse amplo objetivo de proteger e trazer à visibilidade o conteúdo deste patrimônio cultural, sobre um acervo de uma instituição privada, consiste em uma contribuição nossa para promover a valorização dos bens de interesse cultural que, na verdade, são de interesse público. Por essa razão, justifica-se a possibilidade de fruir a riqueza histórica depositada nos limites da SOGIPA, com o financiamento de projetos incentivados com recursos públicos. Por enquanto, é essa a viabilidade existente em

maior volume de verbas para o fomento, no Brasil, ainda que seja através de incentivo fiscal.

Os desafios são grandiosos nesse campo da preservação patrimonial muito também pela ausência de uma tradição inerente na sociedade em geral de compreender e priorizar essa importância da cultura para o desenvolvimento estratégico de uma nação. Logicamente, vê-se que uma das causas para prevalecerem as mentalidades indiferentes a essa significância do patrimônio cultural para o crescimento intelectual e, conseqüentemente, econômico de um país, está na educação, desde aquela praticada no âmbito familiar como a exercida no espaço formal das escolas e cursos superiores, muitas vezes alheios à humanização dos profissionais. Assim, esse descaso é passado entre as gerações, e romper esse círculo é uma complexa tarefa.

Deve-se reconhecer e apoiar, continuamente, as ações propostas pelos profissionais que conduzem seu trabalho no sentido da ética, do conhecimento e da efetivação real da formação técnica na área da gestão patrimonial. A união de especialistas proativos e qualificados, seja nas instituições que detêm acervos, nas entidades de classe ou nas que objetivam a qualificação específica para o tratamento adequado aos diferentes tipos de bens culturais, é fator considerável para criarmos as condições necessárias para partilhar o patrimônio, que precisa ser conhecido e explorado, para receber, numa visão otimista, a devida atenção pela sociedade em geral.

O exercício da persistência na elaboração e execução de projetos alinhados com as potencialidades dos acervos e instituições, bem como, a socialização entre pares e a indispensável ação educativa, tanto no interior quanto no exterior dos arquivos, acervos e museus, que demonstrem a dimensão do patrimônio, são os pontos vitais para cumprirmos a missão de salvaguardar e promover esses conjuntos através dos quais podemos apreender os aspectos mais pontuais de uma sociedade e que a diferenciam e a assemelham a outras.

Referências

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

CARTA CULTURAL IBEROAMERICANA. XVI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Montevidéu, Uruguai, 4 e 5 de novembro de 2006.

FLEURY, Laurent. Sociologia da cultura e das práticas culturais. São Paulo: SENAC, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Patrimônio Cultural e Cidadania. In: **Museologia social**. Porto Alegre: UE / Secretaria Municipal da Cultura, 2000, p. 11-20.

VARINE, Hugues de. A nova museologia: ficção ou realidade. In: **Museologia social**. Porto Alegre: UE / Secretaria Municipal da Cultura, 2000, p. 21-33.

VARINE, Hugues de. **Comunidade aberta – Patrimônio partilhado**. Conferência proferida na Câmara Municipal de Porto Alegre, RS, Brasil, em 15/4/2010.

O PROGRAMA MONUMENTA EM PELOTAS

*Laura Gomes Zambrano
Fábio Daniel Mendes Caetano*

O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura que conta com o apoio da UNESCO e resulta de um contrato de empréstimo entre o BID e o Governo Federal. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em 26 cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Programa Monumenta na cidade de Pelotas iniciou em 2001, e foi um instrumento de educação, difusão, reconhecimento e preservação da paisagem histórica e cultural.

Em Pelotas, o Programa Monumenta, esteve presente em obras de espaços públicos, de edifícios monumentais de propriedade pública municipal, de imóveis privados e em financiamento de projetos. A área de projeto e de intervenção em bens culturais do Programa foi na Praça Cel. Pedro Osório e seu entorno, sendo realizada a requalificação da Praça, a restauração da Fonte das Nereidas, do Paço Municipal, do palacete do charqueador José Vieira Vianna (Casa 02), do palacete do barão de São Luís (Casa 06), do Grande Hotel e do Mercado Público (figura 1).

Figura 1 - Área de projeto e de intervenção do Programa Monumenta em Pelotas.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2011.

A Praça Cel. Pedro Osório, localizada no segundo loteamento da cidade, é integrante das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural. A área, conhecida como centro histórico, teve um grande desenvolvimento, entre os anos de 1860 e 1890, período conhecido como áureo da produção de charque e que enriqueceu os proprietários das charqueadas.

Em Pelotas, a riqueza econômica da classe dominante facilitou os contatos com a sede do Império e com as cidades europeias, através da navegação a vapor, proporcionando que a elite local buscasse referências nos modelos estéticos em voga nesses lugares. Neste período se consolidou o ecletismo na arquitetura pelotense que misturou “livremente estilos históricos diversos com o propósito de combinar virtudes de diferentes fontes” (CHING, 1999, p. 146). A partir de 1870, foram implantadas obras de infraestrutura urbana no espaço urbano pelotense e um grande número de reformas e novas construções foram realizadas seguindo as regras do estilo eclético.

A influência do estilo eclético se juntou a dos estilos *artnoveau* e *artdèco* durante as três primeiras décadas do século XX. Nessa miscigenação de elementos peculiares às estéticas historicistas ecléticas, *noveaudèco*, as fachadas foram perdendo o equilíbrio simétrico e se despiram dos excessos de ornamentação em estuque.

Com o passar dos anos, a área onde estão presentes estas construções se desgastou chegando ao final do século XX e início do século XXI com vários problemas, destacando entre eles a precariedade no estado de conservação da maioria dos seus edifícios e a desocupação de alguns, comprometendo a qualidade de vida das pessoas e causando baixa-estima a população.

A deteriorização em prédios históricos é causada por inúmeros fatores, destacando a falta de manutenção, o abandono, as intervenções inadequadas e a ação das intempéries que geram patologias, em alguns casos de difícil solução, que degradam os componentes arquitetônicos dos edifícios, sendo as ações de conservação e de restauração muito importantes no processo de preservação do bem cultural. A restauração pode ser definida como o processo de recuperação de um sítio, uma edificação ou um objeto existe à condição que estava em determinado momento de sua

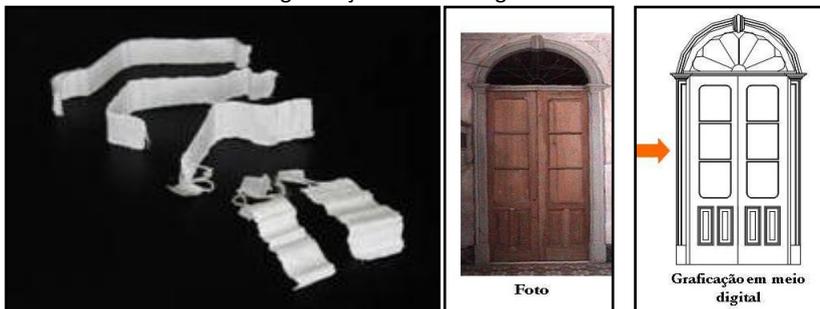
história usando os mesmos métodos e materiais de construção do original.

O caráter adotado no projeto de restauração dos monumentos da cidade de Pelotas foi o de preservação dos materiais construtivos como documentos de uma época, procurando evidenciar a tipologia e as peculiaridades da edificação, valorizando, assim, os aspectos velados pelo desgaste e as interferências que ocorreram ao longo do tempo. Além disso, procurou-se utilizar técnicas e matérias compatíveis com os originais, com a manutenção da autenticidade e a reversibilidade dos novos materiais e técnicas, a fim de interferir o mínimo possível, evitando descaracterizações e danos futuros ao bem.

Para a elaboração dos projetos de restauração foi montada uma equipe formada, inicialmente por três arquitetos, chegando ao número de 35 técnicos, através de um convênio formado entre a Prefeitura e a Universidade Católica de Pelotas. Como etapa inicial de trabalho para os projetos de restauração foram realizadas investigações prévias quanto à biografia do edifício, estado atual de conservação, definição das posturas e critérios para a intervenção no monumento e o reconhecimento dos seus diferentes valores, tais como histórico, arquitetônico, paisagístico ambiental, de identidade e econômico, entre outros identificados na área.

Após as investigações prévias foram realizados o levantamento cadastral do bem cultural a intervir que trata do registro planialtimétrico, com os detalhes dos seus elementos construtivos e decorativos, utilizando como método de levantamento medições, croquis, fotos, moldes e meio digital. Nesta etapa também foi realizado o diagnóstico arquitetônico da construção que consiste na verificação e identificação das patologias existentes, sendo realizado o registro do estado de conservação de cada elemento da construção (figuras 2, 3, 4 e 5).

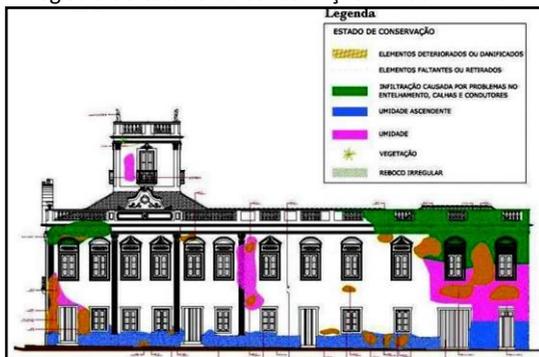
Figuras 2, 3 e 4 – Na imagem à esquerda: método de levantamento por moldes em gase gesseificada. Na imagem à direita: método de levantamento por fotografia e graficação em meio digital.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2003.

De posse do levantamento cadastral e do diagnóstico do estado atual de conservação de cada bem cultural, foi realizado o projeto arquitetônico e os projetos complementares, resultando no projeto de intervenção. Este projeto consiste em seis volumes, sendo registro fotográfico, levantamento cadastral, diagnóstico, projeto arquitetônico e complementar, memorial descritivo da obra, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro de obra.

Figura 5 – Registro do estado de conservação da fachada de um edifício.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2003.

A obra de arranque do Programa Monumenta em Pelotas foi o Chafariz Fonte das Nereidas localizado no centro da Praça Cel. Pedro Osório que originalmente era chamada de campo. Em 1832, no centro do campo foi erigido o pelourinho onde eram realizados castigos públicos aos escravos. Em 1873 o pelourinho foi substituí-

do pelo chafariz Fonte das Nereidas vindo da França para incrementar o abastecimento de água na cidade. Nesta mesma década a praça passou por melhorias através do plantio de mudas de árvores, ajardinamento e colocação de muro externo com portões (figuras 6 e 7).

Figuras 6 e 7 – Na imagem à esquerda: restauração da Fonte das Nereidas. Na imagem à direita: Fonte das Nereidas depois de restaurada.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2002/2003.

Após a obra de restauração do chafariz, em 2004, foi realizada a restauração e a requalificação dos sanitários do Mercado Público, edifício anexo à fachada sul do Mercado construído no início do século XIX com características arquitetônicas que evidenciam a influência do estilo ArtNouveau e ArtDeco, estando presentes na sua composição elementos arquitetônicos simplificados e geometrizados. No mesmo ano o edifício denominado de Grande Hotel, tombado em nível municipal, teve restauração parcial que envolveu a restauração da cobertura, fachadas e esquadrias. O edifício do Grande Hotel foi inaugurado em 1928 e o seu projeto foi realizado por Theófilo Borges de Barros, vencedor do concurso de 1924 (figuras 8, 9 e 10).

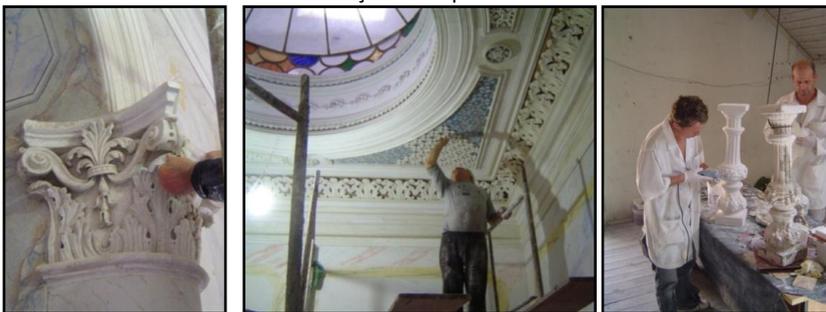
Figuras 8, 9 e 10: Na imagem à esquerda: restauração da cúpula em bronze do Grande Hotel. Na imagem ao centro: restauração da claraboia do Grande Hotel. Na imagem à esquerda: desenho da estrutura metálica da cúpula do Grande Hotel.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2004.

Outro monumento que se destaca no entorno da Praça Cel. Pedro Osório é o palacete do charqueador José Vieira Vianna, construído anterior a 1830, em estilo luso-brasileiro. Em 1880, por solicitação do novo proprietário do imóvel, o barão de Butuí, o palacete passou por uma grande reforma que modificou o seu estilo de luso-brasileiro para o eclético.

Figuras 11, 12 e 13 – Na imagem à esquerda: restauração dos ornatos do palacete do barão de Butuí. Na imagem ao centro: restauração do forro de estuque do palacete do barão de Butuí. Na imagem à direita: restauração dos balaustres do Paço Municipal.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2004/2005.

Após vários usos, o casarão chegou ao século XXI com diversas patologias, passando por uma restauração integral em 2005, onde foi restaurada a cobertura, os forros em estuque e madeira, as paredes em alvenaria e estuque, o marmorino, as esquadrias, os pisos, as fachadas, execução do novo projeto elétrico, entre outros elementos (figuras 11, 12 e 13). No ano seguinte ao de 2004 foi realizada a restauração da cobertura, forros, esquadria e fachadas do

Paço Municipal, monumento construído em 1880 seguindo as linhas estéticas do ecletismo historicista enriquecido por elementos neo-clássicos e neorrenascentistas.

Três anos após a restauração do Paço Municipal, foi realizada a obra de requalificação da praça Cel. Pedro Osório, em que foram substituídos todos os pisos de ladrilho hidráulico e luminárias. Os bancos originais foram mantidos e restaurados, os demais bancos foram substituídos por outros em ferro com base em granito. O setor de jogos e o playground foram revitalizados, o primeiro teve a substituição do material existente pelo granito, o segundo ganhou um banco curvo de concreto em forma orgânica envolvendo os novos brinquedos e funcionando como uma grande caixa de areia (figuras14 e 15).

Figuras14 e 15 – Na imagem à esquerda: projeto de requalificação da Praça Cel. Pedro Osório. Na imagem à direita: maquete eletrônica da esplanada do Theatro.



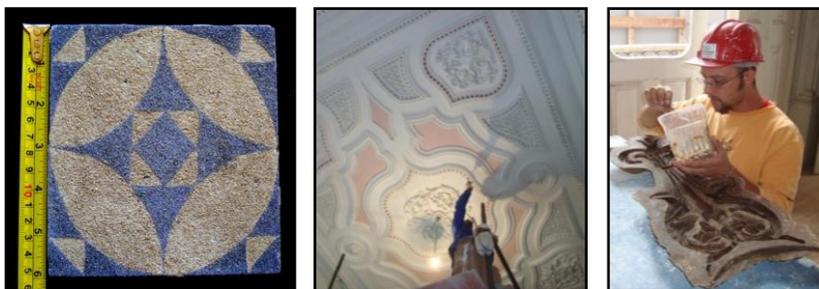
Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2005.

A gruta do lago também foi restaurada recebendo melhorias no seu entorno, tendo os pisos substituídos por ladrilho hidráulico e um banco externo construído ao redor do lago. Em outro setor da Praça, na frente do Theatro Sete de Abril, foi construída a esplanada do teatro como local de contemplação e de utilização para apresentações públicas. Além desses incrementos também foi realizada a revitalização da Travessa Conde de Piratiny, do largo do Mercado Público e um projeto paisagístico para a Praça que ainda não foi executado.

Em 2010 chegou a vez da restauração do palacete do barão de São Luís, bem tombado em nível federal, construído em 1879 para servir de residência a família Maciel. O edifício em estilo eclético apresenta no seu interior uma riqueza ornamental evidenciada nos seus forros de estuque, nas paredes revestidas por marmorino e nos azulejos importados da França presentes na cozinha. Antes de iniciar a restauração integral do prédio em 2010, o mesmo se encontrava com elevado nível de degradação nos seus elementos arquitetônicos.

Durante a execução dos serviços de restauração foi reintegrada a construção de um antigo compartimento existente sob a laje do jardim de inverno no nível do porão. A execução deste serviço colocou em evidência o que teria sido o primeiro piso do jardim de inverno, um ladrilho hidráulico nas cores branco e preto, com dimensões de 15x15cm (figuras 16, 17 e 18).

Figuras 16, 17 e 18 – Na imagem à esquerda: forro de estuque danificado. Na imagem ao centro: restauração do forro de estuque do palacete do barão de São Luís. Na imagem à direita: execução de molde para elaboração de réplica de elemento ornamental.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2010.

Um ano após a restauração do palacete do barão de São Luís, foram retomadas as obras no prédio do Grande Hotel que já havia passado pela restauração de 2004, citada anteriormente. A nova intervenção, realizada em 2011, constitui-se na primeira fase do projeto de adaptação da estrutura existente para o uso proposto de hotel escola. Nesta fase foram realizadas demolições, ampliações, readequações, drenagem do porão, execução de novas divisórias em gesso acartonado, instalação de redes de água, esgoto e eletricidade, sendo os demais serviços, necessários para a finalização da

obra e consolidação do Hotel Escola, a serem executados em etapa posterior.

Também para 2011 está prevista a inauguração da obra de restauração e requalificação do Mercado Público de Pelotas, bem tombado em nível municipal, edificado em 1848 em estilo neoclássico que passou por profundas modificações no período de 1911 a 1914, quando foram remodeladas as fachadas, a planta, os acessos e colocado da torre do relógio com a substituição da torre existente em alvenaria. A requalificação e restauração do edifício são integrais e tem como pontos fortes de intervenção a reconstituição do antigo lanternim, a reintegração dos antigos terraços junto aos torreões e a reconstrução das bancas com respeito às estruturas metálicas originais citadas na obra *Arquitetura do Ferro no Brasil* (figuras 19, 20 e 21).

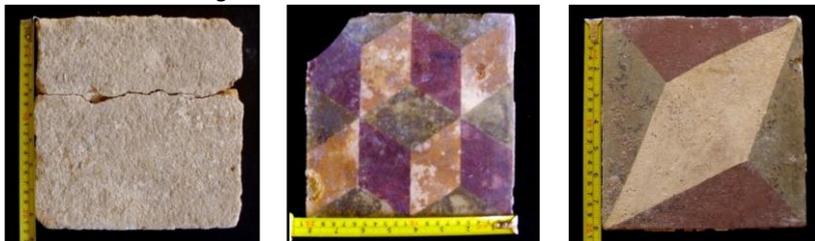
Figuras 19, 20 e 21: Na imagem à esquerda: execução de lanternim. Na imagem ao centro: execução das novas bancas internas. Na imagem à direita: obras para a reintegração dos antigos terraços.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2010/2011.

Durante a obra de restauração do Mercado Público, a remoção do piso cerâmico do tipo São Caetano evidenciou os antigos pisos em ladrilho hidráulico nas cores vermelho, branco e verde, assentados em contrapiso de tijolo maciço antigo. Em uma das circulações abaixo do ladrilho antigo foi encontrado uma amostra do que poderia ter sido o primeiro piso do Mercado, uma peça de barro cozido nas dimensões de 20x20cm. (figuras 22, 23 e 24).

Figuras 22, 23 e 24 – Na imagem à esquerda: piso em barro cozido.
Na imagem ao centro: ladrilho hidráulico em três cores.
Na imagem à direita: ladrilho hidráulico em três cores.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2010.

Além das obras de restauração em edifícios e espaços públicos, o Programa Monumenta em Pelotas, atuou em obras de restauração de sete imóveis privados localizados na área de projeto do Programa, sendo que cinco estão concluídas e um imóvel em fase de conclusão. Os imóveis financiados fazem parte do inventário da cidade que protege os bens culturais, presentes nas Zonas de preservação, na sua volumetria e fachada (figuras 25 e 26).

Figuras 25 e 26 – Na imagem à esquerda: prédio antes da restauração financiada pelo Programa Monumenta - Imóveis Privados.
Na imagem à direita: prédio restaurado através do financiamento pelo Monumenta Imóveis Privados.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2010.

Também financiados pelo Programa foram os projetos das placas de identificação de imóveis inventariados, os eventos “Cultura Aberta” e “Interações Urbanas”, a elaboração do III Plano Diretor, o projeto “Música Patrimônio Vivo”, o Curso de Qualificação para os Ofícios do Restauo e da Conservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Pelotas, os Livros Didáticos de Educação Patrimo-

nial para o Ensino Fundamental, o Manual do Usuário de Imóveis Inventariados e o Inventário Nacional de Referências Cultural: Produção de Doces Tradicionais Pelotense (FURTADO, 2007, p. 107-111).

O Projeto “Música Patrimônio Vivo”, realizado em parceria entre o Programa Monumenta e a Universidade Católica de Pelotas, auxiliou a Orquestra Filarmônica de Pelotas na aquisição de instrumentos, partituras e máster classes ministrados por professores da Universidade Federal de Santa Maria em 2006. O Projeto também ofereceu ajuda de custo aos músicos e subsidiou campanhas de divulgação da orquestra.

O curso de qualificação para os Ofícios do Restauro e da Conservação do Patrimônio Histórico de Pelotas foi realizado em 2007 através da parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura, o Centro Federal de Educação Tecnológica e o Sindicato da Construção e do Mobiliário de Pelotas. Um dos objetivos do curso foi recuperar as técnicas específicas da época da construção dos prédios e proporcionar aos alunos conhecimentos prático com fundamento teórico.

Desenvolvido em um módulo básico, o curso contou com aulas sobre argamassa, ornato, marcenaria e carpintaria, pintura, ferraria e cantaria, ministradas para 138 estudantes. Também participaram do curso professores italianos que ministraram aulas relativas ao restauro de elementos decorativos do patrimônio arquitetônico (figura 28). Voltado aos proprietários das casas inventariadas, o Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, patrocinado pelo Programa Monumenta e realizado pela Secretaria de Cultura, constituiu-se num livro direcionado para a orientação, conscientização e o esclarecimento de questões relativas à história, legislação, ações de conservação, restauração e preservação de bens inventariados e tombados (figura 27).

Figuras 27, 28 e 29 – Na imagem à esquerda, Manual do Inventário de Imóveis Inventariados. Na imagem ao centro: aula prática do curso de qualificação para os ofícios do restauro e da conservação do patrimônio histórico de Pelotas. Na imagem à direita: livro do Inventário Nacional de Referências Culturais na Produção de Doces Tradicionais Pelotense.



Fonte: Secretaria da Cultura de Pelotas. Data: 2010.

A cidade de Pelotas tem tradição na produção de doces finos de origem portuguesa, tanto que todo ano acontece a Feira Nacional do Doce, conferindo à cidade o apelido de “Capital Nacional do Doce”. O inventário nacional de referências culturais da produção de doces tradicionais pelotenses, projeto apoiado pelo Programa Monumenta e realizado pela Câmara dos Dirigentes Lojistas de Pelotas em parceria com Secretaria de Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Pelotas, possibilitou a inscrição da doçaria pelotense no Inventário Nacional de referências do IPHAN, incrementando o turismo baseado no reconhecimento do patrimônio imaterial da cidade (figura 29).

Outro projeto importante patrocinado pelo Programa Monumenta, realizado em parceria com a Fundação Cultural Princesa do Sul, foi o projeto “Cultura Aberta” que montou espetáculos de teatro, música, dança e cinema, chamando a atenção da população para os monumentos e sua ligação com a história do município. Implantado em 2006, o “Cultura Aberta” possibilitou a circulação cultural por vários bairros com amostras das criações de diversos artistas para um grande público.

O Programa Monumenta, também foi parceiro no projeto denominado de “Interações urbanas” que realizou mostras de intervenções artísticas no entorno da Praça Cel. Pedro Osório. O evento atraiu uma multidão à praça onde houve dança, música e coque-

tel para o público, tendo como cenário os monumentos e as obras de restauração dirigidas pela Unidade Gestora do Programa Monumenta.

Por fim, os livros didáticos de educação patrimonial para as séries iniciais e séries finais foram financiados pelo Programa Monumenta e elaborados em parceria entre as Secretarias de Cultura e Educação da Prefeitura Municipal de Pelotas. Contendo uma linguagem acessível, os volumes são ricamente ilustrados e levam o seu leitor a uma reflexão sobre a importância do Patrimônio Cultural de Pelotas.

Antes da atuação do Programa Monumenta em Pelotas, a área de atuação encontrava-se desgastada e os conjuntos urbanos de monumentos em péssimo estado de conservação. Esta situação se modificou através das sucessivas intervenções realizadas pelo Programa que enfatizaram e destacaram os valores urbanos, ambientais, arquitetônicos e históricos da área, possibilitando o reconhecimento e a apreciação da população.

Apesar dos limites físicos do projeto de Requalificação da Praça Coronel Pedro Osório, a área de abrangência e alcance do projeto foi além da área revitalizada onde muitos proprietários de imóveis inventariados começaram a preservar ou até mesmo restaurar seus imóveis, devido ao exemplo bem sucedido da preservação patrimonial no Centro Histórico de Pelotas realizado pelo poder público municipal.

Em alguns casos, as cores empregadas nos prédios restaurados pelo Programa Monumenta foram utilizadas como inspiração na pintura de prédios privados por toda a cidade. Além disso, o Patrimônio Cultural da cidade de Pelotas, através do projeto de Requalificação da Praça Coronel Pedro Osório consolidou a área como fonte de conhecimento, rentabilidade financeira e inclusão social, tornando-a polo de atividades culturais, sociais e turísticas.

Para a cidade de Pelotas e região, os projetos financiados pelo Programa Monumenta serviram como exemplo de preservação patrimonial, despertando interesses na população, sentimentos de apropriação do espaço e criando a conscientização da comunidade sobre a importância da conservação do patrimônio cultural para a preservação da identidade da cidade para o futuro.

Referências

CHING, Francis. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FURTADO, Rogério. **Patrimônio vivo**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2007.

AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTES AO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA CIDADE DE PELOTAS

Francine Morales Tavares

A última Constituição Federal promulgada em 1988 ampliou consideravelmente a autonomia dos municípios brasileiros, inserindo-os na administração político-administrativa da Federação Brasileira, dotando-os de governo próprio e determinando competências legislativas e administrativas em relação às do Estado e da União. Na referida Carta Magna, em seu Art. 30, consta que: “Compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual”.

Souza Filho (1997, p.36) argumenta que: “pela leitura da lei, bem cultural é aquele bem jurídico que, além de ser objeto de direito, está protegido por ser representativo evocativo ou identificador de uma expressão cultural relevante”. Em decorrência disso, os municípios vêm se estruturando, de forma legal e administrativa, para gerir seu patrimônio no marco da descentralização administrativa proposta pela Constituição de 1988. Consequentemente, direcionam-se para a conscientização da preservação, que muitas vezes é tida como alternativa para dinamizar o desenvolvimento local socioeconômico, criando novas oportunidades para a comunidade envolvida.

Assim, a preservação e recuperação do patrimônio cultural têm feito parte das diretrizes estabelecidas pelos municípios, contribuindo para o desenvolvimento dos mesmos em termos turísticos, econômicos e sociais. Funari e Pelegrini (2006, p.29) afirmam que:

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar centros históricos na atualidade constituem premissas básicas dos debates sobre desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros represen-

tam a síntese da diversidade que caracterizam a própria cidade.

Nesse sentido, é importante percebermos que para existir uma efetiva reabilitação e valorização dos centros históricos é necessária uma série de instrumentos e práticas efetivas de políticas públicas. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.29):

Falar de política pública de preservação supõe não somente levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos de diversidade cultural brasileira, como também uma necessária abertura para participação social na produção e gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população.

Uma política pública nada mais é do que um conjunto de ações realizadas pelo Estado para atender as necessidades de toda sociedade a fim do bem comum. De acordo com Dias (2003, p.121), política pública é:

[...] o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

Esse argumento denota que o processo de elaboração de políticas públicas na preservação de patrimônios culturais requer uma atuação governamental mais descentralizada e participativa, de forma que se beneficie e atenda aos anseios de toda uma coletividade. A exemplo disso, Ana Meira (2005, p.3) nos explica que:

Entende-se por participação a parte da gestão que se realiza com os atores sociais diretamente

envolvidos no processo. No caso da gestão de uma cidade, a participação dos cidadãos pode ser espontânea ou incentivada por uma política pública, por exemplo.

Dessa forma, a busca por ações de políticas públicas em prol da preservação do patrimônio cultural é um processo de difíceis estágios, os quais ultrapassam a aplicação de ações institucionais e instrumentos legais preservacionistas. A realização de uma ação preservacionista somente é possível quando o “bem” a ser preservado é reconhecido pela comunidade, a qual, identificando-se com o fim visado, interage no processo de valorização e torna real e efetiva a ação de preservação.

Buscando confrontar os conceitos que vem sendo empregados para uma boa governança municipal, especialmente no que diz respeito às políticas públicas para o patrimônio, o presente texto visa analisar a preservação do patrimônio cultural urbano edificado no município de Pelotas, cidade localizada ao sul do estado do Rio Grande do Sul. O interesse deste estudo se concentra na possibilidade de incentivo fiscal através da isenção do IPTU sobre as casas inventariadas de Pelotas. É importante ressaltar que o foco do presente trabalho lança-se sobre a propriedade urbana do imóvel privado, posto que não deva haver tributação sobre os imóveis públicos tombados em função do princípio da imunidade recíproca.

A trajetória da preservação em Pelotas

Ter Pelotas como objeto de estudo a partir do seu patrimônio não é casualidade. Assim, falar um pouco da história da cidade é fundamental para o entendimento da trajetória do desenvolvimento das ações de preservação no município e para melhor compreendermos a importância deste artigo proposto.

Pelotas obteve seu desenvolvimento econômico propiciado pela produção do charque, atividade que até as primeiras décadas do século XX foi a sua principal fonte econômica. Este período foi responsável pelo seu crescimento cultural na época, que até hoje se projeta a partir do seu patrimônio, em âmbito local e nacional, atra-

vés de seus prédios históricos, considerados como um dos conjuntos mais representativos do estado do Rio Grande do Sul.

Os charqueadores pelotenses, detentores à época de poder político e econômico, criaram uma arquitetura aristocrática imponente. Trouxeram arquitetos de origem europeia para construir seus palacetes, formando um conjunto arquitetônico em sua maioria em estilo eclético (cf. SANTOS, 2009). Assim, o papel do município de Pelotas na preservação de seu patrimônio cultural é primordial: ações, instrumentos e leis que auxiliam o processo de preservação, são fundamentais para a consolidação de preservação deste patrimônio.

A trajetória de manifestação oficial em relação à preservação do patrimônio cultural de Pelotas teve um momento histórico importante no ano de 1955, com o tombamento federal do Obelisco Republicano (de 1885), no bairro Areal. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) considerou tratar-se, provavelmente, do “único monumento erguido ao ideal republicano durante a monarquia” (SCHLLE, 2008, p.4). Outro grande marco do tombamento a nível federal foram às residências localizadas na Praça Coronel Pedro Osório, mais conhecidas como de n.º 2 (Casa-rão Barão de Butuí), n.º 6 (Casarão Barão de São Luís) e n.º 8 (Casarão Barão de Cacequi), ambas tombadas em 1977. Essas casas foram consideradas patrimônio nacional e, em consequência, garantiram a sobrevivência de um dos mais belos conjuntos arquitetônicos do século XIX no Brasil. A mobilização popular foi fundamental no processo de tombamento dessas casas, sensibilizando particularmente os técnicos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A atuação do IPHAN na defesa de apenas monumentos excepcionais e de prédios isolados acabou gerando uma significativa distorção conceitual. A população não se sentia identificada com o patrimônio já preservado, ou a preservar. Os monumentos estavam sendo protegidos porque tinham uma significação e importância nacionais, enquanto as questões relacionadas com a manutenção de uma identidade local, não foram corretamente trabalhadas.

Em 1980 é instituído o II Plano Diretor de Pelotas, que enuncia a proteção ao patrimônio histórico e cultural; em 1982,

com base no decreto 25/37, foi criada a Lei Municipal nº 2.708, que dispôs sobre a proteção do patrimônio histórico de Pelotas, instituiu o tombamento a nível municipal, criou o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHEC) e previu a isenção do IPTU aos prédios tombados. Segundo Schille (2008), tal documento legal correspondia a um antigo anseio por parte da comunidade pelotense, que defendia a necessidade da implantação de uma política local de preservação; desse modo, foram tombados os seguintes monumentos: o Mercado Público, a Prefeitura Municipal, o Clube Comercial, o Grande Hotel, o Conservatório de Música, o Instituto de Ciências Humanas (Escola Eliseu Maciel), o Instituto de Letras e Artes, a Residência da Família Mendonça, a Residência do Barão da Conceição, o Solar da Baronesa e o Jockey Club.

Porém, forças político-econômicas locais, atuantes no espaço urbano e contrárias à preservação, promoveram, em 1988, a aprovação da Lei nº 3.128/88, que, alterando a anterior, provocou um retrocesso no processo que estava sendo implantado. Cabe destacar que, durante o período de atuação do Conselho Municipal, foram analisados 10.000 prédios, dos quais 1.189 foram cadastrados no inventário e 236 tombados provisoriamente em 1987. Porém, desses somente 16 foram definitivamente protegidos (cf. Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, 2008, p. 45). Com a aprovação da nova Lei Municipal nº 4.096/96, houve uma tentativa de retomar o esforço no sentido de preservação do patrimônio, que, apesar de ter um cunho mais democrático e demonstrar claramente a intenção de preservar, não consegue efetivamente atingir os objetivos propostos. A extinção de alguns artigos das antigas legislações e a criação de um novo Conselho Municipal de Cultura, o CONCULT, substituindo o COMPHEC, provocou algumas dificuldades nas interpretações das legislações, favorecendo os grupos contrários à preservação.

Em 2000 foi decretada a Lei 4.568 que, até os dias atuais, é o principal instrumento legal utilizado pelo poder público municipal para preservação do patrimônio histórico arquitetônico de Pelotas. A Lei determinou as delimitações das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPCs), listou os bens integrantes do inventário e

tornou possível o controle das descaracterizações promovidas nos bens patrimoniais.

Os imóveis cadastrados no inventário do patrimônio cultural edificado de Pelotas, atualmente, somam mais de 1.900 construções⁴⁸. Estão, na sua maioria, localizados nas zonas de preservação. Já em 2002, Pelotas foi contemplada pelo *Programa Monumenta*, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa representou uma oportunidade ímpar para a preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano, estimulando ações que aumentam a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo já existente. Segundo o referido programa:

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira, vem transformando áreas em polos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e da geração de empregos. O Programa conta com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local e, facilitam assim, a inclusão cultural, social e econômica da população. (MONUMENTA, 2011)

O incentivo fiscal

Dando continuidade aos instrumentos de preservação patrimonial e às ações de política pública até então instituídas no município de Pelotas, a revisão do código tributário, realizada em 2002, prevê a possibilidade de isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) aos imóveis integrantes do inventário através da Lei 4.878/02, atual 5.146/05. Com o advento da Constituição Federal de 1988, o inventário foi finalmente alçado em nosso país a instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tom-

⁴⁸ Dado obtido na Companhia de Informática de Pelotas (COINPEL) em junho de 2012.

bamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação (art. 216, § 1º). Segundo Castriota (2009, p.190):

[...] o inventário vem sendo utilizado sistematicamente no Brasil desde o final da década de 1930 quando é criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão federal de preservação. Já os intelectuais modernistas que fundam o Serviço do Patrimônio percebiam a importância de se realizar o registro sistemático de nosso acervo cultural, ameaçado pelo nosso desconhecimento e pelo abandono.

Conforme a Lei 5.146/05, os imóveis tombados⁴⁹ ou inventariados⁵⁰ estão isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, se devidamente conservados ou restaurados de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão público responsável. O inventário é um instrumento de cadastro que contém informações a respeito dos bens culturais. É um reconhecimento da arquitetura e do espaço urbano da cidade e destina-se à preservação do conjunto das edificações em seu contexto urbano. Já o tombamento é um instrumento legal de proteção aplicado pelo poder público, os bens tombados deverão ser preservados integralmente, não podendo ser demolidos nem descaracterizados.

O incentivo fiscal busca promover a conservação dos prédios reconhecidos como patrimônio arquitetônico pelotense e, além da recuperação de muitos imóveis, possibilita também uma ação de educação patrimonial através de contato direto com os proprietários, proporcionando a estes uma fonte de valorização, apropriação e conhecimento de sua herança cultural (cf. Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, 2008, p. 55). Em apenas nove anos de vigên-

⁴⁹ Tombamento é um ato do Estado, que visa colocar sob sua guarda bens culturais, para conservá-los e preservá-los, segundo a aplicação de leis específicas, evitando sua destruição e descaracterização (ASSUNÇÃO, 2003, p. 93).

⁵⁰ Inventário é o instrumento que reúne e sistematiza as informações acerca do bem cultural como suporte às ações de preservação (ASSUNÇÃO, 2003, p. 64).

cia da lei já existe um número expressivo de imóveis, inseridos no processo de recuperação e conservação. Gradativamente, as melhorias estão sendo percebidas pela comunidade, contagiando outros proprietários e qualificando a paisagem urbana.

Figura 1 – Casas Inventariadas de Pelotas: melhorias proporcionadas a partir da isenção do IPTU- antes e depois (2008)



Fonte: Manual do Usuário de Imóveis Inventariados (2008).

Os procedimentos administrativos para a solicitação de isenção de IPTU envolvem duas secretarias, Finanças e Cultura, sendo de responsabilidade da última a avaliação e o parecer final. Para a concessão do benefício, os proprietários de imóveis patrimoniais devem fazer a solicitação anualmente. A partir das solicitações, os técnicos da Secretaria de Cultura realizam vistoria externa nos imóveis e avaliam seu estado de conservação e manutenção das características arquitetônicas, elaboram um relatório com considerações e recomendações de adequações e conservação, que é enviado aos proprietários; os mesmos devem até a próxima vistoria, executar pelo menos parte das solicitações para manter o benefício.

O recurso do imposto deve ser revertido em melhorias no imóvel e à recuperação do prédio. Todas as solicitações encaminhadas pela primeira vez têm o benefício concedido. Nos casos em que as recomendações não são cumpridas, a equipe técnica faz contato direto com o responsável pelo imóvel e, quando há interesse de recuperação do imóvel, concede novamente o benefício, que fica

condicionado ao cumprimento das recomendações expressas em um termo de compromisso assinado pelo proprietário⁵¹.

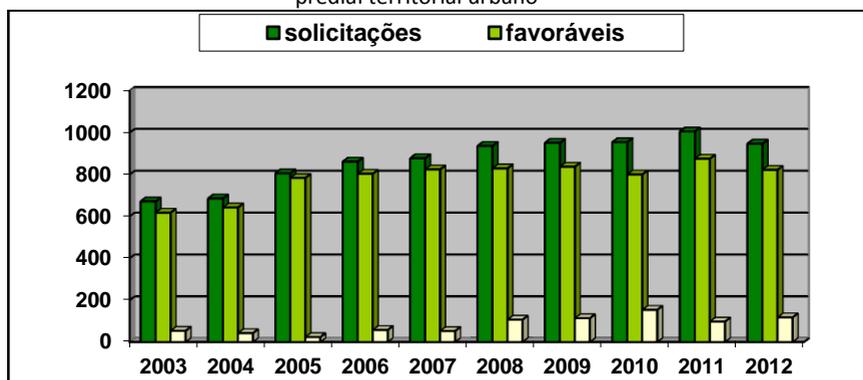
Através da tabela e do gráfico a seguir se pode ter uma compreensão melhor da efetividade da política de isenção do IPTU.

Tabela 1 – Solicitações de isenção de IPTU em Pelotas (2003/2012)

ISENÇÃO DE IPTU – IMÓVEIS INVENTARIADOS			
EXERCÍCIO	SOLICITAÇÕES	FAVORÁVEIS	DESFAVORÁVEIS
2003	672	618	54
2004	686	642	43
2005	806	784	22
2006	864	804	58
2007	878	825	53
2008	937	830	107
2009	952	838	114
2010	955	801	154
2011	1006	876	98
2012	948	823	118

Fonte: Secretaria de Cultural de Pelotas (2012)

Gráfico 1 – Variação das solicitações ao longo da existência da isenção do imposto predial territorial urbano



Fonte: Secretaria de Cultura de Pelotas, 2012.

⁵¹ Dados obtidos na Secretaria de Cultura de Pelotas (SECULT), em maio de 2012.

Conclusão

O bem patrimonial oficialmente protegido passa a representar o olhar do presente sobre esse patrimônio. Resumindo o que foi dito ao longo do texto, a preservação em Pelotas, iniciou-se com os tombamentos federais nos anos 1950. Já as políticas públicas municipais foram institucionalizadas em 1980.

Em geral, os tombamentos em nível federal, estadual e municipal privilegiaram a área do centro da cidade. Porém, foi somente no fim da década de 1990 e início de 2000 que se nota uma ampliação de conceitos em relação às políticas públicas. Com as ZPPCs, os bens preservados passaram a ser considerados como um todo, identificando áreas de interesse cultural nas zonas de preservação.

Assim a ampliação dos conceitos relacionados ao patrimônio e a maior importância conferida ao tema na cidade de Pelotas se apresenta cada vez mais intensa. Nota disso está no significativo crescimento do número de solicitações de isenção do IPTU desde 2003 até os dias atuais, por parte dos proprietários das casas inventariadas.

O objetivo maior dessas ações de preservação é intensificar o contato entre o poder público e os cidadãos. O que se nota ao longo da história da preservação é que não há mais espaço para a visão única do Estado, legitimada através do saber técnico, e sim aquelas que considerem as demandas populares. Garantindo, dessa forma, a permanência dos exemplares remanescentes, tombados e inventariados, como testemunhas de um período, como guardiões da memória e da história da cidade, visando também a qualificação do entorno dos bens de referência histórico-cultural através de mecanismos de reconhecimento e valorização desse acervo.

A experiência e o conhecimento desenvolvidos ao longo da história demonstram que a questão da preservação do patrimônio pelotense é importante para o futuro da cidade, dependendo fundamentalmente da ação, articulada e coordenada, de todos aqueles que têm consciência de sua importância e necessidade. A questão deve ser tratada e formulada por todos os setores da administração

municipal, tendo como referência básica, na montagem dessa política, a discussão e a participação da comunidade em geral.

Preservar o legado histórico contribui para a manutenção da memória coletiva de uma sociedade e auxilia na construção da história de uma cidade que deve ter seu patrimônio cultural conhecido e preservado.

Referências

ALMEIDA, Liciane M.; BASTOS, Michele de S. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. Revista CPC. São Paulo, v.1, n. 2, p. 96-118, maio/out. 2006. Disponível em: <www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n2/a07n2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Patrimônio**. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.^a ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas Públicas e a Gestão do Patrimônio Histórico. **História em Revista**. Pelotas. 2005. Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_ana_meira.pdf>. Acesso em: 2 set. 2011.

MONUMENTA, **Sobre o Programa**. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164>. Acesso em: 19 jul. 2011.

PELOTAS (RS). Lei nº 4568, de 07 de julho de 2000. Estabelece áreas da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCs – lista seus bens e dá outras providências. PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Secretaria Municipal de Cultura. **Manual do Usuário de Imóveis Inventariados**. Pelotas: Nova Prova, 2008.

PELOTAS (RS). Lei nº 5.146, de 25 de julho de 2005. Reduz alíquotas do IPTU e dá outras providências. PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Secretaria Municipal de Cultura. **Manual do Usuário de Imóveis Inventariados**. Pelotas: Nova Prova, 2008.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Elementos funcionais e ornamentais da arquitetura eclética pelotense: 1870-1931 – Estatuária. **Anais do Seminário de História da Arte**. Pelotas, 2009.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Pela memória de Pelotas. Como Sempre. **Anais do I Colóquio sobre história e histografia da arquitetura brasileira**, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/coloquiohh08>. 2008>. Acesso em: 18 set. 2011.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: EU/ Porto Alegre, 1997.

OS CINE-TEATROS GUARANY (PELOTAS) E INDEPENDÊNCIA (SANTA MARIA): SINGULARIDADES DOS MODOS DE PROTEÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

*Francisca Ferreira Michelin
Francine Silveira Tavares
Amanda Costa da Silva*

Os dois cine-teatros aos quais se refere este trabalho ainda existem. O primeiro é um edifício íntegro que, embora destituído de parte de suas funções originais, sofreu poucas intervenções em mais de 90 anos de existência e continua hospedando espetáculos teatrais com eventualidade. O segundo é o contraponto, tão diversa é a situação na qual se encontra hoje. O percurso de ambos é muito similar da inauguração até determinado momento no qual as trajetórias se diferenciam notoriamente. Ambos não se encontram tombados, embora estejam protegidos em algum nível. O primeiro é objeto dos discursos patrimoniais da cidade e resiste como um bastião de memória e história dos cinemas de calçada e da arquitetura eclética dos anos 1920. O outro vive como um cenário externo, com poucos elementos que referem o tempo no qual foi construído. Destituído de todas as funções que o fizeram existir, sugere perguntas e sinaliza a reflexão que se desenha nas próximas páginas: os limites e os contornos das políticas - e da sua aplicação - de proteção ao patrimônio. Outra questão surge, mas sobre ela não se dedica mais do que uma menção justa, ainda que modesta: a simbiótica relação entre o patrimônio material e o imaterial, que no caso desses cines, reside no edifício que sobra para conter - o que não parece possível - todos os meandros de uma forte e flexível indústria do entretenimento: o cinema. Focamos nosso esforço de pesquisa para esclarecer a situação na qual estes dois patrimônios se encontram porque, aparentemente, parecem polarizar uma situação. Falamos da aparência que nos sugere ser a polarização.

Por ordem de surgimento, apresentamos primeiro o Cine Teatro Guarany, projetado, como o nome original informa, para exercer as funções de cinema e teatro (figura 1). E de fato o foi, de

18 de maio de 1921 a 24 de outubro de 1996 tanto exibia filmes como espetáculos. Foram 75 anos ininterruptos nos quais a própria história do cinema foi vivenciada em cada etapa da trajetória do que hoje se convencionou chamar os cinemas de calçada, denominação que pretende diferenciar os grandes espaços de apresentação do filme das salas de cinema, mais frequentes na atualidade e que, com frequência, situam-se dentro de estruturas comerciais que incluem lojas de diversas naturezas e serviços.

Figura 1 – Fotografia do Teatro Guarany



Fotografia: Acervo de Francine Tavares. Data: novembro de 2009.

A construção do Guarany faz parte de um contexto que não foi exclusivo da cidade de Pelotas. Na década de 1920 a cidade ainda vivia uma situação próspera e tinha um crescimento populacional compatível com as atividades econômicas da região. Havia perto de 82.000 habitantes, dos quais, bem mais da metade residia na zona urbana. Excetuando aqueles de elevado poder aquisitivo, a maioria tinha poucas opções de entretenimento coletivo, o que gerava uma população de interesse para os espetáculos e filmes. Das ocasionais apresentações dos cinematógrafos, que os jornais da

cidade registram a partir de 1896 até o surgimento das primeiras salas de cinema, nos anos iniciais do século XX, o público frequentador afirmou-se, garantindo este entretenimento como negócio rentável para os investidores. Debalde a fugacidade dos curtos filmes de parco enredo, a população afluía às apresentações cada vez que um cinematógrafo chegava à cidade. O negócio de exibição de filmes indica ter sido, naqueles anos de fim de século e nos primeiros do século XX, bastante lucrativo e capaz de conquistar um público assíduo.

Segundo Pfeil (1995), a primeira sala fixa de cinema na cidade, o Éden Salão, surgiu nas proximidades da Praça da República, o coração da sociabilidade local, ponto de encontro das pessoas pertencentes ao grupo de maior capacidade de consumo. Este grupo e também o proletariado de pouca escolaridade, aprendia, incorporando-o ao repertório de lazer e compondo o vantajoso cenário que responderia por empreendimentos vultosos, dentre os quais se destacam os dois cines-teatro analisados neste estudo. Assim, a assimilação do cinema ocorreu rapidamente, de maneira semelhante em todos os lugares, dado, sobretudo, a seu inalienável caráter comercial. O retorno do investimento era seguro e proporcional ao empregado, o que ajuda a compreender a ocorrência quase simultânea de vários cine-teatros no Rio Grande do Sul (e, possivelmente, em outros tantos estados). Nesta ocorrência sincronizada entre o avanço da tecnologia de produção do filme e a melhoria das salas de exibição, os anos de 1920 veriam a edificação de grandes, aparelhados e luxuosos espaços nos quais o filme, o espetáculo musical e o teatral compartilhariam o público.

Em Pelotas, depois do Éden surgiu o Cine-theatro Colyseu, o Cinema Parisiense, o Cinema Popular e o Cine Teatro Polytheama Pelotense, com capacidade para 600 espectadores e que, com grande frequência, lotava. Esse era superado pelo Cinema Popular com capacidade para 2.000 espectadores, o Recreio Ideal, o Ideal Concerto e El Dorado (RIBAS, 1962). A dinamicidade do negócio cinematográfico implicava na abertura e substituição de um cinema por outro continuamente, enquanto crescia a profissionalização dos exibidores.

A construção cine-teatro Guarany dá-se neste contexto pelos sócios Francisco Santos e Francisco Xavier, fundadores da empresa Guarany Films⁵², no final de 1912, a primeira produtora de filmes posados fora do eixo Rio-São Paulo (MACHADO, 1987; SANTOS; CALDAS, 1996). Segundo os autores em questão, a produção de reclames foi intensa e permitiu o ensaio de filmes ficcionais, entre eles, o que é considerado hoje um clássico da cinematografia brasileira “Os óculos do vovô”. O crescimento do negócio de produção de filmes fez a sociedade investir nos locais de exibição, primeiramente arrendando o Colyseu e depois o Theatro 7 de abril, por um ano. Os contratos de arrendamento impunham a ocupação dos locais de forma não vantajosa para a bilheteria que os sócios planejavam e consta, na bibliografia consultada, ter sido esta a razão que os levou a investir na construção de um cinema, o que só foi possível ampliando a sociedade e nela incorporando outro investidor, Rosauro Zambrano, que ingressou com a parte mais vultuosa do investimento e ficou com o cinema após desfeita a sociedade.

Em Pelotas, no entanto, considera-se que houve outro fator determinante para a Sociedade Santos & Xavier realizar o empreendimento. Foi a promulgação da lei n. 122 de 20 de novembro de 1920, pela qual o Conselho Municipal concedia isenção de impostos por 20 anos a empresa que construísse um teatro “de acordo com o código de Construções e Reconstruções, [...] no valor superior a 450:000\$000 [...]” (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, 1920 apud MICHELON, 2001). Portanto, não se tratava apenas de ganhar com a exibição do filme, fato notoriamente vantajoso, mas de ganhar ao longo do tempo com a isenção fiscal. Este deve ter sido um aspecto decisivo para a sociedade Santos, Xavier e Zambrano que mobilizou 150 operários durante 14 meses, em três turnos a partir de fevereiro de 1920. A imprensa local noticiava a construção que, em um ritmo incomum para a época fornecia, mensalmente, provas do edifício prometido.

⁵² Francisco Santos e Francisco Xavier também eram proprietários de uma gráfica, fundada em 1º de fevereiro de 1913, a qual mantiveram em funcionamento após o fechamento da Guarany Films. A gráfica que se chamava Tipografia e Litografia Guarany foi adquirida, na década de 1930, pela Livraria do Globo (SANTOS; CALDAS, 1996).

A inauguração em 30 de abril de 1921, de um prédio completo, com pinturas murais desde a entrada, gradis trazidos da Fundação Indígena do Rio de Janeiro, mármore, mosaicos e vidraçaria, reposteiros, guarnição de veludo no parapeito dos camarotes e completamente mobiliado marcou o início de uma trajetória sobre a qual a própria história dos instrumentos de proteção ao patrimônio pode ser observada. Neste 30 de abril, os 2.300 lugares do teatro foram totalmente ocupados para assistir a ópera *O Guarany* de Carlos Gomes interpretada pela Companhia Lyricaltaliana Marranti. Segundo o que consta noticiado nos jornais, neste dia da inauguração, grande multidão se encontrava no entorno do teatro assistindo o espetáculo externo do próprio evento em si que se fazia pela iluminação elétrica, pelos carros que chegavam transportando aqueles que entrariam, pelos sons que se propagavam para o exterior. Fazia público, dessa forma, o princípio com o qual seria gerenciado: receber um público seletivo e receber, nos horários designados para isso, o mais volumoso público possível. Ambos, pagantes, deveriam retornar o investimento feito pela companhia.

Como cinema, o Guarany operou por 75 anos e exibiu já nos anos 1930 filmes sonoros, nas décadas seguintes os filmes coloridos e 3D. Todas as tendências do cinema industrial foram apresentadas no Guarany, inclusive filmes proibidos pela censura na década de 1970. Em especial nos anos 80 a grande sala acolheu filmes de arte e festivais. E, para sobreviver, adaptou-se aos usos: alugou seu espaço para festas, comemorações, bailes e toda sorte de usos que viabilizasse à família Zambrano manter o prédio sob sua posse. Seguiu, assim, a trajetória de todos os grandes prédios inaugurados entre as décadas de 20 e 60 do século XX. No entanto, a partir da grande falência dos cinemas de calçada ocorrida nos anos 70, o percurso do Guarany começa a diferenciar-se do panorama nacional.

Este espaço sobreviveu ao acelerado processo de falência e fechamento dos cinemas de calçada em todo o Brasil, que se deu por várias razões, resumidas como uma mudança nas formas de entretenimento coletivo. O filme, a essência do cinema, começou a ser veiculado na televisão e adquiriu uma versão de assistência caseira que se tornou muito popular: a reprodução em fita magnética.

O público do filme aumentou, mas diminuiu sua presença no cinema. Esta circunstância foi se desdobrando em decorrência das novas tecnologias de gravação do filme para assistência privada e o cinema foi mudando para configurar um espaço diferenciado para a assistência coletiva do filme, voltado para públicos menores. Assim, os grandes espaços deixam de existir para dar lugar às salas de cinema, em geral reunidas e adjuntas ou inseridas em complexos de serviços e comércio, como os shopping centers. Tal percurso determinou o fechamento de todos, ou quase todos, cinemas de calçada no país. Os grandes prédios foram vendidos ou convertidos em outras funções (garagens, templos, lojas, etc.) ou, simplesmente, foram derrubados. São poucos, no Brasil e no mundo, os que sobreviveram a estas mudanças. O Guarany sobreviveu, quase intacto. Passou por algumas alterações na década de 1970, mas nada que o descaracterizasse. E assim foi se mantendo com a família Zambrano até o presente no qual se escreve este texto.

Uma história familiar

Rosauro Zambrano, o proprietário único do Cine teatro Guarany depois que a sociedade Santos e Xavier se desfez, manteve o negócio e o local pelo tempo em que viveu. Faleceu seis anos após a inauguração do Guarany, deixando-o como herança para dois dos onze filhos, aqueles com quem mantinha mais coeso relacionamento. Houve um período de uma década ou mais no qual o cine teatro foi alugado, mas manteve-se operando com estas funções. Após estes breves anos, os netos de Zambrano, já adultos, assumiram o teatro. Segundo entrevistas com a bisneta de Rosauro Zambrano, atual gestora do teatro, sabe-se que em meados de 1940 os netos Paulo e Gilberto Zambrano assumiram a administração do Guarany. Uma empresa intitulada Cine-Pelotas Ltda, que arrendava o Theatro Sete de Abril e o Cine Teatro São Rafael e com a qual ambos, Paulo e Gilberto, trabalhavam, assumiu a gerência do programa deste teatro.

Suzana Zambrano começou a administrar o Guarany logo após a morte de seu pai, Paulo, falecido em 1992, e decidiu encerrar as atividades de exibição cinematográfica que já não se fazia supor-

tável naquele momento, em grande parte pelas decisões da empresa distribuidora dos filmes, da Warner e da Paris, que, conforme seu relato, decidia o filme e o tempo em que ficaria em projeção. A sua sujeição aos distribuidores tornou-se progressivamente desvantajosa, ainda mais considerando sua situação em ter apenas uma sala para a qual não poderia escolher o filme. À falta de autonomia na escolha do filme, data e período de projeção, somava-se a desvantajosa relação entre o rendimento do proprietário e da distribuidora. Sendo um cinema grande, os custos de manutenção eram altos e a divisão da bilheteria, no geral, não cobria sequer os custos da projeção. Um público pequeno, inconstante e uma programação inegociável fez com que Suzana concluísse a impossibilidade de manter o cinema, optando por encerrá-lo. Com esta decisão, toda a aparelhagem do cinema foi vendida para indenizar os funcionários.

Figura 2 – Última sessão no Theatro Guarany com sala vazia



Fonte: Jornal Diário Popular, 25 de outubro de 1996.

Centro de documentação da Bibliotheca Pública Pelotense.

Na quarta-feira, dia 24 de outubro de 1996, o Cine Teatro Guarany fez sua última apresentação cinematográfica, com sala quase vazia apesar da notícia veiculada pelo Diário Popular no dia anterior (figura 2). A baixa frequência do público confirmou-se na triste despedida em que na imensa sala, sentiu-se a luz do projetor pela última vez. Um jornalista registrou seu sentimento na matéria que anunciou a última sessão realizada. Escreveu Joari Reis:

[...] Como cinema o Guarany ficou na história, na lembrança emocionada de todos aqueles que amam a Arte das imagens luminosas, acreditando ser ela mais do que uma simples diversão, ser o alimento dos espíritos sensíveis e o combustível das mentes racionais. Desejamos que o próximo prefeito da cidade encontre razões e recursos para manter o Guarany belo e atuante, como templo da cultura de um povo, como símbolo da tradição de homens corajosos e empreendedores [...]. (DIÁRIO POPULAR, 27/10/1996, p. 41)

Outros cinemas continuaram funcionando por mais algum tempo após o Guarany ter encerrado sua função cinematográfica. Menciona-se o fato pelo fim que os três vieram a ter alguns anos depois. O cine Tabajara foi vendido para a Igreja Universal. O prédio sofreu algumas adaptações e ainda hoje recebe os cultos desta Igreja. O prédio do cine Pelotense foi alugado para comércio local e o cine Capitólio, o mais resistente, há poucos anos foi transformado em estacionamento. Nada sobrou na fachada ou no interior destes grandes cinemas de sua função cinematográfica. Os prédios estão lá, mas a história de cada lugar não encontra, neles próprios, qualquer substrato para sua memória. Tendo passado o seu tempo, hoje são prédios sem nada a contar, destituídos da capacidade de fazer lembrar e de qualquer vestígio do momento glorioso da história do cinema que os fez existir.

Em contraposição, o Teatro Guarany continua sendo um teatro. Nele ainda se encontra a cabine de projeção, as cadeiras numeradas, o local da bilheteria e todo o resto. Ao contrário dos seus companheiros de jornada na cidade de Pelotas e em tantas outras cidades, ainda se vislumbra em cada metro de sua fachada e do seu interior, lapsos da história dos cinemas de calçadas. De fato, deixou de ser cinema e sobreviveu, desde a última sessão, alugando seu amplo espaço para ocupações ocasionais de espetáculos e solenidades. Não voltou a viver o encantamento do ritual cinematográfico, no qual a sala escura fazia o espectador compartilhar com todos os demais da imersão no filme. Esse encantamento, no entanto, talvez tenha sido uma das razões pela qual a família manteve o Gua-

rany. Talvez resida neste aspecto a chave para que o local resistisse enquanto tantos outros já se perderam.

O cine Independência

Em Santa Maria, o contexto socioeconômico regional, no início da década de 1920, não era muito diferente da cidade de Pelotas. Apesar de possuir um contingente populacional menor, cerca de 16.000 habitantes, a realidade cultural do município de Santa Maria também acompanhava a situação de outras localidades do Rio Grande do Sul. As primeiras exibições cinematográficas de Santa Maria ocorreram em 1898⁵³. Essas sessões eram realizadas para pequenos grupos da elite santa-mariense, em lugares improvisados ou no único teatro da cidade, o Treze de Maio⁵⁴. Assim a cidade carecia de mais espaços de entretenimento coletivo. Essa carência começou a ser sanada em 1911, com a inauguração do Cine-Theatro Coliseu Santa mariense⁵⁵. Apesar do local, todo de madeira e com capacidade para 1.300 espectadores, se dividir entre apresentações musicais e teatrais e as sessões cinematográficas, é perceptível o espaço que o cinema vai ganhando na cidade de Santa Maria. Isso se deve, em parte, pelo fato de o cinema ser mais comercial do que o teatro, como explica Edmundo Cardoso (2002 apud CORRÊA, 2005, p. 27): “Foi com o cinema Teatro Coliseu [...] que o cinema teve, em Santa Maria, uma efetiva exploração comercial, com lucros sensíveis para o empresário e para o público também”.

⁵³ A primeira sessão cinematográfica da cidade ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1898, no Teatro Treze de Maio. Segundo jornais da época, houve diversas apresentações de cinema nos anos que se seguiram. Os projetores eram trazidos por viajantes que chegavam à Santa Maria através da ferrovia, principal atividade econômica da cidade durante esse período.

⁵⁴ O Teatro Treze de Maio, localizado em frente a praça Saldanha Marinho, foi inaugurado em 1890 e foi o primeiro espaço da cidade destinado especificamente para as artes dramáticas.

⁵⁵ O Cine-Theatro Coliseu foi demolido na década de 1940. Em seu local foi inaugurado, em 1959, o Cine Glória, um cinema sem palco. O Cine Glória foi o último cinema de calçada de Santa Maria, tendo encerrado suas atividades em 1997.

Durante a primeira metade do século XX, diversas salas de exibição surgiram na cidade, como o Cinematógrafo Seyfarth, que ficava junto ao Salão da Cervejaria Seyfarth; o Cinema Recreio Ideal, que funcionava no segundo andar do Theatro Treze de Maio; as exposições esporádicas na confeitaria Ponto Chique; o Cine Universal, um bar-cinema, ao ar livre; o Cinema Odeon, localizado no Clube Caixerai. A maioria desses espaços teve vida efêmera, mas alguns locais conseguiram se destacar e manter suas atividades por mais tempo. Esse é o caso do Cine-Theatro Imperial, inaugurado em 1935, mantendo suas atividades até 1979, e do Cine-Theatro Independência.

O Cine-Theatro Independência (figura3), de propriedade de Joaquim Corrêa Pinto, foi inaugurado em 15 de agosto de 1922. O local recebeu esse nome em homenagem às comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Projetado pelo arquiteto Theo Wiedersphan, o prédio do Cine-Theatro foi construído na Praça Saldanha Marinho, local central e de destaque na cidade. Com quarenta e oito metros de profundidade e aproximadamente vinte metros de frente, a construção possuía forte influência *Art Nouvelle*. “Janelas e portas eram ostentadas em dois andares, além de inúmeros elementos decorativos em relevo com linhas curvas e sensíveis. O telhado possuía, no centro, altura maior, com letreiro e frisos” (FOLETTI, 2008, p. 75). O espaço, todo de madeira, possuía uma sala de espera espaçosa e mobiliada, e sua sala de exibição era bem iluminada, espaçosa e bem ventilada, como foi descrito no jornal Diário do Interior, de 16 de agosto de 1922. Segundo essa mesma matéria, a inauguração do Cine-Theatro Independência contou com a presença de muitas pessoas da sociedade santamariense, ultrapassando a lotação da casa. Antes do começo das atividades do cinema, o público pôde assistir à apresentação da banda de música do 7º Regimento de Infantaria, em frente ao prédio. O filme exibido na inauguração foi “O direito a Mentir”, com a atriz Dolores Cassinelli.

Figura 3 – Foto do Cine-Theatro Independência na década de 1920.



Fonte: Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso. Data: s/d.

Inicialmente, o Cine-Theatro contava com 2.000 lugares, divididos entre plateia, cadeiras reservadas, camarotes e gerais. Como costume da época, não só os lugares eram divididos, como também o local mantinha separada a entrada da elite santa-mariense e da população com um poder aquisitivo menor. Assim, é possível perceber que o espaço abrigava todos os tipos de público e seu proprietário buscava diversas formas de manter a casa sempre lotada.

Exemplo disso foi o concurso destinado ao belo sexo, realizado ainda em 1922, com o objetivo de conhecer a senhorita dotada de mais graça que frequentava o local.

Diferente do Cine-Theatro Guarany de Pelotas, o Independência teve diversos proprietários e também passou por modificações em sua estrutura, a fim de acompanhar o desenvolvimento desse tipo de atividade.

Ele era de propriedade e direção de Joaquim Correa Pinto, o Quinca Pinto, passando sucessivamente à direção de Pedro Diaz Marco (1925-1928), Horácio Castelo (1928-1929), Carlos Peixoto (1930-1935), Joaquim Correa Pinto (1936-1938), Silveira, Varella & Cia (1939-1940), Charles Sturges (1940-1946), Cinema Cupello S/A (1946-1956) e Cinemas Cupello Santa Maria S/A. (BELTRÃO, 1956, p.4)

As principais reformas no Cine-Theatro Independência ocorreram em 1938 e 1956. Na primeira, houve uma grande reforma em seu palco.

A “caixa do teatro” passa por grandes melhoramentos, [...] Foram, também, construídos 15 camarins, para as primeiras atrizes, atores, coristas, etc, com luz, instalação sanitária e o máximo conforto. A entrada dos artistas foi modificada, de maneira que para atingir os camarins não terão que passar pela platéia. (A RAZÃO, 1938, p.4)

É preciso lembrar que nesse período o Cine-Theatro Independência possuía a concorrência direta do Cine-Theatro Imperial, que especificamente no ano em questão começava a dar mais ênfase ao teatro, abrigando, em suas instalações, a Escola de Teatro Leopoldo Fróes (ETLF). Assim, as melhorias no palco refletem a disputa comercial que esses espaços mantinham nesse período.

Já a reforma de 1956, trouxe mudanças não só internas como externas para o local. Buscando acompanhar o desenvolvimento das exibições cinematográficas e, possivelmente, combatendo o

surgimento e popularização da televisão, os donos do Independência realizaram uma grande modernização do espaço, como foi amplamente divulgado nos jornais da época. Nesse período, o local pertencia à Empresa Cupello⁵⁶, que também já havia adquirido o Cine-Theatro Imperial e estava construindo o Cine Glória. Dessa forma, já não havia uma concorrência entre os espaços existentes na cidade, uma vez que todos pertenciam ao mesmo dono. Assim, o Imperial, apesar de manter exibições de cinema, ficou mais voltado para as atividades teatrais, enquanto o Independência passou a ser destinado a arte cinematográfica.

Segundo artigo escrito no jornal A Razão de 23 de agosto de 1956, pelo jornalista P. Pinhal, “houve, posso assegurar, a construção de um novo cinema. Dotaram a casa de espetáculos vizinha à redação, de todo o conforto e de todos os requisitos que a moderna técnica cinematográfica exige” (p. 5). A moderna técnica cinematográfica citada pelo jornalista era os sistemas Cinemascope e Vitavision. Para acompanhar esses sistemas também foram instalados um novo aparelho de som estereofônico, novas poltronas e um novo assoalho. Além disso, foram tiradas as características essenciais do palco, “deixando apenas uma área fronteira à tela de projeção cinematográfica onde podem se realizar espetáculos musicais” (CARDOSO, 2002 apud CORRÊA, 2005, p. 30).

Na parte externa do prédio também ocorreram modificações que relatavam essa busca pela modernização. Com forte influência da *Art Déco*, estilo em grande destaque na época, a fachada do prédio foi completamente alterada (figura4).

Figura 4 – Foto da segunda fachada do Cine Independência anos após ter sido modificada em 1956.

⁵⁶ Em 1946, a Empresa F. Cupello e Cia. Ltda, de Valença (RJ), de propriedade de Francisco Cupello e Gabriel Martins Vilela, criou o “Circuito Cinematográfico Glória”. Francisco Cupello “foi um grande empresário, notadamente na área da cinematografia, que chegou a possuir 40 cinemas em nosso País, localizados nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul” (CUPELLO, 2011). No Rio Grande do Sul, o “Circuito Cinematográfico Glória” esteve presente nas cidades de Rio Grande, Santa Maria, Bagé, São Gabriel, Alegrete, Rosário do Sul, Dom Pedrito, Quaraí e Cacequi.



Fonte: Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso.

A fachada era reta, tendo uma platibanda e uma marquise. No térreo, havia grandes portas envidraçadas, efeitos visuais que cobriam as janelas dos outros andares, assim como o letreiro⁵⁷, com o tipo de letra característico do *ArtDéco*. O interior teve o saguão reformado e se mostrava revestido de lambril de madeira. As escadas, assim como o piso, era de granitina em tonalidades esverdeadas. Os elementos decorativos, como as cadeiras, buscavam estar em sintonia com o conforto necessário [...]. (FOLETTTO, 2008, p. 75)

Apesar de diversas tentativas de manter a casa lotada, com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos, como a televisão e, posteriormente, a fita magnética, que possibilitaram que o espectador não precisasse sair de casa para assistir aos filmes, o público foi ficando cada vez mais escasso.

Na década de 90, o Cine Independência mantinha suas sessões com meia dúzia de gatos pingados.

⁵⁷ Nessa modificação do letreiro, o espaço perdeu a alcunha de Theatro, ficando simplesmente Cine Independência.

Os filmes em cartaz já eram de gosto duvidoso⁵⁸, e o espaço já era um símbolo de decadência, ao lado de seu vizinho, o Cine Glória. A Praça Saldanha Marinho já não era confortável atravessar no cair da tarde. (PORCIÚNCULA, 2005, p. 4)

Assim, a última sessão do Cine Independência aconteceu no dia 27 de setembro de 1995, às 20h30min, e exibiu o filme “Força em Alerta 2”. Segundo a edição do jornal A Razão de 30 de setembro e 1.º de outubro, somente seis pessoas assistiram a exibição. Devido a pouca procura da população, os proprietários do prédio decidiram encerrar suas atividades e alugaram o local para a Igreja Universal do Reino de Deus. Esse também foi o destino do Cine Glória que, após um determinado período como sede de uma boate, passou a abrigar a Igreja. Atualmente o espaço está fechado. Em 2003, a Igreja Universal deixou o prédio do Cine Independência e este foi colocado à venda.

Diferentemente dos donos do Guarany, os proprietários do Independência não possuíam nenhum laço afetivo com o local, seja ele por questões familiares ou por um respeito à história do Cine, assim seu destino parecia ser similar ao de tantos outros espaços já aqui citados. Apesar disso, um grupo de pessoas ligadas a atividades culturais da cidade resolveu se manifestar e tentar impedir a venda do prédio e uma possível demolição⁵⁹. Dessa forma, no dia 17 de abril de 2003, dois dias após o prédio ter sido colocado à venda, o grupo organizou-se em frente ao Independência, solicitando o tombamento do prédio e coletando assinaturas para um abaixo-assinado que seria enviado à Prefeitura. A partir desse documento, que conta com cerca de 150 assinaturas, a Prefeitura de Santa Maria propôs, ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHC-SM), o tombamento do prédio do antigo Cine Inde-

⁵⁸ Durante um determinado período, no início da década de 1990, o cinema exibiu filmes pornográficos, segundo a reportagem “Vereadores ingressam com projeto que inviabiliza igreja no Cinema” (A RAZÃO, 30 set./01 out. 2005, contracapa).

⁵⁹ Na época havia rumores de que um novo proprietário pudesse optar pela demolição do prédio.

pendência como Patrimônio Histórico do Município⁶⁰. Assim, no dia 16 de junho de 2003, o COMPHIC-SM se reuniu, dando início ao processo de tombamento.

Ao longo do processo, é possível notar, tanto em documentos oficiais ligados ao processo de tombamento, quanto nos depoimentos de pessoas ligadas à Prefeitura, a opinião de que o espaço possuía grande importância histórica e afetiva para a cidade, como se pode perceber na fala do então secretário-geral do governo, Éverson Machado: “o Cine Independência tem importante significado na memória dos santa-marienses e deve ser preservado por tudo que já foi no passado” (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 17/4/2003, p. 3). Também se nota, ao longo do processo, que houve falhas, possivelmente decorrentes da falta de informação por parte do poder público de como proceder. Um exemplo disso ocorreu logo no início do processo, quando o então prefeito municipal, Valdeci Oliveira, outorgou um decreto tombando definitivamente o espaço, no mesmo dia em que o COMPHIC-SM se reuniu pela primeira vez, no dia 16 de junho, sem que tenha ocorrido a análise do Conselho em relação ao prédio e sem ter notificado os proprietários do imóvel, dando-lhes direito para impugnar o tombamento, como é exigido por lei.

Esse decreto foi anulado no dia 9 de setembro, e assim, o COMPHIC-SM deu início ao processo de fato, enviando à empresa proprietária a intimação para que, querendo, entrasse com a impugnação da medida que tombou provisoriamente o prédio do antigo Cine Independência como Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. Após receber o pedido de impugnação e analisá-lo, o Conselho, em 14 de janeiro de 2004, decidiu pelo tombamento parcial da fachada e do saguão do edifício e o uso obrigatório do espa-

⁶⁰ O município de Santa Maria conta, desde 1982, com uma legislação própria para o tombamento. Atualmente, a lei vigente é a de nº 3.999, de 24 de setembro de 1996, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Maria e define que Patrimônio Histórico e Cultural são bens móveis e imóveis que possuam valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico ou folclórico ou que estejam vinculados a fatos significativos ou memoráveis relacionados à vida e à paisagem de Santa Maria, sendo de interesse público proteger e conservar.

ço para fins culturais. Segundo a ata da reunião⁶¹, as partes que deveriam ser tombadas eram: fachada externa integral inclusive com a recomposição do letreiro em relevo que foi danificado⁶²; platibanda, janelas (brise), portas de entrada com todos os seus elementos internos e externos, piso e escadarias internas, teto e paredes laterais tanto internas quanto externas; além do telhado, que deveria manter sua característica, em relação à altura e à volumetria. De acordo com o Conselho,

O tombamento do prédio que abrigou as atividades do Cine Independência é justificado por ser aquele prédio um bem de valor simbólico e afetivo para a comunidade santa-mariense. Representa uma época de efervescência cultural ligada ao cinema em Santa Maria. Foi, também, local de espetáculos culturais e acontecimentos sociais e políticos. É ponto de referência e permanece como identificação do centro da cidade na memória dos moradores mais antigos, assim como dos mais novos. Ressalta-se que o fundamento que justifica o tombamento não é o valor arquitetônico do prédio, e sim sua importância como depositário de valores afetivos decorrentes de sua importância histórica ligada à cultura e ao cinema de Santa Maria. (SANTA MARIA, 2004)

Apesar do parecer do Conselho, o poder municipal não concretizou o tombamento do local, uma vez que a legislação do município exige que para que o processo seja de fato efetivado haja a realização da homologação do Prefeito, o que não ocorreu. Dessa forma, é preciso salientar que o processo de tombamento do prédio do Cine Independência executado pelo Conselho Municipal foi fina-

⁶¹ Ata da reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2004, nº 13, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria, realizada no prédio II do Campus 1 da UNIFRA.

⁶² No dia 20 de maio de 2003, o letreiro em relevo com o nome do Cine Independência foi parcialmente retirado. A empresa proprietária foi notificada e interrompeu a retirada do restante do letreiro (OLIVEIRA; ZOLIN, 2003, p. 3).

lizado, tendo sido enviado o parecer consultivo favorável ao tombamento ao prefeito, bem como aos representantes da empresa proprietária do imóvel, no dia 15 de janeiro de 2004. O que não ocorreu foi o tombamento de fato, uma vez que o prefeito não outorgou o decreto que estipula o tombamento.

Embora o tombamento não tenha sido efetivado pela Prefeitura, o que se pode perceber através de alguns documentos oficiais da entidade, é que tanto os membros do Conselho, quanto os próprios proprietários, passaram a agir como se o bem fosse tombado, como é notado no pedido que os proprietários do bem fizeram à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Santa Maria (SMOSU), em abril de 2004, solicitando a prorrogação do prazo de licença da reforma da cobertura do prédio. A Secretaria de Obras somente licenciou a reforma após a manifestação do Conselho Municipal do Patrimônio, que aconteceu em 7 de julho. Assim, após a finalização do processo, o bem foi tratado com patrimônio e, aparentemente, estaria protegido de possíveis modificações estruturais, embora não estivesse tombado de fato.

Mas, em abril de 2005, surgiu um novo fator que colocou em risco essa proteção. No dia 26 de abril, o Prefeito Valdeci Oliveira divulgou a intenção da Prefeitura de adquirir o prédio para que nele fosse instalado o Shopping Popular da cidade. O projeto do executivo contava com uma reforma do local, que compreendia a construção de mais dois andares e a reprodução da fachada original (datada de 1922). O COMPHIC-SM entrou em contato com o então prefeito, Valdeci Oliveira, para discutir essa questão. Nessa ocasião, o Conselho ressaltou a recomendação do parecer consultivo de tombamento, em que se deveria preservar as características essenciais do espaço, bem como a utilização do local que deveria ser destinada a fins culturais. O Conselho ainda enviou uma carta aberta à comunidade de Santa Maria, divulgada nos principais jornais da cidade, colocando sua posição em relação ao fato.

O referido prédio já foi alvo de processo de tombamento junto a esse Conselho, durante o ano de 2003, chegando, em janeiro de 2004, a uma decisão de tombamento parcial. Nesse tombamento parcial está elencada a fachada, o saguão, as ja-

nelas, escadarias e volumetria. Esses elementos, já tombados, devem ser respeitados. [...] Como o projeto, amplamente divulgado pela imprensa local prevê a re-elaboração de uma fachada anterior, esclarecemos que o tombamento da fachada atual se deu em defesa da memória cultural da cidade que viu, naquele prédio, e na aparência atual, um monumento à importância do cinema para Santa Maria. Não é copiando uma fachada antiga que isso se fará, mas, preservando a atual, que é a que está na memória da população. (A RAZÃO, 15/7/2005, p. 10)

Figura 5 – Foto da atual fachada do Shopping Popular Independência.



Fonte: Jornal A Razão. Data: 7/6/2010.

Além da carta aberta, a representante do COMPHIC-SM, Priscila Quesada, enviou ao Prefeito, em agosto de 2004, um ofício, solicitando esclarecimento sobre a intenção da Prefeitura de restaurar a fachada original do prédio do Cine Independência, uma

vez que o parecer favorável à preservação da fachada, redigido pelo Conselho, foi aceito pela Prefeitura⁶³.

Apesar do posicionamento do Conselho, a prefeitura de Santa Maria, em 16 de setembro de 2005, com a aprovação da Câmara de Vereadores do Município, assinou o contrato de compra do prédio do Cine Independência e o projeto de restauração do espaço em nada foi modificado. Em 2007, começaram as reformas no prédio. O Shopping Popular foi inaugurado em junho de 2010 e recebeu o nome de “Shopping Independência” (figura 5).

Protegidos ou salvaguardados: comparando a sobrevivência de dois cinemas de calçada

Santa Maria, como foi dito anteriormente, possui uma legislação própria de tombamento, a Lei Municipal nº 3.999, de 24 de setembro de 1996, bastante similar ao Decreto-lei Federal nº 25, mais conhecido como Lei de Tombamento. Atualmente, existem na cidade 19 bens tombados como Patrimônio Histórico e Cultural, a nível municipal. Além desses bens, a cidade ainda tem tombado, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), a nível estadual, o Sítio Ferroviário de Santa Maria (2000), que compreende a Estação Férrea de Santa Maria, o Colégio Manoel Ribas e a Vila Belga (40 casas geminadas e prédios da Cooperativa dos Funcionários da Ferrovia – COOPFER)⁶⁴. O acervo do Museu da União dos Caixeiros Viajantes (que atualmente integra o Museu Victor Bersani, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM) foi tombado, a nível federal, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN – atual IPHAN), em 1938⁶⁵.

⁶³ Segundo a representante, ela só teria tomado conhecimento de que o processo não havia sido validado pelo poder municipal em janeiro de 2006.

⁶⁴ Disponível em <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombados_DetalhesAc&item=15637>. Acesso em: 10 ago. 2011.

⁶⁵ Informação do Arquivo Noronha Santos – Livro Tombo. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

Entre esses 19 bens tombados, pode-se perceber que sua grande maioria está ligada ao desenvolvimento econômico da cidade (como é o caso da Estação Ferroviária, Prédio do Ex-Banco Nacional do Comércio, bens pertencentes à Cooperativa dos Ferroviários, a Vila dos ferroviários – Vila Belga, entre outros) e a atividades religiosas (Capelinhas Azul, Branca e Rosa; Igreja Luterana; Templo da Sinagoga; Catedral Diocesana; Catedral do Mediador). Os únicos espaços tombados da cidade que fazem referência a atividades culturais são o Clube Treze de Maio (Clube destinado ao público afrodescendente de Santa Maria), o Coreto e Chafariz da Praça Saldanha Marinho (espaço de sociabilidade da população) e o Prédio do antigo Palácio da Justiça, que desde 1997, abriga a Casa de Cultura do município.

Em Pelotas o panorama dos bens tombados tem uma configuração em alguma medida diversa. O primeiro tombamento federal ocorreu em 1955, com a inclusão no Livro Histórico do Obelisco Republicano. Os quatros próximos tombamentos ocorreriam na década de 70, respectivamente 1972 e 1977. O primeiro desses foi o Teatro 7 de Abril, incluído no Livro de Belas Artes e o segundo os casarões 2,6 e 8 da Praça Coronel Pedro Osório, incluídos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O quinto tombamento federal ocorreu em 1984 com a inclusão da Caixa d'água, então registrada como francesa, no livro de Belas Artes. Portanto, os tombamentos federais ocorreram sobre bens imóveis não relacionados diretamente com a vida econômica do município e sim com aspectos culturais que relacionam os termos de um discurso que afirma a influência europeia na cidade.

Assim, se o patrimônio de uma cidade pode dizer algo sobre as políticas públicas de um local, os bens tombados de Santa Maria mostram que o poder público tem um interesse maior em preservar a memória de potenciais econômicos que a cidade já possuiu, do que a memória de atividades culturais que foram desenvolvidas ao longo dos anos no município. Outro fator que nos leva a essa conclusão é a iniciativa que levou à implementação do Shopping Popular no prédio do Cine Independência. O principal objetivo da prefeitura foi de revitalizar a Avenida Rio Branco (via que ligava os principais pontos da cidade – a Praça Saldanha Marinho e a Estação

Férrea), uma vez que lá estavam abrigadas as bancas dos vendedores informais que foram deslocados para o Independência.

O confronto entre Santa Maria e Pelotas sugere como as políticas para o patrimônio constituem matéria moldável ao seu contexto mais imediato e como representam os princípios dos grupos que podem, ou querem ter a capacidade deliberativa sobre a designação do que é patrimônio. Se os fatos narrados sobre os dois cines teatros não coadunam princípios semelhantes, permitem inferir os conflitos no campo discursivo, nos quais se vislumbram princípios de grupos diferentes.

Referências

A PRÓXIMA temporada de operetas. **A Razão**. Santa Maria. 10 set. 1938. p. 4.

BELTRÃO, Romeu. A Evolução do Cinema em Santa Maria. **Jornal A Razão**. Santa Maria. 28 ago. 1956. p. 4.

CONCURSO dedicado ao Bello Sexo. **Diário do Interior**. Santa Maria. 11 out. 1922. p. 1.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Casa de Cultura. **Ata da reunião realizada no dia 16 de junho de 2003**. nº 5.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Prédio II do Campus 1 da Unifra. **Ata da reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2004**. nº 13.

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTA MARIA. Sede da Prefeitura de Santa Maria. **Ata da reunião realizada no dia 02 de junho de 2005**. nº 27.

CORRÊA, Roselaine Casanova. **Cenário, Cor e Luz**: Amantes da Ribalta em Santa Maria (1943-1983). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

CUPELLO, Mario Pellegrini. **Revitalização dos Cinemas**. 18 ago. 2011. Disponível em: <<http://saojoaodel-rei.blogspot.com/2011/08/revitalizacao-dos-cinemas.html>>. Acesso em: 20 out. 2011.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 25 out. 1996. capa. Última sessão no Theatro Guarany com sala vazia.

ELES querem a compra, mas destinos diferentes. **A Razão**. Santa Maria. 15 jul. 2005. Política. p. 10.

FOLETTTO, Vani Terezinha (org.). **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria, RS: Pallotti, 2008.

INDEPENDÊNCIA. **Diário do Interior**. 16 ago. 1922. Artes e diversões. p. 3.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15637>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Arquivo Noronha Santos – Livro Tombo**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

MACHADO, Rubens. O Cinema Paulistano e os Ciclos Regionais Sul-Sudeste (1912 – 1933). In: RAMOS, Fernão. **História do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Art Editora, 1987. 555p.

MICHELON, Francisca Ferreira. **Cidade de Papel**: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930). 2001. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Cristina; ZOLIN, Deli. Patrimônio se despedaçando. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria. 21 maio 2003. Diário 2. Em Cartaz. p. 3.

PEREIRA, Claudemir. Apresentado pré-projeto do shopping. **A Razão**. Santa Maria. 28 jun. 2005. Economia. p. 9.

PFEIL, Antonio Jesus. Cinematógrafo e o cinema dos pioneiros. In: BECKER, Tuio. **Cinema no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre (Caderno Porto & Vírgula, 8), 1995. 136p.

PHINAL, P. O novo Independência. **A Razão**. Santa Maria. 23 ago. 1956. p. 5.

PREFEITURA quer tomar o Cine Independência. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria. 17 abr. 2003. p. 3.

REIS, Joari. **Diário Popular**, Pelotas, 27 out. 1996. p. 41. A última sessão do Guarany.

RIBAS, Pery. **Diário Popular**, Pelotas, 28 out. 1962. p. 11. História do Cinema na Princesa do Sul XII.

SANTA MARIA. Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria. Santa Maria. Ofício nº 13/COMPHEC/2005, de 31 de agosto de 2005. Pedido ao Prefeito para esclarecer sobre a intenção da Prefeitura de restabelecer a fachada original do Cine Independência. Santa Maria, 2005.

SANTA MARIA. Decreto Executivo nº 113/03, de 16 de junho de 2003. Autoriza o tombamento definitivo do prédio do antigo Cine Independência.

SANTA MARIA. Decreto Executivo nº 186/03, de 09 de setembro de 2003. Torna insubsistente o Decreto Executivo nº 113/03, de 16.06.2003, que autoriza o tombamento definitivo do Prédio do antigo Cine Independência.

SANTA MARIA. Lei Municipal nº 3999, de 24 de setembro de 1996. Dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria.

SANTA MARIA. Parecer Consultivo, de 14 de janeiro de 2004. Parecer favorável ao tombamento da fachada e saguão do prédio do antigo Cine Independência.

SANTA MARIA. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Ofício nº 081/GP/SGG/TAM/03, de 22 de abril de 2003. Proposta de tombamento como Patrimônio Histórico do Município o prédio do antigo Cine Independência. Santa Maria, 2003.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos; CALDAS, Pedro Henrique. **Francisco Santos: pioneiro no cinema do Brasil**. Gramado: 24º Festival de Gramado – Cinema Latino e Brasileiro, 1996.

VEREADORES ingressam com projeto que inviabiliza igreja no Cinema. **A Razão**. 30 set./01 out. 2005. Contracapa.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: DIÁLOGO ENTRE CIRCO-TEATRO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Darlan De Mamann Marchi

O circo, o circo-teatro e os grupos artísticos familiares itinerantes são expressões de uma atividade artística tradicional que, entre continuidades e permanências, configuram uma expressão da cultura popular que perpassa diferentes contextos e períodos históricos. A teatralidade popular circense envolve um fazer artístico onde estão envolvidas a fantasia, a diversão e o riso. Pode ser observada ao longo da sua trajetória, que engloba desde as formas mais antigas da teatralidade cômica, passando pela sua inserção no corpus do circo tradicional, até o que se costumou chamar de “circo moderno” da atualidade⁶⁶. Por outro viés, é possível observar, nas companhias familiares tradicionais, a formalização de uma estrutura que reúne rituais, transmissão oral do trabalho artístico e das obras teatrais e que está intimamente ligada com a memória da cultura popular e conseqüentemente das famílias circenses.

A cultura popular tem sido fonte de estudos em diferentes áreas das humanidades e das artes. Os modos de expressão de artistas populares estão inseridos entre as sociedades em diferentes épocas. O palhaço, os bufões, os comediantes perpassam diferentes momentos da história inseridos dentro do contexto que ora separava ora mesclava aspectos entre uma cultura popular que se contra-

⁶⁶Ermínia Silva (2008, p. 16-19) exemplifica essa denominação de “novo circo”, ou “circo moderno”, ou a ideia de uma “nova linguagem” a partir do que é exposto pela mídia quando da apresentação de circos estrangeiros, como o internacionalmente conhecido Cirque Du Soleil no Brasil, e que trata o trabalho destes como algo diferente do “tradicional” ou “antigo”. Essa rotulação da mídia dá-se devido a linguagem utilizada por esses grupos, que segundo a autora possuem grandes estruturas com artistas de várias nacionalidades e misturas de linguagens, pois “sofrem influências do teatro, do próprio mundo do circo, da ópera, do balé e do rock”. A autora pretende com isso, mostrar que as notícias da imprensa nos séculos XIX e XX, como trata sua pesquisa já falavam do circo-teatro da época como “novo circo” ou circo moderno. Não diferente do que ocorre nos dias atuais e que “ter como característica a contemporaneidade – na sua expressão estética, artística e tecnológica não é uma novidade”.

punha a uma cultura tida como oficial. Bakhtin, ao analisar a obra de Rebelais dentro do contexto medieval, expressou que:

O mundo infinito das formas e manifestações do riso opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, religioso, feudal da época. Dentro da sua diversidade, essas formas e manifestações – as festas públicas carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais, os bufões e tolos, anões e monstros, palhaços de diversos estilos e categorias, a literatura paródica, vasta e multiforme, etc. – possuem uma unidade de estilo e constituem partes e parcelas da cultura cômica popular, principalmente da cultura carnavalesca, una e indivisível (BAKHTIN, 2010, p.3-4).

Ao analisar a cultura popular durante o período da Idade Moderna europeia, Burke afirma que mesmo as classes mais abastadas, de uma forma ou de outra, estiveram presentes e foram participativas das manifestações culturais das massas, o que não ocorreu com o povo mais humilde que era banido dos espaços nobres, liceus e universidades, onde a cultura “superior” era produzida e repassada. Afirma o autor que para a elite “a grande tradição era séria, a pequena tradição era diversão” (BURKE, 1989, p. 55). Ao tecer essa análise sobre a complexa relação entre o popular e o erudito e as inúmeras influências religiosas, espaciais e sociais que compõe as tradições, Burke (Ibid., p. 52) cita o palhaço como exemplo de uma das figuras populares que estavam presentes “tanto nas cortes como nas tavernas”. Os palhaços, os cômicos, encontram-se assim, inseridos há muito tempo no tecido social de diferentes comunidades e com o surgimento do circo acabaram sendo relacionados com esse espaço.

Segundo Bolognesi (2003, p.36), “a aproximação da arte popular das feiras com a equestre militar possibilitou o surgimento do espetáculo circense que vai se perpetuar até os dias atuais”. O circo, nos moldes atuais, surgiu na Europa do século XVIII e congregou atividade acrobática, equestre militar, de ginástica, números com animais e malabares. Por outro lado, “as praças e feiras há muito eram ocupadas por companhias ambulantes que se apresentavam

ao ar livre, em barracas cobertas de tecido ou de madeira; palcos de pequenos teatros estáveis ou fixos” (SILVA, 2007. p. 34).

Posteriormente os comediantes populares e os palhaços e sua teatralidade cômico-grotesca, com influências da *commedia dell’arte*, das farsas e dos contos populares, muitos desses calcados na oralidade, foram sendo agregados nos espetáculos circenses. Dentro desse contexto é que se desenvolvem os circos-teatro, ou os teatros de lona, como alguns preferem ser chamados. Acredita-se que na década de 1920 do século passado é que o circo-teatro tem seu apogeu, espalhando-se pelo interior do país, com destaque nas regiões sul, sudeste e nordeste nas décadas de 1930 e 1940 (ANDRADE JR., 2000.p.8).

Pode-se compreender o circo-teatro como pequenas companhias familiares itinerantes, resultado do diálogo do circo tradicional com o teatro de palco italiano, possuindo uma linguagem especificamente teatral, onde geralmente o cômico ou o palhaço, tem papel de destaque. Em alguns circos-teatro no sul do Brasil o palhaço além de dar nome à companhia teatral, desenvolve o papel de protagonista não só no espetáculo como na estrutura familiar que mantém viva a atividade. A prática cultural dessas companhias mambembes possui características específicas como os seus repertórios que vão sendo passados de pai para filho e adaptados aos diferentes espaços sociais e também às exigências contemporâneas. Sobre isso, afirma Silva (2008, p. 19):

O circense, até as décadas de 1950/60, na sua maioria, nascia sob a lona ou a ela se juntava. A formação e a aprendizagem tinham início desde o seu nascimento ou no momento em que se incorporava. [...] A dimensão tecnológica era indissociável da dimensão cultural e ética, e revelava um modo de organização do trabalho e um processo de sociabilização/formação/aprendizagem; bem como um diálogo tenso e constante com as múltiplas linguagens artísticas do seu tempo. Ou seja, uma das principais características definidoras da linguagem circense é ser contemporânea nova e atenta às transformações ocorridas ao seu redor.

Como expoente da atividade dos circos-teatro, no Rio Grande do Sul encontra-se em plena atividade o Teatro do Bebé, da família Almeida, com uma história familiar de mais de 80 anos de atividades teatrais mambembes. Sobre a atividade de grupos como do Teatro do Bebé, Bolognesi, destacando as diferenças dos trabalhos e inserções das atividades dos palhaços pelas diferentes regiões do Brasil, expôs que:

[...] Em outras regiões, como os estados do Sul, a presença do teatro cômico, sob a lona, dá ao palhaço uma importância peculiar. A pesquisa no Sul comprovou as seguintes companhias que se dedicam exclusivamente ao circo-teatro: Circo-teatro Bebé, Teatro Serelepe, Circo-Teatro popular de Curitiba [...]. (BOLOGNESI,2003, p.100)

A história da família Almeida com o teatro de lona inicia em 1929, na cidade de Sorocaba, em São Paulo, com José Epaminondas de Almeida, o Nhô Bastião, que posteriormente passa a viajar pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O “Politeama Oriente”, como era chamado seu circo-teatro, consistia em um espaço montado com folhas de zinco para apresentações de peças teatrais dramáticas e de comédia. E assim era levado aos mais diferentes lugares. Após a morte de José Epaminondas, a atividade foi retomada em 1962 pelo filho José Maria de Almeida, o palhaço Serelepe, e por José Ricardo de Almeida, o palhaço Bebé, que inicia as atividades do Teatro de Lona Serelepe na cidade de Cruz Alta. José Ricardo de Almeida, o palhaço Bebé, com seu teatro de lona de mesmo nome, apresenta-se com seus espetáculos principalmente na região sul e litoral do Rio Grande do Sul desde a década de 1980.

O quadro atual do trabalho realizado dos circos-teatro contemporâneos pode ser analisado por dois ângulos. Por um lado, no caso do Teatro do Bebé, é possível observar a relação criada com as comunidades por onde passa como no caso de Pelotas. Nessa cidade, o trabalho cômico levado através das peças teatrais encenadas há anos, possui grande aderência junto ao público, principalmente na periferia da cidade. Por outro lado, a dificuldade de manutenção

desse trabalho artístico tem aumentado, devido a inúmeros fatores além das instabilidades próprias de quem trabalha com cobrança de ingressos e depende disso para o sustento de toda a família.

Figura 1 – Cena do Espetáculo *Bebé o Astro da Rede Globo*. Oportunidade em que circo de lona estava armado no Bairro Dunas em Pelotas/RS.



Fotografia: Acervo pessoal de Darlan De Mamann Marchi.
Data: 22 de abril de 2012.

Os grupos tradicionais de circo-teatro têm enfrentado a concorrência com os novos aparatos tecnológicos desde a televisão, o cinema até as novas mídias digitais. O Teatro do Bebê tem procurado atualizar a linguagem das peças, hoje exclusivamente cômicas, adaptando-as a temas atuais, o que ocorre também nas músicas e figurinos. Esse redimensionamento dos textos tradicionais da companhia mambembe e da atividade do cômico tornou-se uma marca e uma necessidade da trajetória do Teatro do Bebê, que mantém a transmissão do trabalho e das peças teatrais entre os membros da família através da oralidade levando peças cômicas de forma mambembe por bairros e cidades.

No que se refere às políticas públicas para a área do circo e do circo-teatro, tem se visto uma necessidade cada vez mais premente de articular de forma eficaz as instituições responsáveis pela difusão e fomento das artes cênicas com as de patrimônio, a fim de efetuar inventários, registros e também propostas de salvaguarda das práticas culturais dessas famílias. O que acontece muitas vezes é a falta de percepção da historicidade dos circos, dos circos-teatro e das artes em geral enquanto uma trajetória memorial em cons-

tante transformação e articulação de diferentes fatores de tempos diversos. Sobre isso, constata Silva (2008, p. 19):

[...] quando qualificam um espetáculo como ‘novo’ e ‘contemporâneo’, tomam essas palavras exatamente do senso comum, e com isso perdem a possibilidade de compreender a riqueza que representa a história do circo na produção artística, no passado e no presente, como patrimônio cultural brasileiro.

Permanências e transformações fazem parte da construção do trabalho desses grupos e da memória que os constitui tanto no campo familiar como na prática cultural que desenvolvem, e que são dimensões indissociáveis. Nessa compreensão, cabe o debate para um olhar patrimonial que tem sido reivindicado pela comunidade circense e que tem permeado o campo das políticas públicas para área nos últimos anos. Percebe-se assim, no período atual, um debate cada vez mais intenso e que perpassa transversalmente em diferentes áreas com a questão da memória e do patrimônio. No setor das artes circenses não poderia ser diferente. A consciência das dificuldades enfrentadas e as renovações e ressignificações empreendidas pelos momentos atuais tem motivado um olhar memorial e patrimonializante sobre a atividade. Nesse ponto, vale retomar a noção de patrimônio, e faz-se isso a partir do que Ferreira (2011, p.37) expressa como uma “expressão política da memória”, onde o passado passa a ser gerido no presente. Envolvendo questões identitárias, o patrimônio passa a ser reconstruído e ressignificado “por meio de dispositivos de diferentes ordens tais como as emoções que a ele vinculam-se”.

Assim, partindo da discussão tecida até aqui, o que se pretende em um segundo momento é a retomada do caminho percorrido pelas políticas públicas brasileiras para o patrimônio cultural a fim de se analisar a construção do quadro atual das ações governamentais para a cultura, com foco no setor das artes circenses.

Políticas públicas de patrimônio, políticas públicas de cultura

Analisar as bases históricas da construção das políticas públicas de cultura no Brasil é dispor-se a retomar o caminho pelo qual perpassou o pensamento da classe política e cultural do país no que se refere ao patrimônio cultural. A atenção desprendida para o patrimônio foi geradora de um departamento específico para o tema, o SPHAN⁶⁷, ainda na década de 1930, muito antes do surgimento de instituições como a FUNARTE⁶⁸ e do próprio Ministério da Cultura.

Em diferentes períodos políticos pelo qual passou o Brasil, as políticas públicas para o patrimônio cultural foram se moldando a contextos históricos que contribuíram para a construção de aparatos públicos e instituições responsáveis pela área cultural. Podemos analisar esses aspectos no que concerne a trajetória do Brasil, desde 1922, no que se refere à estrutura de pensamento que é transposta paulatinamente à estrutura pública em relação ao patrimônio cultural brasileiro.

Nesse sentido, a Semana da Arte Moderna de 1922 foi um marco na maneira de pensar a cultura brasileira, tanto nas questões de ordem estética, literária, como na área do patrimônio cultural. Certamente, os conceitos debatidos e desenvolvidos naquele momento não tiveram abrangência e não reverberaram em todo o tecido social brasileiro, visto que se vivia num período político da República Velha, onde o poder dos coronéis e a miséria tomavam conta de um Brasil profundo e desassistido por políticas públicas básicas.

A contribuição principal da Semana da Arte Moderna se daria nos anos que se seguiriam ao movimento modernista, na nova

⁶⁷ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937 pelo governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo.

⁶⁸ “Em 1975, com a finalidade de promover, estimular, desenvolver atividades culturais em todo o Brasil criou-se a Fundação Nacional de Arte – FUNARTE. Nesta época suas atividades englobavam música (popular e erudita) e artes plásticas e visuais. Convivia com o Instituto Nacional de Folclore – INF, Fundação Nacional de Artes Cênicas – FUNDACEN e a Fundação do Cinema Brasileiro – FCB, todas ligadas ao Ministério da Educação e Cultura, posteriormente transformado em Ministério da Cultura”. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/a-funarte/>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

ordem política implantada com o Estado Novo e, principalmente, com a inserção de figuras intelectuais como Mário de Andrade, à frente das áreas de gestão cultural e no desenvolvimento de políticas públicas para a área do patrimônio cultural brasileiro. Os modernistas contrapunham a visão estritamente estrangeira de valorização da cultura e propunham um olhar voltado para valorização da identidade cultural brasileira.

Com a instauração do Estado Novo, mesmo com toda a censura e repressão que se contrapunha ao modelo liberal, abriu-se espaço para os intelectuais, que mesmo demonstrando reservas ao novo governo, viram possibilidades de nessa reorganização do Estado, contribuir na construção da Nação. As obras culturais e artísticas que estavam calcadas nas tradições nacionais serviam agora de base para legitimar o regime do Estado Novo (FONSECA, 2009, p.83-86). O que se pode conjecturar desse período, é que tanto o regime do Estado Novo utilizou-se dessa visão e da influência cultural desses intelectuais, quanto os modernistas viram possibilidade de imprimir nas políticas públicas sua visão de cultura nacional.

Foi nesse panorama que Mário de Andrade desenvolve o famoso anteprojeto que geraria o Decreto-lei nº 25, de 1937. A concepção do anteprojeto desenvolvido por Mário “aproxima-se da concepção contemporânea de patrimônio cultural, de base antropológica, que combina de forma inextrincável as suas dimensões material e intangível” (CASTRIOTA, 2009, p. 211). Essa visão ampliada de patrimônio possibilitou a realização de pesquisas e permeou as ações de outros personagens importantes como Aloísio de Magalhães e Lúcio Costa, à frente do SPHAN, e posteriormente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Tudo isso auxiliou na criação de uma estrutura de organização do país para tratar do tema do patrimônio, mesmo em períodos de democracia e ditaduras que marcaram a política nacional no século XX.

Durante muito tempo a política de patrimônio nacional esteve bastante ligada à concepção de ordem material e arquitetônica. No entanto, algumas ações contribuíram para o desenvolvimento de uma política de patrimônio que congregasse uma abertura para as questões da imaterialidade das manifestações da cultura nacional. Mesmo não possuindo a mesma visibilidade e notoriedade

concedida as questões dos monumentos e da arquitetura, ao longo das décadas que se seguiram, Cavalcanti (2008, p. 15-16) destaca as seguintes ações nesse sentido: em 1947 a Criação da Comissão Nacional de Folclore; em 1958 a Criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro; em 1975 a Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) – que em 1979 será incorporado ao IPHAN quando tinha Aloísio de Magalhães a frente da Instituição e que aprofunda o debate em torno do patrimônio imaterial; em 1976 cria-se o Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Arte (FUNARTE).

Cada uma das ações citadas anteriormente convergiria para que, durante a redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 incorporasse um conceito amplo de patrimônio cultural, abrangendo os bens materiais e imateriais. Essa leitura ampliada se refere à valorização das manifestações culturais, festas, modos de fazer, celebrações, ritos e outras expressões da diversidade cultural brasileira. Caracterizou-se como uma consequência não só da trajetória anterior a Constituição de 1988, mas também dos momentos que se seguiriam nos anos 1990, e que reforçariam as ações nesse sentido no início da primeira década dos anos 2000.

Dentro desse panorama, no que se refere à política brasileira para o patrimônio cultural na última década, podemos observar as ações do poder público em dois planos. No âmbito interno, as ações instituídas no governo Lula, tendo inicialmente a frente da gestão cultural o músico Gilberto Gil, buscaram fortalecer a cultura nacional através de ações que lançaram um olhar para as culturas populares, a diversidade cultural brasileira e ao patrimônio imaterial. Correspondente a esse contexto, e no âmbito internacional, temos nesse mesmo período as Convenções da UNESCO de 2003 e de 2005⁶⁹ que dialogam diretamente com as ações que no Brasil já se vinha debatendo e que convergiram na mesma direção.

⁶⁹ O Brasil é signatário da Convenção de 2003 da UNESCO, quando instituiu a *Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* e também da Convenção de 2005, sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. As ações da UNESCO são também um reflexo da época e das concepções políticas de diferentes momentos, desde Haia, em 14 de Maio de 1954, quando da *Convenção para proteção de bens*

As políticas públicas culturais desenvolvidas nesse sentido fortaleceram a participação da população nos espaços de decisão, através do desenvolvimento de conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura, formação de colegiados setoriais, com representação de diferentes setores das áreas da cultura e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura⁷⁰.

O Colegiado Setorial de Circo e as reivindicações de memória e patrimônio

As setoriais para debate do Plano Nacional de Cultura foram criadas nas diferentes áreas de atuação da vida cultural do país, compostas por representantes da sociedade civil ligados ao tema e por representações governamentais. A formação dessas setoriais, instituídas por decreto oficial e regulamentadas por portarias e regulamentos internos específicos, institucionaliza a participação da sociedade civil nas instâncias de decisão das aplicações do erário público e projetos de governo. A gestão cultural nesses moldes pas-

culturais em caso de conflito armado, no pós 2.ª Guerra, até as convenções mais recentes que podem ser lidas dentro do preocupante quadro contemporâneo da globalização. O Brasil tem caminhado lado a lado dessas ações. Conforme Jurema Machado (2009, p. 131), “o mais significativo, no entanto, é a rapidez com que o Brasil ratifica e adota os instrumentos normativos da UNESCO, especialmente na área da cultura. Com 20 ratificações, o Brasil é o país que ratificou maior número de Convenções dentre todos os pertencentes às três Américas, ficando atrás apenas de 20 países todos eles europeus”.

⁷⁰ Instrumentos legais de gestão cultural instituídos pela Lei Federal nº 12.343 de dezembro de 2010. Tais mecanismos foram inseridos na Constituição Federal através da emenda Constitucional nº 48 de 2005, no § 3º do artigo 215 “visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art215%20A73>. Acesso em: 23 jun. 2012.

sou a ser instituída e regulamentada a partir de 2005, com a reestruturação do Conselho Nacional de Políticas Culturais⁷¹.

Dentro dos Colegiados Setoriais foram estabelecidos grupos de trabalhos sobre temas transversais. Na Câmara Setorial de Circo (BRASIL-CNPC, 2010, p.24) a divisão deu-se nos temas de direitos autorais, formação e pesquisa, economia da cultura, questões trabalhistas e tributárias e memória e patrimônio. Percebem-se através da análise do relatório reivindicações constantes ao que se refere à memória das artes circenses no Brasil. No Seminário Nacional de Formação da Câmara Setorial de Circo, ainda no ano de 2005, logo no início das atividades da setorial destacam-se pontos relativos ao tema *Formação, pesquisa e memória*, tais como:

Reconhecer, preservar e estimular a tradicional atividade das artes circenses; Compreender a pesquisa e a formação da memória como atividade permanente fundamental no processo de formação do artista; Entender os centros de formação como espaços naturais de preservação da memória, desenvolvimento da pesquisa, difusão do conhecimento e ainda como parceiros nos programas de inclusão digital; [...] Necessidade de regulamentação dos espaços de formação em circo, respeitando a natureza de como essa arte se apresenta/notório saber; [...] Ausência de programas de incentivo e registro da memória do circo no Brasil; [...] Urgência nos programas para registro e memória. (BRASIL-CNPC, 2010, p. 17)

Tal questão pode ser analisada como um reflexo do reconhecimento do patrimônio imaterial e do fomento aos aspectos que

⁷¹ “O Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC é um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura e foi reestruturado a partir do Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005. Este órgão tem como finalidade ‘propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional’”. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/sobre-o-cnpc>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

dizem do saber, das festividades, dos costumes e outras formas de bens intangíveis oriundas de diferentes comunidades agrupadas por memórias compartilhadas. O intenso debate sobre esse tema ao qual o Brasil tem se debruçado dentro de um projeto de governo, é incentivador na discussão de questões relativas à memória e patrimônio nas diferentes áreas do âmbito cultural do país.

O Plano Setorial de Circo reuniu as propostas debatidas durante cinco anos, de 2005 a 2010, na Câmara e Colegiado Setorial. Na fala de alguns representantes e artistas eleitos para o colegiado pode-se observar as reivindicações que compreendem o trabalho que realizam enquanto arte popular, enquanto tradição e enquanto bem cultural passível de políticas de memória e patrimônio, como na fala do representante do Circo Social do Rio de Janeiro, Claudio Barria:

Porque existe um nível superior em dança, música e em Circo não? Isso é parte da nossa colonização, e da cultura de elite que fez sua formalização a mais tempo, e mais tarde as universidades foram incorporando as danças e músicas populares no ensino formal. No caso do circo isso não aconteceu, pois sempre foi uma arte popular. (BRASIL-CNPC, 2010, p.38)

Na mesma linha, a delegada Joelma Costa representante dos artistas no colegiado e coordenadora do grupo transversal de *Formação, pesquisa e memória*, ressalta em reunião realizada em 04/12/2006 que: “Foi muito importante a presença do IPHAN na reunião onde foi verificado por eles que não há políticas públicas para o Circo nesse campo” (Ibid., p.38-39). O mesmo assunto é reforçado na fala do delegado Márcio Stankowich, representante de São Paulo: “Eu tenho certeza que nesse GTT, todos os pontos levantados eram unanimidade com as outras áreas, pois todas são muito carentes nestas questões de patrimônio e memória” (Ibid., p.39).

Como resultado desses debates, o Plano Setorial de Circo (Ibid., 73-75), no que tange ao incentivo, proteção e valorização da diversidade artística e cultural brasileira, propôs 33 ações divididas em 5 eixos e 11 diretrizes, sendo um eixo específico para a área da

memória do circo, com duas diretrizes. Entre essas, destaca-se a diretriz sobre a promoção de ações de valorização e conscientização sobre a arte circense e propõe como ações o “reconhecimento do circo itinerante tradicional familiar como patrimônio cultural” e também o apoio ao “[...] reconhecimento profissional de mestres circenses, por meio de título de ‘notório saber’ ou ‘mestre artifice’”. No mesmo documento está prevista como diretriz a “implantação de política voltada para apoio a publicações e a ações de registro e preservação da memória do circo”, propondo ações como:

[...] registro da memória do circo e dos mestres circenses; Capacitar os circenses para correto recolhimento e conservação do acervo/material para museus e acervo; Ampliar os programas e investimentos de registro e difusão da atividade circense como um todo; Realizar inventário das técnicas e saberes de todos os seguimentos da atividade circense. (Ibid., p.75)

As propostas do plano setorial têm revertido em algumas ações por parte do governo. Junto à Funarte é mantida a Escola Nacional de Circo, com sede no Rio de Janeiro, além de editais específicos como o Prêmio Funarte/Petrobras Carequinha de Estímulo ao Circo⁷². Outras ações no que se referem à memória tem ganhado corpo nos últimos anos como a reivindicação por estudos que viabilizem o reconhecimento do circo como patrimônio cultural brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura (IPHAN/MinC), assim como a proposta da criação de um museu brasileiro dedicado ao circo, já em processo de estudos junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)⁷³.

⁷² Informação disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/circo/premio-funartepetrobras-carequinha-de-estimulo-ao-circo-2011>> Acesso em: 4 jul. 2012.

⁷³ Notícias disponíveis em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/05/06/colegiado-setorial-do-circo>> e <<http://www.museus.gov.br/noticias/proposta-de-museu-dedicado-ao-circo-marcou-visita-de-tiririca-ao-ibram/>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

Assim, propõe-se que as reivindicações memoriais devam ser entendidas dentro de um contexto de necessidade de valorização da atividade circense brasileira frente às dificuldades impostas pelos contextos sociais e econômicos contemporâneos⁷⁴.

Dentro desse panorama, em entrevista com José Renato de Almeida, o palhaço Bebê, expressou problemas pontuais como dificuldades burocráticas como alvarás junto às prefeituras para funcionamento do teatro de lona e dificuldades de encontrar terrenos disponíveis para a montagem da lona devido à expansão imobiliária e a legislação ambiental⁷⁵. Se referindo a essas dificuldades em relação a falta de incentivo do poder público dos municípios por onde passa e a tradição da família no circo-teatro Bebê fez a seguinte declaração:

[...] Eu acho que tinha que ter uma lei assim, deles baterem fundo nas raízes. Para tudo não fazem pesquisa? [...] Então vamos fazer uma pesquisa lá no Seu Bebê. Vamos pesquisar a vida dele. Ele trabalha com a família? O espetáculo

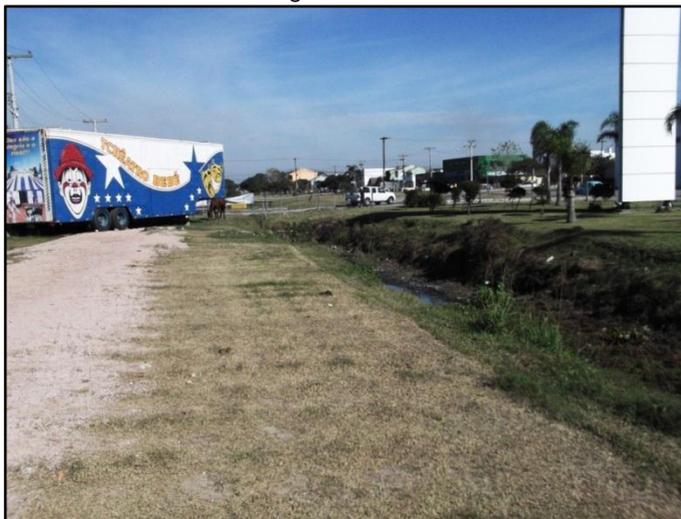
⁷⁴ Sobre tais questões, Canclini (2003) retoma parte da história recente da América Latina, expondo que nos anos 1990, com a disseminação de governos neoliberais nos países sul-americanos e as dificuldades na economia, com reflexos nas questões sociais, impuseram-se dificuldades para o desenvolvimento cultural. Aponta problemas como a dívida externa, as migrações de diversos grupos populacionais para países desenvolvidos e também o olhar mercadológico dos países ricos sobre os países sul-americanos, como mercado para a exportação da sua produção cultural. A partir dessas questões debatidas por Canclini, é possível analisar o reflexo das questões mercadológicas nas culturas regionais dos países pobres, ou em desenvolvimento e sobre as identidades culturais plurais dos países da América do Sul. Canclini (Ibid., p.33-37) termina propondo algumas tarefas para reconstrução daquilo que chama de um “latino-americanismo crítico”, entre elas propõe “identificar as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento”. Nesse ponto, entre outras coisas, coloca a necessidade de consolidação do patrimônio histórico tangível e intangível da região, como parte necessária para a reversão do quadro de dificuldades econômicas e sociais e como uma forma de não “globalizar-nos como migrantes devedores, e impulsionar um novo lugar no mundo como produtores culturais”.

⁷⁵ Conforme relato do próprio Bebê, diversos terrenos utilizados anteriormente para a montagem da lona, tem se tornado espaços urbanos de preservação ambiental. Além do mais destaca a burocracia para liberação do espaço, as taxas e as multas caso prejudiquem alguma árvore nativa quando da montagem da lona.

dele é esse [...] Tá no Rio Grande do Sul? O Seu Bebê tem portas abertas pra trabalhar com o público? [...]

O que se busca com esse pequeno trecho da entrevista é mostrar a distância ainda existente no que se refere aos planos e ações projetadas, ou idealizadas, junto ao Ministério da Cultura e a realidade desses poucos grupos itinerantes, muitas vezes localizados no interior do Brasil. Tais problemáticas vêm impondo dificuldades à vida mambembe e também causando a desmotivação dos jovens da família em dar continuidade ao trabalho passado pelos avós e pais. O reconhecimento da memória do circo familiar e as reivindicações pelo reconhecimento patrimonial dessas práticas devem ocorrer no sentido de viabilizar a continuidade do trabalho dessas famílias. No entanto, esse reconhecimento precisa estar alicerçado em políticas públicas regionalizadas, compreendendo as particularidades dos grupos itinerantes, da tradição e da linguagem popular do trabalho, o que por vezes é alvo de preconceito e desca-so frente a outras formas artísticas.

Figura 2 – Fotografia de terreno no Bairro Dunas em Pelotas/RS onde estava instalado o Teatro do Bebê, entre uma rodovia de grande movimento e de um arroio com esgoto a céu aberto.



Fotografia: Acervo pessoal de Darlan De Mamann Marchi.
Data: 28 de junho de 2012.

Considerações finais

A trajetória das políticas públicas de patrimônio no Brasil, seu diálogo com as políticas internacionais e as dificuldades da globalização, tem contribuído para a ampliação da noção de patrimônio e consequentemente das reivindicações pela memória e por ações governamentais nesse sentido em diferentes campos. O novo contexto trazido a partir da adoção de medidas para a preservação do patrimônio imaterial, a partir da primeira década deste século, reforçado pela Convenção de 2003, passou a dar visibilidade a cultura popular tradicional, a diversidade cultural e a intangibilidade do patrimônio.

O caso específico dos circos-teatro trata de uma forma de expressão artística multifacetada localizada no campo da diversão e do entretenimento. Ao mesmo tempo em que o circo é um espaço marcante da vida cultural das sociedades passadas até a atual, é ainda um espaço vivo, de diálogo do passado e do presente impresso na atividade artística e no modo de vida dessas famílias.

Os circos-teatro familiares podem ser entendidos dentro do campo da tradição, da memória e das artes. No desenvolvimento de uma atividade composta por influências cênicas de diferentes épocas, as famílias são parte de uma estrutura de trabalho marcada por técnicas, modos de fazer e viver peculiares e em diálogo com o contexto social onde se encontram. Mostra-se, assim, como um desafio contemporâneo a compreensão do patrimônio e da memória, envolvendo as formas artísticas de diversão e a teatralidade enquanto característica do modo de fazer das famílias circenses tradicionais, a fim de garantirem a continuidade do trabalho desses grupos.

Referências

ALMEIDA, José Ricardo de. **Cotidiano do Teatro do Bebê**. Pelotas/RS, Bairro Areal, 22 de março de 2012. Pesquisa de campo para dissertação de mestrado. Entrevista concedida a Darlan De Mamann Marchi.

ANDRADE JR. Lourival. **Mascates de sonhos**: as experiências de artistas de circo-teatro em Santa Catarina – Circo-Teatro Nh’Ana. 208 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo; Brasília: Hucitec; UNB, 2008.

BOLOGNESI, M. F. **Palhaços**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). Câmara e Colegiado Setorial do Circo. Relatórios de atividades 2005-2010. A Participação Social nas Políticas Públicas do Setor. Ministério da Cultura/ Conselho Nacional de Políticas Culturais/ Funarte, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2011/07/plano-setorial-de-circo.pdf>>. Acesso em: 14 abr.2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art215%C2%A7>. Acesso em: 23 jun. 2012.

BRASIL.FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/a-funarte/>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Proposta de Museu dedicado ao circo marcou visita de Tiririca ao IBRAM. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/noticias/proposta-de-museu-dedicado-ao-circo-marcou-visita-de-tiririca-ao-ibram>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Blog do Conselho Nacional de Políticas Culturais. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/sobre-cnpc>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Colegiado Setorial do Circo. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/05/06/colegiado-setorial-do-circo>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, Néstor García. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CAVALCANTI, Maria Laura V.de C. & FONSECA, Maria Cecília L. **Patrimônio imaterial no Brasil**: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO Brasil, 2008.

FERREIRA, Leticia M. Busca Patrimonial e Políticas Públicas de Patrimônio Cultural Imaterial: Um Estudo de Caso sobre São Lourenço do Sul (RS). In: FERREIRA, Lúcio Menezes; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; ROTMAN, Mônica B. **Patrimônio cultural no Brasil e na Argentina**: estudos de caso. São Paulo: Annablume, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3.^a ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MACHADO, Jurema. A UNESCO e o Brasil: trajetória de convergência na proteção do Patrimônio Cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo A., PELLEGRIN, Sandra, RAMBELLI, Gilson (orgs.) **Patrimôniocultural e ambiental**. São Paulo: Annablume/FAPESP; Campinas: NEPAM, 2009, p. 131-144.

SILVA, Erminia. **Circo-teatro**: Benjamin de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil. São Paulo: Altana, 2007.

SILVA, Erminia. O Circo sempre esteve na moda: A contemporaneidade da teatralidade circense. **Revista Palco Aberto**: malabares, circo e arte de rua. São Paulo, ano 4, novembro de 2008.

O PATRIMÔNIO PÚBLICO-JURÍDICO E O SEU VALOR HISTÓRICO-CULTURAL: UM OLHAR SOBRE OS (DES)ENTENDIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA COMINTER DO TJ-RS

Cláudio de Sá Machado Júnior
Ana María Sosa González

Este texto propõe a realização de uma breve análise sobre as discussões registradas em cartas e atas da Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos ao Descarte, COMINTER, constituída pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul com a intenção de deliberar sobre “critérios” para seleção de documentos com “valor histórico”, visando à diminuição de sua massa documental, estimada, na contemporaneidade, em aproximadamente 13 milhões de processos⁷⁶. A análise centra-se justamente nas dificuldades mais perceptíveis de diálogo entre historiadores e representantes da instituição pública, considerando as divergências epistemológicas criadas em torno de conceitos como “patrimônio público”, “documento histórico” e “valor cultural”, levando em consideração as intenções expressas por ambos para a criação de políticas públicas voltadas à preservação e à salvaguarda da memória jurídica da sociedade sul-rio-grandense. Este texto não se caracteriza, portanto, como um relato sobre o desenvolvimento do processo como um todo, que ainda possui rumos incertos, mas consiste na apresentação de situações pontuais decorrentes dos encontros realizados entre o último trimestre de 2011 a março de 2012. A contribuição dos autores decorre da participação direta de um deles nas reuniões da supracitada comissão e de outro da reali-

⁷⁶ A massa documental do Arquivo do Judiciário do Rio Grande do Sul não possui um inventário preciso, visto o descaso histórico da instituição a cargo de muitas décadas. O valor informado é o estimado, de forma não confiável, pelos próprios gestores da instituição.

zação de uma reflexão teórica do ponto de vista da questão patrimonial.

Sumariamente, em meados de novembro de 2011, a Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul, ANPUH-RS, e representantes de cursos acadêmicos de História do Estado, além da participação de outros oriundos de diferentes áreas do conhecimento, foram convidados a participar de uma ampla discussão no Tribunal de Justiça sul-rio-grandense para tratar sobre o destino do acervo considerado como descartável, de acordo com a Tabela de Temporalidade⁷⁷ fixada para a análise de documentos, considerando como de guarda permanente aqueles produzidos em data anterior ao ano de 1950. Desde então, reuniões periódicas têm sido realizadas com interesses difusos sobre o destino do acervo que está gradualmente sendo analisado e classificado pela CORAG, Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, determinando os processos que poderão ser descartados. O *Diário da Justiça Eletrônico – RS*, de 5 de dezembro de 2011, contemplou a publicação do Ato da Presidência n. 21/2011 que instituiu a COMINTER como grupo complementar sobre a atuação da Comissão Permanente de Avaliação e Gestão de Documentos, a saber, grupo que não possui na sua constituição a presença de historiadores. Dentre as atribuições fixadas para a atuação da COMINTER, segundo o referido ato, está a representação de interesses de instituições diversas, públicas ou privadas, e a definição de “critérios” e procedimentos de documentos a serem selecionados e preservados.

A interdisciplinaridade da COMINTER constitui-se pela representação de um presidente (indicado pela Comissão Permanente), um representante do Arquivo Judicial, um representante do Memorial do Judiciário, dois representantes de cursos universitários de História, dois representantes da ANPUH⁷⁸, um representante da

⁷⁷ De acordo com a Resolução n. 878/2011, que altera a Resolução 777/2009 sobre a guarda, eliminação de autos e tabela de temporalidade dos processos judiciais, publicada no *Diário da Justiça Eletrônico – RS*, de 11/07/2011.

⁷⁸ De acordo com o *Diário da Justiça Eletrônico – RS* de 6 de janeiro de 2012, através da publicação do Ato da Presidência n. 1/2012, ficaram designados como representantes dos cursos de História os colegas Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira (pela Universidade do

área de arquivologia, um representante do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, um representante do Ministério Público sul-rio-grandense, e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil no RS. Oficialmente designada, a COMINTER realizou sua primeira reunião em 19 de dezembro de 2011, registrando as discussões feitas em atas taquigrafadas por funcionários do próprio Tribunal de Justiça. No entanto, destaca-se também a importância de documentos publicados essencialmente pela ANPUH-RS no que se refere ao posicionamento da instituição frente aos mal-entendidos ocasionados pelo rumo das deliberações das reuniões e pelos embates estabelecidos principalmente no campo conceitual. Um dossiê de informações foi publicado na página da associação de historiadores⁷⁹ com a finalidade de tornar público e transparente o debate que vem se realizando entre a instituição e os representantes do Poder Judiciário, reunindo não somente as atas das reuniões, mas também todo o material legal e de posicionamento da entidade, assim como conteúdos publicados na imprensa regional e na imprensa oficial do Estado.

vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, posteriormente substituído pela Prof.^ª Dr.^ª Marluza Marques Harres, da mesma instituição), Prof.^ª Dr.^ª Véra Lúcia Maciel Barroso (pela Faculdade Porto-Alegrense, FAPA), Prof.^ª Dr.^ª Cláudia Mauch (pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS), e Prof.^ª Dr.^ª Nádia Maria Weber Santos (pelo Centro Universitário La Salle, UNILASALLE). Como representantes da ANPUH e sua regional, a ANPUH-RS, ficaram designados como representantes a Prof.^ª Dr.^ª Claudira do Socorro Cirino Cardoso (também vinculada ao Instituto Porto Alegre, IPA), a Prof.^ª Esp. Sílvia Rita de Moraes Vieira (também vinculada à Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre), a Prof.^ª Dr.^ª Isabel Aparecida Bilhão (também vinculada à Universidade de Passo Fundo, UPF), e o Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior (também vinculado à Universidade Federal de Pelotas, UFPel). Ainda como representante de entidades de classe da área de história foi designado Miguel do Espírito Santo, representando o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o IHGRS. Também se contou com o constante e significativo apoio e representação do Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt, presidente da ANPUH na gestão 2011/2013, e da Prof.^ª Dr.^ª Zita Rosane Possamai, presidente da ANPUH-RS na gestão 2010/2012. Participaram ainda dos primeiros encontros com o Judiciário o Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (pela UFRGS) e o Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS).

⁷⁹ Este dossiê sobre o descarte de documentos no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul pode ser consultado através do link disponível em <http://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=921>. Acessado em: 6 abr. 2012.

Detendo-se apenas na relação estabelecida entre historiadores e o Judiciário, a leitura da documentação torna evidente a existência de diferentes compreensões por ambas as partes em torno de epistemologias que podemos considerar como fundamentais para que se efetivasse um diálogo coeso entre as representações. Nas possibilidades de análise, destacaram-se as diferentes interpretações sobre conceitos relacionados a “patrimônio público”, “documento histórico” e “valor cultural”, como dito anteriormente, presentes nas atas de reuniões realizadas pela COMINTER, assim como na correspondência produzida pelos historiadores para fins diversos, algumas direcionadas aos membros da Comissão, outras ao próprio presidente do Tribunal de Justiça – todas divulgadas no referido dossiê. Para contribuir com a proposta de reflexão a partir de um olhar sobre os (des)entendimentos epistemológicos entre historiadores e os demais representantes do Poder Judiciário, serão tratados cada tema separadamente, considerando além dos conteúdos publicados em atas e cartas, também um breve suporte teórico bibliográfico que nos auxiliará na compreensão de alguns pontos aqui explorados.

Como dito anteriormente, não se trata como intenção a realização de uma profunda reflexão sobre os conceitos ou a caracterização de todo o desenvolvimento de trabalho da COMINTER, mas apenas apresentar uma visão, dentre várias possíveis, acerca de abordagens pontuais presentes nas discussões realizadas nos primeiros quatro meses de existência do grupo, levando em conta as perspectivas argumentativas sobre as temáticas mencionadas. Verifica-se, portanto, uma relação entre o público-jurídico e a constituição de uma noção de valor histórico-cultural a partir do presente estudo de caso.

As percepções em torno do "patrimônio público"

A noção de “patrimônio público” que se apresenta para este texto difere, logicamente, da noção de “patrimônio privado”. De maneira genérica poderíamos denominar o “patrimônio público” como aquele produto cultural que é pertencente à sociedade como um todo. Este, por sua vez, pode se caracterizar não somente como

artístico ou histórico, mas também como um patrimônio jurídico, caracterizado pelos milhares de processos existentes nos arquivos judiciários de todo o mundo. Há de se diferenciar o patrimônio que é gerenciado pelo poder público do próprio “patrimônio público”, ou seja, aquele que se quer público pelo fato de sua administração ser realizada por um órgão de Estado, além de pertencer de direito aos diversos segmentos sociais. A rigor, uma noção não é excludente da outra, não podendo os administradores públicos privar a sociedade de ter acesso àquilo que lhe é de direito informacional, transformando o patrimônio em algo que, arbitrariamente, apresenta-se como algo de acesso restrito. Cabe ao gestor público zelar pela preservação e garantir condições de acesso a esse tipo de patrimônio, tutelando não somente a sua proteção, mas também o acesso à informação da qual ele dispõe. A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 39), membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), destaca na obra *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* a importância que o Estado deve exercer sobre o poder de guarda daquilo que é considerado um bem público.

Cabe ao poder público, portanto, exercer tutela no sentido de proteger os valores culturais ínsitos no bem material, público ou particular, a cujos predicamentos, particularidades ou peculiaridades é sensível a coletividade e importa defender e conservar em nome da educação, como elementos indicativos da origem, da civilização e da cultura nacionais.

As experiências obtidas junto ao Poder Judiciário do Rio Grande do Sul revelam a constituição de um acervo que possuía – e ainda possui, de acordo com a Tabela de Temporalidade – um significativo valor de trabalho administrativo, sendo este o principal produto de todas as atividades engendradas nos estabelecimentos daquela instituição. A importância do acervo justifica, *a priori*, a quantidade de cargos públicos com níveis salariais bem significativos, frente à realidade brasileira, oferecidos aos juristas e demais

colaboradores integrantes de seus recursos humanos, caracterizando como um todo o serviço prestado por este órgão de Estado. O problema começa a se apresentar no momento em que este acervo deixa de ser administrativo, tendo seu “prazo de validade vencido”, e se torna um “produto da cultura”, ou seja, assume um valor de patrimônio cultural de suma importância para a constituição da memória social caracterizada a partir dos autos judiciais. Vê-se especialmente em época de eleição do executivo e legislativo que a importância da pauta da cultura nunca assumiu um lugar privilegiado para os projetos políticos, escolhendo-se sempre temas mais relacionados a necessidades imediatas da população, tais como habitação, moradia, emprego, segurança, saúde e educação. Em alguns casos, na esfera do poder público, e não excluindo o judiciário, quando um acervo deixa de ser administrativo e se transforma em cultura, apresenta-se como sinônimo de entrave burocrático, para assumir muitas vezes a vocação de papel reciclável.

O acervo do judiciário sul-rio-grandense apto ao descarte, após a avaliação da CORAG, passa por uma situação semelhante, sendo apresentado como um problema que entrou no século XXI abarrotando cinco grandes depósitos na cidade de Porto Alegre, transformados literalmente em lugar de despejo de milhares de caixas, com processos misturados e muito mal catalogados por empresas anteriormente contratadas pelas gestões presidenciais. O patrimônio constituinte do arquivo, que é gerenciado pelo Tribunal de Justiça, caracteriza-se como um “patrimônio público” que está sob a sua tutela de proteção e preservação. O estado de desorganização no qual se encontra atualmente reflete o conjunto de ações da instituição pública ao longo das últimas décadas, debruçando-se recentemente neste problema não com a preocupação de organização do acervo, mas com a efetiva diminuição da massa documental. Segundo os argumentos dos representantes do Judiciário nesta causa, com um acervo menor será possível uma administração adequada, mas será impossível fazê-lo na condição em que está atualmente. Provavelmente taquigrafado em documentos do Tribunal estão as falas das primeiras reuniões, realizadas ainda nos últimos meses de 2011, quando se mencionou, mais de uma vez, a intenção por parte dos juristas na redução de 90% do atual acervo. Logo,

dentro de uma estimativa de 13 milhões de processos, a intenção seria de preservar “adequadamente” apenas 1,3 milhões.

Desde que convocada ao debate – e questionando-se até hoje se por reconhecimento de seu trabalho, cuja profissionalização está em vias de efetivação⁸⁰, ou se pela necessidade de ratificar-se um projeto já definido – a ANPUH e sua regional do Rio Grande do Sul, com apoio das representações de cursos universitários de História do estado, posicionaram-se de forma muito clara sobre o dever que tem o Judiciário para com a devida gestão do acervo que está sob a sua responsabilidade de tutela. Em carta emitida pela Associação, em 11 de novembro de 2011, destinada ao então presidente do Tribunal de Justiça, Des. Léo Lima, a entidade manifestou que “é fundamental destacar que o Judiciário não é o proprietário dessa documentação, sendo somente seu guardião, pois estes documentos, na verdade, pertencem a toda a sociedade” (SCHMIDT; POSSAMAI, 2011); lembrando, em linhas gerais, sobre as ações prejudiciais que estariam cometendo, nessas circunstâncias, contra a memória social. Em resposta à manifestação da ANPUH, representantes do Judiciário reconheceram o estado de organização deficiente na qual se encontra o acervo da instituição pública, mencionando que “é suficiente uma rápida visita a qualquer dos prédios destinados ao arquivamento de autos de processos para constatar-se a precariedade de condições em que estão armazenados” (SILVA; BARBIERI, 2011). Afirmando-se ainda, em mesmo tom, que “alguns processos estão severamente danificados, outros se ‘desmanchando’, situação crítica que, caso reste mantida, inviabilizará esses documentos até mesmo ao registro histórico” (Ibid.).

O problema do reconhecimento do estado lamentável do acervo não reflete, porém, em uma política pública efetiva de preservação, mas embasa a justificativa da diminuição da massa documental, pois seria, segundo os argumentos dos representantes do judiciário, inviável administrar o acervo como um todo nas dimensões em que ele se encontra e com pouca disponibilidade de recur-

⁸⁰ Conforme informações em <http://www.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=317>. Acessado em: 6 abr. 2012.

tos humanos. A ideia base dos gestores do judiciário sul-riograndense caracteriza-se na formação de um arquivo único, centralizado, que possa reunir em apenas um prédio toda a documentação histórica – cujos conceitos se apresentarão a seguir – e administrativa da instituição. A proposta foi registrada em uma das atas das reuniões, quando a presidente da COMINTER “ressaltou que o objetivo é a formação de um arquivo judicial centralizado, referindo que essas parcerias podem ser firmadas para a distribuição dos processos que, após a seleção, sejam destinados a descarte” (ATA DA REUNIÃO DE 19/12/2011), destacando a possibilidade de instituições universitárias abrigarem a documentação definida ao descarte. Em março de 2012, os historiadores posicionaram-se novamente em relação aos recursos aplicados pelo Tribunal de Justiça no que se refere à guarda de seu acervo.

Compreendemos que os investimentos realizados com recursos públicos devem ser efetivados com o maior rigor e qualidade possíveis, mas entendemos que os valores dispendidos com a manutenção e gerenciamento qualificado desses acervos documentais se justificam plenamente, sendo possível reduzir despesas em outros gastos que não tenham o mesmo impacto sobre os bens culturais do povo brasileiro, que incluem a sua história e a sua memória coletiva, também inscritas nos documentos exarados pelo Poder Judiciário. Esse é o desafio do gestor público moderno, consciente da importância dos registros públicos, tanto para a própria administração, quanto para a sociedade em geral. Além disto, certamente não somos um grupo isolado a pensar na preservação destes documentos como questão central para nossa sociedade. (ALVES et al., 2012)

A preocupação dos historiadores em reafirmar diversas vezes a noção de “patrimônio público”, como um bem cultural que pertence à sociedade, confronta a percepção que o Tribunal de Justiça deixava a entender sobre “seu” acervo público, tratando-se de um acervo institucional. Aos gestores, aparentemente, antes da memória social estaria a memória da entidade, marcada mais pelo

trabalho dos juizes que estiveram envolvidos ao longo de muitos anos naqueles processos do que propriamente os atores sociais, oriundos de diferentes camadas sociais, que constavam como protagonistas daqueles autos jurídicos.

A relação estabelecida entre membros de uma comissão interdisciplinar revelou vestígios de disputas de campo de atuação, saberes próprios e restritos a determinadas áreas do conhecimento, em tentativas de imposição do entendimento de uma epistemologia sobre a outra. Algumas vezes, expressou-se o reconhecimento de certa familiaridade entre os campos de atuação do jurista e do historiador, como ocorreu em uma das reuniões de fevereiro de 2012, quando a presidente da COMINTER mencionou que os juizes, em um sentido amplo, “também têm um pouco de historiadores na medida em que recebem relatos e versões que podem, ou não, estar de acordo com a realidade, então procuram se aproximar o máximo possível do fato acontecido para poderem bem julgar” (ATA DA REUNIÃO DE 6/2/2012). No entanto, afirmou-se que “os juizes têm que trabalhar com base na realidade, e que é impossível guardar tudo” (Ibid.), referindo-se constantemente à necessidade de se descartar parte da documentação que está sob a sua tutela.

Mas os empecilhos para não se guardar tudo esbarram justamente na forma como os representantes de ambas as instituições, do Direito e da História, compreendem o valor atribuído às diferentes tipologias de processos existentes no Arquivo Judiciário do Rio Grande do Sul. Aliás, não se caracteriza somente como um problema conceitual, mas também por uma divergência crucial no que tange o seu aspecto metodológico, defendendo os historiadores que antes seria necessária uma organização significativa do acervo para que se pudesse, posteriormente, analisar com maior rigor sua documentação, ao invés do contrário, que condiz em antes estabelecer critérios para descartar documentos e, após isso, organizar o acervo.

A pesquisadora Arlette Farge, na obra *O sabor do arquivo*, recomendada para a leitura pelos juristas em uma das reuniões realizadas da COMINTER, menciona que os personagens que figuram nos processos caracterizam-se como o mais importante a ser encontrado nos arquivos judiciários. Em determinada reunião, re-

presentantes dos interesses do Judiciário se demonstraram perplexos ao saber que historiadores teriam interesse em guardar a documentação que se refere aos meandros do mundo do trabalho, por exemplo. Transformando “o povo em palavras”, Farge (2009, p. 31-32) discorre sobre a riqueza que este tipo de acervo pode apresentar sobre “a gente simples”, ou aqueles que não figuram entre as grandes personalidades institucionais.

Os fragmentos de vida que jazem ali são breves, mas mesmo assim impressionam: espremidos entre as poucas palavras que os definem e a violência que, de uma hora para a outra, os faz existir para nós, eles preenchem registros e documentos com sua presença. [...] Em geral, o arquivo não pinta os homens por inteiro; ele os arrebatava de sua vida cotidiana, cristaliza-os em algumas queixas ou em denegações lamentáveis, espetados como borboletas de asas vibrantes, mesmo quando são anuentes.

A mudança do paradigma do pensamento histórico esbarra naquilo que o historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, em discurso proferido na Casa de Oswaldo Cruz, no ano de 2011, denominou como “invariância”, ou seja, a resistência que alguns segmentos sociais conservadores apresentam em relação às transformações decorrentes das múltiplas experiências contemporâneas, que passam por modificações constantemente. No caso de uma instituição de raízes conservadoras tão profundas como o judiciário brasileiro, essa ideia se reforça. Caracteriza-se na dificuldade de percepção sobre aquilo que é de suma importância para a participação dos historiadores na COMINTER: a definição de “documento histórico” e “valor cultural”. Dos pontos levantados para o presente texto, estes foram os que apresentaram maior incômodo, visto as discordâncias expressas por ambas às partes sobre uma conceituação desigual. Após algumas considerações sobre a questão do valor patrimonial, apresentar-se-á um ponto de tensão fulminante, caracterizado pela compreensão distinta das terminologias supracitadas.

Noções expressas sobre "documento histórico" e "valor cultural"

Em atas e outros documentos decorrentes das reuniões realizadas pela COMINTER, historiadores e juristas demonstraram diferentes conceituações sobre a definição daquilo que poderia, ou não, ser considerado como produto histórico. O estabelecimento de uma tensão sobre o conhecimento desenvolvido nos respectivos campos do saber criou entraves epistemológicos entre os grupos, considerando o conhecimento divergente que ambos possuíam sobre um dos temas mais cruciais para o desenvolvimento de deliberações. Afinal de contas, como se mede o valor histórico de um acervo? Há hierarquias entre valor histórico e cultural, ou ambos possuem a mesma importância? Não cabe aqui realizar uma revisão historiográfica de como a escrita da história, através dos agentes sociais que dela se fizeram responsáveis, se modificou ao longo do último século. Outros autores fizeram isso de forma mais intensa e com maior competência. Mas cabe a realização de algumas breves considerações feitas pelo historiador francês Paul Veyne (1998, p. 29), no livro *Como se escreve a história*, sobre como ele identifica aquilo que poderíamos denominar como uma história feita de forma tradicional e o seu avesso.

[...] A historiografia tradicional estudava, com demasiada exclusividade, os grandes eventos desde sempre reconhecidos como tal; fazia "história-tratados-e-batalhas", mas restava desbravar uma imensa extensão de "não-factual", cujos limites nem mesmo avistamos; o não-factual são os eventos ainda não consagrados como tais: a história das localidades, das mentalidades, da loucura ou da procura da segurança através dos tempos. Denominar-se-á, portanto, não-factual a historicidade da qual não temos consciência como tal [...].

A própria constatação de Veyne é datada, sendo que sua elaboração remete à década de 1970, do seu original em francês *Commentonécritl'histoire*. E lá se vão mais de 40 anos quando se falava na produção de uma escrita da história feita aos moldes tra-

dicionais, valorizando “grandes fatos” e “grandes feitos” realizados essencialmente por personalidades da vida política e econômica. Pois não causa surpresa que a história tradicional ainda siga cultivada nos dias contemporâneos, pelo menos se identificando a concepção sobre o objeto histórico em diferentes áreas do conhecimento. Apesar dos juristas da COMINTER reconhecerem o potencial da contribuição que pode ser feita por parte dos historiadores, as expectativas se desfazem na medida em que se confrontam posicionamentos desiguais em relação àquilo que pode ser eleito como documento histórico. Em carta-resposta aos historiadores, no início dos trabalhos, os representantes do Tribunal de Justiça mencionaram que lamentariam a ausência de participação por parte destes profissionais, “em razão do seu elevado conhecimento e sabedoria, visto que, indubitavelmente, muito têm a contribuir na consecução do Projeto de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado” (SILVA; BARBIERI, 2011). No entanto, historiadores reconhecem que a sua atuação dentro da Comissão ocorre de forma limitada, pois não lhe são dados os recursos adequados para o exercício de seu trabalho. A carta que antecipou a consideração dos juristas a respeito dos historiadores já contemplava essa dificuldade de ação, além do impasse conceitual que se dispunha em questão, conforme trecho a seguir.

Entendemos também que não podemos ser convocados a realizar uma atividade limitada, desenvolvida somente no final dos procedimentos administrativos, em uma proposta que pretende exigir do profissional da História a escolha e preservação dos documentos ditos “interessantes”, pois isso, além de contrariar tudo o que se tem preconizado na historiografia das últimas décadas, ainda atenta contra o bom senso, na medida em que impede quaisquer critérios objetivos para sua execução, pois o que pode ser um critério “interessante” para um profissional, pode não ser para outro, e vice-versa. (SCHMIDT; POSSAMAI, 2011)

Os critérios “interessantes” ao qual se referem os historiadores aproximam-se da noção de história tradicional apontada por Paul Veyne, caracterizados por exemplos feitos ao longo das reuniões e cuja noção já se apresentou desde o primeiro encontro, quando da convocação das entidades profissionais para a participação no debate. Destaca-se o papel ao qual se imbuíu o Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, que corresponde a antes da preservação da memória social, a valorização de uma memória institucional, constituída pela supervalorização de seus recursos humanos, destacando-se aqueles alçados nos mais altos cargos do órgão de Estado. A galeria dos “grandes nomes” do Judiciário garante a criação de vultos biográficos de personalidades vinculadas ao apenas exercício da magistratura, assim como sua atuação em processos considerados como “impactantes”, comumente referidos aos autos que ganharam notabilidade na imprensa.

O que se dá a entender é que a realização de uma história “não-factual” torna-se como objeto “não interessante” para o Judiciário, não sendo reconhecida a possibilidade da construção de uma história no seu sentido mais amplo, considerando os vestígios jurídicos sobre a sociedade composta por “indivíduos simples”, oriundos de classes sociais menos abastadas. A imprecisão compreensiva da qual se apresenta a *nouvelle histoire*, termo acolhido pelo historiador francês Jacques Le Goff (1988) na mesma década de 1970, ainda permanece viva na segunda década do século XXI, visto a dificuldade que alguns campos do conhecimento têm em reconhecer um novo horizonte teórico que não seja o de cunho tradicional. Eis a dificuldade de distanciamento proposta por Veyne (1998, p. 31), sugerindo que o indivíduo se afaste de seus conceitos para que possa alargar a sua visão sobre novas perspectivas.

Ora, quanto mais se alarga, a nossos olhos, o horizonte factual, mais ele parece indefinido: tudo o que compõe a vida cotidiana de todos os homens, inclusive o que só vive um virtuose do diário íntimo discerniria nela, tudo isso constitui, de direito, caça para o historiador, pois em que outra região do ser que na vida cotidiana, dia após dia, poderia refletir-se historicidade? O que não

significa, de modo algum, que a história deva tornar-se da vida cotidiana [...].

Essa dificuldade de reconhecimento de um “documento histórico” imbuído de “variância” fez-se registrada na reunião realizada ainda em dezembro de 2011, quando foram exigidos aos historiadores “critérios” efetivos para que se fossem classificadas as massas documentais do acervo do judiciário, nas condições inversas de trabalho. A presidente da COMINTER sugeriu que os historiadores definissem o valor histórico dos documentos a partir da enumeração de algumas propostas, “tais como processos de repercussão na imprensa, casos pitorescos, processos em que os litigantes sejam personagens históricos do Estado” (ATA DA REUNIÃO DE 19/12/2011) e que ignorem “aquilo cuja guarda seja desnecessária, de forma a permitir que o trabalho se concentre nos que tenham potencial histórico” (Ibid.). Ao que parece, há certa percepção por parte dos representantes do Judiciário de que seriam simples os critérios que estabeleceriam a validade de um documento como histórico ou não frente à massa documental dos seus aproximadamente 13 milhões de processos, bastando a separação de processos que envolvessem “personalidades históricas” ou casos de “repercussão na imprensa”, levando a cabo uma ideia demasiada simplista da história como um campo para a satisfação das curiosidades, servindo à exposição somente daquilo que poderia ser considerado como “pitoresco”.

De imediato, os historiadores se manifestaram frente ao impasse epistemológico, caracterizando a divergência entre aquilo que era a expectativa de atuação por parte dos profissionais da História e o que era esperado deles por parte do Judiciário. A proposta de uma história tradicional confrontava-se mais uma vez com os paradigmas afirmados da historiografia contemporânea. Na reunião, de imediato, assumiu a palavra o presidente da ANPUH, na ocasião, Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt, tentando sumariamente explicar, por mais de uma vez, as transformações ocorridas no trabalho da produção do conhecimento nas últimas décadas, cujas palavras foram reproduzidas sob a forma de discurso direto na ata

da reunião realizada em dezembro de 2011, e estão reproduzidas parcialmente na citação a seguir.

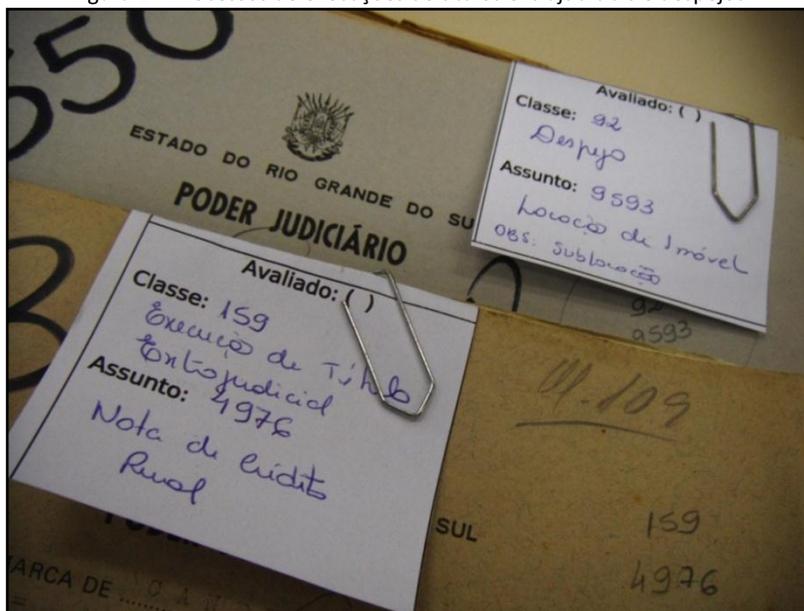
Essa ideia de associar documentos históricos com personalidades, com eventos importantes, com o pitoresco, a moderna historiografia não abraça. Tivemos um processo que, inclusive chamamos de Revolução Documental. O que começou a se pensar? Que qualquer vestígio do passado pode ser fonte para o interesse do historiador, dependendo da pergunta que o historiador coloca para o passado. Então, não é o documento em si que tem importância histórica ou não, mas depende da pergunta que o historiador coloca para o passado. [...] O que estou querendo dizer quanto a definir hoje o interesse histórico é que talvez, daqui a 20 anos, sejam outras as perguntas dos historiadores, como são as nossas diferentes dos historiadores de 50 anos atrás. Então, dizer que “esse documento tem interesse histórico”, “esse documento não tem”, a moderna historiografia não comporta esse tipo de separação. Inclusive porque alguns documentos em si são muito curtos, têm pouco conteúdo informacional, mas, às vezes, em uma série, ganham uma relevância. (ATA DA REUNIÃO DE 19/12/2011)

A fim de que a busca por elementos para uma história tradicional e institucional fosse saciada pelo Poder Judiciário, o grupo de historiadores sugeriu, em reunião realizada em janeiro de 2012, que uma lista de nomes fosse fornecida por representantes do seu Memorial, com a finalidade de se garantir, de alguma forma, o interesse da instituição em dar ênfase à atuação de determinados juristas dentro do âmbito de atuação daquele órgão público. No entanto, solicitou-se que o critério adotado como “valor histórico” definido pelos historiadores também fosse levado em conta, destacando a importância da ação conjunta de grupos interdisciplinares. As divergências na conceituação de “documento histórico” continuaram com o posicionamento da presidente da COMINTER, sugerindo que “um grupo se debruçasse nos executivos fiscais, pois não vê valor

histórico nesse assunto” (ATA DA REUNIÃO DE 30/1/2012). A reafirmação entre as partes a respeito do entendimento de “documento histórico” manteve-se por um significativo período, e tem caracterizado, como dito anteriormente, o ponto de tensão entre as expectativas criadas por juristas e historiadores. Se por um lado a proposição de valor histórico apresentada por historiadores incitou a incompreensão por parte dos representantes do Judiciário; por outro lado, procurou-se demonstrar as inviabilidades que o trabalho de valorização das personagens institucionais também poderia proporcionar.

O mal-entendido caracteriza também a intenção da presidência da COMINTER e dos demais representantes do Judiciário de que os historiadores estabeleçam critérios de avaliação de “documentos históricos” apenas pelo conhecimento da tipologia dos processos, sem que se faça uma análise detalhada documento por documento; pois, ao que se expressa, o Judiciário sul-rio-grandense tem pressa em desonerar ao menos três dos cinco prédios dos quais utiliza para a guarda do seu acervo. Segundo o Tribunal de Justiça, apenas dois dos prédios seriam imóveis próprios, o que justificaria uma medida metodológica urgente para a desocupação rápida dos demais, caracterizando, inclusive, uma pressão para a elaboração de critérios voltados efetivamente para o descarte da documentação que os representantes da própria instituição consideram como “desinteressantes”. Como visto anteriormente, há uma perda significativa do interesse em acervos que deixam de ser administrativos e tornam-se culturais, caso em que concerne a memória social presente nos processos judiciais. Em alguns momentos, o Arquivo Centralizado do Judiciário selecionou alguns dos documentos considerados como “desinteressantes” pelos juristas para que historiadores fizessem sua análise e sentissem, em princípio, maior segurança para aprovar o descarte dos documentos. Foi o caso dos processos de execuções de títulos extrajudiciais e de despejos (cf. figura 1), que foram analisados por um grupo de historiadores em visita realizada em fevereiro de 2012.

Figura 1 – Processos de execuções de títulos extrajudiciais e despejos



Fotografia: acervo pessoal de Cláudio de Sá Machado Júnior. Local: Arquivo Judiciário Centralizado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Data: 15 de fevereiro de 2012.

Percebe-se também um embate no que diz respeito a conceituações específicas do campo jurídico que seriam desconhecidas por parte dos historiadores, o que estaria fazendo com que sua deliberação sobre documentos a serem descartas fosse prejudicada. Há evidências de que os historiadores presentes na COMINTER não dominam todas as tipologias processuais presentes no acervo judiciário do Rio Grande do Sul. Todavia, não se pode dizer que, pelo fato de se conhecer todas as naturezas das tipologias processuais, não seja necessário avaliar os documentos individualmente que delas fazem parte, a fim de que se averiguem as informações que neles estão contidas. Foi o que aconteceu com a tipologia de despejos de locações imobiliárias, dadas como sem valor histórico por parte dos representantes do Judiciário, mas percebida com certa particularidade e com determinado valor informacional de relevância para a constituição de micro-histórias sociais.

Esse argumento não pode ser utilizado como impedimento para o trabalho do historiador, cuja aplicação de trabalho contínuo a determinadas fontes o tornam conhecedor das tipologias arquivísticas e do próprio vocabulário utilizado pela área do conhecimento. No capítulo denominado *A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História*, a historiadora Ângela de Castro Gomes (2000, p. 20) menciona a capacidade dos profissionais da área em não somente realizar um trabalho competente naquilo que lhe é mais familiar do seu campo, mas também de ser capaz de promover a junção de propostas a partir de um conjunto de áreas diferentes, especialmente do ponto de vista teórico e metodológico.

De maneira específica, a história pode apropriar-se de uma série de conceitos e de princípios de outros campos do conhecimento e, com frequência, ela assim procede. Nesse sentido, o historiador não é nem muito fiel nem muito fértil, mas pode ser extremamente instigante do ponto de vista teórico e metodológico, justamente porque, assim procedendo, promove uma série de “encontros”.

Por diversas vezes membros do judiciário, integrantes ou não da COMINTER, sugeriram aos historiadores documentos que não teriam “valor histórico”, de acordo com os seus pressupostos sobre o que é um “documento histórico”. Nesse caso, não se verifica a utilização de conceitos por parte de um campo do conhecimento para a elaboração de teorias e metodologias próprias, mas sim a indução do que constitui uma epistemologia do seu campo para que se forme uma conceituação na outra área. Em reunião realizada em janeiro de 2012, a presidente da COMINTER deliberou que “cada um dos integrantes da Comissão, dentro de sua área de atuação, deverá trazer para a próxima reunião relação de critérios objetivos quanto ao valor histórico” (ATA DA REUNIÃO DE 30/1/2012). Ora, se cada campo do conhecimento deve definir a sua própria concepção acerca de documento histórico, qual a efetiva função dos historiadores nesse grupo? De que valeriam anos de formação acerca das

noções que delimitam epistemologicamente a validade histórica de um acervo? A preocupação latente sobre uma criação conjunta de conceitos, independente de quais sejam, justificava-se pelo anseio dos representantes do Tribunal “para que, na próxima reunião, o andamento dos trabalhos seja mais eficaz” (ATA DA REUNIÃO DE 30/1/2012). Nessas circunstâncias, poderíamos discutir alguma definição específica para a expectativa criada em torno do termo “eficácia”, se fosse possível.

Em alguns momentos a Comissão, e em especial o grupo de historiadores que dela faz parte, foram avisados por membros de outros campos do conhecimento que algumas tipologias de processos judiciais não possuem “valor histórico”, caracterizando-se como documentos sem valor de informação e que uma tipologia específica “representa um grande volume dentro dos processos parados” (Ibid.), sugerindo-se “que dez processos de execução fiscal fossem separados como representativos, sendo os demais exonerados da avaliação histórica” (Ibid.). Relembra-se, conforme mencionado no início do texto, que inexistia um inventário sobre todos os processos que existem no acervo judiciário.

A análise de um conjunto tipológico se apresentou como uma possibilidade de trabalho para os historiadores, considerando que o exame da documentação “continua sendo um critério importante de análise, porque historiadores não usam o critério da personalidade, examinam a classe documental para saber se ela pode ter valor histórico”. (ATA DA REUNIÃO DE 30/01/2012). Mesmo assim, reconheceu-se a dificuldade de analisar os processos por classes, visto que “os historiadores e os arquivistas que estão sendo convidados a julgar desconhecem se aquelas informações podem ser descartadas, ou não” (Ibid.), cabendo uma análise mais detalhada do acervo para se conhecer as suas especificidades, já que os critérios jurídicos, de história e de valor administrativo, já estavam dados.

A leitura das atas também suscita outras questões para a análise, como, por exemplo, posicionamentos divergentes entre historiadores acadêmicos e membro do IHGRS. Em determinado momento, ambos divergiram sobre a caracterização de “valor histórico”, tendo sido o posicionamento epistemológico do membro

representante do Instituto – ou sua decisão tomada sobre o descarte de determinada tipologia – reconhecido pelos representantes da COMINTER. A ideia do documento que expressa a verdade, única, também se fez presente na caracterização de “documentos históricos”, devendo ser preservados, no entender dos representantes jurídicos, somente aqueles processos que falassem a “verdade”, com “receio de criação de um banco falso de informações” (ATA DA REUNIÃO DE 26/3/2012). Para além da definição do valor histórico, longe de uma discussão filosófica séria, também se apresentaram compreensões divergentes que contrapunham “argumentos de verdade” e “performances sociais” como objetos de valoração histórica para acervos documentais.

Os (des)entendimentos epistemológicos prometem ter continuidade nas próximas reuniões da Comissão Interdisciplinar, que se encontra apenas no início de seus trabalhos e discussões. Certamente, ocorrerão outros momentos em que os representantes do judiciário pedirão a voz aos historiadores para definição, por conta própria, das classes de documentos que podem ser “muito pobres como ponto de partida de estudos da história social e econômica” (Ibid.), conforme ocorreu em alguns encontros. Aqui foram apresentadas, portanto, apenas alguns pontos de uma discussão pontual que ainda tem muita história pela frente.

Considerações parciais

O acervo do Arquivo Judiciário do Rio Grande do Sul é, sem dúvida, muito rico em informações. Ressalta-se a importância da preservação de todos os documentos anteriores à década de 1950, mas preocupa os rumos que uma análise descuidada pode dar para a documentação a partir deste período, considerando, especialmente, os acontecimentos ocorridos a partir da década de 1960, desde a instauração da Ditadura Militar no Brasil e a efetivação da “antidemocracia” sobre toda e qualquer legislação exercida sobre cidadãos e instituições. É importante enfatizar que o acervo judiciário pode, com o passar dos anos, perder seu valor administrativo, mas não deve ser desconsiderado o seu potencial cultural. O “patrimônio público” deve ser entendido não como algo apenas pertencente ao

poder público, mas sim como algo de direito à sociedade como um todo. Tornando-se patrimônio cultural, com suas especificidades, o acervo do judiciário sul-rio-grandense merece um tratamento não menos importante que aqueles dados aos processos ainda em prazo de guarda temporária.

Também devem ser feitas ponderações quanto aos conceitos empregados, em pleno século XXI, sobre a definição de “documento histórico”. Se for importante para as instituições manterem uma postura diferenciada de salvaguarda de documentos que dizem respeito a “grandes personalidades” e à “história factual” como um todo, que assim se faça, mas sem abrir mão, descartando milhares de documentos, dos avanços da historiografia realizados ao longo de muitos anos, percebendo o documento histórico de uma forma abrangente, sem ocultar a importância de agentes históricos por sua posição social. A historiadora Margareth Rago (2000, p. 49), no capítulo *Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente*, menciona as vantagens que uma história de “visão abrangente” pode propiciar à memória social não só no tempo presente, mas também em longo prazo.

A politização do cotidiano, que se tornou possível através da crítica do poder jurídico e da nova noção de poder disciplinar, resultou em uma ampliação enorme dos campos tematizados pelo historiador: a arquitetura do poder, a constituição da cidade disciplinar, os projetos de ordenação do social, a normatização dos corpos pelo poder médico, pelo poder judiciário e policial, a produção do aluno pela escola, a invenção da adolescência, entre outros, são temas discutidos não a partir dos campos ideológicos em que se inscreviam, mas a partir das próprias figuras que formam os esquadrinhamentos sociais e individuais que operam.

Segue a autora afirmando que “a história se enriquece quando abriga homens e mulheres específicos, quando estuda o público e o privado, quando passeia pelas ruas, mas também quando adentra o interior dos lares, enfim, quando se abre para o mun-

do” (Ibid.) e, em especial, para as questões da atualidade. Em carta enviada ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a representação dos historiadores mencionava sobre a consciência que o grupo tinha de que uma preocupação com a organização, preservação e salvaguarda dos processos judiciais feitos na contemporaneidade poderiam ser “recompensados no futuro, no momento em que nossas ações no presente se tornarem também objeto de consideração por parte de nossos descendentes” (SCHMIDT; POSSAMAI, 2011), fossem eles historiadores, operadores oriundos da área do Direito ou segmentos quaisquer da sociedade. Mesmo com perspectivas epistemológicas diferentes, chegou-se ao bom senso de que o Tribunal de Justiça deveria abrir concurso público para ter em seu quadro de recursos humanos um historiador de formação, com vaga destinada especificamente para a função.

Apesar disso, na contramão dos rumos que seguem o reconhecimento e a profissionalização do ofício de historiador, representantes da instituição pública continuam clamando por trabalho voluntário de profissionais da História, especialmente sugerindo “como alternativa o convite a professores, mestres e doutores para que equipes se formassem a partir, inclusive, dos projetos de pesquisa de mestrados e doutorandos” (ATA DA REUNIÃO DE 27/2/2012). A ANPUH e sua regional no Rio Grande do Sul, através de seus representantes, continuam se empenhando para que esta página da história não se torne mal escrita. Além desta, algumas publicações já derivam da participação dos profissionais nessa empreita, tal como o artigo publicado no *Jornal da UFRGS*, intitulado *Nossa história está sendo destruída nos tribunais* (SCHMIDT, abr. 2012). Em correlação, há também o artigo *Justiça, arquivo e história: a avaliação de processos para além da mera temporalidade* (VEIGA; SCHMIDT, 2012), apresentado no 2.º Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário. E, certamente, muitos outros ainda estarão por vir.

A título de finalização, sugere-se, como apropriada para o momento, mais uma breve menção ao historiador francês Paul Veyne (1998, p. 34): “o historiador tem, ainda, muito trabalho para fazer antes que possamos virar a ampulheta do tempo, e os tratados futuros serão, talvez, tão diferentes dos nossos quando os nos-

sos diferem dos de Froissart ou do *Bréuiuire* de Eutrope”. Em defesa da memória público-jurídica e dos valores histórico-culturais do acervo da Justiça, os historiadores membros da COMINTER, no Rio Grande do Sul, ainda possuem muito trabalho pela frente, uma empreitada que muitas vezes se apresenta como desanimadora, diante aos muitos empecilhos apresentados, sendo alguns deles aqui mencionados. No entanto, aguarda-se com intensa perseverança que o trabalho desses historiadores, e demais profissionais que abraçam a mesma causa, sejam reconhecidos e compreendidos não somente pelas gerações futuras, mas também por seus contemporâneos.

Referências

“NÃO há preservação se não a social”, afirma Ulpiano Meneses em palestra na COC. **Casa de Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 6 abr. 2011. Disponível em http://www.coc.fiocruz.br/comunicacao/index.php?option=com_content&view=article&id=252. Acesso em 07 abr. 2012.

ALVES, Clarissa Sommer et al. **[Carta]** 2012 mar., Porto Alegre [para] Des. Ágathe Elsa Schmidt da Silva [digitado]. Localização: Acervo Virtual da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=774. Acesso em: 7 abr. 2012.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3.ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GOMES, Angela de Castro. A reflexão teórico-metodológica dos historiadores brasileiros: contribuições para pensar a nossa História. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos;

LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova**. 4.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 19-26.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 41-58.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos ao Descarte, Porto Alegre. Ata da reunião realizada no dia 19 dez. 2011. Acervo Virtual da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=784. Acesso em: 7 abr. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos ao Descarte, Porto Alegre. Ata da reunião realizada no dia 30 jan. 2012. Acervo Virtual da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=776. Acesso em: 7 abr. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos ao Descarte, Porto Alegre. Ata da reunião realizada no dia 06 fev. 2012. Acervo Virtual da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=772. Acesso em: 7 abr. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos ao Descarte, Porto Alegre. Ata da reunião realizada no dia 27 fev. 2012. Acervo Virtual da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=777. Acesso em: 7 abr. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos ao Descarte, Porto Alegre. Ata da reunião realizada no dia 26 mar. 2012. Acervo Virtual da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=821. Acesso em: 7 abr. 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso. Nossa história está sendo destruída nos tribunais. **Jornal da UFRGS**, Porto Alegre, p. 4, abr. 2012.

SCHMIDT, Benito Bisso; POSSAMAI, Zita Rosane. **[Carta]** 2011 nov., Porto Alegre [para] Des. Léo Lima [digitado]. Localização: Acervo Virtual da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.anpuh-rs.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=20825. Acesso em: 6 abr. 2012.

SILVA, Luis Antonio Behrendorf Gomes da; BARBIERI, Maria Thereza. **[Carta]** 2011 dez., Porto Alegre [para] Des. Léo Lima [digitado]. Localização: Acervo Virtual da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=785. Acesso em: 6 abr. 2012.

VEIGA, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso. **Justiça, arquivo e história: a avaliação de processos para além da mera temporalidade. [Comunicação]** 2012, mar., apresentado no 2.º Congresso Brasileiro dos Arquivos do Poder Judiciário. Local: Brasília, DF. Texto disponibilizado pelos autores.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4.ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

CARTAS – ESCRITAS SENSÍVEIS DE SI COMO BENS CULTURAIS: ACERVOS PESSOAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Cleusa Maria Gomes Graebin
Nádia Maria Weber Santos*

“Vê lá Vianna vou-te contar um sonho violeta/de ódio de ironia/de escárneo e amor/baseado na mais linda flor [...]”⁸¹

Dos antigos baús ou de caixas cuidadosamente guardadas, velhos papéis, como cartas, fazem-nos deparar com vestígios de um passado, de memórias subjetivas e sociais. Não só este tipo de documento, mas também outros como papel de chocolate escrito no verso, cadernos de receitas, blocos, agendas, receituários médicos, tatuagens nos corpos e papéis presos aos corpos⁸², santinhos de

⁸¹ Excerto da carta número 4 de TR, de 26 de junho de 1937 (apud SANTOS, 2005, p. 13).

⁸² Em sua obra *Le bracelet de parchemin – l’écritsursoiau XVIII èsiècle* (“Bracelete de pergaminho: a escrita sobre si no século XVIII” – sem tradução editorial para o português), a historiadora francesa contemporânea ArletteFarge (2003, p. 10-11) apresenta um achado de pesquisa no meio de processos judiciais dos arquivos nacionais franceses. Sobre os corpos inanimados dos cadáveres encontrados ao longo de estradas e dos rios (cujos corpos foram resgatados para serem inventariados pela polícia a fim de identificação), no século XVIII, foram achados sinais escritos, de forma bastante canhestra – notas, pequenas cartas, bilhetes, orações. Mas o mais impressionante de todos, segundo a autora, o mais “comovente” foi o “bracelete de pergaminho”, “um pequeno pedaço de papel preso por um fio vermelho no punho dos cadáveres, homens e mulheres”, considerado pela pesquisadora um “objeto tangível de uma presença e de uma mensagem”, testemunhos de vidas. Diz ela a respeito destas “escritas de si” e sobre si, a respeito destes homens e mulheres que a morte achou nos caminhos, seja em função de doenças incuráveis, frio, fome, acidente, afogamento, etc: “*Ils ne savaient pas, mas savaient: pour cela, sur eux, en eux, sur leur corps existaient des signes d’eux-mêmes, de leur personne, leur état, de leurs relations flous et sporadique avec le monde et les proches d’intimité. Des signes écrits que sans doute eux-mêmes ne savaient pas bien déchiffrer, mais à propôs desquels ils n’avaient aucun doute: ces billets étaient des aveux de leur vie, le désir de n’être point abandonnés à l’anonymat, une volonté de se dire ou, plutôt, d’être dits, confirmés dans quelque chose qui, même s’il existait peu, existait*”. Em tradução livre: “Eles não sabiam, mas sabiam: para isto, sobre eles, neles, sobre seus corpos existiam sinais deles mesmos, de sua pessoa, seu estado, de suas

igreja, notas diversas, etc. É como se as pessoas buscassem “arquivar a própria vida” em diferentes suportes.

Estas práticas de arquivamento passam também pela escrita de diários bem construídos (ou não tão bem), pela guarda de papéis do cotidiano (contas pagas, bilhetes, listas de afazeres e de compras), ou a escrita de cartas e mesmo de autobiografias. Foucault (2002) chamava a isto de “preocupação com o eu”.

Os historiadores das sensibilidades, domínio que está muito em voga nas pesquisas de História Cultural, ao se depararem com acervos dessa natureza, levantam questão importante a ser discutida, ou seja, dar sentido aos guardados, estudando a constituição pessoal dos arquivos de vida. Pesquisa-se o individual, o pequeno, o ‘excluído’, os ‘subalternos’, os anônimos, pois eles têm muito a dizer sobre as sensibilidades de uma época e as práticas culturais e sociais de certo período histórico. Mas também, a partir dos papéis “ordinários” e pessoais de atores sociais “exemplares” pode-se perceber de igual forma, nuances de vidas e sensibilidades de um momento específico de uma sociedade.

Essas ‘escritas de si’ se constituíram em objeto de pesquisa do teórico francês Philippe Artières. Ele nos fala na ‘arte de fazer’, que são estes procedimentos populares minúsculos e cotidianos, que nos informam a respeito de subjetividades e de construção de redes de sociabilidades. Artières (1998) diz: “[...] arquivar a própria vida é se por no espelho, é contrapor à imagem social uma imagem íntima de si - próprio, e neste sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si- mesmo e de resistência”.

Ele propõe em seu texto três aspectos que devem ser analisados, estudados, nos arquivos do eu: injunção social, prática do arquivamento e intenção autobiográfica (que pode ser espontânea ou solicitada), trabalhando, assim, três vertentes interpretativas: o

relações vagas e esporádicas com o mundo e com seus próximos. Sinais escritos que sem dúvida eles mesmos não sabiam decifrar bem, mas a respeito dos quais eles não tinham a menor dúvida: estes bilhetes eram confissões de suas vidas, o desejo de não serem abandonados no anonimato, uma vontade de se ‘dizerem’ (de se confessarem, de se explicarem) ou, melhor, de serem ‘ditos’ (de serem explicados), **confirmados em alguma coisa que, mesmo que existisse pouco, existia**”. Os grifos são nossos.

valor social dos arquivos de vida, a maneira de arquivar a vida, os meandros íntimos de tal prática. A escrita de si trabalha com arquivos pessoais privados e públicos; e a relação com estas fontes, como com todas, vai sempre depender do olhar do pesquisador e da pergunta que ele faz para o material encontrado.

A prática da correspondência, como um tipo especial de escrita de si, possui características próprias e, por isso, deve ser estudada, como fonte, através de uma metodologia específica, para que o pesquisador empreenda uma análise de qualidade. Deve-se pensar a fonte, criticá-la, enfim, através de novos parâmetros. Por produzir um texto, e ter um autor, discute-se a relação que a produção de um tem com a realização do outro, na escritura de cartas. Parte-se do pressuposto que ambos se criam numa relação dialética, isto é, que a individualidade e subjetividade do autor criam o texto e estas se deixam reformatar pelo próprio texto, ou melhor, pelo processo criativo de sua escritura.

As cartas, como “escrita de si”, emergem como fontes privilegiadas para leituras do passado. Isso se dá no campo da História, a partir da influência da Escola dos Annales, com o entendimento de que esses documentos privados, acumulados por um indivíduo, são importantes como fontes de pesquisa histórica. A existência de acervos pessoais, sejam eles de personagens historicamente conhecidos (as chamadas vidas exemplares) ou desconhecidos, passaram a ser motivo para a constituição de centros de pesquisa e documentação e intensificam-se as discussões sobre a sua utilização e análise.

A preservação desses conjuntos documentais em instituições lhes confere o status de patrimônio cultural, uma vez que os inserem como aponta Heymann (2005, p. 3), no universo daquilo que é dotado de valor histórico. É importante destacar que esses fragmentos de vida em suporte papel foram reconhecidos como bens culturais e considerados relevantes em função de disputas, jogos de poder e, ainda citando Heymann (Ibid.), “profundamente informados por lutas sociais, políticas, culturais, identitárias [...]”.

O que se tem observado, desde a década de 2000, é a busca e o crescimento dos arquivos privados em instituições, bem como dotações de órgãos de fomento à pesquisa incentivando esses mo-

vimentos. Fala-se mesmo em dever de memória em relação a atores até então sem voz, para os quais se dá espaço para empoderamento, protagonismo e ressignificação a partir da divulgação de suas trajetórias, pretensamente fundamentadas nos documentos por eles acumulados ao longo de suas vidas. No entanto, não se pode, mesmo a partir de cartas e diários, tocar o real de um tempo passado. São testemunhos que nos dão oportunidade de múltiplas leituras, escritas de si que podem evidenciar, invisibilizar ou criar maneiras de ser, sentir e situar-se no mundo.

Os acervos pessoais chegam às instituições pelos caminhos mais diversos. Cada um deles com características particulares, uma vez que a acumulação dos documentos está intrinsecamente relacionada à vida de quem os produziu. Sua custódia em arquivos públicos e privados será, como informa Tognoli e Barros (2011, p. 68), “[...]a partir do cânone, ou seja, do valor científico, histórico, artístico existente nesses documentos. Este valor é construído, e sua construção perpassa a memória e o legado deixado por essas pessoas”.

Diante do exposto, pretende-se discutir sobre cartas, sejam elas em distintas formas ou cumprindo diferentes funções como escrita de si, como bens culturais e refletir sobre a formulação de políticas públicas para a guarda, preservação e disponibilização de acervos pessoais.

Cartas como escritas sensíveis de si

Agora é ocasião de V. Exa. fazer o que me prometeu; eu sigo por estes 6 dias para Rio Pardo e quero que V. Exa me mande dizer o que quer que faça a respeito dos ossos de meu marido, se quer que eu os mande tirar ou se V. Exa. se incumba disso; o que lhe posso afiançar é que o meu se-

greto será inviolável e em recompensa disso minha gratidão será eterna.⁸³

Cartas sempre foram escritas, supõe-se, desde o surgimento da escrita, porém sob as mais diversas formas e cumprindo as mais variadas funções. Ou como bilhetes menores, ou missivas mais longas, destinadas às relações entre governantes de países vizinhos. Ou as famosas cartas de amor, entre apaixonados. Ou ainda aquelas que revelam as reflexões e a vida de grandes pensadores. Ou as escritas entre familiares distantes, ou entre amigos que trocam ideias. Ou mesmo “extensos retratos de uma época”, como aquelas de Madame de Sévigne.

Cartas pressupõem distância no espaço e, muitas vezes também, no tempo, e mais: um destinatário-receptor, ou interlocutor, uma comunicação; cartas estabelecem relações. Não são apenas veículos que propiciam encontro de pessoas fisicamente distantes, ao circular informação. A natureza e o conteúdo das cartas produzem sensações, mexem com o estado emocional tanto do autor quanto do destinatário (GRAEBIN; PENNA, 2009).

Ovídio (43-17 a.C.), o "escritor da felicidade", como alguns o chamam, escreveu, em seu clássico “A arte de amar”, sobre as cartas de amor:

[...] As palavras escritas sobre as tabuinhas de pinheiro virão sondar o ânimo; uma esperta criada receberá o bilhete; leia-o com atenção; os termos empregados bastarão para você saber se as promessas escritas não são sinceras ou se partem de um coração apaixonado. Espere um pouco antes de responder. A espera aguilhoa o amor, se não durar muito. ...Quantas vezes um amor hesitante encontrou numa carta um novo ardor! (OVÍDIO, 2001)

⁸³ Carta de Maria Joaquina de Lima dirigida a Domingos José de Almeida, datada de Rio Pardo, datada de 13/2/1940. Conteúdo da Coleção Varela, CV N.º 5492, depositada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Nas missivas, os atos de escrever e de ler formam um binômio indissociável, onde autor e leitor participam ativamente do processo de sua constituição – enquanto texto e “lugar de memória”. Em geral, o prazer da escritura está também presente, bem como certo grau de informalidade e até de deliberada espontaneidade.

Cartas expressam sensibilidade através das palavras... Pois sensibilidade, no sentido que a ela se dá neste texto, remete ao mundo do imaginário, enquanto forma de expressar para si e em si – “uma aventura da individualidade” – sentimentos, sensações, pensamentos, intuições, imagens, tanto relacionados aos estados afetivos, como aos “sentidos” e aos pensamentos mais interiores.

Ela existe enquanto meio de percepção e expressão do material simbólico (fantasia) inconsciente e muitas vezes criativo, que se manifesta no imaginário e “toma forma”, por assim dizer, no corpo da ficção. O missivista constrói representações “sensíveis” de si e da cultura, bem como do seu conjunto de significações – práticas culturais –, sobre o mundo.

Escrever cartas, mesmo que para alguns, atualmente, seja uma prática em extinção, não invalida o fato de que ela consista em confrontar códigos estabelecidos, construindo, a partir deles, “um lugar para si, através das palavras⁸⁴”.

⁸⁴ Maria Teresa dos Santos Cunha (s/d), em *A escrita epistolar e a história da educação*, menciona: “A carta como uma prática de escrita, fala tanto de quem a escreve como revela sempre algo sobre quem a recebe, anunciando a intensidade do relacionamento entre os envolvidos, pois “nunca se escreve senão para viver, a fim de se fazer presente frente a uma situação, para explicar, justificar-se, informar, dirigir-se a, apelar, queixar-se, sofrer menos, fazer-se amar, dar-se prazer”. Na sequência, Cunha afirma: “Desde a última década do século XX, vêm se intensificando os estudos sobre estas escrituras cotidianas tidas como práticas epistolares das pessoas comuns e que são chamadas de ‘escrituras ordinárias ou escritos sem qualidade’, abrindo cada vez mais um rico campo para as pesquisas sobre práticas e funções culturais da escrita na sociedade letrada que se desenvolve a partir do século XIX. Sobrevivendo às chamas e ao lixo que parece ser o destino comum dessas letras, estes escritos ordinários, quase sempre condenados ao descaso e ao esquecimento, se preservados, criam chances para analisar usos e funções da cultura escrita que, como a arte ou a literatura, também contribuem para entender melhor cada época e cada sociedade. Assim, a escrita epistolar interessa, sobremaneira, ao historiador por estar recheada de práticas culturais de um tempo, hábitos e valores partilhados plenos de representações de época. O que interessa ao historiador é a

É no limite da ficção, onde as “marcas de sensibilidade”⁸⁵ surgem na narrativa como a subjetividade do sujeito do ato histórico, remetendo para a interioridade do próprio texto, que os escritos de si tornam-se fontes privilegiadas para a construção de um relato histórico sobre uma certa sensibilidade surgida no passado.

As cartas, também elas, como as narrativas históricas, mesclam ficção e não ficção. Não sendo ficção, todas as cartas acabam por nos dar versões ficcionadas daquilo que nos querem dizer, existindo um hiato profundo entre o que o autor da carta nos quis comunicar, o que ele escreveu na carta e aquilo que o destinatário mais tarde lerá. Este é talvez o estado perverso inerente a toda escrita, ao qual as cartas não saberão escapar.

...Escrever cartas é assim um pequeno ofício literário no sentido mais restrito e convencional desse termo, pois ao escrever uma carta não se pode fugir a um código que modela e altera o que tão simplesmente queremos e gostaríamos de dizer. Faz-se literatura sem o querer... (MELO E CASTRO, 2000, p. 15)

A memória, por sua vez, também está presente, como um registro, nas escritas pessoais de cartas. Na vida prática, ela é evocada de inúmeras formas... Através de cheiros, sons, paladares, pelo olhar de alguma imagem, por sensações vagas, como o *déjà vu*. E por que não pelas palavras?

evolução desta prática, dos usos, maneiras e modos de escrever, dos contextos em que se escreve, bem como os materiais, objetos ou signos utilizados para se escrever além do espaço social, significados e relações em que tais atos se produzem”.

⁸⁵Trata-se aqui da noção de “marcas de sensibilidade”, como contraponto indispensável àquela de Pomian de “traços” ou “marcas de historicidade”, que ele caracteriza como aqueles elementos que remetem para “fora” do texto, numa alusão de que a narrativa não é suficiente a ela mesma para expressar dados do passado. Para ele, toda narrativa histórica comporta elementos, signos ou fórmulas, que devem conduzir o leitor para fora dela própria; signos e fórmulas que apontam em direção a uma realidade exterior a esta narração mesma, e mesmo extratextual, assinalando que a narração que os contém não pretende ser suficiente por si mesma. Assim, o estatuto de “histórico” pode ser dado ao texto, uma vez que tem seu “gancho” na realidade concreta externa.

Assim, escrita pode evocar memória e expressar sensibilidades, no âmbito da ficção... Memória e sensibilidade, na escritura de cartas, andam lado a lado, possibilitando ao historiador chegar mais perto daquilo que sua subjetividade pressentiu, no momento da concepção de sua pesquisa...

Acredita-se, como diz Chartier (1991, p. 9), que o gesto epistolar é um gesto privilegiado. Por representar um dos usos da escrita, os quais revelam as representações que os indivíduos fazem do mundo, ele cumpre uma função social. Podendo ser livre e codificada, íntima ou pública, a carta associa laço social e subjetividade. Segundo Chartier (2001) a relação entre leitor e leitura supõe uma multiplicidade de mediações e de intermediários entre as palavras anunciadas e a página impressa. A forma de apreensão de sentido é articulada à ferramenta mental do leitor que Chartier (1990, p. 37) diz ser definida pelo “estado da língua, no seu léxico e na sua sintaxe, os utensílios e a linguagem científica disponíveis, e também esse suporte sensível do pensamento que é o sistema das percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afetividade”. Em suma, há um espaço existente entre o que foi escrito e o que estamos lendo. O texto tem um conteúdo que ao ser lido produz efeitos, portanto, sua leitura é marcada pela produção de sentidos.

Mas também as cartas são veículos pessoais de expressão de si, expressão de sentimentos ligados à interioridade de alguém, que se quer transmitir, para um ou para muitos. Sem destruir as sociabilidades epistolares, a constituição de uma existência privada, distante do espaço público, investe de valores de intimidade todas as práticas da escritura ordinária (Ibid., p. 12). Reafirma-se, então, cartas como refúgio privilegiado do sentimento, espaço da espontaneidade e registro marcado pela subjetividade. Ao trabalhar-se com cartas, como diriam Pesavento e Langue (2007, p. 13), “a sensibilidade consegue [...] reproduzir a experiência do vivido, reconfigurado pela presença do sentimento”.

A escrita epistolar interessa, pois, como fonte e objeto de estudo: por estar prenhe de práticas culturais, valores e sensibilidades partilhados de uma época; e por esses convergirem, assim, para a rede do imaginário coletivo e da memória social de determinada sociedade. Torna-se um bem cultural, ou um objeto cultural.

Cartas como bens culturais

Nas últimas décadas, a própria exigência de temas tratados pelos historiadores das sensibilidades, leva, para além da reflexão sobre aspectos teóricos e sobre o instrumental metodológico, a busca de uma gama de documentos contemporâneos do objeto estudado. Nesses, fragmentos de vida de pessoas, instituições foram registradas, permitindo ao historiador levantar elementos para análise de saberes, vivências pessoais, cotidiano, contexto sociopolítico e papéis desempenhados por inúmeros personagens. A compreensão do mundo em que viviam fornece elementos para trabalhar-se determinado contexto histórico-social e interpretar como suas vidas foram conduzidas (DIAS, 2001). Nesse sentido, as cartas se constituem como documentos privilegiados.

O estudo dos registros epistolares, pelos historiadores, e, mais especialmente por aqueles que trabalham dentro do campo da História Cultural, foi efetivado recentemente, datando talvez de duas décadas, apenas. Tornaram-se, assim, “objetos culturais”⁸⁶. A preservação destes inicia com o receptor, o qual, segundo Ângela de Castro Gomes, obedece ao papel de guardar as missivas, formar e manter o “arquivo”. Assim, o pacto epistolar, como ela chama, ocorre em sentido duplo, porque tanto o autor confia ao outro uma série de informações e sentimentos íntimos, como porque cabe a quem lê, portanto, a decisão de preservar o registro (GOMES, 2004, p. 19).

⁸⁶ Esta assertiva e as próximas considerações baseiam-se no estudo de duas obras brasileiras relevantes sobre o estudo de cartas e das chamadas “escritas de si”. São elas: GOTLIEB & GALVÃO (2000), com *Prezado senhor, prezada senhora. Estudos sobre cartas*, e GOMES (2004), com *Escrita de si, escrita da história*. Também o livro de Roger Chartier (1991), *La correspondance – les usages de la lettre au XIX e siècle*, foi importante para aprofundar estas questões. Ver o importante prólogo do livro de Ângela de Castro Gomes, escrito por esta mesma historiadora, onde é feito um “balanço histórico” sobre as escritas de si no Brasil, mas também de forma genérica, teórica, relacionando-as com as transformações das sociedades e, conseqüentemente, suas práticas culturais. As escritas de si compreendem diários, biografias, autobiografias, memórias e a escrita de cartas.

A trajetória do conjunto documental, daquele que se constitui como o guardião até um arquivo público ou privado, passa por diferentes etapas. Em primeiro lugar, é preciso ter consciência de que nem todo acervo pessoal poderá ser reconhecido como relevante, a ponto de se tornar bem cultural de um grupo ou até mesmo de uma determinada sociedade. O que faz isso acontecer envolve diversos critérios de reconhecimento com intensa dinamicidade, envolvendo interesses pessoais, institucionais, políticos, entre outros. Depende, também, de investimentos, no caso de criação de espaço para abrigar o acervo, e de capital social e cultural para a obtenção desses recursos. Outro elemento é o contexto histórico e social em que se vive o qual favorece a visibilidade, nesse cenário, de novos atores e sociais para os quais é dado espaço de fala e de preservação de memórias.

Para Ângela de Castro Gomes, daria para traçar relações – não mecanicistas – entre uma história da subjetividade do indivíduo moderno, uma história das práticas culturais das escritas de si e uma história da História que reconheceu novos objetos, novos atores, fontes, metodologias e critérios de verdades históricas. A isso, acrescentamos a história da constituição do campo do patrimônio cultural e o alargamento do conceito que permitiu a inclusão de outros bens, para além daqueles formados por pedra e cal. Daí a importância, por exemplo, das escritas epistolares, em arquivos públicos e privados, preservados como patrimônio e reencontradas como fontes e/ou objetos documentais.

A importância das cartas no arquivamento de vidas pessoais pode ser exemplificada pelos seguintes acervos:

a) Na correspondência da poetisa portuguesa Florbela Espanca (1894-1930). Ela deixou uma quantidade grande de missivas, as quais, para os críticos, fazem parte de sua prosa. Algumas são de natureza familiar, outras tratando de questões de sua produção literária, quer num sentido interrogativo quanto à sua qualidade, quer quanto a aspectos mais práticos, como a sua publicação. Foi escrevendo cartas que ela conseguiu expressar a mágoa de ter perdido o seu querido irmão em um acidente aéreo. Nas diferentes manifestações epistolares sobressaem qualidades que nem sempre

estão presentes no restante de sua produção em prosa - naturalidade e simplicidade.

b) No “Arquivo Particular Júlio de Castilhos”, o qual se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, sendo constituído por cartas, bilhetes e telegramas. Esses documentos, de caráter muito íntimo, permitem desvelar uma face desconhecida deste personagem, cujas vivências são essenciais, entre outros elementos, para a compreensão de conturbado momento político de organização do Estado republicano no sul do Brasil.

c) Arquivo Pessoal Herbert de Souza (o Betinho) sob a guarda do CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, cuja Série Exílio contém correspondência trocada entre Betinho e familiares, amigos, militantes políticos e outros exilados que se encontravam e diferentes países, durante o período em que esteve no exílio (1964-1979).

d) Arquivo Pessoal de Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina⁸⁷, pertencente à família relacional e de ascendência portuguesa de Rui Barbosa e sob a guarda da Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro. Pertence à Coleção Família Barbosa de Oliveira e

⁸⁷ Fundação Casa de Rui Barbosa. Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO); Arquivos Pessoais - APES (Pop: 10169). Referências do arquivo disponíveis em: <http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=crb_apes_pr&db=crb_apes_db&use=tipo&disp=list&ss=NEW&arg=carta> Acesso em: 14 abr. 2012. É interessante na ficha arquivística a seguinte parte da descrição do âmbito e conteúdo do material: “A coleção Família Barbosa de Oliveira compreende o período de 18 de junho de 1785 a 6 de abril de 1967, é composta por cerca de 5,46 metros lineares de documentos textuais e iconográficos, constituídos em sua grande maioria por correspondências trocadas entre, aproximadamente 215 missivistas. A riqueza do acervo está nas informações do cotidiano retratado nas fontes documentais dos muitos membros das famílias. As relações sociais são marcadas por sobrenomes importantes, destacando-se as famílias: Imperial, Rui Barbosa, Jacobina, Leuzinger, Masset, Lacombe, Geraldo de Resende, dentre outros, que por meio de narrativas e diálogos trocados entre missivistas, produtores e autores estampam-se cenários políticos, econômicos e culturais relevantes para a história do país, transparecendo modelos sociais, hábitos e costumes dos grupos familiares que constituem a Coleção Família Barbosa de Oliveira. Na coleção destacam-se nomes como: Albino José Barbosa de Oliveira, Isabel Augusta de Souza Queirós Barbosa de Oliveira, Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina, Rui Barbosa, Maria Augusta Rui Barbosa, Domingos Lourenço Lacombe, Isabel Jacobina, Georges Leuzinger, Eleonore Leuzinger, Eugenie Leuzinger Masset, Gustave Leon Masset, Gabrielle Brune Sieler, Maroquinha Jacobina Rabelo, Baronesa Maria Amélia Geraldo de Resende”.

está incluído na série “Família Imperial do Brasil”. As relações sociais estabelecidas nas cartas, papéis “íntimos”, fotografias, santinhos de primeira comunhão, carta de pêsames, cartões postais da França, etc., e vislumbradas nesta e nas outras séries da referida coleção dos acervos familiares (vários núcleos e ramos), revelam detalhes comuns das vidas de pessoas “não comuns” na época do Império no Brasil.

Políticas públicas para acervos pessoais

Bellotto (1991) trata os conjuntos de papéis produzidos e acumulados por famílias, indivíduos, sejam relacionados com sua vida familiar, civil, profissional, ação e ou produção intelectual, científica, política, artística, etc. como arquivos privados pessoais.

Esses acervos chegam às instituições de guarda por diferentes meios: compra, doação e consignação. Fundações, arquivos públicos, universidades, memoriais, centros de documentação são as instituições receptoras dos mesmos, a partir do valor que lhes é atribuído por determinados grupos ou pela sociedade.

Até chegarem aos arquivos os acervos epistolares pessoais terão passado por diversas conformações: ao longo da sua formação, serão submetidos pelo crivo de seu formador, que poderá suprimir documentos e pela fragmentação peculiar às fontes históricas privadas muitas vezes executadas por parentes ou por deterioração dos documentos. Isso leva ao entendimento que esses acervos devem ser tratados como objetos históricos e sociológicos, conforme aponta Heymann (2005, p. 1), “permitindo revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investidos”.

Os registros pessoais, dos “homens comuns” ou dos “homens exemplares”, os quais escrevem cartas e assim se comunicam com outrem, revelam-se eficazes na aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar e na descoberta de indícios da cultura de uma época e de certa configuração social. Segundo Tognoli e Barros (2011, p. 72), a instituição que guarda esse tipo de acervo, uma vez encarado como fonte de estudo, de interesse para a pesquisa, será responsável pelo estabelecimento de políticas arquivísti-

cas que compreendem a organização, preservação e disponibilização da massa documental.

Já existe toda uma legislação regulamentando o uso e acesso a tal tipo de documentação, conforme se pode verificar no site do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas:

Alguns arquivos pessoais podem ser classificados como "de interesse público e social", por meio de dispositivo legal. Nesses casos, a lei determina que sejam preservados e colocados à disposição dos pesquisadores. Por se tratarem de documentos de natureza privada, os arquivos pessoais reúnem muitas vezes informações cujo acesso pode comprometer a intimidade do seu titular ou de terceiros. O Brasil hoje já dispõe de um corpo de leis regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso a informações de natureza privada. Além da lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que possui um capítulo dedicado aos arquivos privados, o decreto 2.942, de 1999, e a Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ estão voltados para o tema. (O QUE SÃO ARQUIVOS PESSOAIS, *online*)

A Lei nº 8.159, de janeiro de 1991 traz o que segue, para o caso da guarda de arquivos pessoais em instituições públicas:

Art 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo poder público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional. [...]
Art.15. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas. (BRASIL, 1991)

É preciso atentar para os jogos de poder que envolvem a transferência de acervos pessoais da guarda de familiares ou de terceiros para instituições públicas e o interesse destas em rece-

bê-los. A posse de determinados acervos pessoais trazem ou aumentam seu prestígio, ainda mais quando estes são considerados como legado para a história nacional. Sobre isto Heymann informa:

Inicialmente, é importante definir em que sentido estou utilizando o termo legado, já que a palavra geralmente remete aos princípios da ação política e às realizações que caracterizam a atuação pública dos personagens. Para além dessa dimensão do legado, mais substantiva, associada à herança social e política deixada às gerações futuras, encontra-se a que estou buscando iluminar e que mantém com a primeira uma relação de alimentação recíproca. Refiro-me ao investimento social por meio do qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à história nacional. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, peças e toda sorte de registros que remetam à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e re-significado. (HEYMANN, 2005, P. 2)

Além dos arquivos pessoais dos “homens memoráveis”, acervos de indivíduos anônimos, cuja trajetória de vida não foi ainda abrangentemente desvendada, são institucionalizados. Como exemplo, apresentam-se as cartas de T. R., arquivadas em prontuário médico do Hospital Psiquiátrico São Pedro, de 1937, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul⁸⁸. Estas 12

⁸⁸ Este conjunto documental encontra-se armazenado na Caixa 3 de 1899 (erroneamente), prontuário n.º 7.381, do Hospital Psiquiátrico São Pedro, no APERS, e foi trabalhado em pesquisa acadêmica de mestrado e doutorado (vide terceira nota deste artigo), originando as seguintes publicações: SANTOS (2005), *Histórias de vidas ausentes - A*

cartas (e um versinho, escrito atrás de um papel de chocolate), escritas por um paciente, natural de Porto Alegre (RS) e morador de Canoas (RS), internado no manicômio de abril a setembro, revelam – através das palavras de um “anônimo”, de um homem comum e com o diagnóstico de “alienado mental” – sensibilidade e sociabilidades de uma época, passando por discussões a respeito da própria “loucura”, relatos do cotidiano hospitalar, relações familiares, mas também, discussões a respeito do clero brasileiro, sobre a Guerra Civil Espanhola, sobre o “futuro do capitalismo” e da humanidade... Loucura ou não, este homem ordinário de seu tempo tocou em aspectos sociais importantes daquele período, incluindo a discussão sobre o que é loucura e os aviltamentos sofridos dentro de um asilo manicomial. Uma vez seus escritos institucionalizados e sua história desvelada, a T. R. é atribuída ressignificação e sua memória ecoará ao longo dos tempos.

As cartas de T. R., assim como outros conjuntos documentais epistolares possuem conteúdo informacional inestimável para os historiadores (campo do qual falamos). Porém, quantos acervos pessoais se perdem por gestão inadequada nos arquivos ou ainda por terem sido descartados e negligenciados? Entendemos que não se pode guardar tudo, mas ainda carecemos de profissionais capacitados e políticas públicas que deem conta das complexidades do trabalho com acervos pessoais.

Esses acervos, por suas especificidades, demandam trabalho específico na sua organização, a partir do momento que são institucionalizados (HEYMANN, 1997, p. 50), reivindicando:

- Critérios norteadores de seleção/subtração.
- Critérios para montagens de dossiês, descritos enquanto unidade.
- Construção de padrão de descrição.
- Construção de guia de busca.

*tênu*e fronteira entre a saúde e a doença mental, e SANTOS (2008), *Narrativas da loucura e histórias de sensibilidades*.

Considerações finais

Além da questão da materialidade do objeto, a carta como escrita sensível de si estabelece uma relação de domínio do tempo, que está determinada por seus objetivos e pela sensibilidade que a provoca. Embora se possa considerar que toda escrita de si deseja reter o tempo, constituindo-se num ‘lugar da memória’, cabe observar que certas circunstâncias e momentos da história de vida de uma pessoa ou de um grupo estimulam essa prática. É o caso dos textos – sejam eles diários, memórias ou cartas – que se voltam para o registro de fases específicas de uma vida, como viagens, estadas de estudo e trabalho, experiências de confrontos militares, prisão, enfim, um período percebido como excepcional (GOMES, 2004, p. 18).

Em relação à escrita propriamente dita, esta prática cultural é como se fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida, no suporte do texto, criando através dele, um autor e uma narrativa, um receptor e um leitor-guardador de memória. Além do que, o hoje da recepção e da leitura, é o ontem da escrita e do envio, fazendo um jogo no tempo e nas relações.

E é por tudo isto que se pode falar de uma história das sensibilidades feita a partir das cartas. Pois estas registram nada mais do que o “imaginário desde dentro”, isto é, os conteúdos sensíveis – e invisíveis – que também compõem as ações humanas. Em outras palavras, também é desta sensibilidade revelada por este tipo de escrita que são feitos os atos humanos, estes mesmos que constroem as sociedades.

Como bens culturais, as cartas, portadoras de experiências sociais, oferecem aproximação com personagens desconhecidos por muitos, com todo o impacto das representações que faziam de si e do mundo e da sua atuação em acontecimentos que até o momento possuíam autoria incontestada. Possibilitam, fundamentalmente, compreender a história como construção e o passado como um processo, passível de várias leituras críticas, auxiliando na adoção de postura menos dogmática e acolhedora às diferenças inerentes aos processos de vida. São indícios de acontecimentos, são testemu-

nhos materializados de afetividades, conflitos, trocas intelectuais e práticas políticas, indicando, como afirma Prost (1999, p. 386), que “essas folhas que dormem há tanto tempo conservam o traço de existências múltiplas, de paixões hoje extintas, de conflitos esquecidos, de análises imprevistas, de cálculos obscuros”. E acrescentamos, ainda, que as políticas públicas específicas podem ajudar a preservá-las.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, 1998.

BELLOTIO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BRASIL. Lei No. 8.159 de Janeiro de 1991. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.planalto.com.br>>. Acesso em: 21 set. 2009.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, JésusAnaya, Daniel Goldin e Antonio Sabarrit, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. La correspondance – les usages de la lettre au XIX e siècle. Paris: Fayard, 1991.

COLEÇÃO VARELA. Carta de Maria Joaquina de Lima dirigida a Domingos José de Almeida, datada de Rio Pardo, de 13/2/1940. CV N.º 5.492. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

CUNHA, Maria Teresa dos Santos. **A escrita epistolar e a história da educação**. GTHistória da Educação. UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/.../mariateresasantoscunhap02.rtf>>. Acesso em: 12/4/2012.

DIAS, C. G. P. Um olhar sobre o livro *Nas margens* de Natalie Zemon Davis: em busca de uma reflexão a partir do gênero biográfico. **Histórica**, Porto Alegre, n. 5. 2001.

ESPANCA, Florbela. **Obras completas**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

FARGE, Arlete. Le bracelet de parchemin – l'écrit sur soi au XVIII è siècle. Paris: Bayard, 2003.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Vegas, Passagens, 2002.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Coleção Família Barbosa de Oliveira (CFBO); Arquivos Pessoais – APES (Pop: 10.169). Referências do arquivo disponíveis em: <http://basesdedados.casaruibarbosa.gov.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=crb_apes_pr&db=crb_apes_db&use=tipo&disp=list&ss=NEW&arg=carta>. Acesso em: 14 abr. 2012.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

GOTLIEB, Nádía Battella & Galvão, Walnice Nogueira Falcão. **Prezado senhor, prezada senhora. Estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; PENNA, Rejane Silva. **Arquivo Particular Júlio de Castilhos**: cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. Patrimônio e Memória. UNESP-FCLAs-CEDAP, vol. 4, n.2, jun.2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1997.

HEYMANN, Luciana. Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, 2005.

HEYMANN, Luciana. **Velhos problemas, novos atores**: desafios à preservação dos arquivos privados. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1610.pdf>. Acesso em: nov.2011.

MELO E CASTRO, E.M. de. Odeio cartas. In:GOTLIEB, Nádía Battella& Galvão, Walnice Nogueira Falcão. **Prezado senhor, prezada senhora. Estudos sobre cartas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

O QUE SÃO ARQUIVOS PESSOAIS. CPDOC/FGV. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

OVÍDEO. **A arte de amar.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

PESAVENTO, Sandra; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história:** memórias singulares e identidades sociais.Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

PROST, Antoine. Les pratiques et les méthodes. In: RUANO-BORBALAN, Jen-Claude (Coord.). L'histoire aujourd'hui : nouveaux objets de recherche, courants et débats, le métier d'historien. Auxerre: SciencesHumaines, 1999.

SANTOS, Nádía Maria Weber. **Histórias de vidas ausentes** - A tênue fronteira entre a saúde e a doença mental. Passo Fundo/RS: editora da UPF, 2005.

SANTOS, Nádía Maria Weber. **Narrativas da loucura e histórias de sensibilidades.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. **As implicações teóricas dos arquivos pessoais:** elementos conceituais. Ponto de Acesso, Salvador, vol. 5, n. 1, abr. 2011.

O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA IGREJA: ENTRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS E OS “ESCRITOS AUTORREFERENCIAIS”

Cristiéle Santos de Souza

A Igreja Católica⁸⁹ é amplamente reconhecida por manter organizados e salvaguardados os arquivos provenientes de todas as instâncias de sua atuação. A atividade pastoral produz uma vasta documentação que é relevante não apenas para a história da Igreja, mas também para a história das pessoas e lugares envolvidos por ela. A documentação resultante dos diferentes campos de atuação dessa instituição abrange, dentre outros, os seguintes itens: textos doutrinários e catequéticos, utilizados para formação do clero e para a divulgação da doutrina entre os leigos; textos para as assembleias litúrgicas e referentes ao ministério, ou seja, a conduta e a postura do clero diante da sociedade; textos referentes à administração do patrimônio temporal, constituído por locais de culto, cemitérios e demais bens imóveis; livros de registro dos sacramentos; documentação administrativa das paróquias e dioceses.

Ao longo de sua história a Igreja desenvolveu normas e métodos de guarda dessa documentação, organizando arquivos e delegando funções entre seus membros com o intuito de criar um aparato de conservação eficiente. No entanto, no que concerne a documentação produzida por membros do clero, o limite entre as esferas pública e privada é ínfimo, uma vez que os atos em uma vida consagrada perpassam ambas as esferas sem demarcar limites entre elas. Assim, os “escritos autorreferenciais”⁹⁰, ou seja, cartas,

⁸⁹ Neste, texto os termos “Igreja” e “Igreja Católica” referem-se à Igreja Católica Apostólica Romana e as orientações canônicas para o culto ocidental.

⁹⁰ Os escritos autorreferenciais são entendidos neste artigo na perspectiva de Ângela de Castro Gomes (2004, p. 10) segundo a qual, “A escrita autorreferencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. [...] Essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários

diários, autobiografias, entre outros, encontram-se no limite entre o que deve ser preservado ou descartado.

Com intuito de discutir a gestão e a salvaguarda desses documentos, oficiais e “autorreferenciais”, este texto versa sobre a noção de documento como patrimônio e a relevância que essa atribuição de valores tem no processo de seleção do que deve ser descartado ou preservado. Da mesma forma, analisa como a hierarquização de valores atribuídos a determinados documentos, e a sua consequente patrimonialização, influenciaram as diferentes políticas de guarda e gestão do acervo documental por parte da Igreja Católica ao longo de sua história. Em um segundo momento, o epistolário de Dom Joaquim Ferreira de Mello, segundo Bispo de Pelotas, é apresentado como um exemplo de acervo autorreferencial que sobreviveu às diferentes políticas administrativas e obteve sua patrimonialização.

O patrimônio como documento ou o documento como patrimônio

O conjunto de escolhas coletivas e individuais que definem o que deve ser lembrado ou esquecido por um grupo ou sociedade passa necessariamente por dois elementos fundamentais, a saber: o documento e o monumento. Ambos permeados e significados por uma série de discursos sobre a memória que os torna passíveis de patrimonialização. Esse processo de escolhas é um ato político, ao passo que envolve buscas por reconhecimento e a manutenção de poderes estabelecidos (CANDAU, 2009, p.44). Segundo Le Goff (1990, p.535), o que sobrevive do passado não é o que de fato existiu no passado, mas sim “uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

–, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções”.

A preservação desses elementos está relacionada à sua patrimonialização, ou seja, aos valores, identitários, históricos, artísticos, econômicos e estéticos atribuídos a eles por uma coletividade possivelmente influenciada por um discurso dominante. Tanto o monumento quanto o documento são testemunhos de um tempo e lugar. Não por serem vestígios fidedignos desse período, mas porque no processo de atribuição de valores, que lhes conferiu sentido, ficaram registradas as escolhas e representações⁹¹ de uma época: suas disputas por poder, as políticas de memórias, as estratégias de esquecimento e, principalmente, uma hierarquização de valores representativos desse período. Dessa forma, é possível perceber que o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder; é o uso que dele é feito com o intuito de legitimar determinados discursos sobre o passado. Assim, como afirma Le Goff:

[...] do mesmo modo que se fez no século XX a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento. (LE GOFF, 1990, p. 9-10)

O documento/monumento é, assim, um constructo de valores e sentidos atribuídos, através dos quais sua preservação ou seu descarte é decidido. O processo de construção dos bens patrimoniais, ou seja, de sua seleção enquanto patrimônio, é conduzido por atores específicos em circunstâncias específicas, estando sujeito a diferentes discursos e intencionalidades. Dessa forma, uma política de preservação, ou mesmo de reconhecimento de um patrimônio,

⁹¹ Neste estudo entende-se representação na perspectiva apontada por Roger Chartier (1990, p. 17): “[...] esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.

vai além de medidas protetivas, como o arquivamento ou o tombamento. É preciso “questionar o processo de produção deste universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção” (FONSECA, 2009, p.35-36).

Questionar esse universo de construção de sentidos patrimonializadores significa, sobretudo, compreender os diferentes discursos sobre uma memória coletiva e de que forma a patrimonialização se inscreve nesse processo. A expressão “memória coletiva” remete a um fenômeno de memória compartilhada por um grupo ou sociedade que concorda plenamente com a seleção dos elementos do seu passado, que devem ser lembrados ou esquecidos por todos. Assim, diante de um discurso de preservação de uma memória coletiva é que se constroem a grande maioria das políticas de preservação do patrimônio. Seria reducionista imaginar que em um grupo de pessoas não haja aquelas que discordam do todo, ou ainda, que tenham outras lembranças e significados a atribuir a sua herança material. Toma-se, então, o discurso de uma memória coletiva como uma “retórica holista”⁹², como defende Joël Candau (2009, p.31). A expressão “memória coletiva” seria, assim, utilizada para instituir um conjunto de memórias supostamente estáveis e homogêneas representativas para um grupo.

Nesse sentido, o conjunto de discursos proferidos por indivíduos, referentes à sua memória e à representação que tem dela como um elemento compartilhado por todo o grupo ao qual pertencem, constituiria um discurso “meta memorial” responsável por reunir os membros desse grupo sob um sentimento de memória compartilhada, criando, assim, uma realidade memorial. A patrimonialização do espaço de convivência desse grupo ou mesmo dos documentos produzidos por ele ao longo de sua história seria, em última instância, a criação de suportes representativos dessa narrativa coletiva de um passado compartilhado. Essa crença em um

⁹² Sobre o conceito de retórica holista, Candau (2011, p. 31) afirma que: “Entendo por retóricas holistas o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isoformas”.

compartilhamento da memória faz do patrimônio “uma expressão política da memória”, constituído por sua relação “com o passado e com sua gestão no presente” (FERREIRA, 2011, s/d).

A relação existente entre o discurso meta memorial e a crença em um passado compartilhado, por meio da patrimonialização, agrega elementos para que se possa compreender o processo de criação de políticas de salvaguarda que, ao selecionar o que deve ser preservado, acaba sempre por excluir os elementos considerados não representativos para um grupo, sociedade ou instituição. Essas políticas materializadas em leis e normativas trazem em si critérios de seleção que tem sua pertinência relativizada pelo grau de abrangência tempo/espacial ao qual se referem. Ou seja, quanto maior o espaço de cobertura dessas normativas e o seu tempo de vigência, menor será sua eficácia.

No que concerne à política de gestão e de salvaguarda de uma instituição com as dimensões da Igreja Católica, a eficácia dessas normativas acaba por depender mais da interpretação que se faz delas do que da rigidez de seus critérios. Assim, as lacunas deixadas na redação dos textos normativos, permitem que uma mesma tipologia de acervo seja preservada por uns e descartada por outros.

A gestão do conjunto arquivístico, hoje preservado nos diferentes campos de atuação da Igreja Católica, é mantida por uma série de normativas reunidas no Código de Direito Canônico (*Codex Iuris Canonici*), de 1983, que constituem, junto a outros documentos relevantes, a política do Estado do Vaticano para a salvaguarda de seu patrimônio documental. No entanto, para compreender a dinâmica dessa política faz-se necessário conhecer o processo de criação dessas normas ao longo da história dessa instituição, processo que embora tenha seu início nos primeiros séculos da era cristã, apresenta-se como um documento unificado apenas no século XX.

A Igreja Católica e a gestão de seu patrimônio documental

Desde as origens de sua formação como instituição, a Igreja Católica demonstra certa preocupação em reunir e guardar a documentação proveniente de suas atividades. No quarto século da era

cristã, por ordem do Papa Dâmaso (306-384), foi organizado o primeiro arquivo eclesiástico que ficou conhecido como *Chartarium Ecclesiae Romanae*. No século VII, outro arquivo foi construído com o intuito de guardar, dentre outros documentos, as doações feitas à Igreja por Pepino o Breve e por Carlos Magno (ABREU, 2000, p.130). Durante a Idade Média foi construído, em Roma, um terceiro arquivo com o nome de *Turris Chartularia*. No mesmo período foram organizados arquivos ligados às colegiadas, cabidos, paróquias, mosteiros, irmandades e lugares pios. Apesar disso, não havia uma legislação canônica específica, reguladora da criação e ordenação dos arquivos eclesiásticos para o período medieval. Assim, apenas com a realização do Concílio de Trento é que foram criadas normativas para a gestão do patrimônio documental da Igreja como um todo.

O Concílio de Trento, realizado entre os anos de 1545 e 1563, não tratou diretamente dos arquivos e de sua regulamentação jurídica, mas algumas das suas disposições preliminares traçaram normas que podem ser consideradas, ainda hoje, fundamentais para a gestão dos arquivos eclesiásticos, sendo ao mesmo tempo o começo de uma política eclesiástica que teve continuidade nos séculos posteriores (MERINO, 1993, p.150).

O texto do Concílio trouxe como uma necessidade o controle e o registro da administração dos sacramentos, ou seja, o registro por escrito dos batizados, casamentos, confirmações, ordenações, etc. Assim, surgem os livros e arquivos paroquiais ainda hoje presentes no cotidiano das paróquias católicas distribuídas pelo mundo. Da mesma forma, o Concílio serviu de inspiração para que nos Concílios Provinciais a temática dos arquivos fosse abordada. No período compreendido entre o Concílio de Trento e o Código de Direito Canônico de 1917 muitas foram as normativas provinciais que vieram a integrar a política arquivística promovida pela Santa Sé. Um bom exemplo são os seis concílios promovidos pela Diocese de Milão, sendo o primeiro deles realizado em 1565. Esse Concílio foi responsável por criar uma das primeiras legislações sistemáticas para a gestão dos arquivos eclesiásticos, propondo normas que posteriormente, por ordem do Papa Pio V, no ano de 1566, foram incorporadas a política de guarda e gestão dos arquivos de toda a

Igreja Católica. Segundo Abreu, o Concílio Provincial Milanês de 1565 discutiu as seguintes questões:

Começa por lamentar que muitas coisas pertencentes às igrejas se tenham perdido por falta da devida cautela. Ordena que todos os entes eclesiásticos façam um diligente inventário dos bens e dos direitos pertencentes a cada ente; o inventário deverá ser compilado em dúplice exemplar, sendo um conservado pelo próprio ente, o outro mandado ao Metropolita (se se trata de bispos ou de cabidos das catedrais), ou então ao arquivo da igreja catedral (se se trata de outros entes). Onde este último arquivo não exista, o Bispo deverá criá-lo. A Constituição prossegue depois com normas para a conservação dos arquivos (falando nas duas chaves com que devem ser fechados e guardados) e com normas para as inspecções durante as visitas pastorais. (ABREU, 2000, p. 139)

No mesmo Concílio, foi delegada a função de administração dos arquivos diocesanos ao Chanceler, que poderia obter, se necessário, a ajuda de um ou mais notários. Ainda em decorrência do Concílio de Trento, no ano de 1588 o Papa Sisto V promulgou a Constituição *Sollicitudo Pastoralis* que regulamentou a existência e o funcionamento dos arquivos dos Estados Pontifícios, exigindo que em todas as catedrais, mosteiros e abadias do Estado Eclesiástico, exceto nas cidades de Roma e Bolonha, fossem criados arquivos públicos e gerais. Posteriormente, em 1611 foi instituído o Arquivo Secreto do Vaticano, com regulamento interno e regras de consulta.

No século XVIII, o Papa Bento XIII promulgou a Constituição *Maxima Vigilantia*, que somava as já existentes outras normas para o funcionamento dos arquivos diocesanos, capitulares, paroquiais, de colégios, seminários, hospitais e demais locais sob a gestão da Igreja. No final do século XIX, os fundos do Arquivo Secreto do Vaticano foram abertos ao público, mudando a política da Igreja para a gestão de seus arquivos, uma vez que as questões de segurança, acesso e conservação passaram a ser pensadas de forma mais abrangente.

O conjunto de normas dispersas em Concílios Provinciais e em Constituições Apostólicas foi unificado em aproximadamente 20 cânones que compuseram, junto a outros assuntos, o primeiro Código de Direito Canônico, promulgado em 1917. Mais tarde, foi promulgado o segundo Código de Direito Canônico, hoje vigente, que reafirmou muitos dos pontos abordados no primeiro Código e adequou alguns Cânones às resoluções do Concílio Vaticano II.

Promulgado em 1983, pelo Papa João Paulo II, o Código de Direito Canônico dedica muitos de seus Cânones à problemática dos arquivos e a gestão dos documentos produzidos e/ou salvaguardados nos espaços sob a égide da Igreja Católica. Em muitos dos pontos abordados as normas estabelecidas no Código de 1917 foram mantidas sem alterações ou com pequenas ressalvas.

No que tange a escolha dos profissionais responsáveis pela guarda e organização dos arquivos diocesanos, fica assegurada, por parte do Bispo, a indicação de um chanceler, o qual tem por sua responsabilidade assegurar que os atos da cúria sejam redigidos, despachados e arquivados de maneira correta. Além do chanceler, podem ser constituídos outros notários que da mesma forma, podem exercer a função de gestores dos arquivos. São também os notários, os responsáveis por declarar autênticas possíveis cópias dos documentos arquivados⁹³.

O cânone 486 traz a obrigatoriedade, por parte das paróquias e dioceses, de que os documentos produzidos no exercício de suas atividades sejam guardados com o máximo de cuidado. O segundo parágrafo do mesmo cânone traz o seguinte: “Em cada cúria seja erigido em lugar seguro o arquivo diocesano, no qual sejam guardados, dispostos em ordem certa e diligentemente fechados, os documentos e escritos que se referem às questões diocesanas, espirituais e temporais” (CIC, 1987, p.229). No que concerne à ordem em que os documentos devem ser dispostos, há uma alteração em relação ao código anterior, que trazia como norma a disposição dos documentos em ordem cronológica. No código vigente, fica sob a responsabilidade do Bispo e do Chanceler a eleição de critérios para

⁹³ Cânones 482, 483, 484 e 485.

a seleção do que é considerado referente às questões diocesanas e a forma como devem ser organizados. Assim, a documentação produzida pela diocese e pelas paróquias passa por uma seleção e recebe o destino adequado ao valor que lhe for atribuído, de acordo com as normas da instituição.

O mesmo arquivo mencionado no cânone 486 é o motivo principal do cânone seguinte, que dispõe sobre a segurança e o acesso aos documentos. De acordo com o código, a ninguém é lícito entrar no arquivo, exceto o Bispo e o Chanceler, ou pessoas autorizadas por eles. No entanto, fica assegurado o direito dos interessados de requerer os documentos que, por sua natureza, são públicos e se referem ao seu próprio estado pessoal⁹⁴.

Em relação aos documentos sigilosos, o Código de Direito Canônico prevê, no cânone 489, que cada cúria mantenha um arquivo secreto, que seja fechado à chave e que não possa ser removido do lugar onde foi instalado. Nele, devem ser arquivados os documentos cujo sigilo deve ser mantido, como os processos criminais em matérias de costumes e as atas do “matrimônio secreto”. No segundo parágrafo do mesmo cânone é abordada pela primeira vez a questão do descarte, de acordo com o seguinte,

Cada ano sejam destruídos os documentos das causas criminais em matéria de costumes, cujos réus tenham falecido, ou que já tenham sido concluídas há dez anos, com sentença condenatória, conservando-se breve resumo do fato com o texto da sentença definitiva. (CIC,1987, p.231)

Em contraponto, o cânone 491 normatiza a criação de um arquivo histórico em cada diocese onde devem ser guardados “os documentos que tem valor histórico” (CIC, 1987, p. 231). Da mesma forma, o cânone 535 prevê a criação, nas paróquias, de um cartório ou arquivo, onde devem ser guardados os livros paroquiais, as cartas dos Bispos e “outros documentos que devem ser conservados por necessidade ou utilidade” (Ibid., p.255).

⁹⁴ Cânones 486, 487,488.

Como pode ser observado nos exemplos apresentados, o Código de Direito Canônico regulamenta de maneira eficiente a criação de arquivos, a distribuição das tarefas entre os responsáveis por esses arquivos, o acesso, a segurança e o registro das atividades paroquiais e diocesanas, no entanto deixa grandes lacunas no que diz respeito aos critérios de seleção dos documentos que devem ser arquivados. Assim, os critérios que diferenciam os documentos relevantes para o legado histórico e documental da Igreja, daqueles que são relegados ao esquecimento e ao conseqüente descarte, mudam de acordo com os diferentes cenários e atores envolvidos. Ou seja, esses critérios mudam a cada paróquia, diocese, congregação, irmandade, seminário ou lugar de culto sob os quais estejam abrigados.

A política de gestão do patrimônio documental empreendida pela Igreja Católica ganhou novas bases com a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja⁹⁵ instituída em 1993, principalmente por meio da Carta Circular referente “A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos”⁹⁶ de 2 de fevereiro de 1997. Nessa carta, enviada pela Santa Sé, aos seus Bispos e Arcebispos, a temática da memória e da preservação do patrimônio documental da Igreja é discutida de forma mais específica do que nos documentos que a precederam.

A Carta Circular (1997) começa por afirmar que os “arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização” (cf. FONTES, 2000). Assim, o valor doutrinário do patrimônio documental é reafirmado, servindo de justificativa para a sua salvaguarda e transmissão. Entendidos como lugares de memória, esses arquivos passam a compor um discurso de continuidade e reparação do passado, como no seguinte excerto:

⁹⁵ Em 1988, o Papa João Paulo II instituiu a Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico, junto à congregação para o clero. Mais tarde essa comissão passou por uma reforma e teve seu nome mudado para Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja.

⁹⁶ Neste artigo foi utilizada para consulta uma reprodução da versão portuguesa publicada na Cidade do Vaticano, Palazzodella Cancelleria (imp. Instituto Grafico Editoriale Romano), publicada como anexo em FONTES; ROSA, 2000.

“Enquanto lugares da memória, devem recolher sistematicamente todos os dados com que é escrita a articulada história da comunidade eclesial, para oferecer a possibilidade duma cônica avaliação daquilo que se fez, dos resultados obtidos, das omissões e dos erros” (FONTES, 2000). A salvaguarda e a gestão dos arquivos eclesiais também são relacionadas a uma ideia de tradição, de continuidade do modo de vida cristão. Assim, a transmissão dos valores preservados também compõe a gama de elementos que justificam sua preservação.

No segundo ponto abordado pela carta são enumerados os tipos de arquivos segundo a tipologia eclesiástica, a saber: arquivos diocesanos, arquivos paroquiais, arquivos de entidades não sujeitas ao Bispo diocesano e arquivos de pessoas jurídicas. No que concerne à função, os arquivos recebem a seguinte classificação: arquivo corrente, relativo à administração das entidades; arquivo histórico, onde devem ser arquivados documentos de relevância histórica; arquivos secretos, para a guarda de documentos sigilosos.

O terceiro tópico da carta é referente à conservação dos escritos da memória e aponta para a necessidade de critérios bem estabelecidos no processo “distinção do material recolhido”, ou seja, no processo de seleção do acervo a ser preservado. As questões relativas à escolha do espaço adequado, a política de acesso, ao inventário e documentação do acervo e a gestão da informação, também são discutidas com equivalente atenção.

O quarto e último tópico discute a valorização do patrimônio documental para a cultura histórica e para a missão da Igreja, afirmando as seguintes questões:

A documentação contida nos arquivos é um patrimônio que é conservado para ser transmitido e utilizado. A sua consulta, com efeito, consente a reconstrução histórica duma determinada Igreja particular e da sociedade a ela contextual. Nesse sentido, os escritos da memória são um bem cultural vivo, porque oferecido como instrução da comunidade eclesial e civil ao longo das gerações e para o qual se torna imperiosa uma conservação diligente. (Carta Circular, 1997 apud FONTES, 2000)

A análise dessa carta, que entra na segunda década do século XXI com mais de 15 anos de vigência, demonstra que, ao menos no campo teórico, a política da Igreja Católica para a gestão e salvaguarda de seu patrimônio documental ampliou suas áreas de ingerência, ao passo que incorporou as questões e nomenclaturas relativas à memória, a tradição e aos bens culturais como base de seu discurso. Os arquivos, antes mencionados como lugares de guarda da documentação produzida no exercício das atividades pastorais, agora passam a ser nomeados “lugares da memória”, guardiões do legado doutrinário da Igreja. Essa ampliação também permitiu que a tipologia dos documentos arquivados se diversificasse e incorporasse outras fontes, como os escritos autorreferenciais também entendidos como “escritos da memória”. No entanto, a mudança na prática cotidiana dos arquivos paroquiais, diocesanos e demais lugares geridos pela Igreja, acontece de forma lenta e dependente da iniciativa pessoal de indivíduos comprometidos com a preservação da memória da instituição. Muitos são os casos de descarte, mas também são numerosos os acervos preservados e disponibilizados a pesquisa, como no exemplo a seguir.

O epistolário de Dom Joaquim Ferreira de Mello

O epistolário de Dom Joaquim Ferreira de Mello, segundo Bispo de Pelotas, atualmente preservado no Seminário São Francisco de Paula na mesma cidade, constitui um acervo autorreferencial de suma importância para a história da diocese de Pelotas e de seus membros, bem como para os estudos referentes à prática epistolar, visto as características do acervo e o grande número de cartas arquivadas. Para melhor compreender o acervo e o seu contexto de constituição e preservação, faz-se necessário conhecer aquele que o produziu, e assim, buscar elementos que justifiquem o fato de seus escritos terem sido preservados ao passo que outros tiveram como fim, o descarte.

O pouco que se sabe da vida de Dom Joaquim Ferreira de Mello provém de duas obras da historiografia local (MENDES, 2006 e SOUZA, 1964), bem como do conteúdo de suas cartas e escritos

pastorais. Foi em 1873, na cidade do Crato, Ceará, que ele nasceu e foi no sítio da própria família que teve o primeiro contato com as letras. Seu preceptor, o senhor Manoel de Souza Rolim, teria sido o responsável por iniciá-lo na leitura dos clássicos e do latim. Aos 17 anos matriculou-se no seminário menor da cidade do Crato, transferindo-se em 1892 para o seminário de Olinda, onde concluiu os estudos para o exercício do sacerdócio.

Em 1898 foi ordenado padre e regressou ao Ceará, onde assumiu uma paróquia no sertão nordestino. Por sete anos trabalhou como pároco, até que em 1905 deixou a paróquia e agregou-se ao corpo docente do Colégio da Serra do Estevão, dirigido por monges beneditinos. O desacordo dos monges em relação à reforma do ensino empreendida por Rivadávia Correa⁹⁷, fez com que a congregação deixasse a escola e com eles o padre Joaquim. Em retorno a cidade do Crato, o professor e padre Joaquim fundou junto a dois amigos, também padres, o Colégio São José que funcionou de 1909 a 1913. Com o fechamento da escola, padre Joaquim mudou-se para Fortaleza e em 1915 foi nomeado Vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza, datam deste período as primeiras cartas do acervo estudado.

Padre Joaquim trabalhou como vigário Geral por seis anos, até que, em março de 1921, foi nomeado Bispo da diocese de Pelotas. Naquele tempo, a jovem diocese de Pelotas, hoje Arquidiocese Metropolitana, possuía uma configuração geográfica maior do que a atual, uma vez que o Rio Grande do Sul tinha seu território dividido em três dioceses, a saber: Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana, sufragâneas à Arquidiocese de Porto Alegre. Assim, a igreja particular confiada a Dom Joaquim compreendia uma área pastoral hoje cor-

⁹⁷ Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Governo de Hermes da Fonseca, Rivadávia Cunha Corrêa (1866-1920) foi o responsável pela reforma educacional que propôs o fim do status oficial do ensino no Brasil. Assim, o governo, por meio de um decreto presidencial, apoiado pelos parlamentares, determinou que as escolas de ensino secundário e de ensino superior perderiam os seus status de oficial e passariam a ser entidades corporativas autônomas. Com isso, o Estado perdeu a titularidade do monopólio da validade oficial dos diplomas e certificados e tal prerrogativa passou a ser dessas entidades.

respondente à atual Arquidiocese de Pelotas, e as suas dioceses sufragâneas, Bagé e Rio Grande.

Na bagagem do novo Bispo havia, dentre outros pertences, um conjunto de livros onde estavam arquivadas cópias das cartas escritas por ele até então. Essa prática se manteve até a sua morte em 1940, quando o número de livros excedia uma dezena. O epistolário aqui mencionado compreende aproximadamente oito mil cópias de cartas escritas e arquivadas entre os anos de 1915 e 1940⁹⁸. O acervo teve sua primeira organização por iniciativa do próprio escrevente, que fazia cópias de suas correspondências com o uso de carbono em papel transparente. Em seguida, encadernava-as em grandes livros com índices organizados em ordem alfabética pelo nome do destinatário. As marcações nas margens indicam que esse acervo sofreu mais de uma intervenção com o intuito de organização e arquivamento.

Depois da morte de Dom Joaquim todos os seus pertences permaneceram sob a custódia do Seminário São Francisco de Paula, que foi planejado e erigido durante seu bispado. O acervo ocupou diversos espaços na instituição até que em 1989, por ocasião da comemoração dos 50 anos de função do Seminário, foi criado um pequeno museu onde foram expostos alguns dos pertences de Dom Joaquim que sobreviveram ao tempo a as diversas mudanças na administração do Seminário, dentre esses pertences estavam 14 livros repletos de correspondências cuidadosamente arquivadas por seu autor. O termo de abertura do museu traz o seguinte texto:

Este livro serve para registro das visitas à sala-museu Dom Joaquim Ferreira de Mello, inaugurado por ocasião do Jubileu de ouro do Seminário de São Francisco de Paula. É uma memória e homenagem ao fundador desta casa, que não mediu esforços para realizar esta obra que completa hoje seus 50 anos de fundação. (Termo de Aber-

⁹⁸ De acordo com a biografia de Dom Joaquim, publicada em 1964, o acervo deveria se compor de aproximadamente 11 mil cartas. No entanto, o número de cartas hoje arquivadas não ultrapassa oito mil.

tura da Sala-Museu Dom Joaquim Ferreira de Mello, 1989)

O conjunto de cartas escritas e arquivadas por Dom Joaquim jamais compôs o arquivo histórico da Diocese de Pelotas, tampouco, foi arquivado como documento de relevância para a instituição. A preservação deste acervo deve-se, fundamentalmente, por ter sido Dom Joaquim, o fundador da instituição que, por ventura, foi a herdeira de seus bens e viu em sua preservação uma forma de memória e homenagem. Nesse horizonte, o epistolário de Dom Joaquim permite exemplificar as lacunas existentes na política eclesiástica de gestão e salvaguarda de seu patrimônio documental, no que concerne a preservação de escritos autorreferenciais e demais acervos considerados, por ora, irrelevantes para o discurso institucional da Igreja. Assim, a preservação desse acervo, hoje, empreendida em virtude de escolhas e ações individuais, deveria, não obstante, compor uma política institucional de salvaguarda.

Referências

ABREU, José Paulo Leite de. **Arquivística e arquivos religiosos**: contributos para uma reflexão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; Universidade Católica Portuguesa, 2000.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**. Pelotas, v.1, n.1, p.43-58, jan/jul 2009.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Bertrand Brasil, 1990.

CODIGO DE DIREITO CANÔNICO. *Codex Iuris Canonici*. 2.ª ed. rev. e amp.com a legislação complementar da CNBB. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Busca patrimonial e políticas públicas de patrimônio imaterial: um estudo de caso sobre São Lourenço do Sul (RS). In: FERREIRA, Lúcio Meneses; FERREIRA, Maria Letícia Mazzuc-

chi; ROTMAN, Mônica B. **Patrimônio cultural no Brasil e na Argentina: estudos de caso.** São Paulo: Annablume, 2011.

FONTES, Paulo F. O.; ROSA, Maria de Lurdes. **Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão.** Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 3.^a ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.

MENDES, Fábio Ranieri da Silva. Dom Joaquim Ferreira de Melo 2.^o Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula: uma introdução. Pelotas: EDUCAT, 2006.

MERINO Pedro Rubio. La Iglesia: documentos y archivos. In. ARTOLA, Miguel (dir.), **Enciclopédia de História de Espanha**, vol. VII. Madrid: Alianza, 1993, p.150.

SOUZA, Francisco Silvano de. **Dom Joaquim Ferreira de Melo 2.^o Bispo de Pelotas.** Caxias: Imprimi Potest, 1964.

A PATRIMONIALIZAÇÃO DE LUGARES DE SOFRIMENTO: O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE SOBRE O REGIME MILITAR NO BRASIL

*Ana Paula Ferreira de Brito
Maria Letícia Mazzucchi Ferreira*

As memórias sobre o regime militar em muitos países da América Latina estão marcadas por histórias de crimes de lesa humanidade. Com os direitos usurpados, em sua maioria de forma abrupta, restavam aos cidadãos resistir e lutar contra o sistema instaurado. Todavia, a desigualdade das forças nessas lutas renderam à América Latina muitas ações de reparação moral e econômica aos que militaram contra o regime, além de um número considerável de mortos e desaparecidos. Na Argentina, a ditadura instaurada de 1976 a 1983 deixou um saldo de cerca de 30 mil civis mortos e desaparecidos. Algo se reproduziu de forma semelhante no Chile, onde cerca de 200 mil pessoas abandonaram o país por ocasião da ditadura que vigorou de 1973 a 1990, além de apresentar um número 3.225 mil civis mortos e/ou desaparecidos. No Uruguai, o regime militar durou de 1973 a 1984, em El Salvador perdurou de 1931 a 1979, no Peru se estendeu de 1968 a 1980, e na Guatemala de 1970 a 1985, para mencionar alguns países que sofreram com regimes similares.

No Brasil, o regime militar foi instaurado em 1964, vigorando até meados de 1985, quando foi decretada a tão esperada Lei da Anistia (Lei 6.683/85), que não correspondeu aos anseios populares, mas deu início a um processo de transição para o regime democrático. Questões semelhantes ocorreram no Uruguai, quando aprovada a Lei 15.848 de 1986, chamada *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* (popularmente conhecida como *Ley de Caducidad* chamada pejorativamente de *Ley de Impunidad* pelos seus detratores), vigente ainda, com vários intentos falidos de derrogá-la. Na Argentina houve a Lei do Ponto Final (Lei 23.492/86) e a Lei da Obediência Devida (Lei 23.521/87), que foram derrogadas em 2003. Nestes países foi empreendida uma série de ações pela socie-

dade civil com apoio da Corte Interamericana de Direitos Humanos para alteração destas leis.

As leis de anistia promulgadas na América Latina “cancelam os crimes, pois condutas que eram delituosas deixam de ser, com a consequência de que: a) os promotores perdem o direito ou a faculdade de iniciar investigações ou procedimentos legais, e b) as sentenças prolatadas apagam os crimes”. (SALMON, 2011, p. 232)

O processo de transição não se deu de imediato, nem de modo simples em nenhum dos citados países. Nesse sentido, as organizações de Direitos Humanos têm atuado de modo significativo para buscar esclarecimentos sobre o que ocorreu, contribuindo através de recomendações e julgamentos em casos mais extremos. O dever de memória e a importância de que as novas gerações saibam o que ocorreu no passado e que ainda marca as relações sociais na atualidade são os principais mobilizadores das intervenções internacionais.

Muitos são os desafios das sociedades que se deparam com ações de justiça de transição, que emergem, sobretudo, da necessidade de conquista do direito à verdade e à memória, com medidas frente às vítimas, esclarecimentos e reconhecimento coletivo entre outros.

A recuperação da democracia e os processos de pacificação deram lugar ao recente florescimento de iniciativas de confronto do passado, na forma que depois seria amplamente conhecida sob o nome de comissões da verdade. A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), que investigou os crimes da ditadura militar argentina dos anos 1976-1983 pode ser considerada uma experiência inaugural da busca oficial da verdade, não somente na América Latina, mas em escala mundial. Em seu rastro multiplicaram-se, na região, uma dezena de comissões oficiais e muitas outras iniciativas lideradas pela sociedade civil. (REÁTEGUI, 2011, 38)

A busca da verdade, de reparações, de reformas institucionais e da reconciliação são as principais palavras que figuram nos conceitos apresentados pelos teóricos acerca da justiça de transição, o que de acordo com Zyl (2011, p. 47) consiste em esforço para a construção da paz sustentável, após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos. No entanto, é interessante notar que as primeiras ações, respaldadas através das leis de anistia, promulgadas ao longo da América Latina, utilizaram-na com o sentido de anistia vinculada a um esquecimento induzido.

Esse esquecimento induzido deu-se, sobretudo, através de estratégias como o não acesso a documentos, a fim de impedir que parte dessa memória fosse restaurada, com vistas a pedidos de justiça e de indenização. Esse esquecimento-manipulação, definido por Michel (2010, p. 18) apresenta uma tendência a ser um instrumento próprio às políticas de reunificação nacional. Considerado por muitos como memórias que não deveriam ser lembradas por serem dolorosas, bem como pela necessidade de se avançar em um estado pacificado, o esquecimento foi implantado na conjuntura social como um dever, ainda que de forma sutil. Assim, a imposição do esquecimento e do silêncio deu-se nas esferas jurídicas e simbólicas, conforme esclarece Michel (2010, p. 21). O esquecimento apresenta-se não por decreto, como exposto por Loraux (1997, p. 29), mas busca “cicatriz” as feridas coletivas.

Muitos foram os argumentos em prol da permanência dessa cultura do silêncio. Marcio Seligmann-Silva (2006, p. 4-5) destaca em suas análises acerca desse “esquecimento oficial” a necessidade de reconciliação da nação e o fato de ser memórias do mal, de dor, como sendo alguns dos principais argumentos que legitimaram ações de sepultamento da memória política. O autor apontou ainda a célebre frase do ex-presidente José Sarney que em defesa da anistia e do esquecimento, afirmou que “é necessário um esforço nacional para, de uma vez por todas, sepultarmos esses fatos no esquecimento da história. Não remexamos esses infernos, porque não é bom para o Brasil”. Não obstante, tem-se visto novos agentes que requerem e exigem a preservação da memória, bem como outras

visões sobre o passado. Frustrando-se, assim, o desejo de alguns grupos que visam uma manipulação da memória, inequívoca e que dê conta de toda a história.

As leis de anistia acima mencionadas primaram por cancelar as condutas tipificadas como crimes, anulando, portanto, a possibilidade de serem realizadas investigações e processos criminais.

Como se pode perceber, as leis de anistia da região latino-americana não cumpriram com os requisitos do DIH e do direito internacional relativo aos direitos humanos. Geralmente, foram dadas em benefício do próprio governo que as outorgava e durante o período de seu mandato. Contudo, cabe ressaltar que nos últimos anos começou a gerar uma corrente que pretende reverter tal situação. (SALMÓN, 2011, 238).

Em países do Cone Sul, como Argentina e Uruguai, os movimentos para alteração das leis de anistia tiveram seu início no final dos anos 1990. Na Argentina, o Congresso Nacional anulou as duas leis de anistia existentes em 2003. No Uruguai, apesar dos múltiplos intentos, a lei não foi derogada. Mas após recomendações da CIDH é sancionada uma nova lei uruguaia, a nº 18.831, conjuntamente com os sucessos acontecidos no ano 2011⁹⁹, que catalogou esses delitos como de lesa humanidade, visto que se violavam os acordos de direitos humanos assinados pelo país.

No Chile não houve derrogação da norma, mas a qualificação de alguns delitos como continuados, que viabiliza a compreen-

⁹⁹ Em 2010, o partido político Frente Ampla apresentou um projeto de lei interpretativo da Constituição que nos fatos anulava os artigos 1º, 3º y 4º da Lei de Caducidade. A Câmara de Deputados aprovou o projeto com o voto favorável dos 50 deputados da oficialidade. Em 2011 o projeto foi aprovado com modificações pelo Senado, motivo pelo qual teve que voltar para a Câmara de Deputados, onde não obteve os votos suficientes para sua aprovação definitiva. Finalmente, em 27 de outubro de 2011, o Parlamento aprovou a Lei nº 18.831, pela qual *“se restablece el pleno ejercicio de la pretensión punitiva del Estado para los delitos cometidos en aplicación del terrorismo de Estado hasta el 1º de marzo de 1985, comprendidos en el artículo 1º de la Ley Nº 15.848, de 22 de diciembre de 1986”*.

são de que o agente, mediante mais de uma conduta, realiza mais de um crime da mesma espécie, o que permitiu alguns julgamentos às violações aos Direitos Humanos. Outros países ainda persistem na mudança da norma, a exemplo do Brasil, no qual foi impugnado pelo Supremo Tribunal Federal o pedido de revisão da citada lei através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153/2010, requerida pela Ordem dos Advogados do Brasil.

A busca por alterações nas leis de anistia dá-se, sobretudo, pela necessidade de julgar as graves violações aos direitos humanos cometidos por agentes do Estado e que permanecem, em muitos países, sem esclarecimentos e devidas punições. As entidades de Direitos Humanos reafirmam o perigo causado pela impunidade a estes crimes, e os efeitos perniciosos à sociedade presente e futura. Nesse sentido, a sociedade, apesar de dispor de um direito à memória, depara-se com um passado de impunidade e negligência de seus direitos que não passa, uma vez que ainda se assiste a um descaso por uma parte do poder público pelo direito à memória e à verdade.

Políticas de memória no Brasil

A importância do registro, acesso e divulgação das memórias e da história do período militar no Brasil tem mobilizado não apenas instituições acadêmicas, mas parlamentares, instâncias jurídicas e sociedade civil. As políticas de memórias empreendidas pelo universo acadêmico têm suscitado repercussões em contrapartida às estratégias de esquecimento impostas e escamoteadas por leis e outros. Em nível nacional ocorrem mobilizações, mesmo que pontuais, em prol do direito a informação e a memória do período ditatorial no Brasil. Declarações de entidades internacionais também se apresentam com este fito, como a da comissária da Organização das Nações Unidas, Navi Pillay¹⁰⁰, que reforçou as recomendações para

¹⁰⁰ Declaração emitida pela Comissária da ONU para os Direitos Humanos, por ocasião de pedido da ONU ao governo brasileiro para que seja estabelecida uma revisão da lei da anistia e abertura dos arquivos da ditadura. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2011/06/onu-pede-revisao-da-anistia-e-abertura-dos-arquivos-da-ditadura-militar>>. Acesso em 5 dez. 2012.

que o Brasil inicie investigações imediatas sobre a tortura nos anos da ditadura.

A Ordem dos Advogados do Brasil¹⁰¹, por sua vez, tem empreendido uma série de ações, principalmente junto a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, através do projeto Caravanas da Anistia. O projeto consiste em realizar seções públicas itinerantes nas quais apreciam e julgam os requerimentos de anistia política. Somado aos julgamentos, são realizadas atividades educativas e culturais com o fim de promover uma educação para os direitos humanos, além de ser um momento de retratação pública oficial, onde o governo pede desculpas pela violência cometida. Deste modo o projeto descentraliza as seções regulares que ocorrem na capital federal e permitem uma maior participação da sociedade civil aos atos reparatórios oficiais (JÚNIOR, 2010, p. 05).

A presidenta Dilma Roussef sancionou a Lei nº 12.527¹⁰² que regula o acesso a informações públicas, incluindo em seus artigos a obrigatoriedade de que os órgãos públicos tornem possível a consulta a documentos públicos, inclusive os atinentes ao período da ditadura civil militar. Durante a solenidade que validou a citada lei no Palácio do Planalto, os discursos¹⁰³ proferidos pelas autoridades estiveram repletos de reflexões sobre as ações do governo no que tange às medidas de reparação, não apenas pecuniária, mas simbólicas que vêm sendo promovidas pelo governo. Não obstante, foi

¹⁰¹ A OAB tem contribuído de modo significativo junto as Comissões especiais que percorrem o país para apreciação e julgamentos de processos tendo como base na Lei da Anistia. As sessões geralmente ocorrem nas sedes regionais da OAB e visam promover o direito a reparação financeira e moral aos perseguidos políticos. Para maiores informações vide a Lei 10.559/02 e/ou *As caravanas da anistia: um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira*, disponível em: <<http://idejust.files.wordpress.com/2010/04/ii-idejust-carlet-et-al.pdf>>. Acesso em 5 dez. 2012.

¹⁰² A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, visa regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos se aplicam aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

¹⁰³ Acesso ao vídeo da solenidade na íntegra em: <<http://www.youtube.com/watch?v=1FvzHNjjaOU&feature=related>>. Acesso em 5 dez. 2012.

evidenciado que ainda há muito a se fazer para uma efetiva consolidação da democracia no Brasil, de modo que seja pleno o acesso à cidadania e aos direitos humanos, tendo para isso que abrir finalmente a porta de entrada para esclarecimentos sobre o que aconteceu no período compreendido entre 1964 a 1985.

A Lei de acesso à informação pública foi sancionada em novembro de 2011, mas só entrou em vigor em maio de 2012. A partir do disposto, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, devem criar condições necessárias para o cumprimento da referida lei. Cabe ainda salientar que seu descumprimento implicará em processos legais como improbidade administrativa e, em casos não tipificados em lei, crime ou contravenção penal conforme visto no artigo 32.º da mesma. O direito a informação é essencial para o desenvolvimento social de um país. Por isso, além de legislações internas, há regulamentações internacionais que versam sobre o tema, impondo aos Estados a obrigação positiva de assegurar aos cidadãos o acesso à informação. Instâncias como a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos têm feito propostas, através de convenções, à regulação de tais acessos, tais como a Convenção Americana de Direitos Humanos (ou Pacto de San José de Costa Rica), da qual o Brasil é signatário e que, entre outros, busca evitar problemas como o enfrentado pela Comissão da Verdade da Guatemala – que após o término de sua guerra civil instituiu uma comissão que escreveu seu relatório sem ter acesso aos documentos policiais, sob a alegação de que os mesmos haviam sido destruídos no início dos acordos de paz.

As políticas de memória sobre o período militar recebem uma proporção bastante significativa no âmbito jurídico por discorrerem de memórias de violações a Direitos Humanos, fato que recebe atenção internacional por ferir direitos fundamentais, estando ainda no rol dos temas da Justiça de Transição. Adota-se aqui o conceito de *justiça de transição*, defendido por Esteban Cuya (2011, p. 40), como sendo o conjunto de medidas direcionadas a superar os graves danos causados à sociedade por regimes totalitários e/ou ditatoriais que, em contextos de anomalia constitucional, cometem violações aos direitos humanos contra pessoas ou grupos de uma determinada nação. De acordo com o autor (Ibid., p. 39), este tem

sido um dos temas cruciais, especialmente nas sociedades latino-americanas e africanas pós-ditatoriais.

Com a ampliação do debate público sobre o tema que envolve violações aos direitos humanos que ocorreram durante o período em questão – e em apoio à Comissão da Verdade (estabelecida pela Lei nº 12.528/2011) e que tem por finalidade apurar as violações de Direitos Humanos praticadas por agentes públicos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988 – tem surgido, em todo o país, iniciativas de promoção e reivindicações memoriais. Nesse contexto, vale destacar a criação de comitês municipais que se propõem a discutir as questões da verdade e da memória, assim como apoiar as ações da Comissão Nacional da Verdade.

Cabe ainda destacar o Plano Nacional de Direitos Humanos, de 2009, que previu no eixo orientador VI o direito à memória e à verdade, dispondo ainda de três diretrizes que visam o reconhecimento da memória do período da repressão militar. Sobre estas, cabe aqui destacar a diretriz 24, que estabelece a preservação da memória histórica e a construção pública da verdade. Entre suas ações, essa diretriz prevê a criação de centros de memória, museus, memoriais e centros de documentação sobre a repressão política. O objetivo é incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre o período acima mencionado.

A construção e o registro da memória política brasileira tem se dado em um terreno que converge questões políticas, históricas, afetivas, de perdas e de conquistas. A cada nova etapa dessa construção tem surgido novos apontamentos e reivindicações. O que se espera é que a confluência das vozes sobre os fatos enriqueça a narrativa e a história, sem expectativas revanchistas, mas com esclarecimentos dos fatos, permitindo o registro de uma justa memória. O que não se pode permitir é que essas memórias sejam submetidas a práticas de esquecimentos pretendidas por alguns membros e organizações da sociedade, pois acarretará a fragilidade dos conceitos de cidadania e de democracia da sociedade brasileira.

E se formos atentar aos aspectos regulados pela justiça de transição, ou justiça reparadora, conforme demonstrado por Barbo-

sa (2009, p. 71), teremos o esclarecimento de que o passado é condição fundante para uma efetiva transição para um regime democrático. Em suas palavras, o autor corrobora a necessidade de prestar contas com o passado, permitindo que ela possa se desenvolver sem a constante recordação das feridas abertas do passado.

Patrimonializando os lugares de dor no Brasil

Os conceitos mais apresentados pelos promotores da *justiça de transição* permeiam os domínios da justiça, reparação econômica e moral, esclarecimento da verdade e a construção de uma paz sustentável. Mas além de prestar contas com o passado, há uma necessidade de marcar a época com a criação de lugares de memória para que as gerações futuras saibam e não permitam que violações com o mesmo cunho voltem a ocorrer, além de compor o eixo estruturante da reparação moral as vítimas da violência do Estado outrora sofrida.

Além do valor para os direitos humanos, os *Lugares de Memória* têm valor histórico e cultural. No plano jurídico, por serem a materialização da memória de um período histórico, enquadram-se na concepção de *sítios de valor cultural*, previstos na Constituição (Art.216, inc. V). Por isso, a concepção, instalação e gestão desse tipo de local envolvem políticas públicas para os direitos humanos (com enfoque na reparação das vítimas e também para que a violência nunca mais aconteça) e políticas culturais, com ações ligadas à gestão e proteção dos bens culturais, especialmente de museus, memoriais, arquivos públicos e outras ações que ajudem a compreender a história do país durante a ditadura militar. (SOARES, 2012)

Nesse sentido, surgem os que aqui classificamos como empreendedores da memória¹⁰⁴, que sejam esses da sociedade civil ou do poder público, vêm atuando no sentido de buscar o reconhecimento dos lugares vinculados a essas memórias ditas dolorosas do período ditatorial. Tal é o caso dos integrantes do Núcleo de Preservação da Memória Política, instituição que busca a promoção de políticas públicas nas questões referentes à Memória Política, na defesa dos Direitos Humanos e que promovem atividades e ações educativas nessas áreas. Uma de suas ações foi a procedida junto ao Ministério Público Federal, de pedido oficial através de ofício em 6 de julho de 2012, para que o Poder Público investigue e crie lugares de memória, monumentos, paisagens e outras formas de homenagens às vítimas da ditadura civil-militar. A solicitação respaldou-se, sobretudo, nas atribuições constitucionais e legais da instituição de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais. O pedido baseou-se, entre outros, nos artigos 215, 216 e 225 da Constituição Federal, que trata das questões atinentes ao patrimônio histórico e cultural.

Em uma ação mais direta, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, na pessoa de seu presidente, Ivan Seixas, apoiado por outras entidades, solicitou o tombamento do prédio do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, II Exército de São Paulo, situado na Rua Tutoia, na Vila Mariana, onde atualmente funciona a 36.ª Delegacia de Polícia, através do Processo nº 01037, do ano de 2010, junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT.

O tombamento, respaldado pelo Decreto-lei nº 25/37 estabelece como o ato de inscrever, registrar bem móvel ou imóvel, público ou privado, isolado ou considerado em conjunto, com a finalidade de protegê-lo. Os critérios para o tombamento envolvem a relação do bem a ser protegido com a história e a identidade do

¹⁰⁴ Conceito apresentado por Johann Michel (2010, p. 19) como sendo os grupos ou indivíduos que tentam impor representações e normas memoriais no interior do espaço público e político, seja sociedade civil ou os que fazem parte do aparelho de produção de políticas públicas.

povo brasileiro, além do seu excepcional valor arqueológico, etnográfico e artístico. Pode ser voluntário, quando solicitado pelo proprietário do bem. O Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pode julgar ser o bem possuidor dos requisitos necessários para tal ato. Ou tombamento compulsório, que ocorre quando o proprietário se recusa a anuir à inscrição do bem ou quando sua impugnação for julgada improcedente pelo IPHAN. Este órgão, por sua vez, possui quatro livros de tomo: o arqueológico, etnográfico e paisagístico, o histórico, o de belas artes e o de artes aplicadas.

O bem, após ser inscrito no livro de tomo cabível, será periodicamente fiscalizado pelo IPHAN, devendo ser bem conservado por seu proprietário (sob pena de multa por dano), e não poderá sair do país (no caso de bens imóveis), senão a fim de intercâmbio cultural. O entorno do bem cultural tombado também recebe restrições, ao passo que não pode realizar construções que lhe impeça a visibilidade.

Dvorak (2008,p. 56) aponta a importância de se ter em vista que não se trata de simples vontades individuais e setoriais, mas do interesse da coletividade a longo prazo. O autor estabelece ainda uma crítica a noções imediatistas de preservar aquilo que parece importante a alguns setores da sociedade em dado momento, devendo-se sempre considerar os princípios da multiplicidade e da tolerância no trato com a cultura e a memória. Nesse sentido, compreende-se que a preservação do patrimônio cultural não está baseada apenas nas questões artísticas dos monumentos, mas tem recebido uma valoração cada vez mais diversificada.

Uma condição que merece destaque no que tange ao patrimônio e o processo de patrimonialização é a característica que os monumentos têm de serem bens a transmitir para as gerações futuras (Poulot, 2009, p. 16). De modo que, baseado nesse argumento de que as gerações futuras precisam conhecer o ocorrido no passado, muitas reivindicações pela patrimonialização dos lugares de sofrimento no Brasil têm sido realizadas, além de ser um princípio disposto em algumas convenções e tratados internacionais sobre Direitos Humanos. De acordo com Hernández (2007, p. 12):

El patrimonio como herencia colectiva cultural del pasado (nuestro pasado, el pasado de una comunidad, el pasado de toda la humanidad...) conecta y relaciona a los seres humanos delayer con los hombres y mujeres del presente, en beneficio de su riqueza cultural y de su sentido de la identidad.

O patrimônio, portanto, apresenta-se como algo ativo que transcorre do passado ao futuro relacionando distintas gerações. E, sobretudo, esclarecendo no presente representações da história do passado. O pedido de tombamento do prédio do DOI-CODI foi aprovado em março de 2012 pelo CONDEPHAAT, de São Paulo, pela relevância histórica e social que o espaço tem para a memória política brasileira. Sobre o parecer, esclarece a relatora do CONDEPHAAT Cristina Meneguello:

Que fique claro, assim, que este estudo de tombamento, se aqui aprovado, versa sobre um “lugar” definido de forma ampla e intensa, ou seja, um lugar histórico definido pelo vazio e pela aniquilação, o que implica lidar com a memória da dor e com a memória difícil, dentro dos esforços democráticos de nosso país. O Núcleo de Preservação da Memória Política, um dos signatários do apoio ao pedido de abertura de estudo de tombamento, é o membro institucional brasileiro da Coalizão Internacional de Museus de Consciência em Lugares Históricos, o que confere a dimensão de preservar, para as futuras gerações, locais de rememoração e conscientização (MENEGUELLO, 2012).

Apesar de se tratar de memórias dolorosas, são memórias que refletem os percursos da instalação do atual sistema de direito que vigora no país: a democracia. A referência ao voto direto, a participação social, a liberdade de pensamento e artística a que a sociedade brasileira dispõe hoje pode ser vista a partir de memórias de resistências durante o período em que vigorou a repressão militar. E em muitos casos, essa resistência aconteceu em lugares como

os centros de detenção. Por se tratar de memórias dolorosas e conflituosas, em alguns casos não há um reconhecimento da importância histórica e patrimonial que dispõe monumentos e prédios como o citado.

Apesar do seu potencial educativo, muitos lugares que testemunharam situações traumáticas são relegados ao completo abandono, às vezes por décadas, para que enfim sejam ‘resgatados’ e adquiram novos usos (SOARES, 2012, p. 39). Não obstante, essa visão simplória do que seja o patrimônio cultural tem sido pouco a pouco desconstruída. Conforme afirma Meneguello no parecer referente ao tombamento do edifício onde funcionou o DOI-CODI de São Paulo, a necessidade de revistar o passado tem se dado considerando para além das características estéticas.

Sabemos, como afirmou a UNESCO em 2002 ao incluir o campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau na sua Lista Mundial, que o patrimônio não é apenas um relicário de testemunhos estéticos da atividade humana. Dentro das proporções que lhes cabem, tanto no caso da ESMA, do DOPS ou do museu chileno, assim como em tantos outros memoriais destinados a lembrar a barbárie, impera a necessidade de revistar o passado, devolver dignidade às vítimas e às suas famílias, e, por meio de ações educativas, estimular a reflexão para que fatos como estes não mais se repitam. (MENEGUELLO, 2012).

Nesse sentido, temos assistido a uma série de políticas públicas de memória que, atrelada a organismos como a Comissão da Anistia e a Comissão da Verdade, tem empreendido diversas ações de apuração dos fatos outrora silenciados pelo Estado e que na atualidade vêm cumprir o disposto nas convenções internacionais no que tange a justiça de transição, ao fomentar esclarecimentos e análises do ocorrido durante a ditadura civil-militar. O Instituto de

Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH)¹⁰⁵, elaborou os princípios fundamentais para as políticas públicas de lugares de memória¹⁰⁶, que tem contribuído para algumas ações de registro e promoção desses lugares no Brasil.

Outros espaços foram mapeados e integram atualmente lugares que remontam a memórias do período de repressão. De acordo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, muitas cidades brasileiras já dispõem de memoriais relativos a pessoas mortas ou desaparecidas por razões políticas durante a ditadura, compondo o projeto da mesma instituição denominado *Memoriais Pessoas Imprescritíveis*, que, por sua vez integra o projeto *Direito à Memória e à Verdade*, do governo federal. A artista plástica Cristina Pozzobom, discorrendo sobre monumento erguido na cidade de Porto Alegre, afirma que a obra homenageia Manoel Raymundo Soares, integrando o projeto acima citado. Trata-se de uma escultura que faz alusão ao “Caso das Mãos Amarradas”, como ficou popularmente conhecido o episódio da sua morte, há 45 anos, quando seu corpo foi encontrado boiando no Rio Guaíba.

Já são 27 memoriais que retratam vítimas do período em questão espalhados pelo Brasil – tendo sido o primeiro deles em homenagem ao estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto no Rio de Janeiro em 1968, que foi inaugurado em 2008¹⁰⁷.

Cabe destacar que essas ações são repletas de disputas, articulações políticas e de conflitos em torno da memória. Não podemos afirmar que se trata um conflito de memórias acerca do período militar no Brasil, senão conflitos em torno da representação desse passado para a sociedade. Cada grupo memorial dispõe de

¹⁰⁵ É um organismo criado pelo Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, em 2009, que tem como funções principais a cooperação técnica, a investigação, a capacitação e o apoio a coordenação de políticas regionais em direitos humanos. O instituto tem sede permanente na cidade de Buenos Aires, na Argentina.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://ippdh.test-ar.com.ar/Documento/Details/59>>. Acesso em: 27 out. 2012.

¹⁰⁷ Notícia “Caso das Mãos Amarradas” ganha memorial em Porto Alegre. Igor Natusch. Disponível em: <<http://www.nucleomemoria.org.br/noticias/internas/id/154>>. Acesso em: 29 out. 2012.

suas “verdades” memoriais, e o que se processa por tanto, são disputas no âmbito do registro e da memória social (FERREIRA, 2008, p. 17). Um caso emblemático foi a construção do monumento em homenagem aos mortos e cassados na ditadura de 1964 – integrando a ação de criação de memoriais a pessoas imprescindíveis do governo federal, e que foi erguido na Praça do Relógio, ao lado do bloco A do prédio Universidade de São Paulo (USP). O monumento gerou intensa discussão antes mesmo de ser concluído, pois em uma placa alusiva a sua construção lia-se “Monumento em Homenagem a Mortos e Cassados na Revolução de 1964”¹⁰⁸.

Seguido ao debate e questionamentos gerado entre os alunos, comunidade, veículos de comunicação interna da universidade e de alguns ativistas de direitos humanos, dado a utilização do termo revolução, o Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEVUSP), que propôs a construção do monumento, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo (FUSP) e PETROBRÁS, esclareceu tratar-se de um erro e procedeu à correção do nome para ditadura.

Esses lugares de memória são construídos ou selecionados como mecanismo para suavizar a perda da memória. O conceito foi ampliado na atualidade, pois na sua essência quando proposto por Nora (1984, p. 13) foi sugerido como dispositivo para o problema da diluição das memórias. De acordo com o autor, não há memória espontânea, por isso é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. Esses lugares são, antes de tudo, restos, sendo apreciados pelo fato da memória ser fortemente visual, por isso que ela resiste. São ainda bastiões sobre os quais a memória se escora para não ser varrido pela história. Se poderia ainda sugerir que se trata de brechas entre o passado e o

¹⁰⁸ Notícia disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/falta-de-transparencia-trai-a-memoria-das-vitimas-da-ditadura-na-usp.html>> e também em <<http://www.viomundo.com.br/politica/professor-caio-toledo-uma-vitoria-simbolica-sobre-a-ditadura-pos-1964.html>>. Acesso em 23 set. 2012.

presente, para gerar o que Nora (Ibid., p. 19) chamou como sentimento do passado.

Assim como ocorreu na Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, os edifícios que foram sedes de torturas e interrogatórios, como os centros de detenção, têm sido pouco a pouco circunscritos nesse cenário de registro memorial. No Brasil, a ação encontra respaldo jurídico na Lei nº 12.528/2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade e prevê a prevê em seu inciso III do artigo 3º, a necessidade de se “identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos”.

Como um exemplo pode-se citar o presídio do Ahú, em Curitiba, que abrigará o Museu Memorial da Resistência¹⁰⁹. Atualmente desativado, o prédio pertence ao Tribunal de Justiça do Paraná, que já cedeu algumas dependências para funcionamento do memorial. Além de presídios e delegacias de polícia, é importante ressaltar a existência de imóveis residenciais que eram utilizados pelo sistema repressivo para vigiar a população civil e reprimir possíveis ações consideradas subversivas. Um desses imóveis foi a denominada “Casa da Morte” em Petrópolis¹¹⁰, no estado do Rio de Janeiro, que abrigou o Centro de Informações do Exército de modo clandestino e por onde teriam passado cerca de 20 presos políticos, dentre os quais, apenas um sobreviveu. O local foi desapropriado pela Prefeitura e será transformado em memorial ou museu e o projeto de tombamento do prédio encontra-se já em andamento. Cabe registrar o empenho de entidades e de parte da sociedade civil pela aprovação do tombamento.

No que se refere ao tema da patrimonialização dos locais de sofrimento, a ação do *Coletivo Memória Verdade e Justiça*, formado por cerca de 20 organizações, dentre as quais a Seccional RJ da OAB,

¹⁰⁹ Conforme notícia disponível em: <<http://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/forum-visita-presidio-do-ahu-futura-sede-do-memorial-da-resistencia>>. Acesso em: 29 out. 2012.

¹¹⁰ Conforme notícia disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/prefeitura-de-petropolis-abre-caminho-para-tomar-casa-da-morte-5857333>>. Acesso em 29 out. 2012.

sindicatos, associações e grupos de direitos humanos, realizou um manifesto público pelo tombamento dos centros de tortura no estado, solicitando a transformação dos mesmos em centros culturais e de preservação da memória¹¹¹. Outra reivindicação do grupo é a transformação do Museu da Polícia Civil, onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no Rio de Janeiro, em um memorial que retrate as violações aos direitos humanos que ali foram cometidas.

Um memorial já consolidado e em pleno funcionamento é o Memorial da Resistência da cidade de São Paulo, onde funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. Criado em 2002 pelo Governo do Estado de São Paulo, foi denominado Memorial da Liberdade e, a partir de 2004, por estar no prédio da Estação, de acordo com Neves (2012, p. 53) passou a ser gerido pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, que sugeriu uma nova proposta museológica. Na ocasião, alguns cidadãos, sobretudo os pertencentes ao Fórum Permanente de Ex-presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, empreenderam ações junto à administração estadual, no sentido de que fosse produzido um novo olhar para o lugar. O grupo sugeriu a mudança do nome para Memorial da Resistência e apoiou a equipe responsável no novo projeto museológico.

Dar voz aos protagonistas significou envolvê-los no processo desde o início. Assim, com o encaminhamento dos trabalhos e as sistemáticas reuniões foram iniciadas as coletas de testemunhos, necessárias para o entendimento da resistência, do cotidiano na prisão e do espaço carcerário (NEVES, 2012, p. 59). De modo que foi proporcionado um processo de diálogo estabelecido entre as histórias narradas sobre o lugar e os visitantes que ali buscam conhecê-lo, o que, segundo Neves (Ibid., p. 42), é fundamental para que possam ser geradas ações transformadoras, e que deve estar em toda ação museológica.

¹¹¹ O manifesto está disponível em: <http://administrativo.oabrp.org.br/files/-Upload/manifesto_memoria.pdf>. Acesso em 10 nov. 2012.

Outro exemplo de reivindicação memorial tem sido a mudança de nomes de ruas e logradouros que ostentam nomes de personagens relacionados ao regime militar e vinculados a atos de violência, tal é o caso de uma rua, situada na cidade de Belo Horizonte, que carregava o nome de um policial norte-americano que veio ao Brasil para instruir a polícia política aos métodos de tortura, Dan Mitrione. Nesse sentido, as intervenções em direção a uma memória das vítimas da repressão obteve a troca do nome para José Carlos da Matta Machado, ativista político morto durante o regime militar. Conforme as palavras do vereador Arthur Viana, autor da lei municipal de mudança de nome, foi atendida uma antiga reivindicação dos moradores do bairro que não se sentiam confortáveis de ter uma rua homenageando alguém que ensinava práticas de torturas.

De acordo com a análise dos sentidos políticos da toponímia urbana realizada por Dias (2012, p. 178), verifica-se que a nomeação de logradouros públicos implicou em uma ressignificação da biografia dos militantes, que em sua maioria eram descritos pelos órgãos oficiais como terroristas na época do regime militar. O ato de nominar as vítimas do período repressivo apresenta-se aqui com uma intenção de alcance simbólico e político em homenageá-los, entrando, deste modo, seus nomes para a história e para a memória oficial como vítimas, e não mais como terroristas.

O que se pode aferir da análise dessas reivindicações é que a patrimonialização dos lugares de sofrimento no Brasil está inserida em um projeto maior, que é a luta pelo direito à memória e à verdade acerca do ocorrido durante o regime militar. As organizações promotoras de atos e documentos de valorização destes espaços são em sua maioria ativistas dos direitos humanos que consideram essas ações como dispositivos memoriais necessários para que se efetive uma justiça de transição no país. Em contrapartida, os órgãos federais de preservação do patrimônio cultural ainda não tem se posicionado no sentido de reconhecer o valor histórico/cultural do que está sendo reivindicado, de modo que os registros e salvaguardas dos lugares de memória do período em questão aqui retratados.

Há outros exemplos que não couberam neste texto e que tem se dado em esferas municipais e estaduais. O que se percebe é que este debate não tem atingido os organismos de preservação da cultura e do patrimônio em esfera federal, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portanto, é necessário que este debate avance para além dos ativistas de direitos humanos, e que os promotores culturais e pesquisadores da cultura investiguem o mérito de tais lugares e ações.

Referências

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues; VANNUCHI, Paulo. **Memória e verdade**: a justiça de transição no estado democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CANDAU, Joël. Conflits de mémoire: pertinence d'une métaphore? In: BONNET, Véronique (dir.). **Conflits de mémoire**. Paris: Khartala, 2004.

CUYA, Esteban. Justiça de Transição. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.24, n.1, 2011.

DIAS, Reginaldo Benedito. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, v.8, n.1, p.155-181, janeiro-junho, 2012.

DVORÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Trad. Valéria Alves Esteves Lima. São Paulo: Ateliê, 2008.

FERREIRA, Maria L. Guerra nos museus (Mesa-redonda). Seminário Internacional A Democratização da Memória: a função social dos museus ibero-americanos. Rio de Janeiro, outubro de 2008.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. **Gestióndel patrimônio cultural**. 3ª ed. Barcelona: Ariel, 2007.

JUNIOR, Paulo Abrão Pires. As caravanas da anistia: um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira (Comunicação). **II Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição**. São Paulo, SP, 2010.

LORAU, Nicole. De la amnistía y su contrario. In: YERUSHALMI, Yosef H (org.) **Usos del olvido**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1998, p. 27-51.

MENEGUELLO, Cristina. **Parecer alusivo ao Processo n. 01037/2010**. Referente solicitação de abertura de estudo de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-CODI, II Exército, hoje 36ª Delegacia de Polícia, Rua Tutóia 921, São Paulo. Emitido em 20 de março de 2012. Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.nucleomemoria.org.br/noticias/internas/id/306>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

MESSINA, Luciana. El ex centro clandestino de detención “Olimpo” como dispositivo de memoria: reflexiones sobre las marcas territoriales y sus usos. **Aletheia**. Buenos Aires, vol. 2, n. 3, noviembre 2011.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.2, n.3, p. 14-26, ago.-nov.2010.

NEVES, Kátia Regina F. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual. In FERREIRA, Maria Letícia Maz-zucchi; MICHELON, Francisca Ferreira (org.). **Memória e esquecimento**. Pelotas: UFPel, 2012.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: **Les lieux de mémoire**. Vol. 1 –La République. Paris: Gallimard, 1984.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI**: do monumento aos valores. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REÁTEGUI, Félix. **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

SALMON, Elizabeth. Algumas Reflexões sobre o Direito Internacional Humanitário e a Justiça Transicional: Lições da Experiência Latino-Americana. In: REÁTEGUI, Félix (coord.) **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 227-262.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. **Literatura e autoritarismo: memórias da repressão**. Santa Maria, n.9, 2006.

ZYL. Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: REÁTEGUI, Félix (coord.) **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 47-72.

VELHICE E ASILAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NOS DIÁLOGOS ENTRE SAÚDE E CULTURA – A COMPREENSÃO DA PESSOA IDOSA COMO TESOURO VIVO EM SOCIEDADE

Daniele Borges Bezerra

Percebe-se, já de forma naturalizada, que os atores da cultura¹¹² ocidental contemporânea delegam ao velho uma imagem de sujeito improdutivo, inaudível e até obstrutor do progresso que, sem serventia, se torna um desvio social. Conforme Pelegrini (2010), é importante gerar recursos que amenizem os efeitos homogeneizantes das culturas, decorrentes da globalização. É neste contexto que noções como cultura, pluralidade, inclusão social e exercício da cidadania são de suma importância. Relacionam-se não apenas às políticas culturais, mas passam também pelas políticas de promoção à saúde. Busca-se uma reflexão que permita a visualização da pessoa idosa como tesouro vivo em sociedade, o idoso como atributo positivo, valorizado a partir de associações positivas, tanto em relação ao aparato sócio fisiológico do qual se ocupam as políticas de saúde pública, quanto sob o ponto de vista cultural, entendido como parte integrante e formadora da bagagem cultural da sociedade na qual se insere. Tampouco se almeja que ocupem um lugar de meros contadores de histórias sob os auspícios da patrimonialização, nem tampouco o de renegado símbolo negativo de perecimento. Almeja-se a construção coletiva para a inclusão do idoso enquanto ator, sujeito, pessoa fisiocultural sensível e tocante, este sim naturalizado em sociedade.

A reflexão que segue parte de uma abordagem holística da pessoa em sociedade. Com isso, pretende-se demonstrar que as fronteiras entre cultura e saúde podem ser tênues quando a pessoa

¹¹² Segundo Laraia (2003 p. 58), “a cultura desenvolveu-se, pois, simultaneamente com o próprio equipamento biológico e é, por isso mesmo, compreendida como uma das características da espécie (...)”.

individual e coletiva não é cristalizada, mas um composto orgânico de tudo isto. Quando se pensa em saúde, pensa-se na proteção e promoção de bem estar da pessoa, considerando seu contexto social; quando se pensa a nível patrimonial, pensa-se em projetar ao futuro, objetos eleitos socialmente como representantes e, portanto, fortalecedores da identidade individual e coletiva. Ambas as formas de proteção à pessoa, uma a nível orgânico, outra a nível memorial, são imbuídas do composto social.

Propõe-se pensar o patrimônio cultural, especificamente imaterial, e o lugar do idoso na sociedade ocidental contemporânea a partir de um estudo de caso da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Brasil. A fala aqui introduzida é fruto de um interesse em analisar possíveis funções físicas, sociais e simbólicas referentes a um asilo de idosos na cidade. E parecem ser sempre muito tangenciais as questões relativas à identidade do sujeito asilado, sua orientação social atual e seu estado de saúde, compreendido além do biológico.

O asilo de Mendigos de Pelotas, fundado legalmente em 1885, foi a primeira instituição criada para abrigar idosos sem estrutura social para moradia independente ou familiar. No dia 21 de setembro de 1882, o jornalista Antônio Joaquim Dias, idealizador do asilo, publicou no jornal *Correio Mercantil* do qual era proprietário e fundador:

A redação do *Correio Mercantil* solicita a todos os habitantes desta cidade um donativo qualquer para ser aplicado à construção de um edifício destinado à mendicidade. As quantias que a generosidade pública consagrar a este humanitário fim podem ser remetidas a esta redação ou aos Srs. Conceição e Cia. (CORREIO MERCANTIL, 21/09/1882 apud RIECHEL, 2000).

O asilo, denominado Asilo de Mendigos de Pelotas, idealizado e construído a partir de beneméritos¹¹³ atende atualmente cerca

¹¹³ É notória a característica assistencialista por parte de alguns vultos economicamente favorecidos da cidade de Pelotas em relação a projetos sociais e a doações no período

de 100 idosos, homens e mulheres com idade compreendida entre 60 e 90 anos. Ao contrário do que fica subentendido pela inscrição na fachada do prédio e o anúncio no jornal, que dizem respeito à mendicância, todos os internos contribuem com 90% do benefício recebido pelo governo. A maioria perdeu o vínculo familiar e transcorrem os dias em uma sucessão de acontecimentos mecânicos, onde o tédio e a rememoração são evidentes e contemporâneos à espera pelo fim, simbolicamente, experimentado como cada vez mais próximo. Segundo Barreto (1992, p. 34):

A morte adquire um sentido existencial de próxima quando nada mais importante do que ela é esperado, sonhado, perseguido. Já não há projetos em andamento: casamentos, formaturas, nascimentos, trabalhos, pesquisas, estudos – tudo já aconteceu e, se acontece de novo, perdeu o gosto da novidade. O único novo, o único importante por acontecer é a morte.

Tal perspectiva torna-se evidente em ambiente asilar. No entanto, existem aqueles que buscam subterfúgios para a ocupação e significação do tempo de modo a burlar a nostalgia e pensamentos negativos. Apesar de considerar os aspectos nostálgicos que acometem muitos idosos, sabe-se que aqueles com melhor qualidade de vida e com vínculos familiares e sociais preservados possuem ferramentas para preservar suas vidas ativas e positivas. Contudo, a maioria dos idosos asilados rompeu com tais vínculos e sofre de depressão, também por possuir uma rotina sedentária e isolacionista. Segundo Bosi (2006, p. 35), “a sociedade industrial é maléfica para a velhice. (...) A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalhar, ele já não é produtor nem reprodutor”,

Parte-se deste cenário e convida-se a pensar sobre: Que vínculos este espaço, de característica asilar, estabelece com o mo-

auge das charqueadas, fato que revertia nos chamados beneméritos e no reconhecimento dos mesmos perante a sociedade da época.

rador? Em que medida a imagem e a memória, de característica fortemente visual, participam deste diálogo? De que maneira a sociedade concebe o envelhecimento. Como é vivenciado pelo idoso o cumprimento ou não de políticas públicas em execução?

Com o desafio destas perguntas propõe-se uma breve análise de trechos da Constituição de 1988, que são marcos nas respectivas áreas, onde se busca possíveis paralelos históricos entre políticas públicas de saúde e culturais.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido *mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos* e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifos meus). (BRASIL, 1988).

Partindo-se da definição de saúde feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença” (BRASIL, 1988), a redução de riscos de doença e outros agravos contemplados no Art. 196 conduzem à interpretação que um mal estar social também caracterizaria ausência de saúde ou enfermidade, individual ou coletiva. Seria possível interpretar este mal estar social com relação ao envelhecimento e a morte?

A definição do que é normal e do que é patológico, como propõe Canguilhem (2002), assume dimensões que extrapolam os campos de ação das ciências da saúde e compreende a doença como parte do processo de saúde, sem estar esta vinculada a aspectos negativos. O antropólogo Marcel Mauss também se ocupa da codificação social que a partir de um padrão determina o que é normal e o que é patológico, cambiável segundo a sociedade. Segundo Alain Caillé, Mauss superou o pensamento Durkheimniano sobre normal e patológico:

O domínio do patológico jamais se confunde com o domínio do individual, pois diferentes tipos de perturbações ordenam-se em categorias, admitem uma classificação e as formas predominantes

não são as mesmas segundo as sociedades e segundo tal ou qual momento da história de uma mesma sociedade. (CAILLÉ, 2002, p. 8)

Da mesma forma, o envelhecimento e a sua associação à morte são compreendidos como poderiam ser apropriados socialmente como parte integrante da vida e não em oposição a ela. Com relação à definição dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ressalta-se que, para além da ausência de doenças saúde, pressupõe bem estar, um estado determinado por um conjunto amplo de fatores que não os compreendidos meramente no plano fisiológico. Tal definição, mesmo obsoleta, ao passo que estabelece uma relação compartimentada da noção de pessoa¹¹⁴, também a complexifica a partir de um conceito que possui implicações legais, sociais e econômicas. Permeiam-se, com isso, os campos sociológicos e das ciências exatas, e evidencia-se a noção de pessoa, paralela a de identidade, uma pessoa fisiocultural, que além de física está, sempre simbolicamente, vinculada ao contexto social na qual vive; às trocas que estabelece e memórias que compartilha.

O estruturalismo das ideias nos reporta diretamente a proposição dos mecanismos de poder e controle dos corpos, conforme Foucault (1982). Desta feita, um corpo tido como aparato social, um corpo construído e muitas vezes destituído, onde ficam registradas marcas de cunho temporal e inscrição social. Um corpo fabricado para os espaços de retenção e isolamento, ou seja, espaços estéreis sob o ponto de vista da atualização em sociedade e, contudo, vivos como contenedores de memórias. A partir da lógica Foucaultiana em diálogo com o pensamento Guatariniano, seria neste aparato fisiológico que se fariam as inscrições de cunho simbólico advindas da experiência em sociedade mediadas pelo corpo físico. Os autores

¹¹⁴ Segundo o antropólogo francês Marcel Mauss, a noção de "pessoa", relaciona-se com os aspectos simbólicos das palavras *persona* (máscara em latim), relacionadas, portanto a noção de personagem. Mauss salienta que a noção de pessoa adquiriu corpo em diversas sociedades, passando da máscara, à personagem, ao nome, à consciência moral e finalmente chegando à noção de pessoa, construída socialmente como uma forma fundamental do pensamento.

tratam do corpo como suporte de inscrição dos poderes organizadores da sociedade a partir de padrões normativos, que geram paralelamente desvios.

Conforme Castriota (2009), os lugares contêm memórias significativas para os grupos que com ela se identificam. Esse composto duplo de lugar e memória sofre manipulações e interferências e, com frequência, é reconstituído devido à necessidade de permanência de algo que já não é mais. Ao contrário dos lugares de memória trabalhados por Pierre Nora (1984), o asilo assume uma condição positiva com relação à memória, já que não é o asilo um espaço vazio que serve para nos lembrar de algo que já não está, pois no asilo encontram-se memórias vivas. Portanto, o asilo não é um lugar de memória, nos termos de Pierre Nora, mas pode ser considerado um contenedor de memórias dinâmicas, em exílio, uma instituição que participa de uma política de esquecimento. Pois, não se trata de um local memorial, mas antes, de uma ruptura com as memórias familiares e sociais numa espécie de isolamento “protetivo” que segrega seus integrantes e reduz seus vínculos sociais.

A proteção legal do idoso é recente e pode-se perceber na leitura de seu estatuto, a partir da Lei nº 10.741, de outubro de 2003, condutas direcionadas à manutenção do idoso enquanto pessoa social, sua inclusão no mercado de trabalho e a manutenção do vínculo familiar, bem como a indicação de cuidado pela própria família em detrimento do asilamento, este aplicado em casos extremos. O Art. 3.º, parágrafo único, assegura garantia de prioridade que compreende:

II – preferência na formulação e na execução de *políticas sociais públicas específicas*; IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações; V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência. (grifo meu), (BRASIL, 2003).

É evidente a preocupação expressa na lei, com relação às carências evidentes em sociedade com relação ao idoso, quais sejam; integração entre pessoas idosas e as novas gerações, valorização de seus saberes e da condição de Ser idoso, com a destituição dos estigmas sociais relacionados a esta fase da vida. Laraia (2003, p. 49) afirma que a cultura se dá por um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores, o que evidencia uma função integrativa dos saberes culturais, bem como da difusão de tais saberes pelos idosos às novas gerações. Além disso, é importante destacar o reconhecimento da necessidade de preservação dos vínculos sociais e familiares e a redução do asilamento enquanto prática naturalizada citados no estatuto dos idosos.

O Artigo 8.º afirma o envelhecimento como um direito: “O envelhecimento é um *direito personalíssimo* e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente” (grifo meu), (BRASIL, 2003). Tal afirmação associa o direito de ser idoso a uma condição de pessoa propriamente dita a partir da definição: um direito personalíssimo, ou seja, direito natural do qual é constituída a pessoa.

O Artigo 9º determina que “é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de *políticas sociais públicas* que permitam um envelhecimento saudável e em *condições de dignidade*” (grifos meus) (BRASIL, 2003). Com relação ao artigo 9º, salienta-se a orientação para a elaboração e efetivação de políticas públicas marcadamente sociais comprometidas com a dignidade das pessoas que envelhecem. Salvar a dignidade das pessoas, sua vida e expressões culturais, enquanto detentoras e difusoras de um saber inscrito na tradição, ou mesmo de uma experiência pessoal ou personalíssima, datada e integrada como componente de um meio social em transformação.

Portanto, é imprescindível pensar o idoso, torná-lo visível e desmistificar a imagem-máscara¹¹⁵ a ele associada de maneira pejo-

¹¹⁵ Deleuze e Gattari (1996) falam de um rosto produzido cotidianamente pela máquina abstrata de *rostidade*, seus sistemas de controle e engrenagens estéticas de dominância. Os rostos são fabricados abstratamente, e a esse processo os autores denominam

rativa. O idoso taxado por desmemoriado provavelmente é o que menos esquece nessa relação: asilado x sociedade. É a própria função do asilo enquanto instituição de abrigo que nasce com a função de deslocar do meio social, de forma concreta, idosos sem estrutura social adequada para a independência na maior idade. Mas é também a noção de pessoa vinculada ao personagem do velho, carregada simbolicamente de um mal estar contemporâneo relacionado ao envelhecimento e à morte, que favorece a segregação dos idosos em sociedade.

É importante gerar recursos que amenizem os efeitos homogeneizantes das culturas, decorrentes da globalização. A contemporaneidade ocidental delega ao velho uma imagem de sujeito improdutivo, inaudível e até atravancador do progresso, que se torna sem serventia e, portanto, um desvio social. É neste contexto que noções como pluralidade, inclusão social e exercício da cidadania são de suma importância. Conforme Pelegrini (2010, p. 108):

Logo, projetos que visem a integração entre jovens e anciãos detentores de conhecimentos e técnicas ancestrais devem constituir o ponto de partida para criação das condições propícias à transmissão dos conhecimentos e da herança cultural dos povos [...].

São exemplos legislativos, que exprimem riqueza com relação à valorização do idoso e a compreensão de um estatuto a favor de sua categoria como patrimônio cultural, os casos da Lei 13.427 de 30 de dezembro de 2003 no Ceará, e na Bahia a Lei: 8.899 de 18 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto 9.101 de 19 de maio de 2004. A primeira inscreve no Art. 2.º, livro V dos Guardiões de Memória:

rostificação. Esse processo é dado de forma binária, classificatória, com fins de controle social: homem x mulher, rico x pobre, criança x velho, etc.

Onde serão inscritos as pessoas naturais detentoras da memória de sua cidade, região ou Estado, devendo essa memória apresentar-se de forma oral ou através da propriedade de acervos que por sua natureza e especificidade representem.¹¹⁶ (CEARÁ, 2004).

O segundo inscreve no Art. 2º:

(...) junto ao Registro dos Mestres dos Saberes e Fazer, a pessoa natural que tenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de determinada comunidade estabelecida no Estado da Bahia.¹¹⁷ (BAHIA, 2003).

A partir dos dois casos de lei acima citados é possível escapar do viés comumente associado ao idoso com um deslocamento do *status* de desvio para um positivo e de significação social. O idoso é definido pela legislação cearense da seguinte forma: “(...) ‘Tesouros Vivos da Cultura’ as pessoas, grupos e comunidades que são, reconhecidamente, detentoras de conhecimentos da tradição popular do Estado”. A legislação considera que toda pessoa idosa, por natureza, é possível transmissora de conhecimentos acumulados a partir de uma determinada inserção e compartilhamento culturais em sociedade, excetuando os casos em que possíveis limitações degenerativas os impossibilitem.

Muito embora nos sejam claras as especificidades a que se reporta e se aplica o Art. 216 da constituição de 1988, desafiamos a pensar na promoção em saúde, em certo sentido, como promoção à cultura, uma vez que o cuidado com a saúde global contempla a manutenção das memórias e conseqüentemente a identi-

¹¹⁶ Neste caso, são contemplados não apenas os registros de bens culturais imateriais, mas também de indivíduos (CAVALCANTI, 2008).

¹¹⁷

Disponível

em

<<http://www2.casacivil.ba.gov.br/nxt/gateway.dll/legsegov/leiord/leiordec2000/leiord2003/leiord2003dez/lo20038899.xml>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

lei-

dade da pessoa a nível patrimonial. Sabe-se, por exemplo, que a longevidade de um povo relaciona-se diretamente com a sua qualidade de vida¹¹⁸, e sob este ponto de vista, aspectos culturais que determinam seu modo de viver também influenciam na longevidade. Por outro lado, a promoção à cultura, a partir da valorização da identidade do idoso e de suas memórias, pode ser também uma estratégia de promoção à saúde. A Constituição Brasileira, por sua vez, define o patrimônio cultural da seguinte forma:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os *bens de natureza material e imaterial*, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à *identidade*¹¹⁹, à ação, à *memória* dos diferentes *grupos formadores da sociedade brasileira*. (grifos meus) (BRASIL, 1988)

Parte-se aqui de um pensamento crítico sobre as origens dos mecanismos segregacionistas relacionados à contaminação social por fronteiras simbólicas e ao medo¹²⁰ da morte como representativo risco de perda cultural e de saúde social. Para Norbert Elias (2001):

A morte é um dos grandes perigos biosociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador. Para os próprios moribundos, isso significa que eles também são empurrados para os bastidores, são isolados.

¹¹⁸ Determinada, entre outras coisas, por um estilo alimentar e condições de alimentação apropriada, jornada de trabalho branda com salário adequado às necessidades básicas, assistência médica gratuita de qualidade, etc..

¹¹⁹ Subentendida a pessoa que os compõe e os representa.

¹²⁰ Norbert Elias (2001) aborda o envelhecimento e a morte associados ao medo.

Bosi (2006) se refere às casas de memória, a partir de Candau, como locais que alojam pensamentos. O asilo de mendigos, como abrigo para idosos, socialmente marginalizados, é da mesma forma um relicário¹²¹ de pensamentos e experiências que não estão encerrados no passado, como fica subliminarmente entendido, no discurso “jovem”, mas no presente mesmo das emoções encerradas, a parte.

O asilo de idosos localiza-se, funcionalmente entre aqueles que respondem às fronteiras simbólicas, determinadas socialmente. Parece-nos que a sociedade ocidental antes segregue e depois crie instrumentos para acolher seus desvios; ou ainda, evidencie desvios e depois gere instrumentos de invisibilidade contra as ameaças de contaminação social.

Pode-se dizer, desta forma, que o asilo funciona como uma espécie de caixa de pandora da memória: “abrirlo verdaderamente implica dejar escapar todos los ‘bellosmales’, todas as inquietudes de um pensamento que se volta ao seu próprio destino” (DIDI-HUBERMAN, 2009, p.4).

A figura do idoso, como uma máscara da velhice é tão forte quanto a do louco, e seguramente faríamos uma mesma fotografia de ambos não fossem os lugares aos quais estão vinculados. O asilo, não por acaso, é aqui relacionado a um relicário; uma vez que possibilita a junção de diversos atores sociais de outros tempos; idosos que assistem ao fim do curso de uma época e, também, o período que antecede o fim, natural da vida, corresponde a uma fase de desvinculação, de desarticulação produtiva e simbólica evidentes na destituição der seus poderes por uma “modernidade” segregacionista, excludente e estigmatizante. Aqui a marca presente de uma coisa ausente, exemplificada por Ricoeur (2007) para falar de memória, é inscrita na pele, nos ossos, e nos sentidos, mas, sobretudo socialmente, quando tais marcas denotam pejorativos sinais do tempo. Sinais degenerados do passado, ou do tempo transcorrido.

¹²¹ Relicário é um objeto, estruturalmente capaz de preservar, conservar relíquias, pressupondo o isolamento de algo precioso em relação ao espaço no qual está circunscrito.

A lógica temporal da velocidade embutida na lógica ocidental capitalista, em que não se há tempo a perder, pois “tempo é dinheiro”, não delega ao idoso um lugar positivo, mas salienta sua inadequação em termos de produtividade e ingresso neste fluxo veloz cotidiano, ao contrário do que acontece em outras sociedades. Como exemplo, as culturas africana e japonesa percebem seus idosos como tesouros e, portanto, os valorizam enquanto pessoa e como detentores do conhecimento adquirido com a experiência.

Podemos sentar para ouvir uma infinidade de histórias, se tivermos tempo no presente veloz em que vivemos e gerar saúde mental individual e social. Da mesma forma que as políticas públicas voltadas para a saúde se ocupam desta, na qualidade de direito universal amplo, possam ser recriados e exercidos verdadeiramente, os instrumentos de proteção que compreendem a cultura de um grupo, também como reflexo de saúde social.

É notória a carência de iniciativas políticas e posturas educativas – não apenas na área da saúde, mas também no campo patrimonial– que abranjam de maneira satisfatória, uma massa populacional capaz de obsoleter este imaginário tão multiplicado e vinculado ao final do século XIX, tempo privilegiado da modernização e da velocidade, onde o diferente, o desviante, ou mesmo a ideia da morte passam a ser motivos de medo. A cultura do corpo perfeito, dos elixires da juventude, das dietas, avanços da ciência, intervenções cirúrgicas e do descartável, gerou “frankensteins” infelizes que não se projetam para o futuro, como diria Didi-Huberman (1998), relacionando narcisismo com o desejo de projeção para o futuro e a negação da morte. Vive-se uma fase de negação completa dos ritmos do corpo e do humano, ritmos que, como diria Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (2001, p.37), cadenciam a vida humana.

Não bastarão os recursos criados quando estes não andarem conectados com a própria natureza humana e social. Não precisamos de uma segunda pele que nos subtraia de nós mesmos. É possível aproveitar os recursos, sempre mais disponíveis, a favor da manutenção da pessoa como patrimônio cultural, uma vez que sem ela na sua diversidade, não há cultura horizontal, mas imposições de regimes que nos atingem, de maneira quase subliminar, subtraindo-nos o direito de expressão, naquilo que somos, mais fortemente,

distinguíveis dos outros seres: nossa humanidade e nela o embrião da diversidade. Portanto, acredita-se que a pessoa em sua diversidade seja parte do patrimônio cultural humano e que este deva ser preservado, evidenciado e, multiplicado, no conjunto de um relicário vivo em constante atualização. Em se tratando da pessoa idosa, acredita-se que o poder individual não deve ser interdito, mas, restituído e ampliado com a multiplicação dos saberes e da valorização da pessoa individual e coletiva.

Segundo o sociólogo francês Edgar Morin, fala-se em toda parte em interdisciplinariedade, seja para o estudo da saúde, da velhice, da juventude e das cidades. Contudo, segundo o autor, é necessária uma alteração do pensamento contemporâneo que unifique ao invés de criar diferenças e separações, é necessário romper com a lógica rígida e dicotômica a qual somos tendenciosamente impulsionados pelo sistema de produção moderno, a favor de uma lógica complementar que reconheça o antagonismo como parte do conjunto integrando as partes. O autor afirma que:

A reforma do pensamento permitirá frear a regressão democrática que suscita, em todos os campos da política, a expansão da autoridade dos *experts*, especialistas de todos os tipos, estreitando progressivamente a competência dos cidadãos, condenados à aceitação ignorante das decisões dos pretensos conhecedores. (MORIN, 2012, p. 26)

É nesta lógica que as políticas públicas culturais e de saúde devem e podem dialogar buscando traçar de forma conjunta novas estratégias de ação e inclusão da pessoa idosa nas práticas sociais a partir da naturalização de seu estatuto e da valorização humana de sua experiência em sociedade.

Referências

BARRETO, Maria Leticia Fonseca. **Admirável mundo velho: velhice, fantasia e realidade social**. São Paulo: Ática, 1992.

BAHIA. **Lei nº 8.899 de dezembro de 2003.** Mestres dos saberes e fazeres. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/legislacao/#content>>. Acesso em 25 jun. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: <[http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/Constitui coes_declaracao.pdf](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/Constitui%20coes_declaracao.pdf)>. Acesso em 27 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. **ABC do SUS: Doutrinas e princípios.** Brasília, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.741, de 1.º de Outubro de 2003.** Estatuto do idoso. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em 1.º jul. 2012.

BÓSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 13.ª ed. São Paulo: Companhia. das Letras, 2006.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom:** o terceiro paradigma. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CAVALCANTI, M. L. V. C.; FONSECA, M. C. L. **Patrimônio imaterial no Brasil:** legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO/Educarte, 2008.

CEARÁ. **Lei nº 13.427 de 30 de dezembro de 2003.** Lei do tesouro vivo. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/patrimonio-cultural/legislacaogeral/Lei%20dos%20Tesouros%20Vivos.pdf>>. Acesso em: 25 jun 2012.

DELEUZE, Gilles; GATTARI, Felix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. 3.ª vol. São Paulo: Editora 34, 1996.

DIDI-HUBERMAN, George: **O que vemos, o que nos olha.** São Paulo: Editora 34. 1998.

DIDI-HUBERMAN, George. **Ser cráneo**: Lugar, contacto, pensamiento, escultura: las ediciones de medianoche, Disponível em: <http://www.facartes.unal.edu.co/catedra_creacion/craneo.pdf>. Acesso em 25 mai. 2012.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Memória e velhice: do lugar da lembrança In: TEDESCO, João Carlos. **Memória e cultura**: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos. Porto Alegre: EST, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson. **Patrimônio cultural e ambiental**: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2010.

GOFFMAN, Erving (2001) **Manicômios, prisões e conventos**. 7.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 16.ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu' (1938). In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MORIN, Edgar. **Para navegar no século XXI – Tecnologias do imaginário e cibercultura**: da necessidade de um pensamento complexo. Trad. Juremir Machado da Silva. Disponível em: <<http://www.uesb.br/labtece/artigos/Da%20Necessidade%20de%20Um%20Pensamento%20Complexo.pdf>>. Acesso em 8 jul. 2012.

NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire**. Vol. 1 – La République. Paris: Gallimard, 1984.

RICOEUR, Paul. **Memória, história e esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RIEHEL, Isabel. **Asilo de Mendigos de Pelotas**: seus internos e sua condição social. Monografia (Graduação em Antropologia) – Departamento de História e Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS 2000.

LÍNGUA DE SINAIS E DIREITO LINGUÍSTICO E CULTURAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS TENSIONAMENTOS DO MO- VIMENTO SURDO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tatiana Bolivar Lebedeff
Fabiano Souto Rosa
Francielle Cantarelli Martins
Madalena Klein

Este texto propõe-se a discutir o papel do movimento surdo brasileiro no tensionamento das políticas públicas a fim de garantir seu direito linguístico e cultural, ou seja, o uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras e a compreensão da comunidade surda como minoria linguística e cultural.

Diniz (2011) relata que registros históricos indicam a existência de uma Língua de Sinais Brasileira autóctone, que entrou em contato com a Língua de Sinais Francesa a partir de 1855, com a vinda de um professor Surdo Francês, Eduard Huet, para fundar o que é hoje o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, localizado no Rio de Janeiro, capital do Império, na época.

Entretanto, assim como em muitos países, a Língua de Sinais usada pelos surdos brasileiros¹²² esteve proibida nas escolas a partir do Congresso de Milão, ocorrido em 1880. Felizmente, esta proibição não significou a sentença de morte da Libras, pois Diniz (2011) explica que os alunos do INES comunicavam-se em Libras às escondidas e, como eram oriundos de muitos lugares diferentes, ao voltarem para suas casas nas férias levavam a Língua de Sinais para quase todos os Estados Brasileiros.

Após muitos anos de "reclusão" social forçada, as Línguas de Sinais adquirem um novo status na Educação e vida dos Surdos. O

¹²² Em 1875, Flausino da Gama publicou o primeiro dicionário de Língua de Sinais do Brasil, então chamada de "Signaes dos Surdos-Mudos" (STROBEL, 2012). A Lei 10.436 de 2002 oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

fracasso do oralismo¹²³ e uma série de acontecimentos que ocorreram na década de 1960, principalmente nos Estados Unidos (MAHER, 1996), fizeram iniciar uma mudança de percepção da surdez. A partir da década de 1960, incorporaram-se ao campo da surdez novos conhecimentos provenientes de outras disciplinas, fundamentalmente da linguística, psicolinguística, e da sociolinguística, rompendo com o predomínio da concepção médica da surdez (SANCHEZ, 1990).

De acordo com Sánchez (1990), os estudos iniciados na época comprovaram claramente a complexidade do processo de aquisição da linguagem, com o que se viu a impossibilidade de ensinar mecanicamente a língua oral por sucessivas repetições de estímulos e resposta, ou seja, percebeu-se a inviabilidade da proposta oralista. As línguas humanas foram estudadas em suas características comuns, universais, e se concluiu que não havia língua rica e língua pobre, língua primitiva e língua civilizada. Demonstrou-se que as Línguas de Sinais utilizadas pelos surdos possuem uma estrutura semelhante a das línguas naturais faladas, e que cumprem com as mesmas funções, sendo indubitavelmente as que melhor satisfazem às necessidades de seus usuários. Para o autor, o surdo foi percebido não como doente ou deficiente, mas como membro de uma comunidade linguística minoritária cuja formação e existência é inevitável e obrigatória, dadas as peculiaridades da comunicação de seus integrantes.

No Brasil, na década de 60¹²⁴ do século XX, a comunidade surda já havia começado a estabelecer as associações de Surdos em cidades de vários estados do Brasil. Na época não era comum que as pessoas surdas se encontrassem e estabelecessem comunicação

¹²³ Oralismo é uma abordagem educacional que proíbe o uso da Língua de Sinais e propõe a oralização do surdo através de técnicas fono-articulatórias. Esta abordagem teve ampla divulgação a partir do Congresso de Milão em 1880, que proibiu o uso das Línguas de Sinais nas Escolas de Surdos.

¹²⁴ Importante destacar que em São Paulo e no Rio de Janeiro já haviam Associações organizadas nas décadas de 1930/1940.

em Língua de Sinais, dada as abordagens educacionais vigentes até então. As lideranças surdas preocupavam-se com a organização pontos de encontro, no qual os surdos tivessem liberdade linguística. A perspectiva clínica do oralismo buscava a normalização dos surdos, tratando-os como deficientes e incapazes. Os surdos começaram a resistir a esta perspectiva clínica, criando várias associações para compartilhar língua e cultura e florescer o movimento surdo.

No entanto, alguns líderes surdos começaram a perceber que muitas dessas associações concentravam suas ações e prioridades no lazer dos surdos. As lideranças perceberam que precisavam se organizar de maneira diferente para fortalecer o movimento surdo e reivindicar direitos. Deste modo, foi criada em 1983 a “Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos”. Esta Comissão começou a discutir sobre os direitos surdos, e o grupo de pessoas surdas que a constituíam mudaram o nome para FENEIDA, (Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos – fundado em 1977) e, posteriormente, para FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – 1987).

Este momento de resistência do movimento surdo e de criação de associações e entidades de pessoas surdas tinha como reivindicação essencial o direito a ter cultura, identidade e língua. O interessante é que neste período eram escassas as pesquisas científicas sobre surdez, no Brasil, sendo que os estudos desenvolvidos na época enfocavam mais as questões dos problemas de desenvolvimento linguísticos e cognitivos dos fracassos escolares justificados por estudos que tinham como referência a normativa ouvinte. Segue-se uma mudança gradativa para pautas ligadas à descrição da língua de sinais compartilhada nas comunidades surdas do país. Nesse deslocamento, o movimento surdo teve a responsabilidade, também, de tensionar as pautas de pesquisa da produção científica da área (que foi intensificada a partir do final da década de 90 do século XX). O movimento surdo possibilitou a compreensão da surdez por uma perspectiva sociocultural, linguística e antropológica, mudando a visão sobre pessoa surda.

Para Thoma e Klein (2010, p.114) do movimento e das lutas surdas empreendidas na metade dos anos 90 do século XX em diante,

[...] resultaram mudanças na Educação de Surdos, entre elas, a formação de professores surdos e sua inserção nos espaços escolares. Muitos desses professores narram experiências escolares de seu tempo como alunos surdos como potencializadoras para uma mobilização e articulação política de resistências às práticas educacionais vividas por eles. Essa mobilização produziu efeitos políticos importantes para mudanças em direção a uma Educação de Surdos.

É importante destacar que um momento concreto de ruptura com a abordagem oralista/clínica da surdez, no Brasil, para a comunidade surda, foi a realização do V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngue para Surdos, de 20 a 24 de abril de 1999, realizado em Porto Alegre, no Estado Rio Grande do Sul. Ainda de acordo com Thoma e Klein, os temas discutidos durante os dois dias de encontro foram: políticas e práticas educacionais para surdos; comunidades, culturas e identidades surdas; e profissionais surdos.

Este momento foi crucial para conferir poder e legitimidade ao movimento surdo. Nas atividades de Pré-congresso, que tinham como finalidade criar um espaço de discussão dos surdos, ou seja, um espaço propositivo de temáticas de interesse do povo surdo, a ênfase foi a discussão e a tomada de posição com relação às Identidades Surdas, a Cultura Surda e a Educação de Surdos (THOMA; KLEIN, 2010). Os participantes surdos discutiram ações necessárias para melhoria da educação de surdos. Estas discussões deram origem ao documento denominado “A educação que nós surdos queremos” (FENEIS, 1999), elaborado pela comunidade surda. Thoma e Klein (2010) ressaltam que este documento tornou-se referência para a discussão de políticas educacionais para surdos no Brasil e embasou a discussão de projetos político - pedagógicos de várias escolas de surdos no país.

Este congresso envolveu lideranças surdas e pesquisadores de diversos países, contribuindo para a compreensão das singularidades culturais e linguísticas das pessoas surdas. Com relação ao documento redigido no Pré-Congresso, até hoje é utilizado como

suporte para as lutas mostrando que a comunidade surda é capaz de discutir, reivindicar e lutar por seus direitos.

O congresso de 1999 foi organizado por um grupo de pesquisadores da área dos Estudos Surdos da Universidade Federal de Rio Grande do Sul – UFRGS. Este grupo, o NUPPES – Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais de Surdos, possuía mestrandos e doutorandos surdos e ouvintes interessados em discutir várias temáticas, principalmente ligadas à melhoria e atendimento das necessidades dos surdos. As investigações desenvolvidas por este grupo resultaram em uma série de publicações que são referências na educação de surdos, como Skliar (1999). Posteriormente, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, também surgiu o grupo de Estudos Surdos, discutindo várias temáticas próximas ao NUPPES da UFRGS.

A cultura surda como paradigma

O movimento surdo, como já comentado, trouxe uma nova visão sobre a surdez. Surdez não mais pela perspectiva da falta: falta de língua, falta de audição, falta de fala, entre outros. O movimento surdo possibilitou e interpelou os ouvintes a compreenderem a surdez pela perspectiva da presença: a presença de uma língua, a presença de uma cultura, a presença da experiência visual, a presença de modos diferentes de interpretar e se relacionar com o mundo, entre muitas outras. Nesse sentido, é importante discutir cultura prescindindo da experiência ouvinte, não há necessidade de comparações entre cultura surda e cultura ouvinte. É necessário compreender a cultura surda como paradigma dela mesma, como ponto de partida para a educação, para políticas públicas, para a inserção social.

A cultura caracteriza-se por um processo de permanente transformação, diverso e rico, desenvolvido em um grupo social, nação e comunidade (HALL, 2003). Cultura está ligada a um grupo específico, ou seja, a cultura surda é a língua, o costume, política, pedagogia, história cultural, entre outros (STROBEL, 2008). A cultura está em permanente processo de mudança, pois ela é construída através da história deste grupo, das transformações e momentos

pelos quais este grupo passa. A cultura hoje é uma das ferramentas de mudança, nova forma de percepção do mundo, sem contemplar apenas a homogeneidade, mas constituindo um jeito diferente de ser, fazer, compreender e de explicar. Segundo Perlin (2004, p.73):

A escolha cultural do surdo pode parecer um processo anômalo para quem defende a normalidade. No entanto, a cultura surda, vista do nível das múltiplas culturas ou da proliferação cultural ou das diferenças, faz com que transpareça com toda a sua excelência nas linguagens constitutivas das culturas. Entrar no lugar da cultura surda requer conhecimento da experiência do ser surdo com toda a transformação que o acompanha.

De acordo com Terra (2011) a cultura surda para os surdos tem o papel de construção da sua subjetividade, assegurando sua sobrevivência e estabelecendo o status quo diante das culturas e não fora delas. A autora comenta que antes do contato de muitos surdos com a sua própria cultura, eles não apresentam uma cultura definida: ao conhecer surdos adultos, a identificação é imediata. Por cultura surda pode-se utilizar a definição da pesquisadora surda brasileira Strobel (2009, p.27):

Cultura surda é o jeito de o surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Esta autora sugere, também, alguns artefatos como prioritários para a compreensão da cultura surda e, entre eles, está a Língua de Sinais. Perlin (2004) é outra autora surda que destaca o papel da Língua de Sinais para a Cultura Surda. Para esta autora, na experiência viso-gestual dos surdos constitui-se a cultura surda que

tem na língua de sinais um dos pontos mais fortes dentro uma cultura rica; ela é a língua própria dos surdos.

Terra (2011) comenta que falar em cultura surda não é questão de hibridismo. Os surdos preservam sua cultura na busca de sua diferença de ser, vivendo suas experiências, suas transformações, seu modo de vida. Eles sentiram a necessidade de deslocar-se da cultura ouvinte ou cultura universal não só para mostrar sua diferença, mas por sua diferença necessitar e dar origem a uma cultura diferente. A diferença cultural que existe entre elas coloca a cultura surda como autônoma. A cultura surda é então a diferença que contém a prática social dos surdos e que comunica um significado.

Para muitos autores a Língua de Sinais é determinante na construção da identidade surda. Muitas memórias linguísticas de infância mostram o sentimento de isolamento do surdo no mundo até poder encontrar com a comunidade surda, com a Língua de sinais e, conseqüentemente, com todas as possibilidades de compreensão de mundo que uma língua permite (LEBEDEFF, 2006).

Entendendo a cultura surda como jeitos diferentes de compreender e interpretar o mundo e conseqüente intervenção para garantir acessibilidade e participação, cabe perguntar de que modo as políticas públicas têm contribuído para a promoção, produção e acesso da cultura surda para as crianças e jovens surdos.

Políticas públicas e cultura surda

O movimento surdo brasileiro tensionou as políticas públicas para a oficialização e divulgação da Língua Brasileira de Sinais. De acordo com Diniz (2011), a década de 1990 foi um marco na história da comunidade surda brasileira, período em que ocorreram vários movimentos, entre eles o já discutido Congresso de 1999, de reivindicação de direito linguístico. De acordo com Thoma e Klein (2010, p. 110):

Os anos 90 do século XX podem ser lembrados como o tempo da mobilização e do fortalecimento dos movimentos surdos no Brasil. Os surdos

gaúchos, em parceria com pesquisadores da área da Educação de Surdos, mobilizaram-se e engajaram-se nas lutas que, naquele momento, privilegiavam a necessidade de reconhecimento da língua de sinais como primeira língua dos surdos. Várias mobilizações, como passeatas, atos públicos em parlamentos e nas ruas, articuladas por associações e escolas de surdos marcavam os calendários das escolas e entidades representativas de surdos, familiares e educadores.

O movimento surdo conquistou a oficialização da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua do surdo brasileiro pela Lei 10.436 de 2002 e pelo Decreto 5.626 de 2005. Durante muito tempo a Língua de Sinais foi vista como uma linguagem de gestos, pantomimas e sem consistência para uma boa e fluente comunicação entre as pessoas, ou seja, era concebida como uma língua inferior a todas línguas orais, então sua estrutura linguística merecia pouca ou nenhuma importância no contexto linguístico, social, cultural, político e educacional.

Os estudos da área da linguística permitiram compreender que, assim como outras diversas línguas naturais e humanas existentes, a língua de sinais é composta por níveis linguísticos como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica; e, da mesma forma que nas línguas orais–auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais. A sua diferença está na modalidade de recepção e produção, que é visual-espacial.

O Decreto 5.626 de 2005 garante, entre outros direitos, o acesso educacional via Língua Brasileira de Sinais; a presença, na escola e sala de aula, de intérpretes de língua de sinais e a acessibilidade de que o ensino de Português seja na perspectiva de ensino de segunda língua. Do ponto de vista do processo de escolarização isto significa que a língua portuguesa deve ser ensinada na perspectiva de língua estrangeira, e sua correção em processos seletivos deve levar em consideração o conteúdo, e não a forma.

Outro ganho deste Decreto foi a possibilidade, de acordo com o Artigo 22, da criação de: a) escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamen-

tal; b) escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional. Além disso, o Decreto esclarece que são denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

A garantia do direito da presença, na escola, da Língua Brasileira de Sinais permitiu, também, a presença da cultura surda. Os surdos começaram a perceber que o espaço escolar é um local privilegiado para a produção, circulação e consumo da Cultura Surda entre crianças e jovens.

A Comunidade Surda e a Comunidade Acadêmica Brasileira passaram a discutir as práticas educativas numa perspectiva de preocupação com a língua, cultura e identidade. Uma perspectiva de ganho-surdo, de epistemologia surda, como propõe Bauman (2009). Para o autor, ao retroceder para os argumentos particulares sobre as melhores práticas de educação surda, é possível ver como os próprios padrões utilizados para definir “surdo” têm influenciado na educação surda desde seu início. Em contraste à estrutura historicamente dominante de normalidade, o autor sugere uma nova “imaginação” para o potencial inexplorado da educação surda que exalta os atributos dos surdos – não apesar de sua surdez, mas por causa dela. Em outras palavras, pede para considerar a diferença entre educação surda como é conhecida e uma educação de ganho-surdo como seria possível imaginá-la.

Entretanto, a garantia de uma educação de qualidade para os surdos, em uma escola que garanta a presença de língua e cultura, ainda não é uma realidade tranquila. Em 2011 ocorreu a ameaça de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, vinculado ao Ministério da Educação, MEC, primeira escola de surdos no Brasil e referência em Educação de Surdos. A ameaça, partida do próprio MEC, despertou a indignação da Comunidade Surda. Naquele momento, sujeitos surdos e ouvintes envolvidos na comunidade surda intensificaram as discussões em favor da Educação e da Cultura Surda e das escolas bilíngues. Essa mobilização culminou em Brasília, nos dias 19 e 20 de maio de 2011, com um movimento

na tentativa de chamar atenção das autoridades governamentais e de toda a sociedade na defesa da educação bilíngue para surdos e do respeito à Cultura Surda e à Língua Brasileira de Sinais.

A FENEIS liderou, então, o “Movimento Surdo em Favor da Educação e da Cultura Surda” nas redes sociais da internet. Foram centenas de vídeos produzidos e postados no YouTube, compartilhados nas redes sociais manifestando oposição ao fechamento do INES e reivindicando a Escola Bilíngue. Como resultado, o MEC não fechou as portas do INES e o Decreto 7.611 de 2011 assume, no artigo 14, a possibilidade de matrícula de alunos em Escolas Especiais ou Especializadas.

Atualmente segue, no Facebook, a campanha “Escola Bilíngue para Surdos”¹²⁵ e, no início de 2012, foi entregue ao Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, uma carta aberta assinada pelos primeiros sete doutores surdos brasileiros das áreas de Linguística e Educação. Nesta carta, amplamente divulgada pelas redes sociais, os Doutores Surdos reivindicam:

Rogamos-lhe, Senhor Ministro, que GARANTA AS ESCOLAS BILÍNGUES, COM INSTRUÇÃO EM LIBRAS E EM PORTUGUÊS ESCRITO, NAS DIRETRIZES EDUCACIONAIS DO MEC e que REFORCE a importância de sua inclusão no PNE. Essas escolas respeitam a especificidade linguístico-cultural das crianças e jovens surdos e sua viabilidade representa a garantia ao direito que os surdos têm a uma educação bilíngue específica, a qual permite o convívio entre seus pares (em ambientes linguisticamente adequados).¹²⁶

¹²⁵ A Campanha “Escola Bilíngue para Surdos” possui um *blog* denominado “Escolas e classes bilíngues para surdos já!” no qual são postados textos científicos, depoimentos, moções, entre outros materiais que fomentam a discussão e oferecem argumentos para a reivindicação da Escola Bilíngue. O *blog* está disponível em: <<http://bilinguessurdosja.com>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

¹²⁶ A “Carta Aberta dos Doutores Surdos” está disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/2996564/1123976952/name/CARTA+ABERTA+DOS+DOCTORES+SURDOS+AO+MINISTRO+MERCADANTE.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

Percebe-se que o movimento surdo conquistou o reconhecimento e muitos direitos políticos, linguísticos, identitários, entre outros. A Federação Mundial dos Surdos (World Federation of the Deaf) discute, a cada ano, um tema que precisa ser reconhecido ou solucionado. Em 2012, a Semana Internacional do Surdo foi comemorada entre os dias 24 e 30 de setembro. Nas semanas de comemoração, as Associações de Surdos em todo o mundo organizam eventos, marchas, campanhas e reuniões para destacar temas atuais que desejam ser abordados pelas autoridades locais ou nacionais. O objetivo é atrair a atenção dos tomadores de decisão, público em geral e da mídia para os problemas e preocupações que as pessoas surdas enfrentam, sendo uma forma de estimular maiores esforços para promover os direitos das pessoas surdas. Em 2009 a discussão foi sobre cultura surda, em 2010 a educação de surdo, em 2011 sobre acessibilidade e comunicação e, em 2012, o tema é “Bilinguismo é direito humano” (WFD, 2012).

O tema da Federação Mundial dos Surdos mostra uma preocupação não apenas brasileira, mas mundial em torno da necessidade da escola bilíngue. Nessa direção, alerta-nos Garcia (2011, p.229):

[...] Nosso desafio é continuar a oferecer acesso à educação bilíngue para crianças surdas num ambiente onde a educação bilíngue não seja popular e em momentos de cortes econômicos. A compreensão de questões de direitos à língua e do contexto político da educação bilíngue é essencial em nossa luta para oferecer educação de qualidade para todas as crianças, surdas ou não surdas.

Propõe-se, portanto, que a escola deveria ser o local, por excelência, para a realização linguística e cultural da comunidade surda, um local para a mudança de representações e narrativas. Torna-se necessário, por conta de todos os argumentos discutidos ao longo deste texto, propiciar uma escola onde educadores surdos, integrantes da comunidade surda, crianças surdas e seus familiares

e amigos ouvintes tenham oportunidade de viver e produzir novas narrativas sobre a surdez, cultura e educação.

Essa possibilidade de interação com a comunidade surda permitiria à criança perceber-se, no campo representacional do surdo adulto, como um sujeito que pertence àquele grupo, como um igual, e não como uma alteridade deficiente, propensa à colonização na normativa ouvinte. Por outro lado, o entrosamento dos pais ouvintes com a comunidade surda lhes permitiria um entendimento mais apropriado do fenômeno surdez, favorecendo a diluição de uma representação e de uma narrativa da surdez enquanto deficiência.

Concluindo, o movimento surdo continua a lutar, continua à frente de disputas e tensionamentos políticos em prol da realização linguística e cultural da comunidade surda. Esta realização linguística e cultural, percebe-se, está inextricavelmente ligada a espaços de compartilhamento linguístico-cultural possíveis em Escolas de Surdos, escolas bilíngues, garantindo, ao surdo, o direito humano ao bilinguismo.

As políticas públicas devem, portanto, propiciar condições de educação que respeitem a comunidade surda no que tange o direito à língua de sinais e à realização da cultura surda, para que a criança surda não se sinta mais como aquela que desvia da “norma”, que não pertence à sociedade hegemônica. É dever da escola propiciar às crianças surdas e ouvintes a narrativa da cultura, da diferença, do empoderamento, e não da deficiência e do estigma.

Bruner (1997) comenta que é o aspecto de foro de uma cultura que dá a seus participantes um papel na elaboração e reelaboração de uma cultura, um papel ativo como participantes e não de espectadores que desempenham seus papéis canônicos conforme as regras quando as pistas apropriadas ocorrem. Os alunos, para o autor, tornam-se uma parte do processo de negociação por meio do qual os fatos são criados e interpretados. Daí a necessidade de empoderamento linguístico e cultural da criança e do jovem surdo, para que possam criar e protagonizar narrativas diferentes sobre a surdez: narrativas sobre cultura, sobre diferença, sobre sucesso, sobre língua, sobre aprendizagem, sobre conquistas pessoais, entre tantas outras.

Referências

BAUMAN, D. Reframing:from hearing loss to Deaf gain. **DeafStudies Digital Journal**, 1, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.626/05 – Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 18 jun. 2012.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DINIZ, H.G. **A história da Língua de Sinais dos surdos brasileiros**: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da Libras. Petrópolis: Arara Azul, 2011.

GARCIA, B. G. Defesa da língua de sinais e do direito à educação bilíngue. In: KARNOPP, L.B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M.L. **Cultura surda na contemporaneidade**: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: ULBRA, 2011, p. 223-231.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEBEDEFF, T.B. O que lembram os surdos de sua escola: discussão das marcas criadas pelo processo de escolarização. In: THOMA, A.S.; LOPES, M.C. (orgs.) **A invenção da surdez II**: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz: EDUNISC, 2006.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (orgs.) **A invenção da surdez**: cultura, alteridade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 74-82.

SÁNCHEZ, C. **La increíble y triste historia de lasordera**. Caracas: Editorial Ceprosord, 1990.

SKLIAR, C. (org.) **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2009.

STROBEL, K. **História da educação dos surdos**. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific a/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 3 set. 2012.

TERRA, Cristiane Lima. **O processo de constituição da identidade surda em uma escola especial para surdos sob a ótica das três ecologias**. Dissertação (Mestrado) – Programa Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande (RS), 2011.

THOMA, A.S.T.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 36, p. 107-131, maio/agosto, 2010.

WORLD FEDERATION OF THE DEAF. **Human rights for deaf people**. Disponível em: <<http://wfdeaf.org/human-rights>>. Acesso em: 4 set. 2012.

ARQUEOLOGIA EM CAMPO: USOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À ANTIGA ENFERMARIA MILITAR DE JAGUARÃO-RS

Fábio Vergara Cerqueira

Mariciana Zorzi

Luciana da Silva Peixoto

O município de Jaguarão surgiu a partir de um acampamento militar instalado às margens do rio que dá nome ao lugar, em 1802, período em que Espanha e Portugal disputavam os limites de suas fronteiras. Por tal motivo, a cidade possui um passado fortemente marcado pela influência militar (FRANCO, 2007). O Cerro da Pólvora é um dos locais que guardam a história deste passado. Em 1845, o local chamou a atenção de Duque de Caxias, que projetou construir uma fortaleza na elevação para proteger a fronteira em função da importância estratégica.

Há controvérsias sobre a construção deste forte: Sérgio da Costa Franco afirma nunca ter sido erguido, ao passo que a pesquisa financiada pelo IPHAN sugere que a obra teria avançado, hipótese que não encontrou respaldo nas pesquisas arqueológicas realizadas (FRANCO, 2001 / NEVES; FREIRE, 2009 / PEIXOTO et al, 2011). Em 1880 inicia, no Cerro da Pólvora, a construção da Enfermaria Militar de Jaguarão¹²⁷, com a finalidade de atender oficiais e praças do exército local e da região (FRANCO, 2001). Sua localização é afastada da parte central da cidade, o que se explica pelo medo que se tinha na época da disseminação de doenças.

Com base nas memórias orais, sabemos que o prédio foi utilizado como Enfermaria Militar até meados da década de 1950. Por volta de 1960, abrigou uma escola assistencial com uma capela, enquanto algumas peças, simultaneamente, alojavam famílias de militares. Há relatos também que, durante a ditadura militar, o prédio foi usado como prisão. No início da década de 1970, a constru-

¹²⁷ Identificada a partir de agora pelas iniciais EMJ.

ção foi rapidamente depredada, o que gerou um processo de deterioração contínua. Tal fato mobilizou grupos da cidade, que passaram a reivindicar o espaço, dentre eles podemos citar o Projeto Jaguar, de 1983, formado por pessoas que buscavam sensibilizar a gestão pública para a preservação do patrimônio cultural, além das ações na mídia para a organização de vigílias na Enfermaria. Esse extenso período de abandono político foi interrompido pela criação do Parque Fernando Ribas na área das ruínas, onde havia shows, um parque para as crianças e diferentes atividades recreativas. Em seguida, caiu no esquecimento e abandono público, mas mesmo assim, h intenso uso pelos moradores.

As ruínas da antiga Enfermaria Militar, situada no município de Jaguarão, serão transformadas no Centro de Interpretação do Pampa. A Universidade Federal do Pampa firmou no dia 20 de janeiro de 2010 um convênio com a Prefeitura Municipal de Jaguarão e com a empresa Brasil Arquitetura, visando ao desenvolvimento do projeto arquitetônico e da concepção museológica e museográfica. No início do segundo semestre de 2010, o Instituto de Memória e Patrimônio foi contratado, através de licitação, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para a realização do salvamento arqueológico da área em questão (edificação e entorno imediato), cujos recursos foram liberados em dezembro, permitindo o início dos trabalhos de salvamento somente em janeiro de 2011.

O contanto com a documentação histórica, a vivência no lugar durante as escavações, as entrevistas com pessoas que frequentaram a Enfermaria em diferentes momentos e as conversas com moradores e turistas, apontaram questionamentos importantes, que ultrapassam aqueles focados somente no entendimento da cultura material e se inserem também nas discussões de políticas públicas. Afinal, qual é o papel da arqueologia nas obras de restauro e refuncionalização de sítios arqueológicos?

Os depoimentos orais constituem hoje uma importante dimensão do trabalho de arqueologia de salvamento, não somente no sentido de dar respostas a questões pontuais colocadas pela cultura material, pela iconografia e pela pesquisa histórica, mas sobretudo por possibilitar captar a memória social e significações nas quais a oralidade e a cultura material estão articuladas. No nosso entendi-

mento, a oralidade não deve ser encarada como uma fonte complementar da pesquisa do arqueólogo. Outrossim, o testemunho oral deveria ser encarado como uma outra forma de dado arqueológico.

Este texto apresenta a metodologia utilizada no que concerne à história oral, mas, sobretudo, busca expor os usos mais recentes e seus respectivos atores sociais, frequentemente associados à imagem do abandono e da marginalização, razão pela qual são muitas vezes relegados a um plano secundário ou, na maioria dos casos, totalmente desconsiderados pelas políticas públicas de gestão do patrimônio cultural.

Métodos de aproximação dos depoentes e de tratamento das fontes orais

O uso de depoimentos orais, coletados através das técnicas de História Oral ou de outras técnicas, é um recurso que ainda costuma ser utilizado de forma subsidiária pelo arqueólogo, relegando-o a segundo plano. No entanto, quando trabalhamos com memória social, ele é alçado a lugar de destaque. Na perspectiva da arqueologia histórica e urbana, porém, ele constitui uma peça dentro da relação quadrangular entre os quatro tipos de fontes (escrita, oral, visual, material). Nessas disciplinas, a pesquisa integrada, baseada na articulação de diferentes tipos de fontes, não só é viável como é indispensável.

Quando pensamos na análise integrada de modalidades distintas de testemunho, surgem relevantes problemas teóricos com impacto sobre o método, que podem ser resumidos pelas seguintes questões: (1) como estas fontes se articulam na construção da memória; (2) metodologicamente, como reconstruir essa memória através das diferentes fontes, sem que a descrição de uma interfira sobre a descrição da outra; (3) qual o grau de subjetividade de cada uma das fontes; e (4) qual o peso de cada uma na representação da memória individual e coletiva da comunidade estudada (PEIXOTO, 2003, p.09).

Ademais, considerando a natureza distinta das fontes, seja do ponto de vista físico (oral, visual e material), seja do ponto de

vista da relação diferenciada que os documentos tecem com a memória subjetiva e coletiva, é necessário, para que eles se constituam em um documento histórico em si, que sejam sistematizados respeitando a especificidade de cada um. Assim, a interpretação dos dados, de forma integrada, torna-se possível, metodologicamente, na medida em que se estabelece um conjunto de recortes temáticos padronizados, os quais devem ser aplicados igualmente aos diversos conjuntos documentais.

Deste modo, se, por um lado, os dados são estruturados considerando-se as especificidades de cada uma das fontes, por outro lado, e ao mesmo tempo, eles seguem critérios homogêneos de tematização. Mediante esse procedimento, fica facilitada a interpretação, permitindo-se que uma mesma questão seja colocada às diferentes fontes históricas (PEIXOTO, 2003). Portanto, as questões colocadas aos depoimentos orais são convergentes àquelas que matizaram o levantamento de dados materiais, históricos e iconográficos. Estas questões são de ordens diversas:

Diferentes fases (forte, enfermaria militar, escola e capela, período da ditadura militar, abandono, parque, abandono novamente): questões relativas à cronologia; à área física abrangida; à construção; aos espaços internos e à relação com os espaços externos; aos personagens; às atividades de rotina; e ao descarte de lixo.

Interações sociais e cotidianas do prédio, das instituições ali instaladas e do sítio, nas suas diferentes fases, com a cidade e com o entorno direto: quem era atendido na enfermaria e se havia acesso à população; como era a frequência e funcionamento da capela; quem estudava na escola; quem frequentou a enfermaria nas suas fases de abandono e o que faziam; a instalação do parque e seus usos; os usos das ruínas do prédio na fase atual de abandono.

Imagínários sociais associados: entrelaçamento entre passado, presente e futuro nas representações feitas sobre a EMJ e nas representações que esta provoca; simbolismos associados à EMJ entre antigos usuários do prédio e pela população. Aqui se incluem as variadas percepções da população local ou externa, e até mesmo as opiniões de turistas.

História oral (procedimento sistemático)

A História Oral, que até pouco tempo era vista como não constitutiva de objeto de pesquisa, e que, segundo Louis Starr (apud MEIHY, 1998), era “mais do que uma ferramenta, e menos do que uma disciplina”, e sofreu transformações que a qualificaram como “algo mais”. Segundo Meihy, estas transformações conceituais se deram a partir de debates que colocaram os critérios de elaboração dos documentos como tema específico. Atualmente, a História Oral é considerada pela maioria dos pesquisadores ou como método ou como técnica (PEIXOTO, 2003, p.10).

Considerando-a como método, é necessário que os depoimentos sejam o ponto principal da pesquisa e que as análises sejam feitas no sentido das entrevistas, sob as quais os resultados são efetivados. Como técnica, a história oral participa da pesquisa como um recurso a mais. Neste caso, as entrevistas não se constituem no objeto principal das análises. Segundo Cristina Feres (1996), muitos historiadores hesitam em usar fontes orais, por colocarem em dúvida a “veracidade” e “parcialidade” destas fontes. Ela acredita que esta postura leva alguns pesquisadores a obscurecer a individualidade dos entrevistados, como em alguns casos em que os trechos das entrevistas são citados, mas o entrevistado não é identificado.

Em nosso trabalho, buscamos informações que garantissem a reconstituição da memória histórica da EMJ recorrendo a entrevistas pessoais como fontes privilegiadas de estudo, possíveis de serem consideradas por si mesmas. Deste modo, tratamos a história oral como método, pois as entrevistas são tomadas por si mesmas, e não como documento para comprovar ou contradizer as fontes escritas. São consideradas como um rico manancial que apresenta olhares e memórias com vida própria, com genuína relação com significados presentes e pretéritos associados à EMJ. No entanto, ao mesmo tempo, os depoimentos de história oral podem sim ser usados como técnica, na medida em que fornecem respostas a questões específicas levantadas pela análise da cultura material, dos testemunhos iconográficos e escritos.

Seguindo-se os passos definidos pela metodologia de História Oral, define-se inicialmente o universo dos entrevistados, elaborase um roteiro semiestruturado, realizam-se as entrevistas, gra-

vam-se os depoimentos, revisam-se os textos transcritos (limpeza de linguagem), apresentam-se as versões gravadas e revisadas textualmente aos depoentes, fazem-se alterações solicitadas, e tomam-se os termos de autorização de uso dos depoimentos para fins de publicação.

A definição do universo dos possíveis entrevistados foi precedida por dois procedimentos iniciais: pesquisa histórica baseada na consulta à documentação e historiografia existente sobre o município de Jaguarão e em particular o prédio da EMJ (visitaram-se arquivos histórico-documentais de Jaguarão e Porto Alegre); contatos institucionais, sobretudo com autoridades municipais, administração universitária (UNIPAMPA), exército e IPHAN. Esta pesquisa inicial subsidiou a confecção dos roteiros semiestruturados e apontou os contatos representativos para se mapear as redes de potenciais depoentes.

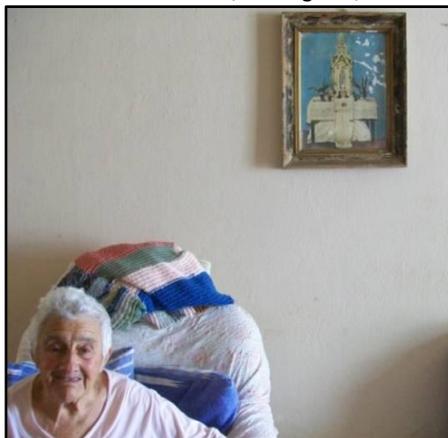
A pesquisa inicial apontou sete fases de uso do terreno e do prédio (forte, enfermaria, escola e capela, uso militar durante período ditatorial, abandono inicial, parque, abandono atual). Não foram encontradas pessoas que pudessem prestar depoimento de memória oral com referência à suposta fase do forte (cuja existência no local foi descartada pela análise arqueológica e cartográfica); no entanto, foi uma questão levada aos depoentes e mesmo aos interlocutores da localidade com quem mantivemos diálogo em todas as fases da pesquisa¹²⁸. Foram, então, definidos depoentes para as demais fases. Não se conseguiu até o momento localizar os personagens apontados como administradores do parque, que funcionou no início da década de 1980.

Os roteiros semiestruturados foram adaptados aos focos, com perguntas direcionadas às diferentes fases de ocupação e uso do prédio. Para efeito de simplificação, a periodização usada na elaboração dos roteiros de entrevista focou quatro fases: 1.ª) enfermaria, 2.ª) escola e capela, 3.ª) parque e 4.ª) abandono atual. Ao mesmo tempo, este modelo de periodização não impediu que in-

¹²⁸ Poucas pessoas se manifestaram sobre a possibilidade de ter havido um forte no local. Estas convergem em entender que seria improvável dada topografia inadequada.

formações sobre as demais fases fossem trazidas de forma espontânea. Procurou-se, para as diferentes fases, entrevistar pessoas que tiveram posições sociais e profissionais diversas – ou até mesmo opostas – no convívio rotineiro com o prédio: de militar a enfermeiro e paciente hospitalizado; de professora, a aluno e merendeira; de grafiteiro a outros usuários atuais.

Figuras 1 e 2 – Dona Lenita ao lado da fotografia da filha tirada na Capela da Enfermaria e, em seguida, um detalhe da mesma fotografia.



Fonte: Acervo Instituto de Memória e Patrimônio. Data: s/d.

Entre as indagações previstas, o roteiro semiestruturado propunha entender quais eram as funções de cada ambiente, os períodos de ocupação do prédio, além de detalhes importantes para a pesquisa arqueológica, como o descarte do lixo, modificações e aspectos estruturais da construção, bem como os significados atribuídos ao espaço (cf. figuras 1 e 2). Conforme tabela a seguir, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, no período de agosto de 2010 a janeiro de 2011.

Tabela 1 – Pessoas entrevistadas através de procedimento sistemático

Nome do entrevistado	Data	Registro fotográfico	Tipo de relação que tem com a enfermaria
José Albertino Teixeira “Tarouco”, 91 anos	28-08-2010	Sim	Conduziu algumas vezes a ambulância e esteve internado durante 6 dias na enfermaria. Ano de internação: 1940.

Eci Vieira Dutra Domingues, 66 anos	27-08-2010	Sim	Foi professora na época que o prédio da EMJ foi escola, em 1967.
José Cassiano Gómez dos Santos, 92 anos	18-01-2011	Sim	Ficou internado na enfermaria por 48 horas, era burocrata no quartel. Ano de internação: 1937.
José Albertino Teixeira “Tarouco”, 91 anos	18-01-2011	Sim	Conduziu algumas vezes a ambulância e esteve internado durante 6 dias na enfermaria. Ano de internação: 1940.
Elimar Brum, 77 anos	24-01-2011	Sim	Trabalhou como enfermeiro em 1951, durante 9 meses.
Lenita Araújo, 103 anos	27-01-2011	Sim	Foi merendeira na escola Imaculada Conceição.

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2011.

Entrevistas não-estruturadas (procedimento assistemático)

Os depoentes definidos a partir das redes de contato às quais fomos introduzidos por meio dos contatos institucionais (exército, prefeitura, universidade, escolas) foram escolhidos de forma sistemática, para abranger os diferentes períodos e diferentes perspectivas sociais e cotidianas. Contudo, uma plêiade de outras possíveis e enriquecedoras narrativas sobre a EMJ povoam as memórias sociais de vários indivíduos das comunidades locais, as quais podem trazer perspectivas complementares ou conflitantes.

Em razão disso, definimos como procedimento estarmos preparados para recolher depoimentos espontâneos de pessoas que se aproximavam do local em razão dos trabalhos arqueológicos e manifestavam desejo de conversa sobre a história do prédio da EMJ. Considerando tratar-se de situação não planejada, valorizamos a espontaneidade da conversa e definimos como procedimento anotar, mediante autorização oral, as informações relevantes, em vez de efetuar a gravação, a qual seria de difícil realização ao ar livre na EMJ, por questões acústicas, além de comprometer a espontaneidade da conversa.

Estes depoimentos beneficiaram-se da possibilidade de as memórias sobre o local serem evocadas in situ, permitindo identificar os usos de vários ambientes em diferentes fases. Mesmo não se aplicando a estas conversas, os roteiros semiestruturados, por meio

de questões presentes nestes roteiros, estavam no pano de fundo destas conversas espontâneas, considerando-se sempre o perfil biográfico do informante. Conforme tabela abaixo, foram realizadas sete entrevistas não estruturadas.

Tabela 2 – Pessoas entrevistadas através de procedimento assistemático

Nome do entrevistado	Data	Registro fotográfico	Tipo de relação que tem com a enfermaria
Gregório Araújo, 52 anos.	12-01-2011	Não	Foi aluno da escola, entre 64 e 67. É filho da Lenita que foi merendeira na escola.
Florêncio Hernandez	11-01-2011	Não	
Darci Pinto Ribeiro	20-01-2011	Não	O pai trabalhou como enfermeiro e cozinheiro na Enfermaria.
Pedro Albio Otero	07-01-2011	Não	Foi enfermeiro.
Maicom Teixeira, 22 anos	08-01-2011	Não	O pai foi aluno da escola
Bob Alex Araújo, 33 anos	13-01-2011	Sim	Desenhou nas paredes da Enfermaria, principalmente entre 1994 e 2000.
Rui Jader Farias, 70 anos	20-01-2011	Não	Trabalhou como enfermeiro em 1950, durante cinco meses.

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2011.

Os depoimentos, semiestruturados e espontâneos, as conversas e a observação das práticas cotidianas, além das questões previstas nos roteiros semiestruturados, com relação às diferentes fases de uso e aos espaços do prédio, trouxeram ainda várias questões inusitadas sobre o imaginário associado à EMJ. Narrativas do período de repressão militar, da depredação do prédio e do vandalismo são as mais recorrentes na conversa com a população, uma vez que conferem ao bem um *pathos* trágico, de perda, de privação, compartilhado entre as gerações atuais. A história da depredação, que todos contam e ao mesmo tempo dizem não poder contar, move o imaginário da cidade e gera vínculos subterrâneos com a EMJ.

O lado proibido da história é seu tom novelesco, envolvendo poder e sexo. Mas o lado mais profundo é o ato da depredação em si, quando se revela que muitos populares vieram até a enfermaria, diante da informação de que havia sido liberado para se pegar material do prédio (telhas, tijolos, aberturas, etc.). Assim, a enfermaria, depredada, foi compartilhada, por meio de seus pedaços, que se espalharam pela cidade. Narrativas desta ordem exemplifi-

cam o rico imaginário que os depoimentos orais possibilitam aces-sar, ao paulatinamente entrelaçarem-se com a dimensão da cultura material.

No decorrer das narrativas é possível perceber o mito de destruição da Enfermaria. Contam que por volta de 1965, uma mulher foi até o quartel pedir ao General a autorização para retirada de algumas madeiras que estavam caídas no local, correspondente à ala de isolamento. O general autorizou tal pedido (algumas pessoas comentam que ela era amante dele). Após verem a mulher retirando as telhas, os moradores do entorno também retiraram materiais construtivos, inclusive de caminhão. De acordo com os informantes, foram retiradas telhas, madeiras, ferros, ladrilhos, peças do banheiro, portas, etc. Rapidamente, do prédio foi feita ruína.

A percepção de tempo deste episódio, segundo alguns informantes, é de um dia, para outros de uma noite, mas todos concordam que foi um evento muito rápido: “pareciam formiguinhas”. Após o saque, o exército enviou militares para realizarem ronda no local, como forma de impedir mais saques. No entanto, há um sentimento de indignação em relação a este episódio, por parte das pessoas que frequentam o local, pois por muito tempo a Enfermaria ficou a margem das políticas públicas. No entanto, a época da criação do Parque Municipal, no início da década de 1980, com brinquedos para as crianças e atividades culturais, é lembrada pelos moradores do entorno e informantes como positiva. Por volta de 1990, o IPHAE tomba a EMJ como patrimônio cultural do Estado. No entanto, praticamente nada foi realizado, em termo de políticas públicas.

O abandono institucional possibilitou outros usos, como o início das inscrições e pinturas nas paredes do prédio, de 1972¹²⁹ até os dias atuais, mas como maior ênfase entre 1990 e os anos 2000.

Durante a pesquisa arqueológica, conhecemos Bob Alex Araujo, 33 anos, neto de Lenita e sobrinho de Gregório, pessoas que também se inseriram na pesquisa, através de depoimentos relacio-

¹²⁹ Data encontrada na parede durante trabalho de prospecção parietal.

nados à fase em que a EMJ foi escola. Bob é jaguarense e pinta desde os 11 anos de idade. A maioria dos desenhos nas paredes da Enfermaria é de autoria dele. Logo que iniciamos a conversa, caminhando no interior do prédio, Bob parou de frente ao pátio interno, apontou para a antiga capela e disse: “naquela parede caída havia um desenho meu”. Ele se lembrou de várias paredes que foram derrubadas onde havia inscrições de sua autoria.

Contou que um grupo de 30 ou 40 pessoas se reunia na Enfermaria para conversar e beber durante a noite, enquanto isso ele desenhava: “quem pintava mesmo era eu, os outros pegavam o pincel e só escreviam o nome, coisas pequenas [...] olhava pra parede e via um desenho pronto, uma composição formando, e aí pintava, eram coisas que vinham na cabeça. Como se fosse uma mancha, uma sombra”. Os motivos que mais aparecem nas suas composições são paisagens, e os elementos e personagens mais presentes são índios, diabo, cruz, nome de pessoas e ano. Bob pinta também nas paredes das casas e em alguns estabelecimentos de Jaguarão. Ele utilizava tinta de acrílico para pintar, que na verdade eram sobras do seu ofício de pintor. Segundo ele, os desenhos que não caíram junto com as paredes, só se sustentam porque a tinta é boa.

Durante a entrevista Bob contextualizou o que acontecia no prédio naquela época. De acordo com ele, seu amigo “Toto”, filho do cônsul da Espanha, brigou com o pai e resolveu morar no porão da enfermaria. Retiraram a terra que estava embaixo e colocaram perto da porta, pra fechar a entrada da frente. Outro grupo que frequentava a Enfermaria neste período eram os góticos. De acordo com Bob, eles pegavam as velas do Cristo (local próximo a Enfermaria), roubavam os crânios do cemitério e ficavam até amanhecer cantando e bebendo com os crânios e velas.

Bob comentou sobre um desenho que fez no ano de 1996, que para ele era um dos mais bonitos, um diabo escalando a parede do pátio interno (figura 3). No final dos anos 1990, a prefeitura mandou apagar o desenho, pois era apelativo e remetia ao vandalismo. Em 2000, Bob voltou à Enfermaria, com a filha Camila e a mulher Adriana, e pintou novamente a figura, no entanto um grupo de marginais, que segundo Bob, estavam todos na condicional, danificaram parte da obra (figura 4).

Figuras 3 e 4 – Pintura feita por Bob e, posteriormente, danificação da pintura na parede do pátio interno.



Fontes: Acervo pessoal de Bob Araújo. Data: s/d; Acervo do Instituto de Memória e Patrimônio. Data: s/d.

Bob terminou a entrevista contando que recentemente perdeu o movimento da mão direita. Hoje pinta só com a mão esquerda, “virei canhoto forçado”, diz ele. Atualmente ele não vive do que pinta, apenas faz porque gosta, sua profissão é de motoboy.

Observação etnográfica

Atualmente o Cerro da Pólvora caracteriza-se com sendo uma área com aspectos “rurbanos” (figura 5), pois preserva característica da trajetória de seus moradores que migraram das fazendas situadas no interior, principalmente após a aposentadoria, para a cidade. A maioria das casas representa o estilo “cachorro sentado” (Figura 6), onde moram famílias de baixa renda. Algumas construções possuem materiais subtraídos à antiga enfermaria, como tijolos, telhas, portas, pisos, louça sanitária, dentre outros.

Figuras 5 e 6 – Paisagem do Cerro da Pólvora e casas ao estilo “cachorro sentado”.



Fonte: Acervo do Instituto de Memória e Patrimônio. Data: s/d.

Os primeiros dias em campo, no que concerne o trabalho arqueológico, foram de sondagens no pátio externo e interno, de 5 em 5 metros. Trabalhávamos das 8 da manhã até o meio dia e das 14 até às 17 horas. Em uma dessas sondagens, localizada no pátio externo próximo a rua, foi encontrada uma possível área de descarte. A partir disso, realizamos a escavação e o registro da cultura material exumada deste local, no horário das 6h às 13h¹³⁰. Esses diferentes horários de trabalho possibilitaram observar a movimentação das pessoas, a rotina e as atividades em diferentes períodos do dia. Serão apresentados aqui os usos e significados observados, procurando relatar os usos de modo a constituir uma sequencia narrativa conforme as horas do dia, da manhã à noite.

¹³⁰ O horário de trabalho passou a ser concentrado na parte da manhã, pois o sol e o calor dificultavam a realização do trabalho de campo à tarde.

Figuras 7 e 8 – Marcelo entregando leite no Cerro e varal de roupas no pátio da Enfermaria.



Fonte: Acervo do Instituto de Memória e Patrimônio. Data: s/d.

Já no início da manhã a movimentação começava. Entre as pessoas que passavam pela rua estava Marcelo, 33 anos. Todos os dias, às 8h10min da manhã, ele entrega leite nas residências vizinhas à Enfermaria. Instantes antes de parar a sua charrete (figura 7), os moradores já chegam ao portão à espera do leite fresquinho. Marcelo trabalha há cinco anos entregando leite no Cerro. Seu pai possui uma chácara próxima a enfermaria, onde cria vacas, ovelhas e planta para subsistência. Foi do pai que Marcelo herdou o ofício de leiteiro.

O pátio externo da Enfermaria é para a família de “Bombacha” a extensão de sua casa. A partir das 8h30min da manhã o filho de 10 anos leva as vacas e os cavalos para pastar¹³¹, enquanto sua mulher estende as roupas no varal (figura 8). À tardinha os filhos menores brincam e os maiores tomam chimarrão, na sombra desenhada pela ruína.

¹³¹ O menino aproveitava as estacas de marcação da malha, colocadas pela equipe de arqueologia, para prender a corda que segurava os animais.

Figuras 9 e 10 – O pátio da enfermaria sendo utilizado como lugar de passagem e meninos jogando bola.



Fonte: Acervo do Instituto de Memória e Patrimônio. Data: s/d.

O pátio também é utilizado como lugar de passagem (figura 9). Nos primeiros dias de campo, receosas diante das inúmeras estacas brancas postas em toda a extensão do terreno, as pessoas perguntavam: “podemos continuar passando aqui?”. As pessoas utilizam há muito tempo a área como “atalho”, dizem: “dá uma preguiça de fazer toda a volta, assim é mais fácil”.

Entre o meio dia e às duas da tarde a cidade para, poucas pessoas circulando, apenas alguns restaurantes abertos. Algumas horas depois, o movimento de passagem se intensifica, pois coincide com o horário de ir ao trabalho. Durante toda a tarde a Enfermaria é a distração das crianças que moram no Cerro. Elas jogam bola (figura 10), brincam de correr, sobem nas ruínas (figura 11), se escondem, entre outras brincadeiras de criança. Os adolescentes também se encontram no local, no final da tarde, para cantar (figura 12), tirar fotos e principalmente namorar (figura 13). Pessoas de diferentes faixas etárias, inclusive famílias, tomam chimarrão neste período do dia, de domingo a domingo (figura 14).

Figuras 11, 12, 13 e 14 - Meninos brincando nas ruínas, jovens cantando no final da tarde, adolescentes namorando e família tomando chimarrão no final da tarde.



Fonte: Acervo do Instituto de Memória e Patrimônio. Data: s/d.

À noite, o cenário muda, as pessoas usam o local para o uso de drogas. Outro possível uso noturno, comentado pelos auxiliares de campo, é utilização do local como motel, pois os casais saem das festas e terminam a noite na Enfermaria. Tal fato pode ser confirmado pelo grande número de embalagens e de preservativos usados, no chão. O porão mais conservado de uma das salas também é utilizado como casa, algumas pessoas possuem seus pertences no local. Em uma manhã observamos um travesti saindo da Enfermaria. Há relatos de que ele dorme no local.

Considerações finais

A partir das entrevistas e observações, foi possível mapear as diferentes ocupações do prédio situado no Cerro da Pólvora, desde seu uso inicial como Enfermaria até os dias atuais enquanto espaço de lazer. Através das entrevistas foi possível identificar a relação geracional que algumas famílias possuem com o prédio da Enfermaria. Para ficar em um exemplo, Lenita, Gregório e Bob Araújo, uma família que se apropriou do espaço de diferentes formas. Para eles, o prédio guarda diferentes lembranças, enquanto espaço de trabalho, de aprendizagem, de lazer, etc.

Durante o período das escavações, entre janeiro e fevereiro de 2011, foi possível observar e registrar os usos do presente. A vivência no lugar, as conversas com moradores e turistas, proporcionaram um material que se insere nas discussões relacionadas à memória, patrimônio, identidade cultural e território. Nesta observação, captaram-se vivências variadas e suas diversas formas de interagir com o prédio e seu entorno. Revelaram-se atores os mais variados: vizinhos, moradores de bairros, famílias, jovens casais, namorados, turmas de adolescentes e crianças; transeuntes, turistas; usuários diurnos e noturnos; intelectuais, políticos, acadêmicos. Desnudou-se um repertório de práticas cotidianas as mais diversificadas: tomar chimarrão, cantar ao som de um violão, pagodear com amigos, apreciar o entardecer, deixar o gado pastar, estender roupa no varal, brincar, jogar bola, caminhar sobre os muros, derrubar muros, vandalizar, levar pedaços da enfermaria, beber, consumir drogas, namorar, transar.

A observação e a conversa com estes usuários permitiram não somente registrar o regime de usos do espaço, bem como as instâncias subjetivas projetadas sobre o passado, o presente e o futuro: a curiosidade pela história do prédio e pelas escavações, o gosto pelo uso (ou o desprezo pela ruína) no presente, e as expectativas ou inseguranças com relação ao destino futuro do bem restaurado.

Parece-nos claro que esta é uma missão que passou a integrar o trabalho de um arqueólogo: no salvamento arqueológico de um bem edificado ou sítio em processo de recuperação estrutural, deve registrar e propor interpretações sobre os sentidos de uso não

somente pretéritos, mas também presentes, deve ter o compromisso com revelar que o prédio tido como abandonado do ponto de vista oficial é um prédio socialmente reapropriado, reutilizado. Por via de regra, setores da população, de grupos socialmente excluídos ou que seguem práticas sociais oficialmente rejeitadas, dão vida a estes espaços e fazem dele seu local de atuação social, de produção de sentido, de práticas culturais.

Fica a pergunta sobre a forma como os projetos de recuperação e restauração do bem ou sítio levam – ou deixam de levar – em consideração esta realidade social e cultural revelada pelos depoimentos orais e pela observação etnográfica. Fica a preocupação e o compromisso: o projeto de restauração de um bem não pode desconhecer os significados que lhe são associados pelos diversos setores sociais que com ele convivem e não pode desconsiderar as expectativas destes setores na refuncionalização do bem a ser reciclado, restaurado. A observação dos usos presentes leva a propor uma reformulação de paradigmas em termos de restauração: por que não restaurarem as pichações e grafites, por que não incluírem os registros dos usos da fase de abandono, por que não, mais importante ainda, pensarem estratégias que evitem a total ruptura com os usos do prédio pelos setores subalternos durante seu abandono?

O salvamento arqueológico da EMJ revelou-nos a importância de que, de forma seletiva, seja feita a restauração de algumas obras do grafiteiro Bob, e que, mais ainda, se pensem estratégias para não se interromperem formas atuais de uso do prédio: como o seu uso por populares para apreciar o crepúsculo, tomar chimarrão ao final de tarde, reunir amigos para tocar pagode, namorar.

Referências

FERES, Cristina de Lourdes Pellegrino. O uso das entrevistas no estudo da imigração italiana. In. MEIHY, José Carlos Sebe (org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da fronteira sul (ensaios históricos)**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão – 1790-1833**. 2.^a ed. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo, Edições Loyola, 1998.

NEVES, Márcia Pereira das; FREIRE, Beatriz Muniz. **Fortificação de Jaguarão**. Transcrição de parte da documentação constante no Fundo Obras Públicas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IPHAN-RS, 2009.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Memória da imigração italiana em Pelotas/RS** – Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas. Monografia de Graduação: UFPel, 2003.

PEIXOTO, Luciana da Silva; CERQUEIRA, Fábio Vergara; VIANA, Jorge Luiz de Oliveira; ZORZI, Mariciana. **Relatório parcial do salvamento arqueológico da Enfermaria Militar de Jaguarão**. Pelotas: Instituto de Memória e Patrimônio, 2011.

A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA E A PROTEÇÃO LEGAL DE BENS ARQUEOLÓGICOS: UM ESTUDO DE CASO

Marcelo Garcia da Rocha

Escrever ou até mesmo ler sobre legislação, à primeira vista, parece ser algo fadigoso, maçante ou pouco interessante quando não somos técnicos da área jurídica ou não estamos habituados à linguagem técnica e, por vezes, hermética em que as leis são elaboradas. Mas é interessante no sentido de apropriação, tendo em vista que nossas interações sociais, e de maneira geral nossas vidas, são regidas por categorias legais que nos caracterizam enquanto cidadãos pertencentes a um Estado. Saber e entender seus direitos e deveres é uma ferramenta importante na consciência de si, no tempo e no espaço dentro de uma sociedade. O Brasil tem experimentado uma sucessão de deliberações legais a respeito do patrimônio cultural, e especificamente, em nosso caso, o que trata a arqueologia. Serão abordadas a seguir algumas considerações sobre os processos legislativos em que a arqueologia se insere.

Em 30 de novembro de 1937, o governo federal publicou o Decreto-lei 25/37, que observa a importância em organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Projeto este confeccionado inicialmente por Mário de Andrade, no qual ganharia o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Mais tarde, o SPHAN passaria por uma série de transições institucionais e se tornaria o conhecido Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional – IPHAN. A arqueologia é contemplada nesse processo de criação do órgão, pois no projeto do SPHAN já se contou com um livro de tombo assinalado pelo decreto, no que se refere ao livro dos bens de natureza Arqueológica, Etnográfica e Paisagística, conhecido também como o terceiro livro de tombo. Período esse em que é instaurado o Estado Novo, em 1937, regime que suprimiu os partidos políticos e sindicatos, e fez dos veículos midiáticos instrumentos legítimos de enaltecimento do regime. De maneira geral, o SPHAN nasce neste contexto político (FONSCECA, 2009, p.82-83).

Na década de 1940, o então novo Código Penal, observa o dano à coisa de valor artístico, arqueológico, ou histórico, precisando pena de seis meses a dois anos de detenção e multa (Artigo 165º do Código Penal de 1940). Mais tarde, em 1961, é publicada a Lei 3.924/61, que dispõe sobre monumentos ditos arqueológicos e pré-históricos, especificando o que se considerava sítio arqueológico e pré-histórico¹³², restringindo a exploração econômica, ou dilapidações físicas¹³³ que pudessem causar algum tipo de degradação direta aos potenciais espaços arqueológicos. Dos trabalhos de pesquisa, fica o permissionário obrigado a informar trimestralmente o andamento da pesquisa/escavação¹³⁴. A lei ainda dispõe sobre a comuni-

¹³² Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961: Art. 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos: a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente. b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico; d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

¹³³ Art. 3º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiras, berbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

¹³⁴ Art. 11 - Desde que as escavações e estudos devam ser realizados em terreno que não pertença ao requerente, deverá ser anexado ao seu pedido o consentimento escrito do proprietário do terreno ou de quem esteja em uso e gozo desse direito. § 1º As escavações devem ser necessariamente executadas sob a orientação do permissionário, que responderá, civil, penal e administrativamente, pelos prejuízos que causar ao Patrimônio Nacional ou a terceiros. § 2º As escavações devem ser realizadas de acordo com as condições estipuladas no instrumento de permissão, não podendo o responsável, sob nenhum pretexto, impedir a inspeção dos trabalhos por delegado especialmente designado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando for julgado conveniente. § 3º O permissionário fica obrigado a informar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, trimestralmente, sobre o andamento das escavações, salvo a ocorrência de fato excepcional, cuja notificação deverá ser feita imediatamente, para as providências cabíveis.

cação imediata¹³⁵ aos órgãos legais como Diretoria do Patrimônio e Artístico Nacional ou outros órgãos oficiais autorizados, nos casos em que encontram bens de valor arqueológico.

Pontua ainda que todo material de interesse arqueológico ou pré-histórico encontrado, estará em princípio sobre a posse e ou salvaguarda do Estado, observa os sítios como bens da união. Assim, pretensões científicas, sociais ou econômicas que possam estar vinculadas a esses espaços, precisam passar por uma avaliação do Estado, condicionadas a uma fiscalização do órgão responsável (SPHAN). O texto observa a restrição a qualquer tipo transferência dessa qualidade de material ao exterior sem uma prévia autorização (guia de liberação) do órgão regulador competente, implicando na apreensão sumária do(s) objeto(s) em questão (Lei 3.924/61, Artigo 5º do capítulo V).

É interessante observar como as especificidades a respeito da arqueologia começam a ganhar corpo. Essa lei é fruto de uma série de esforços empreendidos pela comissão de pré-história encabeçada por Paulo Duarte (1961), grande entusiasta da arqueologia brasileira, intelectual assíduo, mentor do Instituto de Pré-história e o Instituto Paulista de Oceanografia, ambos ligados a secretaria de agricultura e que, em 1962, estariam vinculados a Universidade de São Paulo – USP. Paulo Duarte esteve à frente dos institutos até sua aposentadoria compulsória (ou expulsão, como se bem entende), em 1969, por parte do Governo Militar (FUNARES; GONZÁLEZ, 2008 e MENDES, 1994). Na década de 1980, destacam-se dois documentos importantes na caminhada legal sobre a regulamentação da pesquisa arqueológica e as atividades humanas (impactos) frente ao solo. A primeira delas em 1986, com a resolução nº 1 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. O Conselho entende no seu Artigo 6º, inciso I e alínea C, que o estudo de impacto ambiental deve observar o meio socioeconômico e alertar para as atividades sociais e ambientais. Destaca a importância de sítios e mo-

¹³⁵ Art. 18 - A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.

numentos arqueológicos, históricos, e culturais da comunidade (CONAMA, 1986).

Em dezembro de 1988, o SPHAN lança a Portaria nº 7, que especifica e regulamenta as autorizações de pesquisas arqueológicas no país. Nesta portaria, o SPHAN dispõe sobre as orientações de como deveriam ser formalizados os pedidos de autorização para as pesquisas. Definia-se a delimitação da área a ser pesquisada, assim como as garantias de salvaguarda dos materiais recolhidos, indicação da instituição comprometida com a guarda e manutenção do material recolhido, apresentação de relatórios técnicos e divulgação das informações obtidas, assim como o nome do coordenador da pesquisa, e uma série de outras condições a respeito das práticas que assegurem o trabalho do arqueólogo e a prestação de informações regulares a SPHAN. O documento caracteriza-se como uma normativa do trabalho arqueológico desempenhado no Brasil.

Com o processo de redemocratização do país a partir 1985, a sociedade civil, através de seus instrumentos de organização coletiva (assembleias, câmaras municipais, sociedades de amigos de bairro, conselhos e cooperativas), conseguiu organizar sua própria demanda legislativa a respeito das suas representações no patrimônio cultural local. Confeccionou material de representação nos planos de educação formal, informal e não formal. Vários estados e municípios instauraram legislações capazes de atenderem especificidades a respeito do patrimônio arqueológico (FUNARI; GONZÁLEZ, 2008).

Destacamos aqui o Estado do Rio Grande do Sul, o qual já dispõe desde 1954 com a Divisão Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, desde 1964 com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, desde 1979 com a Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, CPHAE, e desde 1990 com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, o IPHAE – ainda contando com leis estaduais para administrar seu patrimônio em consonância com a legislação federal.

Neste movimento em que Estados e Municípios criaram legislações acerca do patrimônio local para debruçarem sobre suas próprias demandas, não foi diferente no contexto de Pelotas. A cidade promoveu uma série de ações de âmbito legal para trazer a

luz, todo um complexo de prédios, com destaque para o centro da cidade, tido como centro histórico, a fim de resguardar e evocar o período de opulência de sua história.

A cidade de Pelotas é geralmente referenciada como espaço proveniente de sua indústria charqueadora, onde a riqueza desse período é ressaltada com vigor e observada ainda nos dias de hoje em suas representações físicas (prédios do centro histórico em sua maioria de estilo eclético português).

Breve história da formação de Pelotas

A formação do que hoje conhecemos como Pelotas pode ser datada a partir de 1758, quando é confeccionada Carta de Sesmaria, e outorgada ao Coronel Thomaz Luiz Osório, pelo então governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade o Conde da Bobadela, denominado Rincão de Pelotas. Mais tarde, essa porção de terra foi dividida em sete sesmarias, a saber: Feitoria, Pelotas, Santa Bárbara, São Thomé, Pavão, Santana e Monte Bonito. Em 1812 foi fundada a Freguesia de São Francisco de Paula.

Chamado inicialmente de Passo dos Neves, e posteriormente de Passo Rico, o Passo dos Negros ganhou essa última nomenclatura em virtude do intenso comércio de gado, mercadorias e escravos. O nome é atribuído à forte dinâmica populacional, que por sua vez era formada majoritariamente por escravos. Segundo Gutierrez, o Passo foi cotado para instalação do primeiro loteamento urbano, sendo o mesmo reconhecido pelo príncipe regente D. João. Porém, a grande força do jogo político, o forte cheiro proveniente da produção do charque e a falta de segurança ocasionada pelo grande número de escravos impossibilitaram a instalação da cidade no espaço que poderíamos chamar de “Proto-Pelotas”. O loteamento urbano da cidade foi demarcado sobre as terras de Antônio Francisco dos Anjos. Em formato de tabuleiro, a constituição da cidade é marcada por uma forte herança lusitana de organização do espaço urbano (GUTIERREZ, 2004).

Com a indústria de charqueadas como alicerce da formação socioeconômica, a vila se desenvolveu de maneira acentuada, elevando-se em 1835 à categoria de cidade. O aproveitamento de qua-

se toda matéria prima vinda do gado, deu uma forma mais variada à indústria na cidade, tendo assim, uma produção oriunda de outras aplicações, como a produção de velas, sabão, instalação de curtumes e produção de adubo.

A cidade ferve em meio ao desenvolvimento econômico e possibilita a vida refinada dos senhores do charque, que ampliam suas ligações econômicas e culturais com a capital do país e cidades europeias, vários desses senhores eram possuidores de títulos nobiliárquicos. Instauraram-se uma série de empreendimentos, como as charqueadas às margens do Arroio Santa Bárbara, Rio Pelotas e Canal São Gonçalo, as propriedades de vivenda (casarões), o Teatro 7 de Abril (1834), os clubes sociais, os chafarizes e uma série de outras obras preservadas nas adjacências da Praça Coronel Pedro Osório, também conhecido como o centro histórico, que remonta parte da história da cidade.

Como afirma Maestri (1984), o escravo foi a mão de obra central nas charqueadas. A estratificação social do trabalho na produção saladeiril poderia se dividir da seguinte maneira: homens livres, indígenas e escravos. Segundo levantamento de documentação da câmara municipal de Pelotas relativa à década de 1833 – observamos uma distribuição demográfica entre:

Tabela 1 – Distribuição demográfica na cidade de Pelotas em 1833

Brasileiros livres:	3.555
Índios:	180
Libertos:	1.136
Escravos:	5.169

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Papéis da Câmara Municipal de Pelotas. Fardo 1833. In: MAESTRI (1984).

Observa-se dois anos antes da elevação para a categoria de cidade, um número de 51,5% de escravos em uma composição demográfica de 10.040 pessoas, conforme sinalizado na Tabela 1. Estes dados somados a observação de viajantes que estiveram na região na primeira metade do século XIX, como Francisco de Paula D’Azevedo, tenente coronel do Exército português em 1816, sintetiza como Pelotas esteve alicerçada na mão-de-obra escrava: “como a

vida se torna fácil neste magnífico país, a ociosidade é partilhada por todos os brancos, e só os escravos trabalham nas indústrias [...]” (MAGALHÃES, 2000, p.25).

As Atas da Câmara Municipal nos dão outras informações sobre a coerção dos trabalhadores enquanto projeto de Estado, ou seja, quem esteve encarregado de conter a escravaria foi o Estado, e para tal, fez uso de um de seus “tentáculos” efetivos, a Guarda Nacional:

[...] a Câmara não pode deixar de levar à ponderação de sua Excelência quanto seria perigosa a marcha dos guardas nacionais desse município para a fronteira na presente crise, em que os do estado vizinho, não apenas fazendo guerra entre si, enviam emissários disfarçados para revoltarem a escravatura, denso bem constante que o distrito desta Vila tem para mais de quatro mil escravos quase unidos segundo a posição das charqueadas, e a única força para contê-los são os guardas nacionais que fazem esse distrito respeitável [...]. (Ata da Intendência Municipal de Pelotas, 1832)

Dados estes que observados mostram a formação de uma sociedade sedimentada na mão-de-obra escrava, que por parte dos produtores por seguinte estiveram ligados a vida política da cidade de maneira direta.

Com o fim da escravidão, não diferente de outras regiões do país, Pelotas enfrenta um acentuado declínio econômico oriundo da decadência do charque (PESSI, 2008). A cidade passa por uma crise econômica que a introduz em um período de transição. Por sua opulência nos dias de charque, a cidade atraiu um número significativo de pessoas de outra região, o que mais tarde vai encontrar vocação econômica para atividades de comércio e serviços, valendo-se da sua posição que outrora teve de polo com acentuado desenvolvimento econômico. Pelotas entra no século XX com saudade do século XIX. Toda a enaltecida arquitetura, feitos urbanos e acessão do charque, serão vistos como ecos nostálgicos de um tempo que só

poderia ser representado pelos prédios de estilo eclético, vestígios da cultura material.

Como assinala Candau (2011, p. 118), objetos e lugares apresentam propensão de guardar informações e vincular lembranças que os fazem conversores de um passado formalizado, capazes de limitar as possibilidades interpretativas e que de certa maneira são constitutivos de uma memória “educada”, institucionalizada, portanto, compartilhada. É nesse contexto que a cidade de Pelotas vai legislar na esteira da forja das identidades do patrimônio cultural edificado principalmente. Pelegrini (2009), por sua vez, afirma que “as afinidades entre os sujeitos e os lugares nos quais circulam e atuam tendem a agrupá-los e identificá-los com a preservação de determinados bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis”. Ou, como sugere Candau (2011, p. 132), “assim como a memória, a história pode recompor o passado a partir de pedaços escolhidos”.

O ano de 1982 marca a proteção dos bens patrimoniais em Pelotas, os gestores municipais trataram de conceituar aquilo que segue enquanto áreas de interesse público a serem protegidas:

Art. 1º - Constitui patrimônio histórico e cultural do Município de Pelotas o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no seu território, que seja do interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrentes de atividade humana e do perpassar do tempo, em virtude de:a) sua vinculação e fatos pretéritos memoráveis ou fatos atuais significativos;b) seu valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico ou folclórico;c) sua relação com a vida e a paisagem do Município. Parágrafo Único - Os bens a que se refere o presente artigo sujeitam-se a tombamento, nos termos desta lei, mediante sua inscrição no livro tomo.(Lei Municipal nº 2.708 de 1982)

Ainda institui o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPHIC, órgão responsável pelo cadastro de espaços sujeitos a tombamento, articulação com outros organismos da esfera municipal, apreciação de requerimentos para tombamentos, gerir

os livros de tombos, aplicar isenção de taxas em consonância com as prerrogativas desta lei, entre outras finalidades a respeito da fiscalização da aplicação desta mesma lei.

Em setembro de 1980 a cidade executa a confecção do Plano Diretor II, e redige as especificidades que chamam a atenção para as determinações que se deve observar quando há intenção de parcelamento/loteamento do solo, atenta no Artigo 44º às áreas de mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico.

Atualmente, a cidade está sendo gerida sob o seu terceiro plano diretor (2008), que dispõe de premissas a respeito do patrimônio, com indicações de áreas de ambiente cultural; os espaços classificados como patrimônio de peculiar natureza cultural e histórica – Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural – AEIAC.

O Artigo 77º reconhece os sítios arqueológicos como herança de toda a humanidade e proíbe a destruição, degradação ou modificação sem a anuência das instâncias competentes. Em seu Artigo 78º, indica a necessidade de ações fiscalizadoras e de monitoramentos dos sítios arqueológicos, com destaque para aqueles situados ao longo de rios e afluentes.

Ainda no Plano Diretor III, é possível observar uma série de instruções sobre os cuidados em relação a obras na cidade e os cuidados que deverão ser tomados em espaços de potencial arqueológico. Preveem-se projetos de intervenção direta ou indireta no solo de áreas contempladas pelo interesse arqueológico, que deverão conter liberações estaduais e/ou federais se constarem representadas enquanto patrimônio. Em base ao expressado anteriormente sobre a formação da cidade e alguns aspectos legais sobre o a proteção do Patrimônio, se falará agora sobre o espaço do Passo dos Negros, que anteriormente chamamos de Proto-Pelotas, frente à política de desenvolvimento em que o país se encontra inserido na década de 2000.

Especificamente em 2007, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, implantado no mesmo ano, o programa contou inicialmente com uma cifra de R\$ 503,09 bilhões que seriam investidos até 2010. Com esse capital astronômico, o governo federal propôs uma série de parcerias para o investimento

do tal valor, como fonte dos orçamentos do governo federal, investimentos partindo de capital de empresas estatais, iniciativa privada e ou conjunto das partes.

O programa, como bem declara o nome, foi uma verdadeira empreitada do Estado a fim de melhorar a infraestrutura do país. Vigorou-se a aceitação popular pelos *slogans* de geração de emprego, desenvolvimento regional, estímulo ao crédito, reorganização tributária, construção e melhoramento de estradas, linhas férreas, manutenção e criação de Portos e hidrovias. O projeto visava um crescimento da economia nacional em 5% ao ano. Identificou pontos que eram vistos como espaços que pouco contribuía para o tal crescimento. Eram os chamados pontos de estrangulamento do crescimento, pois esses espaços careciam de investimento em energia, transporte, e contava com baixo nível de crédito. Daí a necessidade de investimento maciço em áreas com essas características (DIEESE, 2007).

Os estados e as cidades brasileiras veem nesse modelo de desenvolvimento uma oportunidade interessante de consolidação de seus respectivos projetos de melhoria local. Não classificamos o PAC como projeto desenvolvimentista, pois o mesmo tem aspectos de investimentos específicos. Nota-se que a saúde, educação, segurança, tecnologia e uma série de outras esferas da vida social, poderiam estar articuladas no mesmo. Logo, não se aplica o termo desenvolvimentismo, dessa forma, o mesmo como um investimento não articula um desenvolvimento concomitante de mais esferas que contemplam a vida social.

Da arqueologia nesse contexto

Os projetos de leis patrimoniais atentam para que investimentos potencialmente impactantes devam subsidiar a pesquisa arqueológica, como assinala o 2º Artigo da Portaria 230 do IPHAN (2002). No caso de projeto afetando áreas arqueológicas desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permita inferência sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado o levantamento arqueológico de campo pelos mesmos (empreendedor) em sua área de influência direta. O levantamento deverá

contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de subsuperfície.

O espaço que chamamos aqui Passo dos Negros encontra-se na mira de grandes investimentos. A Prefeitura Municipal de Pelotas já tem negociado com o governo do Estado a viabilização da área, tendo em vista que a mesma se encontrou, até o início do ano de 2012 sob a tutela da Brigada Militar, desde 1963, é cedida em um convênio com a Superintendência de Portos e Hidrovias.

Entre fevereiro e março de 2012 foi assinado o Termo de Rescisão do convênio entre o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (atual SPH) e a Brigada Militar (BM). Nota-se que a pretensão dos governantes é fomentar a instalação de um empreendimento ligado ao polo naval da cidade vizinha, Rio Grande, e o interesse de empresas ligadas a construção de plataformas vinculadas à exploração de petróleo. A fim de potencializar a ligação da cidade pelos seus canais aos estaleiros do Porto de Rio Grande (Diário Popular, 2012). O espaço é assinalado no terceiro plano diretor da cidade compondo as Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural – AEIAC, onde consta toda uma legislação específica que já citamos parte acima.

É possível identificar no espaço que hora funcionou como centro de treinamento da Brigada Militar um prédio que provavelmente é de herança histórica, ligado ao período das charqueadas. É necessário levar em consideração que o mesmo passou por uma série de alterações físicas que o descaracterizaram: construção de um anexo e outras alterações referentes às paredes e estruturas do telhado. Porém, com um exame mais detalhado, observa-se que hoje o espaço é composto por uma profusão de técnicas de construção e matérias, tendo o mesmo, sofrido alterações em seu interior, mas conserva características construtivas de períodos que remontam os modelos mais antigos de construção nas Charqueadas (XIX), seguido o sítio de outras estruturas de fundação que se encontram dispersas no terreno.

Diante dessa perspectiva de identificação de fontes de cultura material (fachada, tijolos maciços, tipologia e localização) que dão fortes indicadores para afirmarmos que aquele espaço carece

de uma pesquisa arqueológica bem apurada, devido sua contemporaneidade ao período das charqueadas e os usos que sofreu até o século XXI .

Contudo no primeiro semestre desse ano (2012), a equipe do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica, LAMINA, sediada no Instituto de Ciências Humanas – ICH da Universidade Federal de Pelotas, esteve no espaço coletando amostras de tijolos que seguem para análise e datação por geomagnetismo. O resultado dessas análises será bastante proveitoso para pesquisas de arqueologia. Com isso, as possibilidades de interpretações arqueológicas a respeito dos tempos em que a cidade teve seus dias de opulência, baseada na cultura do charque, que por sua vez estiveram ligados diretamente à necessidade de mão de obra escrava, poderão ser vistos e revistos pela ótica arqueológica.

As licenças de pesquisas arqueológicas na região das charqueadas estão ancoradas no projeto de arqueologia da escravidão intitulado *O Pampa Negro: arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*. Projeto que conta com profissionais das áreas de arqueologia, conservação e restauro e museologia. Pretende-se estabelecer bases de diálogo com fontes historiográficas, iconográficas e cultura material que possivelmente fora explorado nos espaços referentes à produção do charque, observando como a relação entre as fontes citadas pode dar referências interpretáveis do sistema social da escravidão em Pelotas.

As possibilidades que a pesquisa nesses espaços, onde segundo a literatura surgiram as primeiras charqueadas, podem dar uma perspectiva bastante interessante para a cidade. É claro que as pesquisas arqueológicas mais detalhadas no Brasil não seguem o mesmo ritmo em que se dão os gigantescos empreendimentos, os quais instalam nos espaços mais diversos da federação. Isso se deve por uma série de motivos, como já ressaltaram Funari e Gonzalez (2001, p. 19).

Arqueólogos enfrentam um dilema ético, no entanto. A legislação patrimonial, promulgada como resultado da luta democrática, exige que todos os projetos de desenvolvimento potencialmente impactantes financiem pesquisas arqueológicas,

incluindo ações de resgate. Mesmo que a lei não seja executada em todos os casos, devido aos benefícios a curto prazo para as empresas capitalistas, existem vários projetos em que arqueólogos foram contratados. Por outro lado, em um país pobre, os arqueólogos enfrentam uma tarefa difícil para sobreviver, como resultado, as empresas capitalistas podem contar com a contratação de profissionais que sofrem pressão para assinar relatórios indicando a ausência de vestígios arqueológicos na área.

As questões que nos surgem estão centradas exatamente no tocante do trabalho arqueológico. Como serão negociados esses processos? Levamos em consideração que as permissões para construção ainda não estão em fase de tramitação, porém, a postura do município em agilizar aquele espaço com a finalidade de viabilizar a instalação de um polo industrial, “acende um luz de atenção” nos pesquisadores que não são vinculados aos modelos da arqueologia contratual.

Qual será a posição do município frente a possíveis constatações importantes a respeito da arqueologia naquele espaço, frente às necessidades de implantação da infraestrutura desejada pelo poder público? Pelotas pode dar exemplos positivos de preservação de espaços arqueológicos conciliando-os ao desenvolvimento. Mas como fazê-lo? Observando o espaço como possível núcleo que deu origem a todo o complexo charqueador da cidade, seria justa implantação de uma indústria nesse local, ou seria simplesmente a indústria contemporânea sobrepondo-se de maneira quase que uma sucessão natural aquilo que um dia deu origem a indústria do charque, tendo em vista seu ponto estratégico?

Nosso trabalho nesse texto não tem a pretensão de formular uma resposta pronta para os modelos de aplicação legal referentes à arqueologia em casos como esse. Antes de propormos uma verdade absoluta, suscitamos dúvidas e questionamentos que sejam passíveis de negociações e críticas nos processos em que se insere a pesquisa arqueológica e a deliberação de infraestrutura no país, especificamente na cidade. As questões estão postas e os acontecimentos, por sua vez, em desenvolvimento.

Referências

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

BRASIL. Constituição Federal de 1934.

BRASIL. Decreto de lei nº 25. 30 de novembro de 1937.

BRASIL. Decreto de Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.

BRASIL. Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002.

BRASIL. Portaria SPHAN nº07, de 01 de dezembro de 1988.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

DIEESE. **Principais aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento**. Nota técnica. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec41PAC.pdf>>. Acesso: Acesso em: 5 jun. 2012.

FERREIRA, L. M.; SANCHES, P. L. M. Arqueologia de Contrato e Educação Patrimonial no Brasil: algumas provocações. In: FERREIRA, L.M.; FERREIRA, M.L.M.; ROTMAN, M. B. **Patrimônio cultural no Brasil e Argentina**: estudos de casos. São Paulo: Annablume, 2011, p.11-20.

FERREIRA, L.M.; SANCHES, P. L. M. **O Pampa Negro**: arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888). (Projeto de pesquisa) Universidade Federal de Pelotas, 2009. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/prppg/projetos/ver.php?proj_id=3647&PHPSESSID=da20ca2e011125850eebb787ea5c9d8b>. Acesso em: 8 dez. 2012.

FONSCECA, M. C. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FUNARI, P. P. A.; GONZALÉZ, E, M, R. Ética, capitalismo e arqueologia pública. *História*. Franca, vol. 7, n. 2, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742008000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 dez. 2012.

GUTIERREZ, E. **Negros, charqueadas & olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: UFPel, 2004.

MAESTRI, M. J. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Caxias do Sul: UCS, 1984.

MAGALHÃES, M. O. **Pelotas**: toda a prosa, 1809 -1871. Porto Alegre: Armazém Literário, 2000.

MENDES, E. G. Paulo Duarte. **Estudos Avançados** São Paulo, v.8, n.22,p.189-193, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 8 dez. 2012.

PELEGRINI, S. C. A.O Patrimônio e a Materialização. **Revista Patrimônio e Memória**. V.3, n.1, UNESP- São Paulo, 2009.

PELOTAS. Câmara Municipal de Pelotas. Lei Orgânica Municipal. 03 de abril de 1990

PELOTAS. Prefeitura Municipal. **I Plano Diretor do Município de Pelotas**. Lei 1.672/68, de 30 de maio de 1968.

PELOTAS. Prefeitura Municipal. **II Plano Diretor do Município de Pelotas**. Lei 2.565/80 de 1º de setembro de 1980.

PELOTAS. Prefeitura Municipal. **III Plano Diretor do Município de Pelotas**. Lei 5.502/08 de 11 de setembro de 2008.

PESSI, B. S. **O impacto do fim do tráfico na escravaria da charqueada pelotense**: 1846-1874. 82 f. Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO E PARA O PATRIMÔNIO E OS CURSOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS NO BRASIL

Roberto Heiden

De acordo com as concepções contemporâneas de Estado, vemos que é dele que emana a proposição e efetivação das políticas públicas. Tais políticas objetivam, em uma perspectiva do modelo ideal de gestão, o bem-estar coletivo, obtido por meio da manutenção de direitos de acesso à educação, à habitação, ao lazer, à saúde e outros. Quando não há movimentos positivos em relação à forma como a sociedade se organiza, quanto as suas dinâmicas e demandas internas, ou seja, quando as práticas sociais têm caráter mais predatório ou segregador do que produtivo ou indutivo, surge à necessidade de o Estado atuar como um agente regulador desses eventos. Isso pode acontecer por meio da proposição e implementação de políticas públicas, moldadas de acordo com o objeto a que elas estão focadas.

Não existe uma única definição sobre o que seja uma política pública. Para Lynn (1980), políticas públicas são um conjunto de ações, levadas a cabo por um governo, que visam objetivos específicos para uma coletividade. Peters (1986) tem opinião semelhante, pois diz que políticas públicas são a soma das atividades de um governo que influenciam a vida do cidadão.

Dessa forma, essas políticas podem estar voltadas para demandas na área da saúde, da desigualdade social, do combate à violência, assim como da educação e da cultura. Podem também estar voltadas para a valorização e a preservação do patrimônio cultural.

O Brasil possui uma série de instrumentos e políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural. Neste caso, as relações que se estabelecem entre tais políticas e o patrimônio estão na afirmação sobre a importância de se preservar um conjunto de bens culturais, estabelecidas por uma razão que deva contemplar a maioria dos interesses da sociedade por este patrimônio. Deve-se também

levar em consideração as motivações para que este ou aquele bem cultural seja escolhido para ser representativo da história. Segundo Jeudy:

O consenso estabelecido em torno da conservação dos patrimônios é abalado pela diversidade e contradições das representações do devir da memória das sociedades. A organização e o tratamento dessas formas da memória coletiva é que contém os germes de uma crítica da própria ideia de patrimônio. Não se trata mais de saber por que e como ele se conserva, mas sim de aprender as funções sociais das memórias dentro da metamorfose das sociedades. (JEUDY, 1990, p.8)

Além dos resultados obtidos com políticas para o patrimônio cultural, assim como em relação à discussão dos aspectos conceituais do mesmo, o tema do patrimônio vem sendo alvo de ações educativas e exemplo disso são cursos, congressos, e uma série de outras atividades que apontam para a discussão de questões envolvendo reconhecimento, gestão, apropriação e legislação sobre o patrimônio cultural. Essas ações podem ter origem em diferentes espaços de poder e de trabalho e repercutem de forma positiva na sociedade.

Existe também outra dimensão das relações entre educação e patrimônio cultural, que extrapola a questão da ação educativa. Trata-se da formação de profissionais que trabalham com a preservação, com a gestão ou salvaguarda do patrimônio cultural.

Estes sujeitos têm papel fundamental para o processo de transmissão do patrimônio para as futuras gerações. Museólogos, conservadores-restauradores, artistas, gestores culturais e outros profissionais, são alguns dos protagonistas que levam adiante metas estabelecidas por políticas para o patrimônio, na medida em que as concretizam.

Nesse sentido, o presente texto fala sobre alguns aspectos importantes para que se avalie melhor o impacto das políticas públicas voltadas para a educação. Essas políticas acabam também incidindo diretamente nas questões relativas ao reconhecimento e à

preservação daquilo que é admitido como. O surgimento de cursos de graduação voltados para a formação de conservadores-restauradores, apresenta-se como um dos exemplos importantes dessa relação entre ensino, Estado e valorização patrimonial.

O presente texto indica que, no Brasil, algumas políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC) apresentam-se como fomentadoras (e formatadoras) da maior parte dos cursos de graduação em conservação e restauro de bens culturais em instituições federais e privadas de ensino. Neste sentido, este texto discute as relações entre políticas educacionais e as movimentações que se dão no campo do patrimônio cultural, de modo a explicitar a importância das políticas públicas para a educação que podem ser também, ainda que indiretamente, políticas públicas para o patrimônio cultural. Desta forma, é necessário que os sujeitos atuantes no campo do patrimônio, da conservação e do restauro, atentem para a importância de se trabalhar essas políticas, que podem ser decisivas para os rumos da profissão.

A partir dessa perspectiva, afirma-se que o investimento em formação e qualificação profissional é um horizonte a ser perseguido por todos os sujeitos, direta ou indiretamente envolvidos com a preservação do patrimônio. Tal aspecto acentua-se se esses agentes estiverem sob a égide do Estado, pois, sujeitos com formação voltada para o trabalho com o patrimônio impulsionam as ações a favor da preservação do mesmo.

O REUNI e as políticas públicas para a educação

O Brasil já vivenciou diversas políticas governamentais para a educação superior. Não é objetivo desse texto avaliar positiva ou negativamente essas políticas e, sim, identificar e analisar alguns impactos que as mesmas tiveram para o campo do patrimônio cultural, especialmente para a formação de conservadores-restauradores de bens culturais. O Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem uma importância particular para os cursos de conservação e restauro no Brasil. Os primeiros cursos de graduação nessa área surgiram em decorrência do estímulo que encontraram

dentro de suas instâncias institucionais, favorecidas por essa política de expansão da universidade pública.

O REUNI surgiu em decorrência do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que apontava a necessidade de expansão da Educação Superior no Brasil. As metas expressas no próprio Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que oficializa o REUNI, objetivam a expansão da oferta do ensino superior no Brasil por meio da ampliação do universo de vagas e da estrutura das instituições federais públicas de ensino. As instituições deveriam também buscar formas de conjugar e incentivar processos de reestruturação de suas organizações administrativas e acadêmicas. Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos:

[...] garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (BRASIL, 2009, p. 3)

O REUNI apresentou diversas metas e percentuais que serviram como parâmetro a ser considerado pelas propostas apresentadas pelas instituições que iriam aderir ao Programa. Dentre esses percentuais estava a elevação gradual da taxa média de conclusão dos cursos de graduação (com uma expectativa de que 90% dos ingressantes de um curso concluíssem seus estudos) e a elevação gradual da relação aluno/professor para uma média de 18 estudantes por professor.

Estas diretrizes e metas do REUNI acabaram por configurar as dimensões que deveriam ser consideradas no âmbito das universidades que aderiram ao programa, tais como: a ampliação da oferta de vagas para a educação superior pública; a reestruturação acadêmico-curricular; a renovação pedagógica da educação superior; a mobilidade intra e interinstitucional; o compromisso social da insti-

tuição; o suporte do pós-graduação e o desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação¹³⁶. A partir de um diagnóstico realizado pelo MEC na época, foram definidas como metas a criação de um maior número de cursos noturnos e a oferta de novos cursos de graduação em diferentes modalidades e áreas, especialmente àquelas voltadas para as potencialidades econômicas e culturais regionais¹³⁷.

¹³⁶Cada uma destas dimensões apresenta elementos que, na sua abrangência, as definem, a saber; **Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública** (considerando o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, a redução das taxas de evasão; e a ocupação de vagas ociosas. **Reestruturação Acadêmico-Curricular** (considerando a revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade; a reorganização dos cursos de graduação; a diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada; a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e a previsão de modelos de transição, quando for o caso. **Renovação Pedagógica da Educação Superior** (considerando a articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; a atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem; a previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo. **Mobilidade Intra e Inter-Institucional** (considerando a promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior. **Compromisso Social da Instituição** (considerando as políticas de inclusão; os programas de assistência estudantil; e políticas de extensão universitária. **Suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação** (considerando a articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão qualitativa e quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior. Informações obtidas a partir do site oficial do programa REUNI, publicado pelo MEC: <<http://reuni.mec.gov.br>>, acesso em: 30 dez. 10, às 18h21min.

¹³⁷ Em síntese, a reestruturação e expansão da instituição ocorreriam a partir das seguintes metas principais: ampliação da oferta de vagas no Ensino Superior, priorizando o ensino noturno para facilitar o acesso ao aluno-trabalhador na Universidade; ampliação e efetivação de ações para evitar a evasão; ocupação das vagas ociosas nos Cursos e nas disciplinas; proposição e participação em FORUM nacional da gestão acadêmica; revisão da estrutura do PPI e PPCs, reorganização Institucional: reestruturação dos Cursos de Graduação; do modelo de acesso; diversificação das modalidades de graduação presenciais e/ou à Distância; implantação de novos regimes curriculares aproveitando excedentes do processo seletivo geral e Portadores de Diploma, incremento à articulação com a Educação Básica, Profissionalizante e a Educação de Jovens e Adultos, reciclagem de metodologias e investimento em novos processos com efeitos considerados positivos no processo de ensino-aprendizagem; formação Docente permanente para atuar como agente inovador e transformador nas propostas que serão discutidas, elaboradas e

Não é difícil compreender a razão pela qual no ano de 2008, um total de 53 universidades federais brasileiras tenham aderido ao Programa, apresentando cada uma a sua proposta para reestruturação e expansão acadêmica. Isso foi consequência dos significativos investimentos que o REUNI realizou nas universidades federais, o que permitiu não somente a expansão dos cursos já existentes, como a criação de outros cursos de graduação¹³⁸. A Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) aderiu ao REUNI e duplicou o seu número de cursos de graduação. No rol dos cursos criados, dentre os primeiros a começar o seu funcionamento, estava o Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis.

Passados mais de cinco anos, ao final de 2012, encerra-se a primeira etapa prevista do programa REUNI. Muitos dos cursos de graduação criados no âmbito do Programa nas instituições federais, ainda encontram-se em processo de implementação, enquanto outros já entregaram suas primeiras turmas para o mercado de trabalho. Como política pública de grande envergadura, considera-se que o REUNI já deixou marcas transformadoras no ensino superior público brasileiro. No entanto, uma avaliação mais ampla sobre a sua eficácia e real dimensão não pode ocorrer sem um distanciamento que possibilite a crítica a essa política educacional.

Ainda que o objetivo desse texto não seja o da análise profunda dos impactos positivos e negativos do REUNI, inegavelmente, alguns aspectos mais pontuais serão abordados, a começar pelo da criação dos primeiros cursos de graduação para a formação de conservadores-restauradores em universidades públicas no Brasil. Esses

implantadas; atenção prioritária e incremento a mobilidade estudantil nacional e internacional acompanhado de fatores facilitadores como a flexibilidade curricular e suporte geral; reforço as ações inclusivas a portadores de necessidades educacionais especiais, egressos da educação básica pública e aluno-trabalhador, enfoque especial para a assistência estudantil para a inclusão e para evitar e repetência e a evasão; incremento e expansão das ações extensionistas, associado a expansão e qualificação da pós-graduação para a qualificação técnica, produção científica e retroalimentação do processo de ensino-aprendizagem em todos níveis educacionais da UFPEL e suas interconexões.

¹³⁸Conforme página 4 do Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano, de 30 de outubro de 2009.

foram criados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na UFPel e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Sobre os cursos para a formação de conservadores-restauradores no Brasil

A crescente consciência sobre a importância de se preservar o patrimônio cultural tem demandado a formação de profissionais qualificados para esse trabalho. Citando Leonardo Castriota (2009, p. 11-17), o campo do patrimônio cultural vive um processo de consolidação e ampliação do seu raio de ações e abrangência. Na medida em que o campo passa por um processo constante de atualização e autonomização, criam-se condições mais favoráveis para a sua própria sustentação, assim como para o surgimento de profissionais capazes de mantê-lo em funcionamento.

Como em todos os campos de formação e atuação social e profissional, ocorre um processo de definição de perfil, da abrangência e das competências necessárias para a atuação dos sujeitos responsáveis pela sua existência. A constituição de um campo de formação e atuação profissional de conservadores-restauradores encontra-se no estágio de organização e de definição de suas características. Os cursos existentes e em funcionamento no Brasil sejam em nível técnico, superior ou de pós-graduação, a maioria deles listados e discutidos a seguir, existem em número ainda reduzido e apresentam perfis de formação bastante diferentes entre si.

No Brasil os cursos de pós-graduação em conservação e restauro, são: Mestrado e Doutorado em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), que apresenta uma área de concentração em “Arte e Tecnologia da Imagem – Linha de Pesquisa em Preservação”¹³⁹ e o Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos Históricos

¹³⁹Curso lotado na Secretaria de Pós-graduação da Escola de Belas Artes – UFMG. Av. Antônio Carlos, 6627; Campus Pampulha; Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil; CEP 31270-901; Tel. 55 (31) 3499-5260 Tel./Fax: (31) 3499-5375 / 3499-5270. E-mail: pos@eba.ufmg.br. Site: <http://cecor.eba.ufmg.br>.

da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹⁴⁰. Como *lato sensu*, encontra-se o curso de Especialização em Conservação de Obras em Papel, da Universidade Federal do Paraná (UFPR)¹⁴¹.

Além disso, não se pode deixar de mencionar outros programas de pós-graduação que permitem a realização de pesquisas na área da conservação e restauro de bens culturais e que têm caráter multi ou interdisciplinar. É o caso do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, que tem uma linha de pesquisa voltada para a preservação de acervos.

No rol dos cursos de graduação em conservação e restauro atualmente existentes, além do Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis da UFPel¹⁴², do Curso de Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes da UFRJ e do Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis da UFMG¹⁴³, existe também a oferta de cursos de conservação e restauro em instituições privadas, tais como o Curso de Tecnologia em *Conservação e Restauro de Bens Culturais* da Universidade Estácio de Sá; Tecnologia em Conservação e Restauro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)¹⁴⁴ Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Campus

¹⁴⁰MP-CECRE – Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Faculdade de Arquitetura – UFBA. *Site*: <<http://www.arquitetura.ufba.br>>.

¹⁴¹Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFPR, Curitiba - Paraná Brasil. *Site*: <<http://www.humanas.ufpr.br/espec.htm>>.

¹⁴²Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis, Instituto de Ciências Humanas, UFPel. *E-mail*: <conservacao_restaurao@hotmail.com>. *Site*: <<http://conservacaoerestaurao.wordpress.com>>.

¹⁴³Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis, Escola de Belas Artes – UFMG *Site*: <<http://www.eba.ufmg.br/graduacao/conservacao/indexconservacao.html>>.

¹⁴⁴Tecnologia em Conservação e Restauro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). *Site*: <<http://www3.pucsp.br/conservacaorestaurao>>.

Ouro Preto¹⁴⁵, e o Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauo de Bens Culturais da Unieuro¹⁴⁶.

Além dos cursos em nível de graduação e pós-graduação, existem também os cursos de nível técnico, que têm formado profissionais com diferentes especialidades. Exemplo disso é o Curso Técnico de Conservação e Restauração de Obras de Arte da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)¹⁴⁷, e a Formação Técnica em Preservação, Conservação e Restauo de Documentação Gráfica, além de outros cursos nas áreas de encadernação, preservação, conservação e restauração de obras em papel da ABER - Associação Brasileira de Encadernação e Restauo.¹⁴⁸

Cabe também citar que outras instituições têm discutido a possibilidade da criação de cursos de conservação e restauo. Uma dessas instituições é a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que chegou a elaborar um projeto pedagógico para o referido curso que não foi ainda implementado¹⁴⁹. Recentemente a Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha (FTSG) informou que oferecerá o seu curso de Conservação e Restauo a partir de 2013, na modalidade tecnólogo.

Optamos por não discutir e comparar cursos técnicos e cursos de pós-graduação na área. Sendo cursos muito diferentes, a análise demandaria uma metodologia especial, o que extrapolaria o objeto do texto, que é pensar o impacto das políticas públicas para a educação no campo do patrimônio cultural. Apresenta-se, a se-

¹⁴⁵Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauo do Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Preto. Site: <<http://www.ouopreto.ifmg.edu.br/ensino/graduacao/cursos/tecnologia-em-conservacao-e-restauo>>.

¹⁴⁶Site: <http://www.unieuro.edu.br/cursos_mostrar.asp?codigo=grad_conservacao_e_restauo>.

¹⁴⁷Curso Técnico de Conservação e Restauração de Obras de Arte da Fundação de Arte de Ouro Preto da FAOP Fonte: <<http://www.cultura.mg.gov.br/component/content/article/205/918>>.

¹⁴⁸ABER - Associação Brasileira de Encadernação e Restauo. Site: <<http://www.aber.org.br>>.

¹⁴⁹Disponível em <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=156>>. Acesso em 27 dez. 2012.

guir, algumas colocações a respeito dos cursos de graduação em conservação e restauro de bens culturais.

As instituições privadas em sua maioria têm ofertado cursos de graduação em conservação e restauro na modalidade de tecnólogo, enquanto que a maioria dos cursos ofertados pelas instituições públicas configuram-se como bacharelados. As diferenças entre ambos estão demarcadas por alguns aspectos legais e conceituais. Os cursos na modalidade de tecnólogo apresentam um tempo menor de duração, em média, dois anos, ao passo que os bacharelados costumam ter um tempo maior: normalmente variam de acordo com a resolução nº 2 do MEC, que estipula sua duração entre três anos e meio a seis ou sete anos¹⁵⁰.

As diferenças entre esses cursos não se limitam apenas ao tempo de duração. Os cursos tecnólogos são regrados pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2010)¹⁵¹, ao passo que os bacharelados são regrados por diretrizes curriculares próprias para cada curso. Cabe pontuar que, ao contrário dos cursos tecnólogos, que normalmente são oferecidos a partir do que está previsto no citado catálogo, os cursos de bacharelado nem sempre se constituem somente a partir das diretrizes curriculares já existentes.

Vários bacharelados têm o seu currículo e projeto pedagógico construídos considerando apenas a legislação de caráter mais geral para os cursos de graduação no Brasil, enquanto os cursos tecnólogos, ao mesmo tempo em que respeitam a essa mesma legislação, devem também responder aos princípios formulados pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2010), documento que se apresenta com um

[...] instrumento que relaciona os cursos superiores de tecnologia, trazendo informações essenciais sobre o perfil profissional do tecnólogo – o

¹⁵⁰Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em 27 dez. 2012.

¹⁵¹Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=719&id=12352&option=com_content&view=article>. Acesso em 27 dez. 2012.

qual irá inspirar a trajetória formativa – a carga horária mínima, a infraestrutura recomendada. Com isto fornece subsídios importantes para decisões vocacionais, matrizes curriculares e estratégias de formação, além de favorecer o exercício da cidadania no acompanhamento da qualidade dos cursos.¹⁵²

Este catálogo, além de delimitar o perfil dos cursos tecnológicos, que serão criados pelas instituições de ensino que assim o desejarem, também condiciona a oferta dos tipos de cursos, já que este documento afirma considerar demandas de mercado e da sociedade para os perfis de cursos que são disponibilizados. Além disso, os cursos que não se encontram desenhados no catálogo, precisam de encaminhamentos específicos e mais demorados por parte da instituição que tiver interesse em ofertá-los, no sentido de obter autorização para o funcionamento do mesmo junto ao MEC.

Dessa forma a normalização e imposição de critérios para criação dos cursos tecnológicos é também uma maneira de facilitar processos de regulação levados a cabo pelo MEC. Fora desses parâmetros, as instituições podem não obter autorização e reconhecimento para seus cursos. Assim, também, como resultado da normalização dos cursos superiores de tecnologia, todo o tipo de registro e recuperação de dados fica facilitado, justamente por conta desta padronização de informações e de perfis de formação colocada pelo catálogo.

Apesar desses aspectos se relacionarem mais diretamente a questões de gerenciamento de informações acadêmicas, não se pode ignorar o fato de que o catálogo de cursos superiores de tecnologia é referência constante para todas as instituições do Brasil que os ofertam. Cabe questionar quem formula estes perfis e sobre quais critérios. O perfil desenhado para um Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauro nesse catálogo é um texto com

¹⁵²Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12352:catálogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia-&catid=332:catálogo-nac-dos-cursos-superiores-de-tecnologia&Itemid=719>. Acesso em: 27 dez. 2012.

não mais do que com 15 linhas. Além disso, parece existir certo descompasso entre o que rege a ementa que define conceitualmente o curso e o que se indica sobre espaços e laboratórios de ensino necessários.

Na prática, os cursos tecnólogos têm como perspectiva a formação mais rápida, diretamente voltada para responder às tendências de mercado. Nesses, o aluno terá seu percurso acadêmico voltado para a apreensão de técnicas e métodos de trabalho totalmente direcionados ao perfil de formação previsto. Os cursos de bacharelado, ao contrário dos anteriores, estão centrados em áreas de conhecimentos mais tradicionais, ou configuram-se a partir de uma perspectiva de conhecimento não diretamente focada em uma especialidade demandada pelo mercado de trabalho.

Analisando-se a legislação formulada pelo MEC chega-se à conclusão de que os bacharelados devem criar percursos formativos que levam seus estudantes a um universo maior de possibilidades de conhecimentos. A área de formação deve ser respeitada, mas os conhecimentos não devem ser focados e especializados em um determinado assunto.¹⁵³ Dessa forma, ao passo que em um curso tecnólogo o estudante aprofunda seus conhecimentos ao adquirir saberes e dominar técnicas sobre uma área específica, o bacharel transita em várias áreas da sua formação. Uma maior participação em atividades de pesquisa e extensão, por exemplo, facultada pela arquitetura dos currículos do bacharelado, possibilita que os estudantes aprofundem determinados assuntos de seu interesse.

Feitas essas breves comparações, questiona-se até que ponto é produtivo para uma mesma área de formação profissional, em questão: a conservação-restauração dos bens culturais, ter cursos de naturezas distintas (bacharelados e tecnólogos). Sobre a identidade profissional do conservador-restaurador, indaga-se quem é esse profissional: alguém que conhece materiais, técnicas e tecnologias e aplica esses conhecimentos sobre artefatos de reconhecido valor cultural? Um sujeito que se depara com objetos notadamente

¹⁵³Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12986&option=com_content&view=article>. Acesso em 27 dez. 2012.

culturais e deve elaborar estratégias para a sua preservação, considerando suas dimensões estéticas, históricas, materiais, etc?.

Uma reflexão a partir dessas duas perspectivas seria estratégica para se analisar qual tipo de curso (bacharelado ou tecnólogo) apresenta características que estão mais de acordo com o que se espera no presente de um conservador-restaurador. Nesse sentido, esperar-se-ia que as instâncias superiores de formulação de políticas educacionais estabelecessem um diálogo sistemático com os profissionais da área, afinando os critérios para a regulamentação da profissão e para a equalização dos currículos dos cursos. No entanto, vê-se que a fragilidade desse diálogo reverte em ações desencontradas, como a proposta de revisão de nomenclatura dos cursos de graduação no Brasil. Essa proposta visava enquadrar em um pequeno leque de possibilidades todos os cursos em nível de graduação no Brasil. Ou seja, considerava-se que cursos supostamente próximos ou semelhantes, deveriam, em uma espécie de ato regulatório dos perfis de formação, nomes e projetos pedagógicos, alinhar-se a uma das nomenclaturas colocada pelo MEC.¹⁵⁴

Assim, os cursos de bacharelado em conservação e restauro deveriam ter seus nomes padronizados para “Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro”, o que contraria a própria legislação do MEC, que estabelece diferenças de natureza jurídica entre bacharelados e tecnólogos. A proposta apontava para um tipo de entendimento que reduzia esses dois tipos de graduação a uma mera diferença de nomenclatura. Não somente os cursos de conservação e restauro, como centenas de outros, resistiram à imposição e, atualmente, essa discussão parece ter se esvaziado.

Além das diferenças observadas entre bacharelados e tecnólogos, é importante discutirmos outros aspectos dos cursos que foram citados até então. Dentre os cursos já listados, os cursos de conservação e restauro implantados no IFMG e na PUC-SP, apresentam, por exemplo, algumas características peculiares e diferentes entre si, pois, embora ambos sejam cursos superiores de tecnologia,

¹⁵⁴Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13812&Itemid=995>. Acesso em: 27 dez. 2012.

possuem perfis distintos no campo da conservação e restauração do patrimônio. O curso do IFMG está voltado para os bens culturais imóveis, enquanto que o da PUC_SP, para bens móveis (pintura cavalete e mural e escultura, especialmente em madeira).

Dessa forma, vemos que os cursos de conservação e restauro, mesmo que em número ainda reduzido, parecem refletir e reforçar a diversidade que têm hoje o patrimônio cultural. Ainda que a separação conceitual mais genérica “bens móveis e imóveis” seja amplamente aceita, inclusive em termos jurídicos, a grande quantidade de formas de classificação do patrimônio cultural e a própria ampliação do campo do patrimônio, como explica Castriota (2009), demonstra que a maneira como as instituições procuram resolver a definição do perfil dos seus cursos reflete essa diversidade.

Observa-se que a maioria dos cursos de conservação e restauro foram criados a partir de 2007.¹⁵⁵ Neste sentido, coloca-se uma questão que merece ser melhor compreendida: o que levou a implantação de todos esses cursos, em nível de graduação, em uma mesma época? Considerando o caso dos cursos da UFPel, UFMG e da UFRJ, que têm natureza semelhante (os três são bacharelado e pertencem a universidades públicas), o REUNI teve papel importante para a criação dos mesmos. Todas as três instituições já vinham desenvolvendo trabalhos na área, seja em cursos de graduação e extensão, ou em projetos de pesquisa. A criação desses cursos nessas instituições consolidou a área em cada uma das três universidades vinha atuando.

Os cursos analisados têm como foco a conservação e o restauro, porém, diferem quanto ao perfil de formação proposto para seus estudantes. Essas diferenças se dão em decorrência de políticas implementadas pelo MEC e de questões legais e conceituais do patrimônio. Além disso, os cursos analisados também diferem entre si por razões contextuais, ligadas a seus locais de origem e ao próprio histórico das instituições que os criaram.

¹⁵⁵ Na UFMG, o curso de Conservação e Restauro já existe a mais de trinta anos, porém como uma especialização. A partir de 2008 ele passou a ser oferecido também como um curso de graduação.

Observado tudo isso, percebe-se a necessidade e a importância de um amplo processo de discussão e aperfeiçoamento das políticas e ações que interferem sobre o perfil dos cursos de conservação e restauro e sobre a forma como as questões conceituais e legais interferem nesses.

Certamente a implementação de ações por parte do MEC pode vir a consolidar essa área de formação, além de permitir perfis acadêmicos melhor delineados. Nesse sentido, é muito importante que venham a ser definidas diretrizes curriculares para cursos de conservação e restauro, a exemplo do que ocorre em outras áreas, como na arquitetura, nas artes, na biologia, etc.

É necessário, também, que entidades representativas de classe, agentes políticos, e os próprios profissionais, atuem no sentido de contribuir para o processo de consolidação do campo de trabalho dos conservadores-restauradores. Ações dessa natureza podem melhorar as políticas públicas para a educação e reforçam uma formação profissional mais especializada.

Nesse sentido, já há alguns anos ocorrem ações no meio político que têm contribuído para a consolidação da profissão do conservador-restaurador. Em 2006, por ocasião do XII Congresso da ABRACOR, realizado em Fortaleza, começou a ser esboçado um projeto de lei que dispunha sobre a regulamentação da profissão de conservador-restaurador. Desde então, a questão do reconhecimento da profissão vem sendo encaminhada por entidades ligadas à área, dentre elas a ABRACOR (Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais) a ABER (Associação Brasileira de Encadernação e Restauro), que organizaram reuniões e eventos relativos à regulamentação da profissão.

Desde então, ocorreram reuniões e tramitações junto à Câmara dos deputados em Brasília e no Senado Federal. Encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 4.042 que dispõe sobre o exercício da profissão de Conservador-restaurador de Bens Culturais Móveis e integrados e define a quem é permitido o exercício da profissão em nível técnico e de graduação, dispondo também sobre as competências e atividades deste profissional.

Mais do que legitimar o exercício da profissão, o projeto de lei que regulamenta a profissão do conservador-restaurador é tam-

bém um meio de proteção aos bens culturais. Atualmente, o trâmite da referida lei está bastante adiantado, de modo que faltam poucas instâncias para a sua aprovação final. Porém, o processo precisa ainda de alguns encaminhamentos para que se efetive plenamente. Até a data de 31 de outubro de 2012, deu-se a aprovação da lei junto à Comissão de Finanças e Tributação.

Assim, a regulamentação da profissão de conservador-restaurador de bens culturais consistirá não somente no reconhecimento do profissional dotado de características peculiares, como também, no reconhecimento da sua formação qualificada e diversificada. Isso reforça a importância dos cursos de graduação para formar esses profissionais.

Conclusão

Percebe-se a influência positiva que algumas políticas de Estado exercem sobre o patrimônio cultural, neste estudo. Os profissionais dessa área devem estar atentos para a legislação, buscando situações mais favoráveis para preservação do bem patrimonial.

O REUNI não foi um fator decisivo para a criação dos cursos de conservação e restauro de bens culturais no Brasil, especialmente aqueles existentes em instituições públicas. Porém, o exemplo do impacto positivo dessa política de Estado na criação dos cursos de conservação e restauro existentes em instituições públicas, demonstra tanto como o campo do patrimônio cultural, quanto como os movimentos de consolidação de uma profissão ou de uma área de trabalho podem se valer das políticas para a obtenção de uma maior autonomia.

A análise e discussão sobre o perfil dos cursos de graduação em conservação e restauro de bens culturais surgidos no Brasil nos últimos anos, resultou na constatação de que os cursos têm como foco a conservação e o restauro, porém, diferem de forma notória e diversa quanto aos seus perfis de formação. Isso ocorre em decorrência de políticas implementadas pelo MEC, de questões legais, e também dos conceitos vigentes no campo do patrimônio cultural.

É necessário que se tenha um domínio mais elaborado sobre esses fatores, de modo a qualificar a área do patrimônio cultu-

ral, da conservação e do restauro, e do perfil dos novos cursos, sob pena de que os mesmos aspectos que por ora são positivos venham, futuramente, a favorecer a pulverização do foco de atuação desses profissionais e desses cursos.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação, SESu, DIFES. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**, de 30 de outubro de 2009.

BRITO, Eliana Povoas; HEIDEN, Roberto . **Entre a reestruturação e a expansão das universidades federais: movimentos que singularizam a travessia da UFPEL**. In: XXV Simpósio brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. Políticas Públicas e Gestão da Educação: Construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. São Paulo: Editora da PUCSP, 2011. v. 1.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif. Goodyear. 1980

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J. Chatham House. 1986.

A ESTRADA REAL: UM PROJETO MEMORIAL MINEIRO

Maritsa Sá Freire Costa

Sendo um conjunto de rotas convergentes para a cidade de Ouro Preto que remontam aos séculos XVII e XVIII, a Estrada Real é um destino turístico bem sucedido por receber significativo apoio tanto do governo estadual quanto da população regional. Neste trabalho, primeiramente é apresentado o contexto histórico da formação dos caminhos e, em seguida, são relatados atos de políticas públicas implantadas principalmente pelo governo do Estado de Minas Gerais e entidades a ele coligadas. Tais ações se mostraram fundamentais para a consolidação do trajeto, como a adoção de leis e de práticas que incentivaram o turismo e a visibilidade da Estrada Real em âmbito nacional e internacional. Ao proporcionar a experimentação das rotas e, por meio destas, a possibilidade da recuperação da memória destes caminhos, torna-se possível a análise das políticas de memória envolvidas na constituição do próprio empreendimento e na vinculação com a identidade mineira. Esta reflexão torna-se relevante uma vez que o Brasil está na iminência de receber eventos internacionais de grande porte, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. A intensificação do turismo deverá colocar a marca "Estrada Real" em evidência e determinará a responsabilidade pública, principalmente no que concerne à preservação do patrimônio.

Contextualização histórica

Os caminhos construídos no século V a.C. por Dário I, com o intuito de ligar entre si partes do império persa, já poderiam ser designados como "estradas reais" (ROBERTS, 2001). Igualmente pode-se denominar "estrada real" o chamado Sistema Vial Andino ou QhapaqÑan, que ligava os principais centros militares, religiosos

e de produção de mercadorias do Império Inca a sua capital, Machu Picchu, no século XIII¹⁵⁶. O termo "estrada real", portanto, se refere a caminhos reconhecidos e tornados oficiais pela autoridade que detém o poder, com o expresso objetivo de colocar em comunicação áreas importantes do território dominado.

Apesar de alguns autores, como Anastasia e Furtado (1999) considerarem apenas o trecho que liga Paraty a Sabará como "Estrada Real", uma vez que este foi o caminho que de fato a Coroa Portuguesa mandou abrir para o escoamento dos metais preciosos das regiões das Minas, neste texto o termo "Estrada Real" se referirá às vias terrestres oficialmente reconhecidas e fiscalizadas pela metrópole para a circulação de pessoas e mercadorias, e especialmente para o escoamento das riquezas, sobretudo ao longo do século XVIII. Pode-se perceber que embora tendo sido abertos "naturalmente"¹⁵⁷, os diversos caminhos que levavam à Vila Rica (hoje Ouro Preto) adquiriram o *status* de "estradas oficiais", uma vez que neles foram instalados, por ordem da administração portuguesa, postos de inspeção denominados Registros, os quais tinham como função fiscalizar o trânsito de mercadorias e cobrar os tributos devidos.

É sabido que as bandeiras paulistas foram expedições que penetraram no sertão¹⁵⁸ em busca de índios e metais preciosos. Nestas investidas, os bandeirantes abriram caminhos que serpream em todas as direções. Com a queda da comercialização do açúcar na segunda metade do século XVII, devido à concorrência com a produção nas Antilhas, a Coroa Portuguesa necessitava de atividade mais lucrativa (FAUSTO, 1998). Incentivados pelas autoridades e

¹⁵⁶ Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/5547>>. Acesso em 24 jun. 2012.

¹⁵⁷ O termo "naturalmente" refere-se aqui aos caminhos abertos por grupos que desbravaram o interior do território tanto em busca de ouro quanto para estabelecer vias de comércio com a região das Minas.

¹⁵⁸ "A palavra sertão foi utilizada, desde os primeiros anos de ocupação da América Portuguesa, como uma denominação imprecisa e indistinta para a imensidão desconhecida que se estendia além das terras litorâneas onde os portugueses estabeleceram os primeiros núcleos de povoamento". (DELVAUX, 2010, p. 76).

influenciados pela crença em tesouros fantásticos escondidos no interior do território americano – comum no imaginário do final do século XVII–, bem como iludidos pela falsa proximidade entre terras ainda por se descobrir e regiões ricas em ouro e prata sob domínio espanhol, os bandeirantes se lançaram em busca da Montanha Sabarabuçu, da Serra das Esmeraldas e da Serra Resplandecente, correlatos fantásticos do imaginário luso-brasileiro (DELVAUX, 2010).

“Ninguém duvida que tendo partido em busca das pedras verdes e de prata [no final do século XVII], Fernão Dias Pais ajudou a desbravar o caminho para o encontro, mais tarde, de minas de ouro (...)” (HOLANDA, 1977: 259). Por este caminho, hoje chamado de “Caminho geral do sertão” ou “Antigo caminho dos paulistas”, chegou-se ao rio das Velhas (região de Ouro Preto) saindo de São Paulo de Piratininga, passando pelas vilas do Vale do Paraíba e atravessando a Serra da Mantiqueira.

Quando foi descoberto ouro na região das Minas Gerais, o “Antigo Caminho dos Paulistas” foi adaptado para que o metal fosse enviado à metrópole de forma mais rápida, já que o trajeto entre Vila Rica e Santos, primeiro porto utilizado para o escoamento do produto, levava cerca de 60 dias. Por este motivo, das vilas do Vale do Paraíba, ele passou a seguir para o litoral até Paraty, onde o ouro era embarcado para Portugal. Mesmo assim, o percurso ainda era longo e difícil devido à topografia da região. A Coroa Portuguesa, então, decidiu abrir um caminho novo para a região das Minas, o qual foi finalizado em 1725. Menor em extensão (cf. figura 2), o percurso passou a levar 45 dias e ligava Vila Rica ao Porto da Estrela no Rio de Janeiro. Este novo caminho foi então determinado como exclusivo para o transporte do ouro (ANASTASIA; FURTADO, 1999). Da mesma forma, quando foram descobertas minas de diamante na região do Serro e do Tijuco em 1729, a Coroa Portuguesa instituiu como oficial o caminho que ligava Vila Rica ao chamado Distrito Diamantino, em torno do Arraial do Tijuco, que era subordinado diretamente à metrópole (MARQUES, 2009). Este último foi designado como Caminho dos Diamantes.

No entanto, faz-se necessário destacar que trechos destes caminhos que atualmente formam a Estrada Real são anteriores à dominação portuguesa. Conforme o artigo *Mapeamento da arte*

rupestre na Estrada Real (RESENDE et al., 2010), o entorno da Estrada Real foi escolhido como referência para estudos de registros de pinturas rupestres que variam de 8.000 a 2.000 anos em sítios arqueológicos localizados nas cidades de São João del-Rei, Carrancas, São Thomé das Letras e Andrelândia, que fazem parte do Caminho Velho. Sustentado pelos estudos de Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda, o texto revela que os caminhos que formam a Estrada Real seriam originalmente caminhos indígenas. De fato, os bandeirantes, em sua maioria mamelucos (resultado da miscigenação entre o índio e o homem branco), demonstraram ter um conhecimento acerca do território que foi de fundamental importância para as incursões no interior.

Ademais, o artigo sugere que a ocupação do próprio Caminho Novo dataria de cerca de 10 mil anos “como desdobramento de um eixo inicial de povoamento pré-histórico, que, originário dos Andes e/ou da Amazônia, teria desembocado no Sudeste brasileiro e alcançado o litoral atlântico.” (RESENDE et al., 2010, p. 117-118). E conclui: “Salta aos olhos que a ocupação ao longo da Estrada Real, quando sobrepomos essa rota aos sítios arqueológicos e cavidades naturais com presença de arte rupestre, indica claramente que o percurso da Estrada Real foi concebido no período pré-cabralino” (RESENDE et al., 2010, p. 122).

O Instituto Estrada Real

O Instituto Estrada Real é uma sociedade civil sem fins lucrativos mantida pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a FIEMG. Desde sua criação, em 1999, recebeu o apoio do Governo do Estado de Minas Gerais, que por meio da Lei 13.173/99, criou o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real, regulamentado posteriormente pelo Decreto 41.205/00¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Fonte: Lei 13.173/99, disponível em: <<http://migre.me/9ZNIZ>>. Acesso em 24 jun. 2012; Decreto 41.205/00, disponível em: <<http://migre.me/9ZNSK>>. Acesso em 24 jun. 2012.

O texto de apresentação do Instituto Estrada Real (IER), como consta em seu site oficial¹⁶⁰, ressalta que o objetivo da instituição é de promover o turismo tanto nos caminhos que formam a Estrada Real quanto no seu entorno:

Com uma equipe de técnicos especializados em turismo, [o IER] transformou o antigo caminho, aberto há mais de 300 anos pela Coroa Portuguesa, em um destino turístico reconhecido no Brasil e no exterior. (sic) (...) Com o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo, o IER busca o desenvolvimento sustentável dos municípios da Estrada Real¹⁶¹.

O artigo 2º da Lei 13.173/99, o qual trata dos objetivos do Programa de Incentivo, igualmente destaca a importância da atividade turística a ser incentivada ao longo dos caminhos que formam a Estrada Real, inclusive com aporte de investimentos privados, de modo a promover o aumento do índice de emprego no interior do Estado e a possibilidade de aumento da arrecadação tanto do Estado quanto dos municípios mineiros. Ademais, recomenda-se a preservação e revitalização de “pontos de atração turística e de lazer já existentes”, bem como de paisagens naturais, sítios arqueológicos e paleontológicos que seriam interligados pela Estrada Real. Ainda complementa estes objetivos o artigo 5º que trata de compensações financeiras, incentivos fiscais ou creditícios a vários entes que se relacionam às rotas, como proprietários de terras cortadas pelos caminhos, empreendimentos turísticos e de lazer, e municípios por onde passam o traçado da Estrada Real. A promoção de atividades culturais, relacionadas ao tema da Estrada Real e especialmente ao folclore regional, é contemplada no inciso III do artigo 4º da mesma lei.

¹⁶⁰ Disponível em: <www.site.er.org.br>. Acesso em 24 jun. 2012.

¹⁶¹ Disponível em: <<http://site.er.org.br/index.php/apresentacao/index/4>>. Acesso em 24 jun. 2012.

Tal posicionamento assumido pelo governo mineiro vem ao encontro do que Leonardo Castriota (2009) observa acerca da inovação na área de planejamento e desenvolvimento de política pública trazida pela Constituição Brasileira de 1988, a qual estabelece no §1 de seu Artigo 216 que cabe ao poder público com a ajuda da comunidade promover ações que protejam o patrimônio cultural brasileiro.

Embora até o presente momento não configure nas listas mais notórias de patrimônios protegidos (as elaboradas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–, pelo IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais– e pela UNESCO –Organização das Nações Unidas para a Cultura, a Ciência e a Cultura), a Estrada Real pode ser considerada como patrimônio cultural. Tal fato se deve à identificação dos mineiros com a expressão "Estrada Real" e às ações tanto de preservação de vestígios dos caminhos quanto de promoção de atividades culturais e de turismo nas rotas que são fomentadas pelo governo e entidades a ele coligadas e pela própria população. Há igualmente o respaldo do artigo 1º do Decreto-lei nº 25/37, que considera patrimônio histórico e artístico nacional "(...) os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana" (FONSECA, 2009: 245).

Contexto histórico de políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio

A responsabilidade das instâncias governamentais pela preservação do patrimônio histórico e artístico remontam ao Alvará Real de D. João V de 20 de agosto de 1721, o qual "determinava a 'conservação e guarda dos monumentos antigos, que havia, e se podiam descobrir no reino, dos tempos em que nele dominaram os fenícios, gregos, penos, romanos, godos e arábicos'" (RODRIGUES,

2008, p. 86)¹⁶². No entanto, foi na França revolucionária que aparece com mais profusão e técnica – através de decretos e instruções – a necessidade de se conservar os bens patrimoniais (CHOAY, 2006). No Brasil, conforme relata Maria Cecília Fonseca (2009), a proteção do patrimônio passa a ter relevância política a partir da década de 1920, com denúncias de alguns intelectuais do estado precário de bens culturais e com debates a respeito da questão tanto em instituições públicas quanto na imprensa. Tais intelectuais modernistas assumiram a problemática e foram responsáveis pela implantação, a partir de 1936, de um órgão destinado a proteger obras de arte e a história no país, qual seja, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que foi criado neste ano em caráter provisório, já que só foi oficializado em 1937 pelo já mencionado Decreto-lei nº 25. Tal normativa, além de instituir o SPHAN e determinar as formas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, versou em seu artigo 23 a respeito da necessidade de uniformização às determinações nacionais das legislações estaduais no que concerne à proteção do patrimônio regional (FONSECA, 2009).

Assim sendo, o Estado de Minas Gerais vem seguindo ao longo do tempo as recomendações da União no que concerne à proteção do patrimônio. Neste sentido, os artigos 207, 208 e 209 da Constituição Estadual de 21 de setembro de 1989 seguem, literalmente no caso do artigo 208, as garantias e determinações preconizadas pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Outro ponto de convergência entre as políticas federal e estadual se faz presente no Decreto Estadual nº 42.505, de 15 de abril de 2002, o qual segue as recomendações do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Ambos

¹⁶² O próprio Francisco Rodrigues (2008) indica em seu trabalho a possibilidade de existência de uma norma mais antiga que a portuguesa. Esta seria uma normativa expedida pelo Grão Ducado da Toscana em 30 de maio de 1571, a qual visava à preservação do patrimônio cultural daquela região. Como o autor não fornece mais informações acerca da questão, optou-se neste texto pela manutenção da primazia portuguesa.

versam sobre o mesmo tema, qual seja, o registro e a proteção dos bens culturais de natureza imaterial¹⁶³.

Ao seguir o disposto nos incisos I e VII do artigo 207 da Constituição Estadual, os quais afirmam que o poder público elaborará políticas que divulguem as manifestações culturais do Estado (I) e que estimulem atividades de caráter cultural de cunho regional (VII), o governo do Estado de Minas Gerais vem apoiando, em parceria com o Instituto Estrada Real, diversas medidas neste sentido. Dentre estas se pode destacar o lançamento do livro *Histórias das fazendas tradicionais da Estrada Real* e da criação de um Museu do Cavalo Mangalarga Marchador, na cidade de Cruzília¹⁶⁴. Tratam-se, em ambos os eventos, de incentivos à atividade turística na região. Apesar de se referir às fazendas do Caminho Velho da Estrada Real, o qual atravessa também os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a obra só aborda propriedades rurais do Estado de Minas Gerais. Quanto ao Museu do Cavalo, este está em consonância com o tema do samba enredo dedicado à raça Mangalarga Marchador, que no Carnaval de 2013, a Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor levará para a Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro. A declaração do presidente da Associação Brasileira de Cavalo Mangalarga, Magdi Shaad, resume o estímulo dos projetos desenvolvidos. Menciona que será uma grande oportunidade para mostrar a força do turismo e do agronegócio mineiro internacionalmente.

Duas medidas estão em desenvolvimento para a divulgação dos caminhos em âmbito internacional. São elas, o Caminho Religioso da Estrada Real (CRER) e a tentativa de inscrição da Estrada Real como patrimônio mundial reconhecido pela UNESCO. O CRER teve a previsão de ser oficialmente lançado ainda no ano de 2012, confor-

¹⁶³ Fontes: Constituição Federal, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 24 jun. 2012. Constituição do Estado de Minas Gerais, disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/institucional/legislacao/617>>. Acesso em 24 jun. 2012. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 (FONSECA, 2009). Decreto Estadual nº 42.505 de 15 de abril de 2002 (CAVALCANTI; FONSECA, 2008).

¹⁶⁴ Disponível em <<http://site.er.org.br/index.php/noticias/view/300>>. Acesso em 24 jun. 2012.

me informações do *site* oficial do Instituto Estrada Real¹⁶⁵, e deverá ser um caminho de peregrinação que ligará dois pontos importantes da devoção católica: o santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté (Minas Gerais), e o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida (São Paulo). Esta rota coincide com o Caminho Velho e o Caminho Sabarabuçu da Estrada Real, e percorrerá um total de 600km e 86 municípios dos dois estados. A analogia com o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha, é evidente e declarado pelas autoridades. Visto que a Espanha foi o segundo país cujas receitas provenientes do turismo internacional mais cresceram em 2011, cerca de US\$ 7 bilhões, conforme dados da Organização Mundial do Turismo¹⁶⁶, o governo do Estado de Minas Gerais, principal incentivador da medida, parece querer seguir os passos do país ibérico.

Em notícias de 14 de maio de 2012 e de 5 de junho de 2012¹⁶⁷, o *site* oficial do Instituto informou que numa iniciativa conjunta do governo estadual mineiro, por meio do governador Antônio Anastasia, e da FIEMG, com o apoio do Instituto Estrada Real e do SEBRAE-MG (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais), foi solicitado, junto ao IPHAN, o reconhecimento da Estrada Real como itinerário cultural do Brasil, e, junto à UNESCO, como rota cultural. Novamente tendo como modelo o Caminho de Santiago de Compostela, que recebeu este título em 1993¹⁶⁸.

Uma tentativa anterior de promover a candidatura da Estrada Real a patrimônio mundial foi realizada na primeira década dos anos 2000 e foi designada Projeto UNESCO. Apesar de malgrado, tal Projeto, elaborado por Glauco Umbelino, Rodrigo Carvalho e

¹⁶⁵ Disponível em <<http://site.er.org.br//index.php/noticias/view/185>> Acesso em 24 jun. 2012.

¹⁶⁶ Disponível em <<http://media.unwto.org/en/press-release/2012-05-07/international-tourism-receipts-surpass-us-1-trillion-2011>>. Acesso em 24 jun. 2012.

¹⁶⁷ Disponível em <<http://site.er.org.br//index.php/noticias/view/301>> e <<http://site.er.org.br//index.php/noticias>>. Acesso em 24 jun. 2012.

¹⁶⁸ Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/669>>. Acesso em 24 jun. 2012.

Américo Antunes, e financiado pelo Instituto Estrada Real, com o apoio da FIEMG e do SEBRAE-MG, rendeu uma valiosa contribuição para os estudos que definiram mais criteriosamente o traçado da estrada. A partir de comparações entre a cartografia confeccionada no século XVIII, principalmente os mapas elaborados por José Joaquim da Rocha¹⁶⁹, e os mapas produzidos após trabalho de campo nos trechos remanescentes, utilizando como orientação marcos como pontes e minas, puderam-se reconstituir os caminhos com o auxílio de métodos georreferenciais atuais, incluindo o emprego de tecnologias computacionais e GPS.

Esse mapeamento permitiu que os caminhos da Estrada Real fossem reconstituídos com o máximo de precisão possível, indicando traçados quase inalterados em relação ao mapa de José Joaquim da Rocha, comprovando a lógica da marcha da ocupação colonial, sempre em busca dos fundos de vale, seguindo o curso dos rios. (UMBELINO; CARVALHO; ANTUNES, 2009,p. 68)

As informações cartográficas geradas a partir deste estudo são as mesmas adotadas, atualmente, pelo Instituto Estrada Real para a elaboração de mapas e roteiros que estão disponíveis no seu *site*¹⁷⁰. Portanto, a Estrada Real como atualmente definida pelo Instituto é formada por quatro rotas que remontam aos séculos XVI, XVII e XVIII (cf. figura 1). São elas: Caminho Velho: de Paraty a Ouro Preto e possui 630 km de extensão; Caminho Novo: do Porto da Estrela, no Rio de Janeiro, até Ouro Preto e possui 515 km de extensão; Caminho dos Diamantes: de Ouro Preto a Diamantina e possui

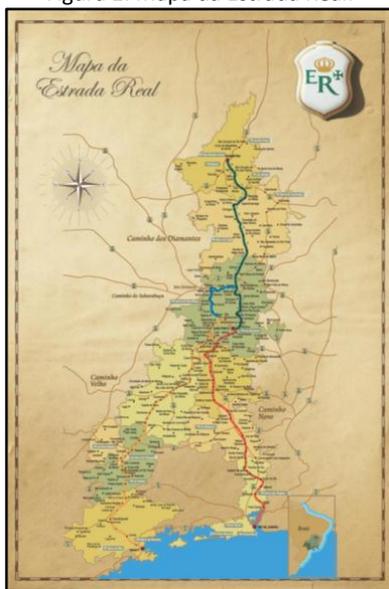
¹⁶⁹ José Joaquim da Rocha foi militar e cartógrafo português que serviu no Brasil durante a segunda metade do século XVIII. Elaborou diversos mapas da região das Minas que foram considerados importantes devido à qualidade e à quantidade de informações contidas nos mesmos. Apesar de ter alegado inocência, foi acusado de ter tido participação na Inconfidência Mineira ao auxiliar os rebeldes com seus mapas. Ao final, não foi indiciado como réu no processo que culminou com a condenação de Tiradentes. (FURTADO, 2009).

¹⁷⁰ Disponível em <<http://www.estrada-real.tur.br/>> Acesso em 24 jun 2012.

350 km de extensão; Caminho Sabarabuçu: do distrito de Cocais (Barão de Cocais), passa por Sabará (antiga Sabarabussu) e chega ao distrito de Glaura (subordinado a Ouro Preto) e possui 160 km de extensão. Este trecho surgiu como rota alternativa entre Ouro Preto e Barão de Cocais no Caminho dos Diamantes, segundo informações do site oficial¹⁷¹.

É possível que este caminho tenha sido utilizado para burlar a fiscalização Real, uma vez que a Rota dos Diamantes era o percurso oficial determinado pela Coroa Portuguesa. No entanto, igualmente é válido o fato de que tanto o Caminho Novo quanto o Caminho da Bahia levavam a Sabará, neste sentido, o traçado atual do Caminho Sabarabuçu pode ter tido sua origem em trechos daquelas rotas. Considerações acerca do Caminho da Bahia serão realizadas em momento oportuno.

Figura 1: Mapa da Estrada Real.



Fonte: Disponível em <http://site.er.org.br/uploads/SAP_Sala_Imprensa/mapa_er.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

¹⁷¹ Disponível em <<http://site.er.org.br/index.php/caminhos/index/2/5>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

Atualmente, 199 municípios fazem parte do roteiro da Estrada Real, sendo 169 deles municípios de Minas Gerais, nove do Estado do Rio de Janeiro, e 22 de São Paulo¹⁷². O empreendimento Estrada Real igualmente foi adotado por grupos comunitários da região para desenvolver suas atividades e como forma de expressar a identificação do grupo com o projeto. Cita-se, por exemplo, a Associação das Caminhantes da Estrada Real – ACER, entidade civil sem fins lucrativos que tem por objetivo promover caminhadas de grupos de mulheres ao longo dos caminhos da Estrada Real. Em 2011, segundo notícia divulgada em seu site oficial¹⁷³, as caminhantes receberam da Secretaria de Turismo de Minas Gerais – SETUR/MG o título de "Embaixadoras da Estrada Real" e assumiram um protocolo de intenções com o governo do Estado, com o intuito de cooperar para a implantação do projeto “Árvore é Vida”, o qual por sua vez visa ao plantio de árvores ao longo das rotas.

Memória e espaço

A designação da Estrada Real como patrimônio permite que os caminhos que a formam sejam igualmente analisados pelo viés memorial, uma vez que as noções de patrimônio e memória estão imbricadas e o estudo de uma se faz inerentemente ligado à compreensão da outra. Sendo assim, a valorização do espaço como suporte memorial encontra na análise de Maurice Halbwachs um amparo favorável. Para este autor, a tradição construída numa sociedade possui como apoio o “arranjo material”, termo que utiliza para se referir ao espaço. O lugar, portanto, permite a retomada da lembrança de fatos, de costumes, de produtos gerados naquele mesmo espaço. Como o próprio autor afirma, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial [...] e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele

¹⁷² Disponível em: <<http://site.er.org.br/index.php/apresentacao/index/4>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

¹⁷³ Disponível em: <<http://www.caminhantesdaestradaREAL.com.br/beta/principal/>> Acesso em 24 jun. 2012.

não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca” (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Mas enquanto a associação entre o espaço e o passado deve ser inteligível para a sociedade que o compartilha, a memória coletiva deve se atualizar, no sentido de se renovar entre os membros da comunidade, para permanecer reconhecível e consciente aos membros que dela compartilham. Daí a importância da rede de significados, necessária, tanto ao compartilhamento da memória coletiva propriamente dita, quanto à associação entre um determinado local e uma determinada memória, permitindo um diálogo com o antropólogo Clifford Geertz (1989) e sua teoria interpretativa da cultura, a qual basicamente afirma que a cultura é o contexto dentro do qual os acontecimentos sociais podem ser inteligíveis.

Ao discutirmos termos como “lugar” e “memória”, prontamente nos remetemos a Pierre Nora e seus “lugares de memória”. Há de fato aproximações entre as reflexões que Halbwachs e Nora fazem acerca do tema. Ambos entendem a memória como fenômeno vivo e sustentada pelo grupo social a ela inerente. No entanto, Nora (1993) identifica determinadas características da época atual que influenciam na percepção da memória. A hegemonia do efêmero, sob a qual os fatos duram pouco tempo, faz com que o passado perca espaço para o presente (D'ÁLESSIO, 1992/1993). No entanto, esta percepção de esvaecimento das coisas pretéritas provoca a necessidade de se arquivar tudo o que resta. Todas as sociedades vivem na “religião conservadora” (NORA, 1993: 15), como afirma o autor. Trata-se da explosão memorial que caracteriza os países ocidentais no final do século XX e início do XXI.

É neste contexto que surge a definição de lugares de memória, os quais são, sobretudo, restos, sobras, de uma memória que era viva, espontânea e de fato social, uma vez que alimentada pelo grupo. Caso se vivesse ainda (n)aquela memória, não teria a necessidade de se construir lugares, ou seja, é com o desaparecimento dos meios de memória que surgem os lugares de memória. Para Nora (1993), os lugares de memória devem ter materialidade, funcionalidade, significado e intencionalidade. A Estrada Real, neste momento analisada estritamente sob este viés apresentado por Pierre Nora, pode ser entendida como um lugar de memória a partir

da determinação e institucionalização dos caminhos que a formam, bem como da consagração do nome “Estrada Real” acompanhada de logomarca correspondente (cf. figura 1). Sendo assim, tanto os mapas quanto as sinalizações que demarcam pontos no trajeto lhe dão materialidade.

Verifica-se a funcionalidade pela definição dos próprios caminhos e pelo emprego dos “roteiros planilhados”, que são sugestões de percursos fornecidas pelo Instituto e que colocam à disposição do público planilhas e outras informações a respeito dos trechos a serem percorridos, e a incitação à fruição dos mesmos. A Estrada Real é simbólica, “visto que caracteriza, por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou” (NORA, 1993, p. 21-22). Por fim, a própria demarcação dos caminhos, por meio dos mapas, e a designação da marca “Estrada Real”, através de uma imagem que se assemelha aos antigos brasões, revelam a intenção de ser um suporte de memória – ou, como afirma o próprio Nora (1993, p. 22), possuem “vontade de memória”.

Leonardo Castriota (2009) igualmente torna relevante a discussão em torno do lugar para o estudo da memória. No entanto, ele trata a questão sob um viés filosófico. Baseando-se nos trabalhos do filósofo Edward Casey, Castriota ressalta que enquanto na antiguidade os termos lugar e espaço eram distintos, na filosofia moderna, assim como no próprio senso comum, tal diferenciação foi desconsiderada. O que ocorreu na modernidade foi a perda de importância do lugar, sendo este absorvido pela noção de espaço e pelo cálculo matemático, resultando desta forma na valorização do tempo e do espaço geométrico. O próprio Casey se questiona a respeito desta dependência moderna em relação ao tempo e ao espaço, sob a qual qualquer localização é somente um ponto calculável num mapa. Ele, Casey, conclui que o modo de resgatar os valores humanos, os quais eram ligados ao conceito de lugar quando diferenciado do espaço, é revalorizá-lo por meio da reconstituição da experiência vivida nele. De sorte que “para Casey, o ponto de partida –fenomenológico– vai ser o fato de que [...] o mundo em que habitamos efetivamente, nosso mundo vivido, vai ser constituí-

do de ‘lugares’ (por exemplo, nossos lugares pessoais, sagrados, etc.)” (CASTRIOTA: 2009, p.121).

“Lugar”, portanto, está relacionado à identidade do indivíduo, bem como à história de formação daquela localidade. Tal identificação aparece numa frase do *release* institucional disponibilizado no site do Instituto: “Caminhar pela Estrada Real é reviver os passos e os caminhos percorridos pelos escravos, pelo ouro e pela história”¹⁷⁴. Em outras palavras, não é apenas a expressão cartográfica da localização, mas o reconhecimento da influência humana que ela sofreu em sua formação original que é compartilhada pelos indivíduos que percorrem aqueles caminhos e que reconhecem, por meio da rememoração, os fatos ocorridos.

Memória: uma escolha política

JoGondar (2000) ao afirmar que a memória é um instrumento de poder que vai ao encontro do que preconiza Le Goff (2003), quando este afirma que todo documento (em sentido amplo, significando fonte de estudo para o historiador) é um monumento, que possui a característica de se perpetuar voluntária ou involuntariamente nas sociedades como um componente da memória coletiva. Desta forma, nenhum documento, segundo este autor, é primário e objetivo. Ao contrário, ele foi produto da sociedade que o criou e sua análise sofrerá as influências da sociedade que o recebe, sendo manipulado pelo sistema de forças dos que detinham e detêm o poder. “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro –voluntária ou involuntariamente– determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 538).

Paul Ricoeur (2007, p. 93-98), por sua vez, utiliza a expressão “memória instrumentalizada”, quando se refere à manipulação da memória pelos detentores do poder, e ressalta que “um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e

¹⁷⁴ Disponível em: <http://site.er.org.br/uploads/SAP_Sala_Imprensa/release_institucional.pdf>. Acesso em 24 jun. 2012.

comemoração”. Entende que a memória ensinada no plano institucional, ou a memorização forçada, encontra-se relacionada à rememoração dos fatos fundadores de uma sociedade. Afirmar, ainda, que nessa rememoração está a base da identidade comum, que se manifesta fundamentalmente nas comemorações convencionadas.

Estas considerações acerca da memória como escolha ou como instrumento para a incorporação da identidade são propícias para se compreender a exclusão do Caminho da Bahia (ou Caminho dos Currais ou do Sertão) do traçado da Estrada Real. Este caminho era um conjunto de estradas e picadas que ligavam Salvador à Vila Rica, tendo como principal guia o curso do rio São Francisco. Apesar das inúmeras restrições dirigidas a este caminho pela Coroa Portuguesa, para evitar o extravio do ouro e posteriormente dos diamantes (uma variante deste caminho levava ao Distrito Diamantino), tais proibições não foram efetivas devido às necessidades da população do interior. Oficialmente, as diversas ordens, regimentos e bandos de governadores da Repartição do Sul, da qual a região das Minas fazia parte no início do século XVIII, permitiam apenas o comércio de gado nestes caminhos. Sabe-se, no entanto, que o negócio de produtos variados era intenso e se fazia em mão dupla.

[...] Comerciantes levavam, em suas carregações, para as Minas, mercadorias de toda natureza, como louça da Índia, toalhas, roupas, tecidos, bebidas, medicamentos, [escravos]. [...] Os viandantes, no caminho de volta, levavam para o porto de Salvador produtos das fazendas da região – sertão e recôncavo –, principalmente o couro e o tabaco, que, sabe-se, eram essenciais para a realização do comércio de escravos na África. (FURTADO, 2006, p. 170)

Houve intensa fiscalização neste caminho com a presença de vários registros, provavelmente devido à ineficácia das restrições (cf. figura 2). Desta maneira, nota-se que, enquanto o Caminho do Sertão foi excluído da configuração adotada pela Estrada Real, o Caminho Sabarabuçu, provável desvio dos caminhos tidos como oficiais (cf. figura 1), foi tratado como “Estrada Real”.

Figura 2: Recorte do mapa "Os caminhos do ouro"



Fonte: COSTA, L.F., ROCHA, M.M. & SOUSA, R.M.de. Primeira parada: Portugal.
 Revista de História da Biblioteca Nacional.
 Rio de Janeiro, ano 4, n. 38, p. 26, nov.2008.

Conclui-se, portanto, que a exclusão do Caminho dos Currais na composição da Estrada Real resultou de uma escolha que obedeceu a uma lógica de poder contemporânea. Os agentes de poder, no caso as entidades mineiras, a FIEMG e o Governo do Estado, escolheram apenas quatro caminhos para serem os componentes da “Estrada Real”¹⁷⁵ e tal eleição se refere ao que Johann Michel chama

¹⁷⁵ Pode-se presumir que as razões para a escolha destes quatro caminhos específicos estejam ligadas às rotas que oficialmente, e em épocas diversas, a Coroa Portuguesa utilizou para o escoamento dos metais preciosos. Neste sentido, justificam-se os Caminhos Novo e Velho, bem como o Caminho dos Diamantes. A inclusão do Caminho Sabarabuçu pode ter sido resultado do interesse em aproveitar melhor o potencial turístico

de “políticas simbólicas”, isto é, ações e medidas levadas a efeito pela autoridade política. Neste caso, esta autoridade seria o Governo do Estado de Minas Gerais, que molda uma imagem idealizada de pertencimento, sendo que esta identidade construída, conforme o mesmo autor, depende da história e da memória. Forjar uma narrativa é parte da ação pública, as políticas públicas são “o conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas” (MICHEL, 2010, p. 14-15).

Tais ações públicas, que se constituem em políticas de memória, podem se referir a comemorações institucionalizadas, construção de monumentos, leis que incentivam ou rejeitam determinadas memórias, entre outras ações. Como afirma Paul Ricouer (2007, p. 98), “no plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa”. Joël Candau (2010) igualmente defende que a essência do indivíduo ou de uma sociedade, ou seja, sua identidade, busca sustento na narrativa que faz de si. Mas esta narrativa precisa ser crível, autêntica. É a tradição, segundo o autor, que confere esta autenticidade. A tradição, que se realiza por meio de festas, comemorações, monumentos e patrimonializações, é o que confere autenticidade à identidade coletiva, aqui identificada como a mineira.

A identidade coletiva, portanto, sustentou a inteligibilidade e a aceitação das escolhas que foram realizadas no que se refere ao traçado da Estrada Real, ao mesmo tempo em que preteriu o Caminho dos Currais. Logo, a memória é incorporada à identidade, e há uma narrativa que a mantém e a torna significativa.

da região. No entanto, faz-se necessário ressaltar que esta especulação a respeito dos motivos que levaram à determinação de quatro rotas específicas para a composição da Estrada Real, que seriam efetivamente conjecturas tendo em vista a escassa bibliografia acerca do tema, está além dos objetivos deste artigo. Isto porque o trabalho se concentra na escolha *per se*, ou seja, não apenas no reconhecimento de que aquela escolha foi de fato empreendida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, mas também na análise sobre o que sustentou e ainda fundamenta tal eleição, no caso, a relação com a identidade mineira.

Considerações finais

Ao longo deste texto procurou-se analisar o contexto em que as políticas públicas voltadas ao destino turístico denominado Estrada Real foram elaboradas e aplicadas. Foram reconhecidos o incentivo e o efetivo apoio do Estado mineiro ao empreendimento dirigido pelo Instituto Estrada Real. A legislação que seguiu a recomendação nacional de preservação do patrimônio foi o principal instrumento para o desenvolvimento de medidas direcionadas à promoção do turismo regional e, a partir deste, o desenvolvimento das comunidades envolvidas.

Embora não tenha sido oficializada como patrimônio cultural, a Estrada Real pode ser considerada como tal, devido, principalmente, ao reconhecimento e à identificação que seus caminhos possuem com a identidade mineira. Tal vinculação vem ao encontro do que afirma Dominique Poulot (2009, p. 13) a respeito da definição de patrimônio:

Ele [patrimônio] depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.

Poulot identifica dois movimentos complementares na noção de patrimônio: a patrimonialização, que empreendida por vontade política envolve identidade regional ou nacional, trabalho (elaboração de repertório de bens a serem protegidos, por exemplo) e legislação específica; e patrimonialidade, que se relaciona com a sensibilidade despertada por um objeto ou lugar que possuam as “marcas do passado” (RIEGL, 1989), e que articulado com a identidade, esta é capaz de lhe conferir autenticidade. A marca “Estrada Real” está difundida em diversos suportes que corroboram esta identificação. A título de exemplo, ela já apareceu como propagan-

da em veículos¹⁷⁶ e em trechos de músicas de artistas mineiros¹⁷⁷. Iguamente é utilizada para designar empreendimentos turísticos como hotéis e pousadas¹⁷⁸, bem como é nome fantasia de concessionária de veículos¹⁷⁹.

Ademais, é possível recuperar o sentido memorial dos caminhos a partir de exercícios semânticos ativados pela fruição espacial, de modo que a Estrada Real é considerada como suporte de memória efetivo. As memórias ligadas ao espaço foram esclarecidas e a partir desta relação puderam-se reconhecer aquelas escolhidas como oficiais para a consolidação do empreendimento. Tal política de memória executada pelo governo mineiro sugere que outras medidas relacionadas ao contexto determinado pela Estrada Real terão lugar, visto que o Brasil será sede de dois eventos internacionais nos próximos anos, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Especula-se que esta conjuntura futura incentivará a elaboração de projetos públicos que visem à intensificação do turismo nas rotas e, com ele, será de responsabilidade pública tanto a preservação e manutenção do patrimônio contra os excessos de visitas quanto o desenvolvimento econômico regional.

Referências

ANASTASIA, Carla M.J.; FURTADO, Júnia F. A Estrada Real na História de Minas Gerais. **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 20/21, p. 33-54, jan/dez 1999.

¹⁷⁶ Refere-se à capa para estepe com a estampa do mapa da Estrada Real, vendida para veículos como EcoSport, da Ford; e Doblò, da Fiat.

¹⁷⁷ A música *Seio de Minas*, interpretada pela cantora mineira Paula Fernandes, possui um verso que cita a Estrada Real como referência às origens da artista.

¹⁷⁸ Hotel Pousada Caminhos da Estrada Real. Disponível em <<http://www.pousadacer.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2012; e Pousada Estrada Real. Disponível em <<http://www.pousadaestradaareal.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

¹⁷⁹ Estrada Real Veículos. Disponível em <<http://estradaarealveiculos.tempsite.ws/index>>. Acesso em 26 jun. 2012.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v. 1, n. 1, p. 43-58, dez. 2009/mar. 2010. Disponível em:<<http://migre.me/aOxHZ>>. Acesso em 20 set. 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 97-103, set. 1992/ago 1993.

DELVAUX, Marcelo Motta. Cartografia imaginária do sertão. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLVI, n. 2, p. 74-87, jul./dez. 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FURTADO, Junia Ferreira. Teias de negócio: conexões mercantis entre as Minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII. In: FRAGOSO, João et al. (org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: EDUFES; Lisboa: IICT, 2006, p. 165-192.

FURTADO, Junia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 155-187, jul./dez. 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONDAR, Jo. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I.T.M.; GONDAR, J. (org.). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 35-43.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1977.

- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- MARQUES, Daniel Anilton Duarte. **Estrada Real**: patrimônio cultural de Minas Gerais (?) – um estudo de Diamantina e Serro. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-26, ago./nov. 2010. Disponível em:<<http://migre.me/9HT49>>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história – A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez./1993.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de et al. Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLVI, n. 2, p. 108-125, jul./dez. 2010.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- RIEGL, Alois. Monumentos: valores atribuídos e sua evolução histórica. **Revista de Museologia**. São Paulo, ano 1, n. 1, p. 17-23, 2.º sem./1989.
- ROBERTS, J.M. **O livro de ouro da história do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Patrimônio cultural**: a propriedade de bens culturais no estado democrático de direito. Fortaleza: UNIFOR, 2008.
- UMBELINO, Glauco; CARVALHO, Rodrigo; ANTUNES, Américo. Uso da cartografia histórica e do SIG para a reconstituição dos caminhos da Estrada Real. **Revista Brasileira de Cartografia**. Rio de Janeiro, n. 61/01, p. 63-70, 2009. Disponível em:<<http://migre.me/aOy35>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

POLÍTICAS PÚBLICAS EN MATERIA CULTURAL EN VENEZUELA: PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN PROCESOS DE DESARROLLO

Jenny González Muñoz

Durante el siglo XX los trabajos de conservación y restauración de los bienes patrimoniales materiales sobre todo en lo que se refiere a los grandes monumentos y los edificios históricos en Venezuela fueron bastante débiles puesto que no se contaba con profesionales verdaderamente capacitados, académicamente hablando, para realizar dichos trabajos. Con la creación en 1975 de la Dirección de Patrimonio del ya desaparecido Consejo Nacional de la Cultura (CONAC), organismo del Estado que durante buena parte de dicho siglo y los primeros años del XXI fuera el rector en materia cultural a nivel nacional, se incorporó una serie de propuestas de capacitación en cuanto a metodologías actualizadas, que llevó a enviar profesionales a estudiar a Europa en países como Italia, España, Francia, entre otros, para cubrir las demandas pertinentes.

Los trabajos de restauración y conservación también se extendieron a las obras de arte que constituían las colecciones de los museos sobre todo ubicados en la capital del país, lo cual fue una debilidad que iría *in crescendo* puesto que los museos e inclusive centros religiosos del interior, sufrieron un abandono significativo ya que parecía ser más importante el patrimonio material de Caracas. A pesar de esto, las tentativas en materia de conservación y restauración fueron fundamentales.

En la Gaceta Oficial n° Extraordinario 4.623 de fecha 03 de septiembre de 1993, se decreta la Ley de Protección y defensa del Patrimonio Cultural en la que se incluye la creación del Instituto de Patrimonio Cultural (IPC) cuyo objetivo fundamental era y es aún la “identificación, preservación, rehabilitación, defensa, salvaguarda y consolidación de obras y lugares” (Ley de Protección y defensa del Patrimonio Cultural, 2005, p. 9) de utilidad pública e interés social, así como aquellos que son creados por el ser humano o los naturales que se encuentran dentro del territorio nacional y que “por su

contenido cultural constituyan elementos fundamentales de nuestra identidad nacional” (Ibid., p. 6), en esta categoría también son tomadas en cuenta poblaciones, lugares y bienes arqueológicos, patrimonio documental y bibliográfico, objetos y documentos personales con valor histórico, entorno paisajístico y ambiental, archivos de bienes culturales, testimonios históricos y el llamado “patrimonio vivo”, es decir, compete los diversos tipos de patrimonio existentes y establecidos por la UNESCO. En aquel entonces el IPC estaba adscrito al Ministerio de la Secretaría de la Presidencia de la República, con tutela del CONAC, a raíz de la creación en 2005 del Ministerio del Poder Popular para la Cultura y la disolución posterior del CONAC, el instituto pasa a integrar dicho ministerio con autonomía.

Conforme con las disposiciones de la UNESCO, en la Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural de Venezuela así como su Reglamento de fecha 30 de junio de 2005, se hacen conceptualizaciones sobre los bienes culturales tanto materiales como inmateriales, en este sentido, es interesante recalcar que son considerados como constituyentes del Patrimonio Cultural de la República, entre otros, “los bienes inmuebles de **cualquier época** [subrayado nuestro] que sea de interés conservar por su valor histórico, artístico, social o arqueológico que no hayan sido declarados monumentos nacionales” (Ibid., p. 7), en este punto es pertinente detenerse puesto que es viable el hecho de que se establezca un valor cultural a un bien más allá de su paso por el tiempo, derrumbando de esta manera las viejas aseveraciones sobre “todo lo viejo es patrimonializable”, aún aquellos que no hayan sido declarados, dando así importancia a la detección en si y dejando *a posteriori* las labores burocráticas.

Si bien es cierto que el IPC¹⁸⁰ es el organismo rector del patrimonio cultural del país, las gobernaciones de cada uno de los

¹⁸⁰ Está ubicado en la Villa Santa Inés (sector Caño Amarillo – Caracas), casa que fuera residencia particular del general Joaquín Crespo (Presidente de Venezuela desde 1884 a 1886, y desde 1892 a 1894), siendo comenzada su construcción en 1884 “fue concebida como una edificación de gran lujo y suntuosidad. Con ella se introduce con fuerza y decisión en el país el tipo de villa europea (edificación aislada con hermosos jardines)...” (STIUV, Roberto (Coord.) Revista Villa Santa Inés. Proyecto de Rescate y Conservación.

estados que componen el orden político-administrativo de la nación pueden establecer mecanismos tanto para la detección como para la protección y defensa de aquellos bienes materiales o inmateriales que se encuentren ubicados dentro de su jurisdicción, así podrán adoptar medidas para la salvaguarda que pudieran incluir trabajos de restauración, siempre y cuando no sean discordantes con la Ley y sean comunicados al IPC. Lo cual cabe decir, no siempre se cumple a cabalidad puesto que muchas gobernaciones al obedecer a un lógico sentido de apropiamiento de su patrimonio local y/o regional no esperan las indicaciones del instituto y proceden a realizar inclusive intervenciones significativas.

La providencia Administrativa n° 012/05 del 30 de junio de 2005 de conformidad con lo estipulado en la Constitución Nacional concretamente en su artículo 99 donde se describe que el Estado deberá garantizar la preservación, conservación y restauración del patrimonio tanto material como inmaterial, con la finalidad de “facilitar el manejo y salvaguarda de las manifestaciones culturales inscritas en el Registro General del Patrimonio Cultural” (Ibid., p. 48), y en vista de la necesidad de tomar medidas técnicas que promuevan una acción organizacional nacional, se disponibiliza el Instructivo que regula el Registro General del Patrimonio Cultural venezolano y el manejo de los bienes que lo integran, que incluye todas las manifestaciones culturales inscritas en el I Censo patrimonial, y asimismo aquellas que aunque no inscritas se ajustaren a lo previsto por la Ley de Protección y Defensa del Patrimonio Cultural. De modo que dicho Registro, partiendo de su objetivo de “identificación de todo aquello que es característico y significativo para la identidad cultural de los venezolanos, en correspondencia a sus valores artísticos, históricos, plásticos, ambientales, arqueológicos, paleontológicos o

Caracas: IPC, s/f, p. 2) En 1907 la viuda del general Crespo, doña Jacinta, decide venderla a la Compañía del Gran Ferrocarril de Venezuela, pasando a ser la sede de dicha empresa hasta 1943, cuando pasa a formar parte de los bienes de la nación. Al año siguiente funge como local para el funcionamiento de Cartografía Nacional, luego pasa a estar allí Cartografía Militar. En 1970 la Villa es declarada Monumento Histórico Nacional, siendo entregada en calidad de donación al CONAC en 1990, luego será sede del Centro Nacional de Conservación y Patrimonio (CECOP), quedando como lugar de funcionamiento del IPC a partir del 2005.

sociales”. (Ibid., p. 50), y para facilitar el proceso, propone una ficha técnica que debe utilizarse para el patrimonio cultural material e inmaterial por parte de los postulantes, donde se debe llenar los siguientes ítems.

Denominación
Localización: región, estado, municipio, ciudad o centro poblado, parroquia y dirección
Propietario, administrador, custodia o responsable
Categoría a la que pertenece
Descripción
Valoración del postulante
Valoración técnica
Estado de conservación
Registro fotográfico o audiovisual
Fecha de inscripción, de su declaración y de su publicación en Gaceta Oficial
Documentos legales probatorios
Aportes públicos o actuaciones administrativas ejecutadas para la salvaguarda de dicho bien
Revitalizaciones y otras intervenciones

Como se devela, en la ficha de registro se sostiene lo relevante del apoyo comunitario para lograr el reconocimiento institucional de una determinada manifestación cultural como bien patrimonial, lo que enaltece su verdadera notabilidad social.

Más allá de ello, al realizar el registro, el IPC lleva a cabo catálogos del patrimonio cultural venezolano, que constan de 336 cuadernos fuente de los resultados del Censo patrimonial 2004-2007, realizado por empadronadores comunitarios focalizados por municipios en cada una de las entidades federales del país, con un tiraje de aproximadamente 1.000 ejemplares de acceso completamente libre para cualquier persona, no sólo por medio de su distribución en encuentros culturales como la Feria Internacional del

Libro de Venezuela (FILVEN), espacios colectivos y centros de enseñanza formal, sino también en su colocación en redes de librerías del estado a nivel nacional, o su acceso en la página Web del instituto¹⁸¹; la cantidad de 24 CD's donde se muestra algunas de las manifestaciones registradas (cantos, bailes, ceremonias, objetos, etc.); y un atlas contentivo de 1.700 mapas que permiten al consultante ubicar geográficamente dichas manifestaciones.

Es de resaltar que el Registro General establece categorías para los bienes materiales donde se localiza centros históricos, barrios, urbanizaciones y otros sectores urbanos, calles, avenidas, plazas, parques, monumentos, edificios, estatuas, ruinas y sitios arqueológicos o paleontológicos, lugares históricos y conmemorativos o asociados a rituales, sitios acuáticos, objetos, colecciones de creación individual. Mientras que en los bienes inmateriales, aún llamados "intangibles" en dicho Reglamento, se instala las manifestaciones colectivas, la creación individual de "carácter intangible" y la tradición oral. En este último enunciado se torna interesante el hecho de la importancia de la actualización de las terminologías no sólo por una concordancia con la UNESCO¹⁸², sino porque en el extenso del enunciado no se deja clara una verdadera definición sobre cómo podría ser una creación humana de "carácter intangible", puesto que ya es bien sabido que las manifestaciones espirituales o aquellas también llamadas "efímeras", son palpables ya no por el

¹⁸¹ Disponible en <<http://www.ipc.gob.ve>>. Acceso en 3. dic. 2012

¹⁸² La Convención para la salvaguarda del patrimonio cultural inmaterial (2003) en su Artículo 2 determina: "Se entiende por 'patrimonio cultural inmaterial' los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas –junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que le son inherentes– que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural (...) es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad y contribuyendo así a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana". (GALLART, María Antonieta. Cuaderno 1. Patrimonio Cultural Inmaterial. México: Consejo Nacional de la Cultura y las Artes. 2008.)

tacto, mas por los otros sentidos.¹⁸³ De modo que por ser sustentada básicamente por el ser humano es susceptible a constantes mudanzas y transformaciones que le imprimen un carácter netamente dinámico, lo cual no quiere decir que por ello sea “efímera” sino que se va re-estableciendo desde perspectivas diferentes, tal el caso de los mitos, que a pesar de no tener una sola versión no dejan de ser el mismo mito, la temática, la esencia, es la misma. El signo se posee en el ejecutante, el informante, la persona por medio de su memoria pasa a ser el soporte, mientras que lo simbólico forma parte del todo de la manifestación, su espíritu, y ya que tienen que ver con los sentidos puede tocarse por medio del olfato, gusto, vista, oído, y no solo por el tacto. Al contrario de Londres Fonseca, quien devela que *“a imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão ‘patrimônio intangível’ seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis”* (2009, p. 68), pensamos que lo intangible apunta a lo que se diluye como el agua que corre entre los dedos cayendo en la tierra seca que la chupa desapareciéndola para siempre, convirtiéndola en fugacidad, en cuanto que lo inmaterial avizora en lo que está presente más allá del tiempo, en la verdadera esencia de lo que se ha dado en llamar “patrimonio”, es decir, en algo que se hereda, que se transmite de generación en generación. La cultura inmaterial no es transitoria ni fugaz, sino viva y dinámica como el propio ser humano.

A parte del IPC, en materia de patrimonio, el Ministerio del Poder Popular para la Cultura, de Venezuela, tiene dentro de sus políticas una serie de organismos vinculados no solo a la salvaguarda y conservación, sino a la revitalización, educación y promoción de los bienes nacionales, lo cual busca el fortalecimiento de las ac-

¹⁸³ María Cecilia Londres Fonseca a este respecto toma la idea de Saussure sobre la necesidad de existencia de un soporte físico para que haya “cualquier tipo de comunicación”, en este caso el patrimonio cultural inmaterial o intangible (como la autora lo llama) como signo tiene una dimensión material que funge como canal de comunicación, y una dimensión simbólica en la que están presentes los sentidos; así en el caso de los bienes culturales se precisa de soportes físicos pues deben ser constantemente actualizados, y eso depende directamente de los sujetos, quienes actúan según determinados códigos.

ciones culturales en vía al auto-reconocimiento lo cual impulsa la solidificación de la identidad nacional. El Centro de la Diversidad Cultural, organismo creado en 2006, teniendo como misión “interactuar con la multiplicidad de formas en que se expresa la diversidad cultural de la sociedad venezolana, valorándola en beneficio de la integración latinoamericana y caribeña”¹⁸⁴. Dentro de su organización se encuentra Gestión de Colecciones, donde se lleva a cabo la documentación, registro y archivo del patrimonio cultural inmaterial contenido en sus compilaciones fotográficas, audiovisuales, bibliográficas y etnográficas, correspondientes a 28 países de América Latina y El Caribe.¹⁸⁵

En materia de políticas culturales el Estado venezolano no solo se aboca al trabajo patrimonial en si, pues la labor educativa, sensibilizadora y difusora de las diferentes manifestaciones culturales que se desarrollan en el país es cada día más creciente, así el Mpp Cultura a través de sus instituciones lleva a cabo actividades focalizadas en el área de audiovisual, libro y lectura, artes escénicas, artes plásticas, música, tradiciones, vinculadas directamente con las producciones de las comunidades y realizando un plan masivo de acción cultural no solo en espacios cerrados como museos, casas de cultura, librerías, teatros, sino tomando los espacios públicos para promoción y difusión con acceso gratuito y participación ciudadana tanto como usuarios como detectores, exponentes, investigadores e impulsores con finalidad de salvaguarda de los bienes. Un ejemplo significativo es la incorporación a la vida social de conciertos masivos en los barrios populares al llevar a dichos sectores acciones que promueven sensibilización musical y mayor accesibilidad para aquellas colectividades que están imposibilitadas, por las razones

¹⁸⁴ Disponible en <<http://www.diversidadcultural.gob.ve>>. Acceso en 3. dic. 2012.

¹⁸⁵ Para mayor información leer GONZÁLEZ MUÑOZ, Jenny. How to registrar memory? Documentation, recording, archiving and preservation of intangible cultural heritage in Venezuela. IN ZANCHETTI, Silvio Mendes; SIMILÄ, Katriina (org.). Measuring heritage. Conservation performance. Olina & Rome: CECl & ICCROM, 2012, pp. 53-58.

que fuere, a acudir a teatros y demás espacios específicos.¹⁸⁶ Lo propio ocurre con la Compañía Nacional de Danza, la Compañía Nacional de Circo, distribución masiva de libros¹⁸⁷, promoción de lectura y apoyo al escritor por medio de las imprentas regionales, jornadas de sensibilización cinematográfica implementadas por el Centro Nacional Autónomo de Cinematografía (CNAC), así como otras acciones relacionadas con la investigación y conocimiento de la historia local y regional, con un relevante papel de los museos en las comunidades, realce y revitalización cada vez más creciente de las manifestaciones culturales de los sectores históricamente excluidos o invisibilizados.

Entre los alcances de las políticas públicas en sector cultura del país está la existencia desde 1975, del Sistema Nacional de Orquestas, creado y dirigido por el Maestro José Antonio Abreu, modelo reconocido a nivel internacional como “programa de educación musical único digno de ser implementado en todas las naciones del mundo y, principalmente, en aquellos países que buscan disminuir sus niveles de pobreza, analfabetismo, marginalidad y exclusión en su población infantil y juvenil”.¹⁸⁸ Teniendo como misión el “rescate pedagógico, ocupacional y ético de la infancia y la juventud, mediante la instrucción y la práctica colectiva de la música, dedicada a la capacitación, prevención y recuperación de los grupos más vulnerables del país, tanto por sus características etáreas como por su situación socioeconómica”,¹⁸⁹ el Sistema, adscrito al Ministerio del Poder Popular del Despacho de la Presidencia, tiene núcleos de enseñanza con preferencia a niños, niñas y jóvenes de sectores deprimidos económicamente hablando, en todos los estados de Vene-

¹⁸⁶ Entre dichas acciones destaca el concierto ofrecido en el barrio La Vega, de Caracas, por la Orquesta Sinfónica Juvenil Teresa Carreño de Venezuela, dirigida por Gustavo Dudamel.

¹⁸⁷ Comenzada con la distribución gratuita en las plazas Bolívar del país del libro *Don Quijote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes, con prólogo de José Saramago.

¹⁸⁸ Disponible en <<http://www.fesnojiv.gob.ve/es/el-sistema-como-modelo.html>>. Acceso en: 15 oct. 2012.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

zuela, incluyendo las dependencias federales¹⁹⁰. Todas estas políticas y acciones han contribuido al nacimiento de una nueva manera de auto-reconocerse desde el quehacer artístico-cultural, dejando de lado las consabidas tendencias a minimizar la propia identidad para tratar de adecuarse a las foráneas por considerarlas como superiores. La acción cultural es un trabajo endógeno.

La cultura como factor de desarrollo económico y social

América Latina es una región caracterizada por una serie de factores que la constituyen como altamente diferenciable frente a otras realidades mundiales. La calidad multiétnica y pluricultural de cada uno de los países abre un horizonte que se amplía a nuevas formas de manifestaciones como consecuencias de las transformaciones político-económico-sociales. Néstor García Canclini (2003) al hablar de la presencia de los modelos neoliberales refiere que a diferencia de los postulados del liberalismo clásico, el cual proponía lo que se podría catalogar como una modernización aplicable a las mayorías, éstos llevan a una modernización mayormente selectiva que en vez de integrar a los diversos actores sociales los conlleva a un sometimiento a las élites empresariales, personificadas fundamentalmente en los bancos, compañías transnacionales y grandes inversionistas. A parte de estos factores innegables la presencia de la globalización ha llevado a la configuración de visiones unificadoras que no se focalizan en las cuestiones nacionales propias de cada país o localidad, por pretender abarcar un todo que en la realidad no existe, es un poco como aquello de las llamadas “culturas universales”, lo cual es una pretensión bastante ambiciosa ya que no to-

¹⁹⁰ La filosofía del Sistema expresada en su *Web site* dice: “La Fundación Musical Simón Bolívar (FundaMusical Bolívar) rinde hoy frutos de esperanza al ser cantera de miles de niños, niñas, adolescentes y jóvenes venezolanos que cumplen a través de la música sus sueños de realización personal y profesional. Músicos que cada día le ofrecen a su país nuevas posibilidades de superación y vitalidad. Ellos simbolizan el esfuerzo para que perdure en el tiempo, y se extienda hacia otras esferas de la actividad cultural, lo que se reconoce como el milagro musical venezolano”.

dos son susceptibles a re-conocerse en un mismo proceso cultural.¹⁹¹ Aunque con toda asertividad García Canclini dice que “*a globalização cultural não é um ramo da engenharia genética, cuja finalidade seria reproduzir em todos os países clones de american way of life*” (2003, p. 30), las tentativas de reproducción cultural en serie están presentes siendo los países latinoamericanos los más vulnerables, puesto que el bombardeo comunicacional es consumido rápidamente por causa de las débiles políticas educativas y sensibilizadoras acerca de la cultura que han acompañado la historia de la región, donde se ha tenido varios siglos recalcando la figura eurocéntrica y más recientemente, virada al Norte en la figura de los Estados Unidos. En música, por ejemplo, en los años 90 cuando se hablaba de ciudades con mayor producción de discos, videos y programas de televisión en español, un especialista catalogó, mas que como una broma, a Miami como “la capital de América Latina” en esa materia (YUDICE apud GARCÍA CANCLINI, 2003), es por ello que es imprescindible el conocimiento de la propia historia nacional y local, pues en ello está la base de las nuevas visiones de las sociedades latinoamericanas como pluralidades.

De modo que la figura de la identidad cultural es significativa a la hora de pensar en la configuración de nuevas perspectivas sociales con conjunción con las disposiciones políticas. La cultura como construcción humana está, como ya se sabe, en una constante transformación, porque de no tener ese carácter dinámico estaría completamente muerta, “*neste sentido, a cultura é a imagem que a sociedade tem de si mesma: assim, é essa representação que os*

¹⁹¹ Un ejemplo claro de estas pretensiones de “cultura universal” son las declaratorias de Patrimonio de la Humanidad, conferidas por la Unesco, en las que con un óptimo sentido de conservación y salvaguarda de los bienes culturales reconocidos e ingresados en las listas patrimoniales, se vislumbra la intencionalidad de llevar a las distintas sociedades una perspectiva “homogeneizante” en la cual patrimonios lejanos a la identidad cultural de esa localidad, nación o sector sean reconocidos como que si fueran propios, en este sentido, se puede citar el caso de la Pirámides de Egipto, reconocidas como Patrimonio de la Humanidad, pero que en realidad pertenecen a un sector determinado que se auto-reconoce en su significación espiritual, mientras otras (los shuar, por nombrar alguno) con seguridad no hallarán nada de propio en aquello que no forma parte de su cultural, historia, geografía, etc.

individuos procuram identificar-se" (TODOROV, T., 2008, p. 73), partiendo de lo cual el Estado se empodera de la sociedad para abrir la posibilidad de hacer un trabajo en común que tenga como base fundamental la integración y participación ciudadana dándole relevancia al quehacer cultural como un factor determinante para el desarrollo de la nación.

No obstante, el compromiso político-económico frente a la cultura ha sido muy débil históricamente, pues ésta es vista, aún hoy en el siglo XXI, como un suplemento, un objeto para el placer, para el ocio, de hecho es muy común ver inclusive en las encuestas o en las planillas que se deben llenar de manera automática por descarte de respuestas de selección (también en el ámbito académico) que el arte, está inserido en el ítem "recreación y disfrute", desde ya encasillando a las prácticas artísticas y afines como algo totalmente prescindible sin ningún tipo de relevancia social, lo que trae como consecuencia que las políticas en materia cultural obtengan un porcentaje para inversión en dinero francamente lamentable, por no decir insuficiente, ya que en ocasiones no alcanza para desarrollar nuevos proyectos o pagar salarios dignos a los cultores y profesionales del área cultural. A lo que habría que agregar que los artistas, hacedores populares, grupos y demás, la mayoría de las veces son invitados a participar en eventos gratuitamente o, en el mejor de los casos, con un pago irrisorio; también se podría acotar la situación de cantidad de personas que se han dedicado al arte de manera profesional que, por ausencia de programas de atención social, al no contar con recursos económicos sólidos al tener una enfermedad grave o llegar a la vejez, terminan su vida en situaciones realmente precarias.

Um determinado Estado ou governo ainda pode querer fazer da cultura, de algum modo e ainda que da maneira subsidiária, um instrumento ideológico complementar de sua ação de governo, ainda pode preocupar-se como o conteúdo cultural que entende adequado à realização de seus fins – por exemplo, o conteúdo cultural que construa ou solidifique uma identidade nacional... (COELHO, T., 2003, p. 220)

Hoy en día la cultura es entendida como una serie de relaciones que engloban lo político y lo social puesto que establece una vinculación y un compromiso con la presencia de la diversidad y en este sentido, la democracia participativa apunta al desarrollo de una colectividad más dispuesta a dominar nuevas alternativas de trabajo que no sólo se focalizan a lo meramente creativo, sino que se vira a la solución de problemáticas, incluso individuales, ya que las actividades culturales óptimamente desarrolladas bajo la supervisión de la educación, pueden llegar a servir como agentes socializadores que contribuyen a la formación de nuevas ideologías y formas organizativas, o como se vio en el aparte precedente respecto al Sistema de Orquestas, sean un elemento para luchar contra el analfabetismo, el ocio, los vicios, la pobreza, entre otros.

Con la introducción cada vez más creciente de procesos de patrimonialización de cantidad de bienes culturales, tanto materiales como inmateriales, la apertura hacia el turismo ha sido importante, aunque no se podría catalogar como positiva en tanto que generalización¹⁹², en todo caso, ha ayudado a introducir la presencia de los llamados guardias patrimoniales en diversas plazas de la ciudad de Caracas, por ejemplo, que tienen por finalidad salvaguardar los bienes y sensibilizar a los ciudadanos y ciudadanas sobre su importancia; también ha contribuido para que las políticas públicas en cuanto a restauración, revitalización y conservación de los monumentos y edificios históricos sea un factor de integración comunitaria, como se puede observar el trabajo realizado por Funda patri-

¹⁹² Esto se refiere porque las políticas que promueven actividades turísticas en ciudades o lugares reconocidos como patrimonio en la mayoría de los casos no dan retribuciones a los pobladores, ni económicas, ni sociales, y mucho menos sanitarias, siendo estas personas muchas veces relegadas dentro de sus mismos espacios ya que las fuentes de trabajo se focalizan en las empresas que regentan los comercios. A esto se puede agregar las situaciones en las que los pobladores deben vender sus casas porque han sido arrojados por lo vertiginoso del flujo foráneo; en el caso de los pueblos indígenas la realidad es aun peor, puesto que comienzan a ser parte “exótica” del paisaje que se pretende “vender” al turista. No obstante, no se puede tomar el riesgo de hacer generalizaciones puesto que las excepciones existen.

monio¹⁹³ en la urbanización El Silencio, de la misma ciudad, cuyos edificios, plazas, aceras y fuentes aún permanecen preservadas con supervisión de las instituciones pertinentes y los propios vecinos residentes del sector.

Los diferentes bienes considerados patrimoniales de una nación conforman un importante legado que lleva dentro de sí su memoria colectiva y gran parte de su historia; la cultura debe ser vista como instrumento de desarrollo económico y social, cuya valorización va más allá de lo capitalizable, pues por medio de las expresiones de los pueblos se llega a un reconocimiento de colectivos, circunstancias, personas, lugares que cuentan la historia de los pueblos y que trabajan, conjuntamente con el Estado en beneficio y desarrollo de su propio país.

Referencias

COELHO, Teixeira. Bancos de dados. Do inerte cultural à cultura da vida. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor; SAMPAIO, Helena; LIMA BRAGA, Christiano (et al.). **Políticas públicas para o desenvolvimento**. Uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO, 2003, p. 217-232.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina (Org.) **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor; SAMPAIO, Helena; LIMA BRAGA, Christiano (et al.). **Políticas públicas para o desenvolvimento**. Uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO, 2003, p. 21-42.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**. Para além do choque das civilizações. Petrópolis: Vozes, 2010.

VENEZUELA. Ley de protección y defensa del patrimonio cultural y su reglamento, de 03 de septiembre de 1993. Instructivo que regula el

¹⁹³ Institución adscrita a la Alcaldía del Municipio Bolivariano Libertador, de Caracas.

registro General del Patrimonio Cultural venezolano y el manejo de los bienes que lo integran. Caracas: IPC, 2005.

SOBRE OS AUTORES

Organizadores:

ANA MARÍA SOSA GONZÁLEZ—Possui graduação em História pelo Instituto de Profesores Artigasno Uruguai (1997), Mestrado (2007) e Doutorado (2011) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, bolsista do PNPDI/CAPEs. Tem experiência em estudos migratórios e comunitários, trabalhando interdisciplinarmente em Antropologia, Psicologia Social e Ciência Política; atuando principalmente nos seguintes temas: história oral, uruguayos residentes no Brasil, identidade, narrativas, memórias traumáticas e representações, comunidades transnacionais, memória e patrimônio cultural, entre outros. Coordenou o subprojeto de Pesquisa sobre Bairro Quarto Distrito de Porto Alegre para o Centro de Pesquisas Históricas da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre. Participa do Projeto de Mulheres Migrantes do Cone Sul e da Redlbero americana de Museos y Estudios Migratórios, consultora em estudos migratórios para a Cancillería uruguaia. Desenvolve o Projeto sobre *Políticas Públicas de Memória: cidadania e usos do passado no âmbito do Mercosul*, junto ao subprojeto *Memória e Políticas de Memória: Patrimonialização e memórias traumáticas no âmbito do Mercosul (1984-2011)*.

CLÁUDIO DE SÁ MACHADO JÚNIOR— Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), bolsista do Programa Nacional de Pós-doutorado Institucional (PNPDI) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em História do Brasil pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Licenciado em História pela

Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tesoureiro da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) e coordenador do Grupo de Trabalho em História Cultural – Seção Rio Grande do Sul (GTHC-RS), estas últimas atividades voluntárias. Docente com experiência na Educação Básica (Fundamental e Médio) e Ensino Superior (extensão, graduação e pós-graduação), tanto presencial quanto a distância. É autor dos livros *Imagens da sociedade porto-alegrense* (Oikos, 2009) e *Fotografias e códigos culturais* (Evangraf, 2012).

FRANCISCA FERREIRA MICHELON – Possui mestrado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Estágio no Arquivo Fotográfico da Câmara de Lisboa (2009) em conservação de fotografia. É professora (atualmente na categoria Associado) da Universidade Federal de Pelotas desde 1992. Participou das comissões que criaram os cursos de Bacharelado em Museologia (2006), Mestrado e Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (2006), Curso de Conservação e Restauro (2008), todos da Universidade Federal de Pelotas. Coordenou o Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural de 2006 a 2008. Orienta alunos em pesquisa nos níveis de graduação e pós-graduação desde 1996. É editora da Revista Memória em Rede do PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural (eletrônica). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: fotografia, patrimônio cultural, memória social, gestão de acervos, conservação de fotografias, história da fotografia e acessibilidade em museus. Tutora do Grupo PET Conservação e Restauro. Participa de curadorias de exposições (organização de eventos- exposição).

Colaboradores:

ALINE ABREU MIGON DOS SANTOS – Técnica em Conservação e Restauração de Bens Móveis pela Fundação de Arte de Ouro Preto. Possui graduação em Pintura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Está desenvolvendo a pesquisa na área de conservação de desenho arquitetônico em papel translúcido.

AMANDA COSTA DA SILVA – Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, UNIFRA, 2007, especialista em História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo, FEEVALE, 2009, mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL, 2011/2012. Bolsista Demanda Social CAPES, 2011/2012. Atua com Memória e Identidade Social.

ANA PAULA FERREIRA DE BRITO – Mestranda do Programa de Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas. Tutora a Distância do Curso de Produção de Material Didático para a Diversidade da Universidade Federal do Rio Grande, Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba. Sua principal linha de pesquisa é Memória e Patrimônio. Atua principalmente nos seguintes temas: Políticas de Memória, Memórias do Período Militar, Educação Patrimonial, Patrimônio Material e Imaterial e Museus.

ANA RAMOS RODRIGUES – Mestranda do curso de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural Universidade Federal de Pelotas (2012). Graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2009) e graduanda do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuei durante seis anos no processo de higienização, catalogação, acondicionamento, armazenamento e pesquisa do acervo tridimensional na Reserva Técnica do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul - MUHM. Este texto, *Políticas públicas de patrimônio no Bra-*

sil: a legislação dos museus, dialoga com a pesquisa do programa de pós-graduação Memória Social e Patrimônio Cultural, que se encontra em desenvolvimento, com o título *Estudo de caso: projeto Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960, do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa*, no sentido de apresentar alternativas de preservação do patrimônio museológico que se encontram paucadas dentro da Política Nacional de museus, mostrando os caminhos que foram realizados até o momento, para que parte da memória social do Rio Grande do Sul e do Brasil não corram o risco de desaparecimento.

CLEUSA MARIA GOMES GRAEBIN – Possui graduação em Estudos Sociais pelo Centro Universitário La Salle (1989), graduação em Estudos Sociais – Licenciatura Plena em História pelo Centro Universitário La Salle (1995), especialização em Metodologia de Ensino de História pelo Unilasalle, mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004). Atualmente é professora do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais e do curso de História do Centro Universitário La Salle, coordenadora do Museu e Arquivo Histórico La Salle (Unilasalle), vice-líder do Grupo de Pesquisa Memória, Cultura e Identidade, pesquisadora voluntária do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Atua, também, no Instituto Teológico e Musical Bereia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural e Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: memória social, cultura e identidade, açorianos no Rio Grande do Sul, festas e celebrações, história e memórias institucionais, gestão de acervos e de instituições culturais.

CRISTIÉLE SANTOS DE SOUZA – Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria; acadêmica do bacharelado em Museologia na Universidade Federal de Pelotas; mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel; bolsista CAPES. O artigo aqui apresentado corresponde a um fragmento da pesquisa desenvolvida no mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPEL.

DANIELE BORGES BEZERRA – Possui Bacharelado em Artes Visuais, Habilitação em Escultura, Especialização em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública –RS e Pós-graduação em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública –RS. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Arte, Saúde e Fotografia. Desempenhou trabalhos como *freelancer* na Itália, onde fotografava cenas noturnas. Realizou recentemente oficinas de arte para crianças com caráter privado em Florianópolis. Foi premiada na maratona Fotográfica de Florianópolis em 2007 com três cenas do cotidiano da cidade. Participou como fotógrafa em um Projeto de Pesquisa em Florianópolis relacionado à Memória enquanto Patrimônio Cultural, lançando mão da fotografia como registro histórico cultural e como registro documental de acervo particular do público envolvido na pesquisa. Exercita a fotografia como registro, profissão e arte publicando parte do material no *site* Flickr. É mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas. Este artigo integra a temática de políticas públicas e busca uma aproximação entre políticas culturais e políticas de promoção à saúde. Apresenta parte das discussões iniciadas com o projeto de pesquisa *Identidade, ambiente e memória: cartografia narrativo-visual da pessoa idosa*. O referido projeto vem sendo desenvolvido como parte do programa de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural e tem como campo empírico o Asilo mais antigo da cidade de Pelotas. Local criado em 1882 com o intuito de abrigar pessoas em condição de vulnerabilidade social e não apenas idosos. Atualmente o Asilo recebe apenas idosos, mas conta ainda com a presença de pessoas que ali chegaram crianças e envelheceram no espaço institucional de convivência coletiva.

DARLAN DE MAMANN MARCHI– Possui graduação em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo (2007) e especialização em Docência para o Ensino Superior pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (2010). Ator do Grupo de Teatro *A Turma do Dionísio*, Santo Ângelo/RS. Especialista em Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial pelo Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina – Crespil/UNESCO. Atuou como Conselheiro do Patrimônio Histórico e Ar-

queológico da cidade de Santo Ângelo. É membro da sociedade civil no Colegiado Setorial em Memória e Patrimônio para o Plano Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul. Como aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas está pesquisando questões relativas a memória e tradição da arte teatral mambembe, como foco na família do Circo-teatro do Bebê na região sul do Rio Grande do Sul.

FABIANO SOUTO ROSA – Mestre em Educação, atualmente Professor Assistente de Especialização em Educação – Ênfase em Educação de Surdos da Faculdade de Educação e de Língua Brasileira de Sinais, Coordenador de Área de Libras do Centro de Letras e Comunicação. Formado especialização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), formado Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos / GIPES da UNISINOS (CNPq).

FÁBIO DANIEL MENDES CAETANO – Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1997), graduação em Formação Pedagógica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (2002) e especialização e Patrimônio Cultural: conservação de artefatos pelo Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas (2010). Faz parte do quadro técnico, como arquiteto e urbanista, da Prefeitura Municipal de Pelotas - Secretaria de Cultura - Escritório Técnico do Programa Monumenta. É docente da Escola SENAC Pelotas nas disciplinas dos cursos de informática e técnicos em Transação Imobiliária e Guia de Turismo em Âmbito Nacional.

FÁBIO VERGARA CERQUEIRA – Graduiu-se no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989) e concluiu doutorado em Antropologia Social, com concentração em Arqueologia Clássica, pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas, lecionando nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História, Bacharelado em Museol-

logia e Bacharelado em Antropologia, com Habilitação em Arqueologia. Entre 2006 e 2009, foi professor do Mestrado em Ciências Sociais. É professor, desde 2007, do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, e, desde 2009, do Mestrado em História. Nesta universidade, foi diretor do Instituto de Ciências Humanas por dois mandatos (2002-2010), coordenador do Curso de História (2000-2002) coordenador do Laboratório de Antropologia e Arqueologia (desde 2001) e do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (desde 2006). Foi Presidente (2001-2003) e Vice-Presidente (2004-2005) da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, tendo sido Presidente do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), realizado em 2003. Atuou como coordenador nacional do GT de História Antiga da Associação Nacional de História (ANPUH) entre 2007 e 2008. Integra os conselhos editoriais dos seguintes periódicos: Dimensões. Revista de História (UFES); Métis (UCS); Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio (UFPEL); Justiça & História (Tribunal de Justiça do RS); e Clássica. Revista da SBEC. Tem experiência na área de História, com ênfase em Arqueologia Histórica e Arqueologia Clássica, atuando principalmente nos seguintes temas: música, arqueologia, antiguidade clássica, história antiga e iconografia. Nos últimos anos, tem-se dedicado às áreas de Memória Social e Patrimônio Cultural, bem como à gestão museológica.

FRANCIELLE CANTARELLI MARTINS – Formada em Psicologia da UCPel Formada em Letras Libras da UFSM Especialista em Educação Especial e Libras do Faculdade Eficaz da Maringá Mestranda em Educação da PPGE (Programa de Pós Graduação em Educação) com bolsa de CAPES Professora de Libras do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal de Rio Grande Tem experiência na área de Psicologia e Linguística com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: surdos, linguística em Libras, educação surda, avaliação psicológica, psicologia escolar.

FRANCINE MORALES TAVARES– Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Pelotas (2007), trabalha como Técnica-Administrativa no Curso de Conservação e Restauo de Bens Culturais Móveis na UFPel. Como aluna do Mestrado do

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pesquisa as questões relativas as políticas públicas municipais, mais especificadamente sobre a efetividade da isenção do Imposto Predial Territorial Urbano para as casas inventariadas e tombadas no município de Pelotas-RS.

FRANCINE SILVEIRA TAVARES – Graduada em Artes Visuais, UFPel, 2004, especialista em Memória, Identidade e Cultura Material, UFPel, 2006, mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPel, 2010. Professora de Fotografia, FEEVALE, 2012. Atua com Patrimônio e Memória, Fotografia e Cinema.

JENNY GONZÁLEZ MUÑOZ– Investigadora, escritora y profesora venezolana. Licenciada en Artes, egresada de la Universidad Central de Venezuela (UCV), con Doctorado en Cultura Latinoamericana y del Caribe de la Universidad Pedagógica Experimental Libertador (UPEL), Instituto Pedagógico de Caracas. Sus investigaciones están focalizadas en pueblos indígenas, afroamericanos y campesinos de América Latinas. Ha participado como colaboradora en varias periódicos y revistas nacionales e internacionales, publicaciones que, junto a sus libros, tienen como propósito realzar el rol de las culturas históricamente invisibilizadas. Tiene más de 15 años trabajando en el área cultural con énfasis en Patrimonio Inmaterial de diversas culturas latinoamericanas, asimismo se ha focalizado en incidencias del sector público en cuanto a la propuesta y aplicación de políticas viradas hacia la salvaguarda de ese tipo de Patrimonio. Actualmente cursa Maestría en Memoria Social y Patrimonio Cultural en la Universidad Federal de Pelotas, Brasil.

JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES – Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2001) e Mestrado e Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004/2009), Mestrado em Museologia pela Universidade de Granada, Espanha (2010). Foi diretora do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul entre 2007 e 2011. Atualmente é professora na Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão e na Universidade Federal de Pelotas – Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Coordena o GT História e

Saúde da ANPUH-RS. Tem experiência na área de Museologia e História. Pesquisa principalmente nos seguintes temas: história da saúde pública, museus e patrimônio.

Laura Gomes Zambrano – Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1998) e mestrado em Intervenção no Patrimônio Arquitetônico e Urbano - Universidad Nacional de Mar del Plata (2007). Atualmente é doutoranda da Universidad Pablo de Olavide- Sevilha. Faz parte do quadro técnico, como arquiteta e urbanista, da Prefeitura Municipal de Pelotas- Secretaria de Cultura/ Unidade Executora do Programa Monumenta/ Pelotas. É professora convidada do Curso de Pós-Graduação em Artes: Especialização em Patrimônio Cultural - Conservação de Artefatos, do Instituto de Artes e Design/ UFPEL, responsável pela disciplina de Intervenção Patrimonial, desenvolvendo as Teorias do Restauro, Cartas Patrimoniais, Legislação e Órgãos de Proteção Nacional e Internacional. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Patrimônio Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio cultural urbano, preservação e intervenção em bens culturais, políticas públicas de preservação patrimonial, teorias do restauro, projeto arquitetônico, conservação e restauração.

Luciana da Silva Peixoto – Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas – Bolsa CAPES. Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pelotas (2002). Pós-graduada em Memória, Identidade e Cultura Material pela Universidade Federal de Pelotas (2004). Tem experiência nas áreas de História, com ênfase em Arqueologia Histórica, Memória, Educação Patrimonial e Organização de Museus. Atualmente é coordenadora executiva da ONG Instituto de Memória e Patrimônio onde desenvolve projetos nas áreas de arqueologia e patrimônio cultural e é arqueóloga do Laboratório de Antropologia e Arqueologia. Universidade Federal de Pelotas.

Luza Costa Rodeghiero – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas; Especi-

alista em Artes – Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos e Graduada em Artes Visuais, pela UFPel. É membro do “Grupo interdisciplinar de pesquisas em memória, identidade social e cultura material” (UFPel – CNPq).

MADALENA KLEIN – Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1981), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do GIPES - Grupo Interinstitucional de Educação de Surdos. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Surdos, atuando principalmente nos seguintes temas: educação de surdos, educação e trabalho, formação profissional, diferença e currículo.

MARCELO GARCIA DA ROCHA – Graduiu-se em Educação Artística na Universidade de Guarulhos – UNG (2008), membro do grupo de artistas Coletivo 308 (2007). Possui experiências em arte-educação nos seguimentos de museus, educação formal e não-formal. Trabalha em pesquisas arqueológicas desde 2008, onde persegue o tema de arqueologia da Diáspora Africana e seus processos na formação identitária nas Américas. É mestrando do programa de pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Esta publicação discorre sobre parte da pesquisa de dissertação desenvolvida no Passos dos Negros; região de formação histórica do município de Pelotas-RS, trabalho vinculado ao projeto: O pampa negro: arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888), desenvolvida no Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica – LAMINA – ICH – UFPel.

MARGARETE REGINA FREITAS GONÇALVES – Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Pelotas (1978), mestrado em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988), doutorado em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999) e pós-doutorado em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é professora na UFPel no Curso de

Engenharia de Materiais (2009), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (1980) e nos Programas de Pós-Graduação Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (2007) e Mestrado e Ciência e Engenharia dos Materiais (2010). Atua como pesquisadora no desenvolvimento de projetos para as áreas de engenharia e de patrimônio, envolvendo a parte caracterização de materiais, produtos e processos, e como orientadora de alunos de graduação e pós-graduação. Na área de engenharia tem experiência atuando, principalmente, com materiais cerâmicos, compósitos, reciclagem, sistemas construtivos, e habitação de interesse social. Na área patrimonial sua experiência esta ligada a trabalhos sobre preservação de bens culturais, patrimônio cultural, industrial e arquitetônico, restauração, materiais e técnicas de restauro e patologias.

MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI FERREIRA– Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Patrimônio, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio industrial, patrimônio imaterial, tradição, memória, museus. É docente no Programa de Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado) em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Foi membro da comissão de implantação do Curso de Bacharelado em Museologia, atuando como Coordenadora do mesmo entre 2006-2008. Presidente da Comissão de Implantação do Curso de Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis. Como pesquisadora possui projetos na área de políticas públicas no campo do patrimônio e memória; História dos Museus, Memórias de exilados, patrimônio industrial. Foi pesquisadora do Inventário Nacional de Referências Culturais: Doce Pelotense, promovido pelo IPHAN, Monumenta e UNESCO. Coordena o projeto *Instituições, legislação, territórios e comunidades: perspectivas sobre o patrimônio material e imaterial no Brasil e Argentina*, envolvendo a UFPel e a Universidade de Buenos Aires. Realizou estágio de pós-doutorado no Laboratoire d'Ethnologie et d'histoire de l'institution de la culture (LAHIC-EHESS) em Paris, pesquisando sobre o tema de políticas públicas de patrimônio imaterial. Coordena, pelo lado brasileiro, o projeto de cooperação com o Laboratoire d'Anthropologie et Sociologie de la Mémoire, Identité et Cognition-Sociale (LASMIC), da Universidade de Nice, França, participando de

projeto de investigação internacional financiado pela ANRS (Agence Nationale de Recherche Scientifique) do governo francês. Áreas de interesse: museus, regimes memoriais, patrimônio cultural, patrimônio industrial, políticas públicas de patrimônio e memória.

MARICIANA ZORZI – Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (2009). Atualmente é aluna do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Possui experiência na área de Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: educação patrimonial, memória social e patrimônio cultural.

MARITSA SÁ FREIRE COSTA – Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduação nível *lato sensu*, modalidade extensão, em Gestão de Políticas e Produtos Culturais pela Faculdade São Luís, e está em curso a pós-graduação nível *lato sensu*, modalidade extensão, em Cultura e Arte Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Trabalhou como assessora no Comitê Estadual para Refugiados (CER), sediado na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo. A pesquisa que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, sob orientação do professor Fábio Vergara Cerqueira, dedica-se à análise iconográfica da imagem de São Francisco de Assis que pertence ao acervo da coleção Arte Sacra do Museu da Cidade do Rio Grande. A questão religiosa é significativa para algumas comunidades e as manifestações da religiosidade são bastante expressivas em determinadas regiões do Brasil. Tais manifestações deverão se estimuladas com o lançamento, previsto para os próximos anos, do Caminho Religioso da Estrada Real (CRER), rota de peregrinação que ligará dois importantes centros de devoção católica: o santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté (Minas Gerais), e o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida (São Paulo). No entanto, faz-se necessário ressaltar, o CRER é apenas um trecho da Estrada Real, empreendimento turístico bem mais extenso que alcança três estados da Região Sudeste do país: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Este artigo examina as medidas de políticas públicas voltadas à Estrada Real, por meio da

reflexão sobre determinados conceitos como o de patrimônio e identidade, bem como pela discussão em torno da relação entre memória e espaço.

NÁDIA MARIA WEBER SANTOS – Possui mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Possui graduação em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1985), graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980). Fez doutorado sanduíche na EHESS de Paris em 2003. Possui Título de Especialista em Psiquiatria pela ABP desde 1997. Foi bolsista recém-doutor (FAPERGS) na EST (Escola Superior de Teologia), entre 2008 e 2009, tendo desenvolvido pesquisa sobre espaços de cidadania e loucura nos municípios do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente professora do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da UNILA-SALLE/Canoas-RS. Trabalho de pesquisa em Cidadania e Loucura. Participa do GT Nacional de História Cultural da ANPUH; atualmente é integrante do Comitê Científico deste GT, pela seção ANPUHRS. Coordenadora do GT de História Cultural da ANPUHRS, gestão 2010-2012; vice-coordenadora na gestão 2012-2014. Membro do GT História e Saúde - ANPUHRS. Membro da Sociedade Brasileira da HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. Desde setembro de 2010 é membro da ISCH (International Society for Cultural History). Faz parte do conselho editorial da revista ARTELOGIE, vinculada ao CNRS e EHESS – PARIS. Pesquisadora associada do EFISAL (Équipe des Fonctions Imaginaires et Sociales des Arts et des Littératures) ligada à EHESS de Paris (desde setembro/2011; <http://cral.ehess.fr/document.php?id=737>). Membro da COMINTER (Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos a Descarte), nomeada pelo TJ pela Portaria 001/2012-P, 06 de janeiro 2012. Membro da AHILA (Associação de Historiadores Latino americanistas Europeus), com sede na University of Liverpool, integrando o GT de "Historia de la Ciencia, la Tecnologia y la Medicina em America Latina". Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural; na área de Medicina/Psiquiatria e Psicologia Analítica; na área de Memória Social e Bens Culturais. Contemplada com uma Bolsa de Estudo e Pesquisa (Faculty Enrichment Program)

pelo Conselho Internacional de Estudos Canadenses, com viagem de estudo à cidade de Québec, Universidade de Laval, 21 de setembro a 21 de outubro de 2012. Líder do Grupo de Pesquisa "Temáticas Lassalistas", criado em 20-09-2012 no Diretório de Grupos CNPq.

ROBERTO HEIDEN – É professor assistente do Instituto de Ciências Humanas (ICH) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), lotado no Departamento de Museologia e Conservação e Restauro (DMCOR). É Coordenador e professor do Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis do ICH/UFPel. Atua também como professor na Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material do ICH/UFPel. Ministra disciplinas de História da Arte e Materiais e Técnicas de Bens Culturais. É graduado em Licenciatura em Artes – Habilitação em Artes Visuais, pela UFPel (2005) e mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo ICH da UFPel (2008).

SILVANA DE FÁTIMA BOJANOSKI – Possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (1991), Especialização em Conservação de Obras em Papel (1998) e Mestrado em História (2007). Atualmente atua como professora do Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais da Universidade Federal de Pelotas – UFPel na área de conservação-restauração de papel e de encadernações.

TATIANA BOLIVAR LEBEDEFF – Possui graduação em Educação Especial Habilitação Em Deficientes da Áudio comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), Especialização em Formação de Professores em Educação a Distância pela Universidade Federal do Paraná (2002), Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1993) e Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Realizou estágio Pós-Doutoral no Montgomery County Community College em Ambler, Pensilvânia, com bolsa CAPES (2007) investigando o Shared Reading Project da Universidade Gallaudet em Washington. Realizou estágio de pesquisa com Walter Kintsch na Universidade do Colorado em Boulder (1999) para investigar processos de compreensão textual. Foi Pesquisadora Bolsista do Instituto de Cooperación Ibero americana no Instituto de Psicologia

da Universidade de Barcelona (1995). Foi docente, por doze anos, da Universidade de Passo Fundo, sendo professora do Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, vinculada à linha de Pesquisa Processos Educativos e Linguagem. Foi Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus Bagé por um ano. Atualmente é professora da Área de Libras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordena o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPel. É Professor Efetivo do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. Participa do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos/GIPES. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação de Surdos atuando principalmente nos seguintes temas: surdez, letramento, diferença e narrativas.

SOBRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

O Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural é o resultante de uma série de iniciativas, ações e projetos que tiveram e têm como eixo as discussões sobre memória e patrimônio em suas diferentes formas de abordagem. Os cursos de graduação que concorreram para a viabilização da proposta desse programa possuem um longo histórico tanto temporal (Curso de Arquitetura e Urbanismo, 1971; Curso de Artes Visuais, 1971; Curso superior de Música, 1971; Licenciatura em História, 1986; Licenciatura em Geografia, 1990, Bacharelado em Museologia, 2006, Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais, 2008), quanto em termos de desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e docência nas temáticas do programa.

No campo da pós-graduação, o surgimento no ano 2003 de um *lato sensu* em Memória, Identidade e Cultura Material formou a base teórica e forneceu os princípios gerais que nortearam o surgimento, em 2006, da proposta de um Mestrado interdisciplinar em Memória Social e Patrimônio Cultural. A opção por um curso com o perfil interdisciplinar teve origem na convicção que o campo do patrimônio e da memória apresenta contribuições de diferentes áreas do conhecimento, não podendo, portanto, ficar restrito a uma única abordagem. Assim, docentes de áreas como a História, Arquitetura e Artes Visuais, com pesquisas e reflexões teóricas articulando-se a volta do tema memória e patrimônio, constituíram o grupo que constituiu em 2006, esse Mestrado.

No período entre 2006 e 2009 algumas alterações foram feitas no corpo docente com reflexos direto no perfil do curso, tais como a incorporação de outras áreas afins aos estudos patrimoniais e a abertura de novos campos investigativos. Em 2012, foi aprovado pela CAPES o Doutorado interdisciplinar em Memória Social e Patrimônio Cultural, tendo programada sua primeira seleção para o início de 2013.

O Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural objetiva qualificar profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuar em instituições do setor público, privado

ou não governamental, respondendo direta ou indiretamente à questões referentes à memória social e ao patrimônio cultural, bem como para atuar nas diferentes instâncias de gestão de memórias, além de vir a promover a valorização da auto-estima das comunidades por meio de suas ações voltadas à preservação da memória social e do patrimônio cultural, envolvendo pesquisa, educação, proteção e intervenção.

O Programa tem como áreas de concentração Estudos Interdisciplinares em Memória Social e Patrimônio, que se caracteriza pela abordagem integrada de Memória e Patrimônio, no que se refere aos seguintes aspectos: desenvolver projetos de pesquisa e gestão no campo de Memória e Patrimônio; encetar a interdisciplinaridade entre as diferentes habilitações envolvidas, representadas nas áreas de formação e atuação do corpo docente (História Oral, Geografia Urbana, Arquitetura, Materiais de Restauro, Urbanismo, Arqueologia, Antropologia, Artes, Música e Fotografia); abordar as interfaces entre a cultura material (patrimônio tangível) e cultura imaterial (patrimônio intangível) e considerar a indissociabilidade entre o patrimônio cultural e o patrimônio ambiental.

Para maiores informações, acesse a página oficial do programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ppgmp>.



MICHELON, F. F. (Org.); MACHADO JÚNIOR, C. S. (Org.);
SOSA GONZALEZ, A. M. (Org.). **Políticas públicas e pa-
trimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos.** Pelo-
tas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.



Editoração eletrônica:
Távola Grupo Design Gráfico
www.tavolagrupo.com.br